

EDWALDO COSTA
WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZAÇÃO

CIÊNCIAS HUMANAS:

Diálogos e perspectivas contemporâneas



2023



EDWALDO COSTA
WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZAÇÃO

CIÊNCIAS HUMANAS:

Diálogos e perspectivas contemporâneas



2023

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Lidiane Bilchez Jordão

Dandara Goulart Mello

Patrícia Gonçalves de Freitas

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e edição de arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

2023 by Editora e-Publicar

Copyright © Editora e-Publicar

Copyright do Texto © 2023 Os autores

Copyright da Edição © 2023 Editora e-Publicar

Direitos para esta edição cedidos à Editora
e-Publicar pelos autores**Revisão**

Os Autores

Open access publication by Editora e-Publicar**CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS,
VOLUME 1.**

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco



Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas

Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará

Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes

Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes

Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo

Milson dos Santos Barbosa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
- IFPB

Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará

Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569

Ciências humanas: diálogos e perspectivas contemporâneas - Volume 1 /
Organizador Edwaldo Costa, Willian Douglas Guilherme, Roger Goulart
Mello. – Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023.

Livro em Adobe PDF
ISBN 978-65-5364-204-1
Inclui Bibliografia

1. Ciências humanas. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II. Guilherme, Willian
Douglas (Organizador). III. Mello, Roger Goulart (Organizador). IV. Título.

CDD 101

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br

2023



Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar apresenta a obra intitulada “Ciências Humanas: Diálogos e perspectivas contemporâneas, Volume 1”. Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	10
PRIVILÉGIO E VIOLÊNCIA: O PATRIARCALISMO CEARENSE ENTRE DUAS VERTENTES (1988-2006).....	10
	Jamile Felipe da Silva Lucas Pereira de Oliveira
CAPÍTULO 2	21
TRABALHO EM EQUIPE: ESTUDO EXPLORATÓRIO	21
DOI 10.47402/ed.ep.c2311042241	Edriene Barbosa Lima Justi Jamson Justi Jadson Justi Cristiane Pinheiro Duarte Carlos Cesar dos Anjos Pinotti Karla Emannelle da Silva Oliveira Mikaelly Aparecida Silva Costa Sabrina Kevily de Mello da Silva
CAPÍTULO 3	30
MULHERES DA MARÉ E DO BRASIL: VOZES DO FEMINISMO NEGRO NA EJA.....	30
DOI 10.47402/ed.ep.c2311053241	Fabiola Santos Luna Chagas Costa Vinicius de Luna Chagas Costa
CAPÍTULO 4	47
TEMAS E ABORDAGENS DO JORNALISMO ECONÔMICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DA FOLHA DE S. PAULO E DA AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO DAS PERIFERIAS	47
DOI 10.47402/ed.ep.c2311064241	Gabriel Gatti Maximiliano Martin Vicente
CAPÍTULO 5	68
IDOSOS LGBTQIA+: O ENVELHECIMENTO NAS TELAS DO CINEMA CONTEMPORÂNEO	68
DOI 10.47402/ed.ep.c2311075241	Gustavo Henrique de Oliveira Caldas
CAPÍTULO 6	89
MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRUTURAÇÃO DA CONTRAPUBLICIDADE.....	89
	Amanda Netto Brum Jéssica Cristianetti
CAPÍTULO 7	107
HISTORIOGRAFIA: ENTRE O OFÍCIO E A ESCRITA DA HISTÓRIA.....	107
	Sonia Vanessa Langaro Douglas Menezes de Oliveira

CAPÍTULO 8	119
USO DA TECNOLOGIA PARA POTENCIALIZAR O ÊXITO DE CERIMONIAIS	119
DOI 10.47402/ed.ep.c2311108241	
	Davina Vasconcelos Adriana Zenaide Clericuzi Lucas Gomes da Silva
CAPÍTULO 9	130
POVOS TRADICIONAIS COSTEIROS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: DA MARÉ DOS ENFRENTAMENTOS ÀS LUTAS POR DIREITOS, CONFLITOS AMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS	130
DOI 10.47402/ed.ep.c2311119241	
	Cíntia Beatriz Müller
CAPÍTULO 10	138
DIÁLOGOS DE SARTRE E FANON EM O EXISTENCIALISMO É UM HUMANISMO E PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS	138
	Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia
CAPÍTULO 11	150
O ECOSSOCIALISMO COMO ALTERNATIVA À CRISE SOCIOAMBIENTAL PROVOCADA PELO CAPITALISMO	150
	Douglas Menezes de Oliveira Sonia Vanessa Langaro
CAPÍTULO 12	160
CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA NA EXPLORAÇÃO DA ERVA-MATE NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI	160
	Mateus Nolasco da Silva Douglas Menezes de Oliveira
CAPÍTULO 13	172
O PAPEL DA MÍDIA E DAS REDES SOCIAIS NA PERCEPÇÃO DA CRIMINALIDADE	172
DOI 10.47402/ed.ep.c23111513241	
	Orlando Lyra de Carvalho Júnior
CAPÍTULO 14	190
CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E POBREZA	190
	Shayana Busson

CAPÍTULO 1

PRIVILÉGIO E VIOLÊNCIA: O PATRIARCALISMO CEARENSE ENTRE DUAS VERTENTES (1988-2006)

Jamile Felipe da Silva
Lucas Pereira de Oliveira

RESUMO

A historiografia esteve por muito tempo sob um domínio majoritariamente masculino, sendo assim, eram eles que detêm o poder da escrita e por este motivo narravam a História. Dentre esses temas encontra-se a história das mulheres, fato que explica a subalternidade que elas estavam sujeitas, o que se faz presente nos arquivos históricos. Contudo isso não significa que elas não ocupavam outras atividades como a pesquisa ou que não praticavam outras atividades que ultrapassavam os limites de tarefas pré-determinadas para seu gênero, como lavar, passar, cuidar da casa e dos filhos. Este artigo busca analisar a construção desse poder patriarcal que permeia até hoje na sociedade, especificamente no Ceará, em um estudo minucioso de processos judiciais que demonstram as diversas formas de violência contra a mulher que permeiam o espaço público e privado, demonstrando também o privilégio da não punibilidade concedida ao homem. Junto a leituras de obras acerca do tema, para que dessa forma fosse possível compreender a figura do homem viril e o impacto negativo que tem na vida e cotidiano feminino. Além disso, também mostrar outro lado até então oculto sobre a participação feminina em outros espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Patriarcalismo. Violência.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história percebe-se como os papéis de cada gênero já estavam determinados pela sociedade, inclusive definidos pelos próprios homens, onde era alegado que as mulheres deviam servir seus maridos, cuidar do lar e dos filhos. Ao homem concerniam às tarefas externas, a eles era atrelada a figura de cabra macho, cabra da peste, quando se refere ao Nordeste, especificamente ao Ceará, tendo em vista que esses eram os detentores do controle, da razão e por este mesmo motivo eram eles que deviam manter a ordem tanto em suas famílias, como também na sociedade, já que detêm o domínio dos poderes e sobretudo a capacidade para realizar tais tarefas. As mulheres por sua vez vistas como frágeis, movidas por emoções, sentimentos, ficavam responsáveis pelo lar, pelos filhos, até mesmo pelos cuidados com o marido, atividades sempre relacionadas ao cuidar.

E o que acontecia quando elas optavam por não seguir esses padrões estabelecidos e assim ir de forma contrária a essa sociedade de poder estrutural que até então não se modificava e permitia privilégios a um único gênero? Esta pergunta é essencial para se pesquisar e observar os diversos casos de violência sofrida diariamente por mulheres advindas de seus companheiros ou por seus ex-companheiros. Violências em diversas formas, física, verbal, mental, onde em muitos casos este ato é fatal para a vida da vítima. Agressões que

ocorrem não só no seu lar, mas também na rua, na frente de filhos, como visto no processo de Nº 796/99 na ocorrência onde o ex-marido agride a vítima na frente dos filhos “[...] Diz ainda a delatária que o crime foi praticado na presença dos filhos do casal”, que ainda eram menores de idade, após se recusar a aceitar o rompimento da união conjugal.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A finalidade desse artigo concentra-se em avaliar as diferenças que ocorrem quando homens e mulheres exercem papéis iguais, além disso, demonstrar como o patriarcalismo atrelado ao machismo tornou-se peças fundamentais para o crescente número de violência contra a mulher. Patriarcalismo uma palavra de origem grega (*patriarkhes*) que significa “pai de uma raça” ou “chefe de uma raça”. Dito isso, deve-se pensar aqui o patriarcalismo como uma forma de justificar o poder que homens exerceram e exercem tanto no âmbito privado como público e que coloca a mulher como mais uma de suas propriedades. Com isso o machismo seria uma herança dessa cultura patriarcal presente até hoje, responsável por inúmeras distinções entre o masculino e o feminino e, sobretudo pela morte de tantas mulheres.

De acordo com o explanado acima, suponhamos -se o seguinte caso onde um homem e uma mulher cometa o mesmo ato, a traição, motivo que levou as vítimas dos processos 796/99 e 132/95 serem violentadas, diante apenas de suposições de adultério, prática vista como algo atroz pela sociedade. Mas a questão aqui é perceber e buscar entender o porquê que para os homens sua honra dificilmente é posta em questão e sua integridade física nunca se coloca em risco, já para a mulher, pensando aqui na binarização dos gêneros (homem e mulher), a sociedade a julga como alguém destituída de integridade e indo muito além disso que coloca a honorabilidade de seu companheiro em jogo. Então por meio da violência esses homens buscam expor suas companheiras e puni-las, muitas vezes de forma fatal. Mesma atitude, porém consequências diferentes. Essas medidas adotadas embasadas na cultura patriarcal são presentes em inúmeros poderes do Estado, inclusive nas instâncias que deveriam garantir a segurança de todos, a exemplo da polícia e também o meio jurídico sendo este objeto de estudo do artigo. Comportamento analisado pela autora Mariza Corrêa (1981) na sua obra intitulada “*Os crimes da paixão*”, quando ela cita:

Toda a argumentação, e os contra argumentos, desenvolvidos por advogados e promotores nos casos que debatem, não deveriam obscurecer o fato de que, para além das visões que apresentam perante o júri, estes agentes da lei compartilham um terreno comum que lhes permite o encontro na discussão [...], há toda uma série de refrões na retórica forense, e que vão delineando o que é considerado um

comportamento adequado para a mulher e para o homem, em nossa sociedade (CORREA, 1981, p. 68).

Sendo assim os estereótipos acerca dos papéis masculinos e femininos são vistos nos mais diversos espaços sociais, o que talvez se reforça devido o predomínio masculino nesses ambientes. As agressões surgem então como uma justificativa para “salvar” a “honorabilidade” masculina, seguindo o pensamento da autora anteriormente, uma vez que “[...] era preciso “demonstrar” não só a infidelidade da companheira, mas também a honorabilidade de seu assassino.” (CORREA, 1981, p. 61).

3. METODOLOGIA

O presente artigo irá analisar dois processos judiciais da cidade de Senador Pompeu-Ce, junto a leitura de obras que passam por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003) a Michelle Perrot (1988), leituras essas que foram essenciais para o aprofundamento de temas como, a construção da figura do cabra da peste, visto como um “salvador” da virilidade masculina, uma vez que a sociedade da época estava se “afeminando”, tratando-se especificamente aos anos 1920 e assim as pessoas viam a necessidade de resgatar a masculinidade que estava sendo esquecida e tornando a sociedade mais feminina. Como aludido por Durval Muniz (2003, p. 231) sobre essa figura masculina do nordestino, “[...] Será definido, acima de tudo, como uma reserva de virilidade, um tipo masculino, um macho exacerbado, que luta contra as mudanças sociais que estariam levando a feminização da sociedade”.

Textos também que revelam lutas de mulheres por maior representação, já que elas estavam sendo trazidas para a historiografia em um ponto de vista do gênero dominante, lutavam por uma maneira de demonstrar as opressões, a subalternidade feminina. Um movimento de luta que se intensificam com o feminismo por volta de 1970, junto também a novas perspectivas historiográficas que foram além do positivismo como a história social, ampliação na área da pesquisa e as relações estabelecidas com outras áreas de estudo. Mulheres que resistiam dentro e fora de seus lares, em busca de maior representatividade, mas, além disso, em busca de um sentimento de orgulho por elas, bem como apontado por Simone de Beauvoir (1949), uma vez que essas mulheres não tinham história, logo não poderiam orgulhar-se de si mesma.

Diante do exposto anteriormente, nota-se que ao contrário do que se perpetuou ao longo da história as mulheres não “aceitavam” as condições que lhes eram impostas, restritas a cuidar do lar e dos filhos ou as violentas formas de repreensão que estavam sujeitas, ao

contrário buscaram de diferentes maneiras ir de contraponto a essas condições, seja não realizando atividades diárias, como costurar, cozinhar ou até mesmo ocupando espaços com domínio masculino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A figura do cabra macho e seu privilégio

A preocupação que se percebia na região nordestina do Brasil no século passado foi essencial para a construção da figura do cabra da peste, do homem que não se intimida fácil, viril, uma vez que essa região estava se afeminando e a participação de mulheres em novas atividades, até então tidas como masculinas, ameaçavam a estrutura social desse espaço. Logo era necessário que os homens nordestinos recuperassem seu poder que estava sendo exercido por tanto tempo, não apenas recuperar a honra nordestina, mas também a de todo o país visto que as transformações ocorriam conforme a modernização social, perdendo assim os valores tradicionais. Dessa forma e de acordo com a elite brasileira, o país encontrava-se em ameaça. Salienta-se ainda nesse ponto a crise que essa região vivenciava um declínio político e econômico sentido pela elite de tal localidade, como bem apresentado por Durval Muniz (2003, p. 232):

[...] Neste espaço, a crise de um padrão de masculinidade trazida pelas mudanças aceleradas promovidas pelo mundo moderno, sobretudo no lugar ocupado pelas mulheres, filhos e pela própria família, é vivida como uma crise mais aguda, pois abarcaria todos os aspectos da sociedade (MUNIZ, 2003, p. 232).

O nordestino visto como um homem “explosivo”, porém ágil e adepto a transformações, torna-se então uma figura de coragem e essencial para o resgate da brasilidade, era dele a responsabilidade de reservar e guardar valores tradicionais que estavam sendo perdidos. Valores estes obviamente que reforçavam a mulher em seu papel ligado as atividades domésticas, cuidar, passar, lavar, lar e filhos. Essas concepções acerca do gênero masculino são vistas até hoje em dia, porém seus impactos não são e nunca foram positivos para o feminino.

Analisando os processos 796/99 e 132/95 da cidade cearense de Senador Pompeu, foi possível perceber como essa noção de homem “valente”, “explosivo” que age sob efeito da raiva, sobretudo quando sua ‘honra’ ou ‘bravura’ são postas em questão permeia os mais diversos espaços, até mesmo o meio jurídico, a fim de justificar uma agressão. Tornando possível que em alguns casos o réu consiga a redução de sua pena ou que possa cumprir - lá em regime semiaberto (706/99) ou até a anulação de sua sentença (132/95), como visto na análise dos dois processos que foram fontes para esta pesquisa.

No primeiro processo citado (796/99) o agressor se recusa a aceitar o rompimento de seu matrimônio mesmo após agredir fisicamente sua companheira e a expulsá-la de casa junto aos filhos de 5 anos e o outro aproximadamente 1 e meio, o que se comprova nos depoimentos da vítima “o indiciado já tinha colocado a vítima para fora de casa a custa de peia juntamente com as duas crianças” (796/99), sendo assim ela não poderia mais retornar a casa do casal. Diante de tais ameaças e do fato ocorrido que segundo a vítima era frequentes, ela então decide pelo rompimento de sua relação com seu conjugue. Mas influenciado pela ideia de posse e negação o mesmo dias após a separação fere a mulher com golpes de faca na frente das crianças.

Além da atitude banal e lamentável ocorrida o que também chama atenção e relacionado com a idealização do homem nordestino é a postura adotada pelo advogado de defesa, um homem, e o que pra ele justificaria o crime. Mesmo após o acusado em seu depoimento ter confessado a ocorrência alegando que desconhecia as causas para que tivesse tal atitude. O advogado então induz que a mulher teria proferido frases que deixaram o ex-companheiro aborrecido, ele cita que a vítima havia dito que o réu não era “homem para nada”, pois “não tinha coragem de vingar a morte do pai”, colocando assim a bravura do indiciado em dúvida. A idealização citada no início desse parágrafo é reforçada na seguinte fala do advogado: “Ora, o acusado é humano, homem da roça, de pouca cultura, e que diante de tais palavras proferidas pela vítima, saiu de seu estado psíquico normal, passando ao estado e domínio da violenta emoção.” (796/99).

Diante do caso exposto acima, é possível observar duas questões primeiro, ao agir na emoção o homem torna-se capaz de realizar atos que até então não foram pensados e por este motivo merece perdão, pois se estivesse sob seu sentido pleno o mesmo não teria cometido o crime. Contudo mulheres não são capazes de assumir atividades de poder, pois essas agem na emoção, logo são tidas como “loucas” e “descontroladas” sendo capazes até mesmo de levar os homens ao descontrole. Segundo ponto, o advogado busca por meio dessas afirmativas, amenizarem o crime com a justificativa de que a vítima insinuou e questionou a honra do acusado, falas que foram citadas no parágrafo anterior, e ao insinuar que o réu “não era homem para nada”, ele por meio da violência e do crime busca provar o contrário. Um crime que ocorre, pois o companheiro busca justificar sua honorabilidade, fazendo assim que a violência se torne a ‘solução’, deixando as sequelas sofridas na mulher, o trauma dos filhos ao ver sua mãe ensanguentada a pedir socorro.

A ideia de posse, a visão de que a mulher pertence ao homem, pode se relacionar a prática muito antiga de casamentos arranjados, quando a mulher desde criança já assumia uma posição de objeto seja ele de troca ou para manter o poder nas famílias. O corpo da mulher ora objetificado, tido como algo belo e sensual e por essa razão tornando-se suscetível a inúmeras violências, sempre esteve sob domínio seja de seu futuro/atual/ex companheiro ou de seus pais e irmãos. Com isso, ir de contraponto ao que fosse determinado por eles seria motivo suficiente para a violência, contudo pode-se perceber que ao se recusar a seguir essas determinações as mulheres estavam resistindo a essa estrutura patriarcal. Homens poderiam possuir diversas mulheres, mas quando a situação se invertia essas eram vistas como impuras, desviadas, sofriam violentas formas de repreensão até mesmo a morte.

Diante de tal afirmativa o processo de Nº 132/95 demonstra de forma precisa até onde esse pensamento coloca a vida de mulheres em risco e sua índole posta em questão. Enquanto ao homem cabe a posição de vítima por ter sido traído ou supostamente traído. O acusado neste caso alega que “[...] tudo começou quando após três anos de namoro com a lesionada foi informado que a mesma o estaria traindo [...] a notícia da possível traição foi lhe dada por sua prima” (132/95). Por isso ele teria agido motivado por ciúmes ao saber que sua companheira foi vista com outra pessoa em uma festa na região, enquanto ele também vivia em uma outra relação, de acordo com o depoimento da vítima “[...] a declarante, vive com o autuado há quatro anos, sendo o mesmo também amaziado com uma outra mulher” (132/95). Por um lado a mulher nunca cometeu crime contra seu companheiro mesmo tendo conhecimento das atitudes dele, por outro ao supor e saber por uma terceira pessoa da possível traição este busca confrontar sua companheira e agredi-la.

Em seus depoimentos o réu se contradiz ao afirmar e negar que havia de fato agredido a companheira sob a justificativa de que havia ingerido bebida alcoólica. Percebe-se tal contradição em seus depoimentos, “[...] diz o autuado que está arrependido e só fez isso por ciúmes e também estava muito embriagado [...]” (132/95). No segundo depoimento o réu afirma que a vítima foi de encontro a arma e assim teria se machucado, “[...] tendo no momento da discussão perdido a razão e espancado a companheira e que puxou o trinchete apenas por intuito de amedrontrar a vitima tendo a mesma possivelmente num gesto de defesa espalmado as mãos tendo o trinchete atingindo-a ” (132/95).

Os depoimentos demonstram que foi algo premeditado, tendo em vista que o acusado teria chamado a vítima para a casa de sua tia e chegando lá a obrigou acompanhá-lo até um matagal “[...] ele forçou a declarante a entrar em um matagal, próximo a fazendo Nazareto

onde á jogou por cima de uma cerca de arame farpado” (132/95). Lá teria então desferido contra ela socos, pontapés, não satisfeito puxou um trinchete e assim feriu a mão da lesionada, o que acaba sendo confirmado com o exame de corpo de delito e o reconhecimento da arma pela vítima. Fato citado também pelo juiz, “é de impressionar que ante a prova colhida nos autos e a própria confissão do réu venha a defesa com a tese absurda de o canivete estava na mão do acusado e a vítima nervosa, tenha vindo ao encontro da arma” (132/95). No caso em questão a advogada de defesa alega que a vítima ao se desequilibrar acaba que indo de encontro a arma e com isso se fere, buscando assim retirar a culpa de seu cliente e culpabilizar a mulher, mesmo após ele ter confessado o crime anteriormente. Contudo destaco aqui se tratar de uma mulher na defesa, visto que durante o século XX era muito raro mulheres presentes nesses espaços tidos como masculinos, principalmente no interior, indo assim de contraponto a lógica do patriarcalismo.

Nesses dois pleitos percebem-se semelhanças entre si, a negação ao fim das relações, a ideia de pose diante suas companheiras, homens que em um momento de fraqueza acabam por tomar atitudes que em plena consciência não exerceriam, argumento este que parte das defesas e que não condizem com a realidade e a mulher assumindo mesmo que indiretamente o lugar de culpa. Pior ainda, nas duas acusações apenas um deles cumpriu o regime semiaberto, (796/99), o que se torna também insuficiente, enquanto o outro (132/95) devido à lentidão dos julgamentos foi absolvido.

A falta de punibilidade leva a outra forma de violência que essas mulheres sofrem até hoje e que implica na resistência a denúncias por parte das vítimas. O descaso com as vítimas é perceptível nos dois casos citados, mas também no dia a dia. Enquanto ao homem cabe o privilégio de não ser punido, possibilitando assim que as agressões se tornem cada vez mais frequentes e sérias, levando em alguns casos a fatalidade. No caso de utilizar as possíveis traições como justificativa para os atos delituosos, assim defendendo a honra masculina, é também uma concepção herdada ao longo da sociedade, quando bem ressaltado por Durval Muniz (2003, p. 245), “[...] O homem criado solto no mundo, vai estar sempre ‘pulando as cercas’; desde cedo as mulheres deveriam aprender que não se pode confiar em homem, que é de sua ‘natureza’ trair a mulher”. Essa ideia reforça a mentalidade que se perpetua até hoje no meio social, onde o papel da mulher sempre é perdoar e aceitar o seu companheiro, pois este possui por natureza o ato da traição, mas quando os papéis se invertem, o homem tem atitudes como as citadas nos atos criminais, eles agem por ‘emoção’ e buscam controlar suas companheiras ou impedir que elas possam seguir sua vida. Agride, mata, tudo em nome da

sua honorabilidade, para demonstrar poder sobre elas e de alguma forma demonstrar para a sociedade a sobreposição do homem diante a mulher.

4.1.1 O outro lado que a historiografia até então não mostrava

É fato que essas mulheres resistiram e que por este motivo hoje é possível presenciar mulheres em diversos espaços, mesmo que em uma pequena quantidade se comparada aos homens. Mas mesmo assim ainda faltam espaços que permitam que tais mulheres sejam reconhecidas, para que dessa forma outras sintam-se representadas e possam despertar seus interesses pela pesquisa ou até mesmo o desejo de lutar por espaços tidos como masculinos e ainda mais importante que elas se orgulhem da própria história. É necessário expor os casos de violência e de subalternidade que são contínuos na sociedade a fim de romper com este ciclo. Contudo mostrar o outro lado que a historiografia escrita por homens ocultou por tanto tempo é de também suma importância. Desfazer a ideia de que mulheres são movidas por emoções e sentimentos e que por este motivo são incapazes de ocupar as mais diversas profissões. Pensamento este que se perpetua há tantos séculos como bem ressaltado na seguinte citação de Raquel Soihet (1989) ao analisar autores da época:

[...] observamos que mesmo aquelas características dadas como positivas, tais como a ternura e a piedade, geralmente identificadas ao sexo feminino, seriam encontradas na mulher em decorrência de condições que marcam, segundo os autores, sua inferioridade, seu modo de inserção na prática social que a relega a domesticidade, à dependência, à dissimulação e que a impedem de um pleno desenvolvimento físico, intelectual e pessoal (SOIHET, 1989, p. 87).

Pouco se fala de mulheres que lutaram em guerras, por exemplo, já que a luta é um dos trabalhos mais masculinizados até hoje, o que não significa que não tiveram mulheres nas lutas pela própria independência de seus países, seja de forma direta ou indireta, financiando, lutando ou disponibilizando locais para articulações de planos para ataque ao adversário. O que falta são espaços que discutam e escrevam sobre essas mulheres. Em outros casos o que ocorreu também foi que esses relatos eram expostos no noticiário da época no nome dos companheiros dessas mulheres, reforçando a inferioridade feminina. No texto de Maria Lígia Prado, intitulado “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina” (2004), é possível analisar que o fato desses documentos serem escritos por homens foi fundamental para apagar a memória dessas militantes, sendo assim a outra mostra esse lado oculto quando diz:

As biografias [...] indicam a presença não apenas de mulheres que seguiam ao lado de seus companheiros, mas de várias mulheres-soldados que pegaram em armas para conseguir a libertação das colônias. Assim a conhecida figura de Maria Quitéria, a jovem baiana de família simples, vestida orgulhosamente de homem, que lutou contra as forças armadas do general Madeira [...] (PRADO, 2004, p. 35).

O certo é que existem e existiram muitas Marias, Joanas, Manuelas, Josefás, e várias outras mulheres que lutaram, mas que foram apagadas da história por homens que detinham o poder da escrita. O que se sabe também é que a repreensão que elas sofriam era extrema, expostas a praça pública sujeitas as mais dolorosas consequências, e ao contrário do que se pensa sobre mulheres doces, frágeis, essas são exemplos de que muitas, não só elas, mas muitas outras estavam cientes das repreensões que estavam sujeitas. Maria Lígia Prado cita Policarpa Salavarrieta que levava informações para os rebeldes, onde sua condição de mulher a torna menos suspeita. Ela foi fuzilada em praça pública ao ser descoberta e presa.

[...] Presa e julgada, foi condenada à morte, juntamente com outros oito homens, entre eles seu noivo. O fuzilamento ocorreu na praça principal de Bogotá, no dia 14 de novembro de 1817, causando grande impacto sobre a população. Sua coragem e audácia e a virulência de suas falas contra a opressão dos espanhóis, até o momento final foram registradas por testemunhos e recuperadas por seus biógrafos (PRADO, 2003, p. 40).

Nota-se então que as mulheres estiveram presentes em diferentes espaços, em diversas maneiras, nos casos das lutas elas se reinventavam para estarem presentes, seja ao lado de seus maridos, cozinhando para alimentar os rebeldes, costurando, cuidando dos feridos, mas também de forma direta pegando nos armamentos e indo lutar, ou também no caso das que possuíam maior poder aquisitivo, elas financiavam as tropas, eram mensageiras, como no relato citado acima, ou seja, participaram ativamente, se vestiam com trajés masculinos para que assim fosse possível entrar para a luta direta. O fato é que elas se fizeram presente, possibilitaram que futuras gerações possuíssem privilégios e mais direitos.

O que esses relatos possuem em comum com os processos é a forma violenta de repressão que as mulheres sofrem e sofreram ao se recusar dar continuidade aos padrões estabelecidos por tanto tempo e começar a adentrar espaços que até então apenas homens ocupavam. Mas indo, além disso, se correlacionam nas resistências que se fazem e fizeram presente nas suas mais variáveis formas, seja ao entrar para uma guerra, ao contribuir com planos de ataque, ao financiar, mas também ao correr o risco de romper a relação com seu companheiro (796/99), ou ao agir da mesma forma que seus maridos tendo relações extraconjugais (132/95). São diferentes formas de resistir, mas é sempre a resistência diante de homens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre houve resistência, sempre existiu mulheres em diversas áreas da historiografia fazendo história, resistindo e buscando novos espaços e direitos. Assim como nos casos das lutas pela independência de seus países ou por sua própria independência. Ao citar as lutas ou

os processos judiciais, ao levar em consideração o ato de decidir por romper o matrimônio com seus conjugues essas mulheres já estavam resistindo de alguma forma. Fazendo alusão a famosa frase de Michel Foucault (2009) “onde há força, há possibilidade de resistência” e era isso que essas mulheres faziam e buscaram fazer ao longo da história.

É indispensável a influência que o feminismo tem diante a novas possibilidades, descobertas, dar voz a tantas outras mulheres, mas é importante demonstrar também que antes mesmo desse movimento se intensificar elas já se faziam presentes, já faziam história, a história delas. Michelle Perrot (1988) exemplifica de forma excepcional quando cita:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência- à hierarquia, à disciplina- derrotam a racionalidade do poder, exertadas sobre seu uso próprio do tempo e espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 1988, p. 212).

Mulheres que tiveram suas vidas prejudicadas por seus ex-companheiros e mesmo após denunciar e buscar ajuda em órgãos públicos que deveriam acolhê-las e protegê-las, presenciavam a não punibilidade de seus agressores, sofrendo mais uma violência devido a lentidão nas investigações, advindas de poderes e leis que dificultam os julgamentos e consequentemente as condenações dos crimes, ou porque o próprio sistema reforça a divisão social entre homens e mulheres. Mariza Corrêa traz essa relação ao citar que:

[...] o que parece estar de fato em julgamento, em termos, em termos simbólicos, cada vez que um homem ou uma mulher senta no banco dos réus, é a imagem ideal que nossa sociedade atribui a homens e mulheres: o homem é reconhecido por sua atividade pública, sua utilidade social, seu trabalho; a mulher por sua atividade doméstica, sua fidelidade, não só ao companheiro e pai de seus filhos mas também a imagem social dela construída e reforçada em todos estes julgamentos [...] (CORREA, 1981, p. 82).

Ficando assim os traumas, tanto para as vítimas como para os filhos que presenciavam os crimes, “conduta que aviltou a formação dos seus próprios filhos, os quais ficarão marcados para sempre com o estigma da violência física” assim como bem destacado pelo juiz do caso (796/99), como também as sequelas corporais para essas mulheres vítimas de violência. Quantos aos denunciados concernia a eles o privilégio de não serem punidos, a liberdade de prosseguir a vida normalmente, a possibilidade de fazerem novas vítimas, agindo como se nada tivesse ocorrido. Em situações de pena, essas eram revertidas em realizações de serviços comunitários, em regime semiaberto, ou seja, era possível continuar a vida, quanto as vítimas ficavam os traumas. São notícias como estas citadas ao longo do artigo que se noticia

todos os dias nos noticiários e devidas também à falta de justiça que eles se tornam cada vez mais frequentes e contínuos ao longo dos anos.

As semelhanças entre os dois processos são claras, a concepção que os agressores têm ao assimilar essas mulheres como propriedades deles, buscando assim por meio de atitudes criminosas e, sobretudo premeditadas, fazer com que essas vítimas por meio do medo e da ameaça pudessem voltar aos seus relacionamentos, ou então nos casos de fatalidade, impedir que elas prosseguissem suas vidas com outras pessoas ou na sua normalidade. O desenvolvimento de espaços que levem mulheres da história se torna necessário para que futuras gerações sintam-se representadas e tenham conhecimento de várias figuras femininas que fazem e fizeram grandes feitos para a historiografia, não as limitando somente a violências como as que foram explanadas durante todo esse artigo, mas sim em uma visão de protagonismo da dita história das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. D. M. **Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino** (Nordeste-1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BOUDIERU, P. **A Dominação masculina**, 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CORREA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: brasiliense, 1981.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

PRIORE, M. D. História das Mulheres: As vozes do Silêncio. In: FREITAS, M. C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo-SP: Editora Contexto, 2007.p.217-235.

PRADO, M. L. A participação das mulheres nas lutas pela independência política na América Latina. In: PRADO, M. L. C. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PERROT, M. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

CAPÍTULO 2

TRABALHO EM EQUIPE: ESTUDO EXPLORATÓRIO

Edrilene Barbosa Lima Justi
Jamson Justi
Jadson Justi
Cristiane Pinheiro Duarte
Carlos Cesar dos Anjos Pinotti
Karla Emannelle da Silva Oliveira
Mikaelly Aparecida Silva Costa
Sabrina Kevily de Mello da Silva

RESUMO

Os termos grupo e equipe se diferem, onde, um grupo é definido com duas ou mais pessoas, que se reúnem e buscam atingir determinado objetivo ou meta e o desempenho é apenas a somatória de contribuições individuais em que não há uma cooperação. A responsabilidade é individual e as habilidades de cada membro do grupo são aleatórias e variadas. Já no caso das equipes, estas desenvolvem uma cooperação em que os esforços individuais geram um desempenho maior que a soma das contribuições individuais, pois, o objetivo é o desempenho coletivo, a responsabilidade é individual e mútua simultaneamente e as habilidades são complementares. Assim, essa pesquisa teve como objetivo apresentar as principais diferenças entre grupos e equipes de trabalho, visando explorar os conceitos e identificar sua relevância para a atividade profissional da administração. Para tanto, adotou-se uma pesquisa exploratória descritiva bibliográfica e de campo, com aplicação de questionário junto a acadêmicos de ensino superior no município de Nova Andradina MS. Pode-se concluir que o trabalho em equipe dentro das organizações se trata de uma grande ferramenta de sucesso desde que o gestor se empenhe em gerenciá-las de maneira eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Equipes. Comportamento Organizacional. Comunicação Gerencial.

1. INTRODUÇÃO

No contexto das sociedades, há uma série de contribuições das equipes para o alcance das metas e objetivos das organizações e, que se bem planejadas e direcionadas, podem ser eficientes e eficazes, além de se tornarem um poderoso mecanismo para o sistema de aprendizagem contínua, onde seus membros desenvolvem mais respeito a empresa e adquirem competências e estratégias de alto desempenho. O resultado desse desempenho gera aos membros recompensas que jamais seriam alcançadas individualmente (BATEMAN; SNELL, 2012).

Conforme destacam Robbins *et al.* (2010), é necessário entender que apesar de muito confundidos, os termos grupo e equipe se diferem, onde, um grupo é definido com duas ou mais pessoas, que se reúnem e buscam atingir determinado objetivo ou meta e o desempenho é apenas a somatória de contribuições individuais em que não há uma cooperação. A

responsabilidade é individual e as habilidades de cada membro do grupo são aleatórias e variadas.

Porém, para os mesmos autores, as equipes geram uma cooperação em que os esforços individuais geram um desempenho maior que a soma das contribuições individuais, pois, o objetivo é o desempenho coletivo, a responsabilidade é individual e mútua simultaneamente e as habilidades são complementares (ROBBINS *et al.*, 2010).

Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar as principais diferenças entre grupos e equipes de trabalho, visando explorar os conceitos e identificar sua relevância para a atividade profissional da administração.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As organizações têm buscado formas de se manter competitivas no mercado, realizando mudanças em sua gestão empresarial e estratégias de administração, para atingir alto desempenho e cumprir os objetivos e metas traçadas ao longo do tempo. Assim, a organização como uma entidade social para Chiavenato (2021a, p. 57), se trata de um conjunto de pessoas onde ocorre uma interação entre elas para que tenham alcance de objetivos próprios enquanto atingem os objetivos organizacionais.

Um dos meios mais utilizados como estratégia para inovação nas atividades da empresa e alcançar o alto desempenho é o trabalho em equipe. Segundo Schermerhorn (2006, p. 357) o trabalho em equipe se caracteriza como o processo do conjunto de pessoas que trabalham juntas a fim de se atingir objetivos em comum de todos os membros. Já para Robins *et al.* (2010, p. 299), a equipe de trabalho é um conjunto de pessoas, onde as ações viram um esforço coordenado, gerando uma sinergia, ou seja, um trabalho em conjunto para completar determinadas metas.

Daft (2017, p. 633) define a equipe em três componentes: para ele o primeiro componente se faz pelo o tamanho da equipe, sendo de duas ou mais pessoas; já o segundo é o processo de interação simultaneamente entre os membros, sendo assim, deve haver uma harmonia no trabalho da equipe; o último critério é em relação aos objetivos, que, no caso, a equipe se esforçará com comprometimento para o alcance das metas almeçadas. Segundo o autor existem dois tipos de equipe, sendo as funcionais: estas são compostas por um administrador e os subordinados, esse tipo de equipe pode ter em sua composição três ou quatro níveis hierárquicos. Por outro lado, as equipes multifuncionais são constituídas por colaboradores do mesmo nível hierárquico, porém possuindo habilidades, técnicas e formação

em áreas diferentes.

Já Robbins *et al.* (2010, p. 300) define que as equipes podem ser de quatro tipos: equipes de resolução de problemas, voltada para sugestão sobre melhoria dentro do âmbito organizacional; equipes autogerenciadas, que são responsáveis não apenas por realizar sugestão sobre melhorias, mas também executá-las; equipes multifuncionais se trata dos funcionários da mesma classe hierárquica, porém de áreas distintas; e, por fim, as equipes virtuais, estas por sua vez, utilizam como meio de comunicação e interação a tecnologia da informática .

As equipes podem proporcionar vantagens às organizações. Entre elas estão a criatividade e inovação, pois a união de pessoas com diversas habilidades pode potencialmente gerar melhoria de qualidade, velocidade de respostas, mais produtividade e redução de custo, melhor satisfação e motivação. No entanto, para que as equipes obtenham resultados mais satisfatórios, é preciso entender os fatores de formação e possíveis dificuldades que podem enfrentar (DAFT, 2017, p. 610-611).

Apesar de todos os benefícios que o trabalho em equipe proporciona ao ambiente organizacional e nos resultados da empresa, há uma preocupação de manter o bom funcionamento de equipes, pois, algumas circunstâncias possíveis podem afetar o desempenho das equipes ou criar um clima organizacional ruim, tornando a empresa um ambiente desagradável.

O conflito é um desses aspectos que podem afetar o bom funcionamento das equipes. De acordo com Bateman e Snell (2012, p. 267), os conflitos podem ser construtivos e são capazes de alimentar a criatividade de ideias, no entanto, há muito fatores que podem fortalecer a criação de conflitos destrutivos como o número e a variedade dos contatos, excesso de controle e responsabilidade, diferentes metas dentro do mesmo grupo, competição entre equipes por recursos escassos, tensões e ansiedades em equipes diversas demograficamente.

Há outros fatores organizacionais que podem interferir negativamente o desenvolvimento de equipes, como a comunicação, a liderança, fatores motivacionais, ou até mesmo a diversidade nas organizações. Alguns desses fatores estão relacionados a performance da equipe e outro a formação e liderança.

A comunicação é a transferência e compreensão de informações e significados, mas, quando deficiente, se torna uma das principais fontes de conflitos interpessoais, em que as

pessoas passam muito do seu tempo no ambiente de trabalho onde estão constantemente se comunicando (ROBBINS *et al.*, 2010, p. 325). De acordo com Daft (2017, p. 574) a comunicação é responsabilidade do gestor que reúne informações internas e externas e distribue de forma adequada as pessoas que necessitam. A comunicação dos gestores é direcionada a um propósito, repassando visão, valores e objetivos voltados a realização das metas da organização.

A liderança é um fator importante para as relações de equipe de acordo com Robbins *et al.* (2010, p. 359). A liderança é definida pela capacidade de influenciar pessoas para realizar metas e objetivos, portanto, o líder pode influenciar e motivar sua equipe, usando dos fatores motivacionais. Nesse caso, a motivação (motivo para ação), refere-se as forças internas e externas a uma pessoa que despertam entusiasmo e persistência para buscar determinado curso de ação (DAFT, 2017, p. 538). É necessário que os gestores compreendam as necessidades das equipes e seus membros, para que saibam usar os métodos de motivação adequado a tais, sempre ressaltando que o que é motivador para um membro, pode não ser para outro colaborador.

Em relação a diversidade na organização, sua existência gera variabilidade de habilidades, competências, ideias e criatividade. Os gestores também precisam reconhecer que as diferenças entre as pessoas podem levar a mal-entendidos, falhas de comunicação e conflitos, além disso, precisam entender a individualidade dos membros para combinar as diversas habilidades (ROBBINS *et al.*, 2010, p. 38).

De acordo com Robbins *et al.* (2010, p. 268-279) a estrutura do grupo é o que modela comportamentos, e suas variáveis estruturais que se resume a papéis, normas, status, tamanho do grupo e coesão: os papéis estão relacionados com a designação de tarefas/cargos aos membros do grupo; as normas consistem em regras que atribuem a equipe um padrão aceitável de comportamento entre os membros; os status se tratam das posições que os próprios membros depositam as outras pessoas que compõe a equipe; o tamanho do grupo refere-se ao tamanho ideal que possa garantir melhor desempenho do grupo; e coesão, que se trata do grau em que os membros se sentem atraídos e se motivam a permanecer no grupo.

Essas estruturas estão diretamente ligadas a formação de grupo, ou seja, se um gestor ao formar uma equipe não levar em consideração a estrutura necessária poderá ter problemas de desempenho.

Nos fatores apresentados, é possível perceber suas influências na gestão. A liderança

está praticamente a par de tudo é capaz de formar, gerir, influenciar e motivar equipes. Sendo assim capaz de ser o motivo pela a geração de conflitos nas organizações ou então ser a solução para o mesmo.

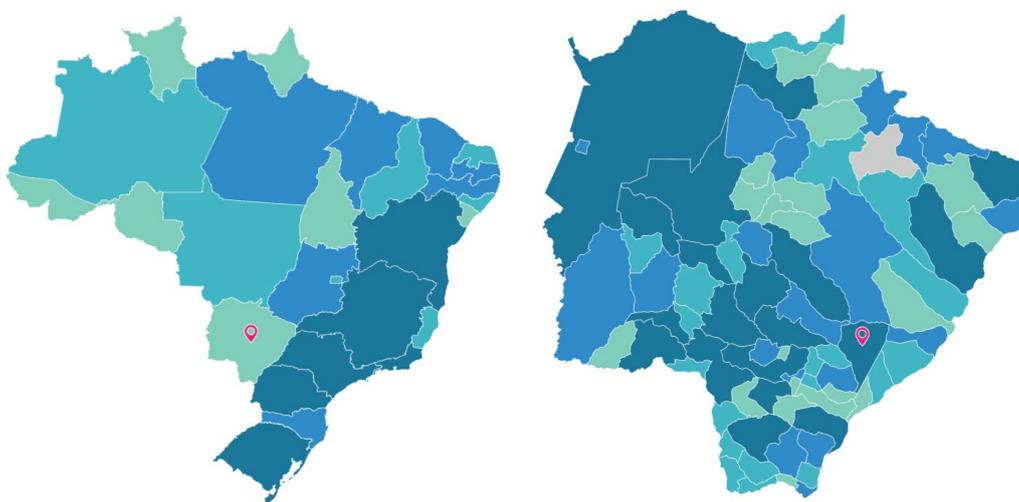
Segundo Chiavenato (2021b, p. 236) a base para um gestor é a administração de uma equipe, independente da fase onde se encontra, já que a mesma se refere a ferramenta primordial de seu trabalho, influenciando assim em suas metas e possivelmente ultrapassando seus objetivos, se a equipe possuir um alto desempenho.

Ou seja, gerir equipes para um desempenho de trabalho superior, pode se tornar para a organização uma fonte de fornecimento de novas ideias para resolução de problemas, através de um trabalho conjunto e criativo, em que o envolvimento e comprometimento das pessoas resultará nos ganhos compartilhados de todos os envolvidos nos processos e objetivos organizacionais.

3. METODOLOGIA

Foi desenvolvido e aplicado um questionário para o 5º e 7º semestres dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina, no período de abril de 2022 (Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Nova Andradina, no Brasil e em Mato Grosso do Sul.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011a, 2011b).

No que diz respeito aos fins, esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem por finalidade tornar o problema mais explícito ou construir hipóteses, proporcionando maior grau de familiaridade com o mesmo. Já a pesquisa descritiva, segundo o referido autor, tem por objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre

variáveis.

Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como de bibliográfica e de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo é utilizada com objetivo de conseguir informações acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

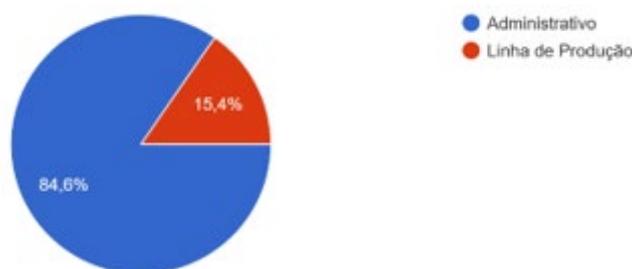
Obteve-se um total de 26 respondentes, onde houve predominância do sexo feminino, sendo 65,4% do total da amostra. Em relação a faixa etária o maior número de respondentes está na faixa de 17 a 25 anos.

Com relação as informações para identificar o público abordado pela pesquisa quanto ao curso, 55,6% estão cursando Administração e 44,4% cursam Ciências Contábeis.

Quanto ao município de residência, 76,8% são da cidade de Nova Andradina, 11,5% de Batayporã, 3,8% de Anaurilândia, 3,8% de Angélica e 3,8% de Nova Casa Verde, todas essas cidades localizadas no estado de Mato Grosso do Sul.

Uma das perguntas do questionário consiste em saber em qual área das organizações as pessoas realizam suas atividades, onde 84,6% relatam trabalhar no setor administrativo da empresa, já os 15,4% restantes tem suas atividades concentradas diretamente na linha de produção, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Área de atuação nas organizações.

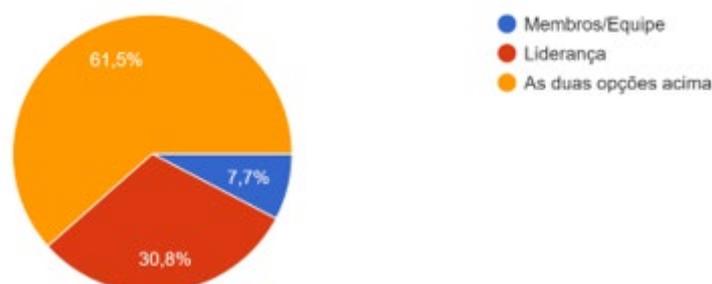


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com a aplicação dessa pesquisa foi possível extrair que a maioria das pessoas gostam e se adaptam no trabalho em equipe, sendo 69,2% das respostas. Porém, observa-se que, para que o trabalho em equipe seja satisfatório e traga bom desempenho para as organizações, tem que haver uma boa liderança com uma gestão que inclua fatores motivacionais, e também, colaboradores que estejam dispostos a realizar as atividades organizacionais com êxito e

compromisso. Entretanto, na pesquisa realizada (Figura 3), pode-se destacar que, para 61,5% dos entrevistados, o maior obstáculo que se enfrenta no trabalho em equipe está relacionado tanto à participação dos colegas membros da equipe quanto à liderança conjuntamente.

Figura 3: Obstáculos para o trabalho em equipe entre membros e liderança.

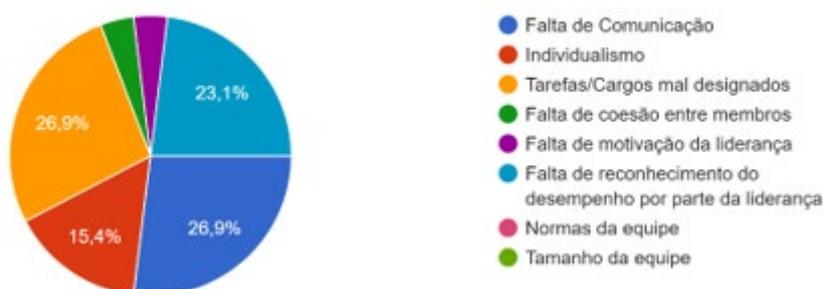


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Das pessoas que participaram da pesquisa, 46,2% afirmaram que a empresa na qual exercem atividades remuneradas adotam o trabalho em equipe, 46,2% utilizam do trabalho em equipe somente para realizar algumas tarefas e 7,7% não utilizam o trabalho em equipe. É importante também notar que 88,5% das pessoas consideram que conseguem trabalhar e se desenvolver bem em equipe, e em maioria com 96,2% das respostas, consideram que o trabalho em equipe proporciona bom desempenho para empresa.

Para entender os fatores que interferem no desenvolvimento de uma equipe, a pesquisa abordou qual o maior fator que resulta nas dificuldades a se enfrentar (Figura 4).

Figura 4: Fontes de dificuldades para o trabalho em equipe.



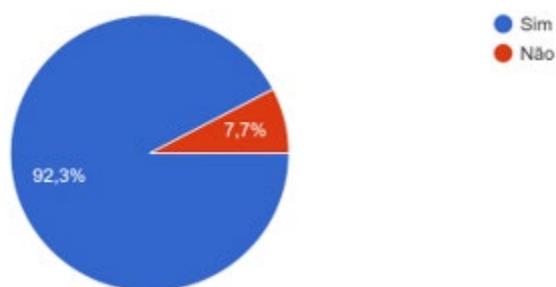
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As respostas ficaram bem divididas, sendo que 26,9% das pessoas identificam que o problema maior é a falta de comunicação, sendo a mesma porcentagem para as pessoas que acreditam ser tarefas/cargos mal designados. Outras 23,1% afirmam ser a falta de reconhecimento do desempenho por parte da liderança, e, 15,4% entendem que pode ser o individualismo.

Considerando que a pesquisa foi realizada na Universidade, é possível ver também que

há entendimento por parte da maioria dos estudantes em relação diferenciação de grupos e equipes sendo que 88,5% sabem a diferença.

Figura 5: Conhecimento da diferença entre grupo e equipe.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou que o trabalho em equipe dentro das organizações pode ser uma grande ferramenta de sucesso, pois a intensa competitividade de mercado gera diferentes tipos de equipes, em que cada uma possui seu conjunto de habilidades específicas para solucionar determinadas demandas geradas em seu cotidiano, onde vale aos gestores das mesmas saberem diferenciá-las e estimulá-las ainda mais.

Ou seja, é papel do gestor buscar possibilidades que tragam mais benefícios no dia a dia de sua organização, inclusive com o intuito de solucionar os conflitos presentes dentro dos grupos e equipes de trabalhos, elaborando estratégias que conseqüentemente traga benefícios como mais êxito nas atividades realizadas, aumentando a produtividade, flexibilidade, redução de custos, e retenção de talentos, fazendo com que desse modo sua equipe esteja cada vez mais comprometida.

Assim, o ambiente de trabalho pode ser estimulado com um clima de confiança em que a comunicação dos seus colaboradores se torne mais eficiente, bem como a produtividade dos departamentos em questão, tanto para os colaboradores ligados a linha de produção quanto aos dos setores administrativos.

Desse modo, as equipes de trabalho dirigidas e executadas de forma correta terão mais possibilidade de cumprir seus objetivos almejados com seu desempenho alavancado, podendo fazer com que a organização se destaque cada vez mais no mercado, aumentando o lucro, a visibilidade e, principalmente, a satisfação de seus colaboradores e clientes, visto que uma equipe bem estruturada e satisfeita com sua função deve refletir diretamente no atendimento aos clientes que por sua vez também saem satisfeitos com o serviço/atendimento que foi bem

concluído.

REFERÊNCIAS

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração**. 2 ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CHIAVENATO, I. **Fundamentos de administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade**. 2. São Paulo: Atlas, 2021.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 5. São Paulo: Atlas, 2021.

DAFT, R. L. **Administração**. 3. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, Mato Grosso do Sul [mapa]. Rio de Janeiro, 2011a. Não paginado. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: nov/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, Mato Grosso do Sul, Nova Andradina [mapa]. Rio de Janeiro, 2011b. Não paginado. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/anaurilandia/panorama>. Acesso em: nov/2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. São Paulo: Atlas, 2015.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SCHERMERHORN JR, J. R. **Administração**. 8. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CAPÍTULO 3

MULHERES DA MARÉ E DO BRASIL: VOZES DO FEMINISMO NEGRO NA EJA

Fabiola Santos Luna Chagas Costa
Vinícius de Luna Chagas Costa

RESUMO

Sob inspiração dos artigos discutidos durante o curso Questões Históricas e Filosóficas da Educação, este texto tem o objetivo de analisar o processo de construção de currículos/práticas e seus efeitos na vida das mulheres na educação de jovens e adultos. Em articulação com os conceitos de interseccionalidade, feminismo negro e desigualdades raciais, busca-se ouvir as vozes dos sujeitos da EJA para compreender uma proposta curricular outra, construída na periferia da cidade do Rio de Janeiro. Abarcar a participação social e as memórias dessas mulheres torna-se também um desafio. Com base nesta pesquisa, pode-se dizer que o projeto contribui de modo singular para a compreensão de uma abordagem feminista na educação de jovens e adultos. A baixa evasão e o número de estudantes promovidas a outras instituições afim de seguirem sua trajetória educacional reforçam a intervenção formativa desse modelo, mesmo em um espaço não formal de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Escreva seu Futuro. Feminismo negro. Currículo.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre gênero e desigualdade, vem produzindo transformações na sociedade contemporânea, com impactos significativos no cotidiano das relações entre homens e mulheres, resultando em mudanças na família e na sociedade. Historicamente no Brasil, o ingresso no mercado de trabalho desde meados da década de 1970 e a queda da fecundidade foram relevantes e decisivos para reverter essa situação.

É importante frisar que sexo não possui o mesmo significado que gênero, sexo se refere a diferenças biológicas entre homem e mulher, gênero se refere a diferenças construídas socialmente entre sexos, quais sejam: papéis e responsabilidades atribuídas pela sociedade a homens e mulheres.

A maternidade e o trabalho ainda representam, para muitas mulheres, obstáculos para que possam ampliar a escolaridade ou, ao contrário, servem de impulso para melhorar de cargo e contribuir com a aprendizagem dos filhos. Durante pesquisa realizada com educandas pertencentes ao projeto “Escreva seu futuro” – realizado no bairro Maré – falas reveladoras sobre o simples fato de trabalhar “fora” do serviço doméstico de forma remunerada ou ocupar posições dentro de uma instituição ser encarado repercutiram, a princípio, como uma forma restritiva de se garantir os meios materiais de sobrevivência, e de acordo com a posição que se

ocupa e da instituição a que se está ligado, até como um status privilegiado em uma sociedade marcada pelas desigualdades e sob ameaça constante de desemprego.

O que deveria ser geral, a incorporação das questões relacionadas aos direitos das mulheres, sobretudo as negras, por conta do peso que o racismo possui na sociedade, ainda se faz de forma excepcional. Silvio Almeida formula assim o conceito:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (SILVIO ALMEIDA, 2021, p. 32).

O autor ainda adverte que o racismo opera ações tanto na rejeição agressiva como se esconde através de uma ideologia de assimilação condescendente. Essa ideia postula a branquitude como uma identidade que privilegia o branco como norma em um modelo de escolarização, saúde e oportunidades de no mundo do trabalho que opera de modo discriminatório. De forma perversa, essa exclusão muitas vezes se faz imperceptível as suas vítimas. Muito já foi escrito sobre a problemática do racismo. Tudo que tem sido dito a seu respeito parece convergir para um percurso onde apenas os negros precisam “tomar consciência”. O problema está neste ponto: o racismo é um problema branco, fruto do colonialismo europeu que deixa a colonialidade como marca. Logo, também é um problema branco.

Fato é que as identidades são socialmente construídas. Trata-se de um processo, uma constituição marcada pela condição racial, econômica, social, onde é possível considerar até mesmo os fatores que antecedem o nascimento desses sujeitos. Existem diferentes dimensões de identidades.

É necessário compreender que as construções raciais são artificiais, distorções criadas pela modernidade/colonialidade europeia. Nesta perspectiva, faz-se necessário discutir um pouco mais sobre o conceito de modernidade, inventada no século XVI, período das chamadas grandes navegações onde a Europa passa a produzir ciências e narrativas próprias da história do mundo desconsiderando as demais formas de ser e estar no mundo.

Pois bem, graças a colonialidade à Europa forjou as ciências humanas em um modelo único e universal para construir os conhecimentos, excluindo todas as outras formas de pensar que estivessem na periferia do ocidente. No campo político e teórico, não se pode deixar de reconhecer a importância da colonialidade ao mobilizar um pensamento que se contraponha a esse movimento.

A ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem, as línguas não são apenas fenômenos culturais em que as pessoas encontram a sua identidade; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2003, p. 688).

O semiólogo argentino Mignolo advoga que é do mito da modernidade que deriva a colonialidade do poder. Esse pilar da colonialidade ocorre a partir do sistema de classificação racial e sexual, numa formação e distribuição de identidades sociais entre homens e mulheres e posteriormente define-se entre brancos, negros, indígenas e mestiços. Essa hierarquização provoca um conflito que permanece imbricado nas estruturas contemporâneas em diversas sociedades.

Diante disso, se configura uma homogeneidade dos centros de poder, de um poder que tem como características ser homem, branco e europeu. As outras formas de identidade são constantemente subalternizadas ou silenciadas. Desta forma, é possível que a colonialidade esteja presente como pensamento dominante não só na academia como também na educação básica por meio dos materiais didáticos, marcas no espaço escolar como murais, atividades presentes no calendário e finalmente, nos currículos.

2. FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO

Dentre os conceitos que fundamentam este trabalho, ganha relevo a ideia do feminismo negro, onde a categoria mulher não é universal: não só por existir diversas possibilidades de ser mulher, mas porque existiram e existem locais que a ideia constituída pela modernidade ser mulher não existe. Nessa engrenagem colonial, em que as opressões são diferenciadas e estratificadas, a pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí proclama a necessidade de ampliar a reflexão sobre as questões de gênero: Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Oyěwùmí (2004, p. 2).

Nesse sentido, é necessário considerar a existência de interseccionalidades de gênero, raça e classe, que não podem ser pensadas de forma alguma isoladamente. Historicamente no Brasil o feminismo negro começa a ganhar força somente nos anos 1980, ou seja, 20 anos depois em que o ponto de virada em defesa dos direitos das mulheres ocorre nos Estados Unidos e na Europa, há que se considerar a força da coletividade negra ao potencializar esse movimento, dando visibilidade política no campo do feminismo.

No ano de 2020, em entrevista ao Instituto Serrapilheira, a filósofa e ativista Sueli Carneiro afirmou que em relação à diversidade humana, a ciência tem sido perversa em muitos momentos. E ao produzir uma só forma de ciência, incapaz de coexistir, o resultado foi uma desarmonia ao considerar as outras civilizações produzidas pela humanidade. E, muitas vezes, reduz-se essas pessoas à condição de fonte primária de pesquisa, informantes do conhecimento, mas não reconhece a autoridade da fala dos portadores desses saberes.

Os movimentos feministas ou libertários, inspirados em intelectuais como Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell aprofundaram a luta por direitos perante os homens. Sua maior crítica residia justamente sobre o modelo de sociedade e família patriarcal. A autonomia intelectual, o direito ao trabalho com igualdade de salário e condições além do controle de seu próprio corpo estavam em pauta naquele momento.

Um dos problemas que emergem do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, pensado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída. Uma visão mais relativista de feminismo é incorporada a partir dos anos 1980, quando o movimento começa a pensar em questões relativas aos diferentes tipos de mulher, considerando aspectos culturais, sociais e, principalmente, étnicos.

É preciso destacar que Lélia Gonzalez (1935-1994), foi uma pensadora importante ao dar visibilidade a questão, costumava pontuar a falta de mulheres negras em espaços de decisão e ativismo por entender que havia uma hierarquização onde prevalecia o feminismo hegemônico, ignorando outras formas de ser mulher que não a branca.

A contribuição do pensamento de González ainda no século XX faz uma reflexão sobre as barreiras impostas pela hegemonia do saber e do ser. Além de Antropóloga, historiadora e filósofa, Lélia se dedicou a estudar a linguagem, ao considerar o “pretuguês” como uma forma de valorizar os conhecimentos dos povos negros africanos presentes no Brasil – uma desobediência epistêmica da pensadora ao se contrapor a norma “cultura” imposta pelo colonizador e seus saberes universalizantes:

É engraçado como eles (sociedade branca elitista) gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que estão falando pretuguês (GONZALES, 1984, p. 238).

É preciso reforçar que a militância que Lélia Gonzales fez na década de 1990 no Brasil ficou conhecido como um ato do feminismo negro e ajuda na compreensão de como se dá essa relação linguística do preconceito linguístico/discriminação:

Sua luta contra as opressões tinha como ponto de partida as trajetórias vividas por mulheres pobres e negras, em contraposição ao feminismo branco e elitista. Ao romper este silêncio como fez Lélia, é possível lançar mão da definição de Djamila Ribeiro para tratar do feminismo negro, que se difere diametralmente da lógica branca, em suas especificidades: “É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui. Há grandes estudiosas e pensadoras brasileiras.” (RIBEIRO, 2018, p. 53).

Na visão de Ribeiro, a desconstrução das teorias feministas vem no sentido de demonstrar como a ideia de universalidade é excludente, inclusive superando o binarismo masculino/feminino.

O movimento feminista trouxe uma grande contribuição a luta das mulheres, inclusive ao dizer que no feminismo negro a mulher negra sofre formas de opressão que não se reduzem aquelas sofridas por mulheres brancas ou pelos homens. Já Nilma Lino Gomes expõe em seu texto “Escola, teorias racistas e imaginário social” que a ideologia racial presente no cotidiano escolar está presente no imaginário e nas práticas educativas ao atribuir valores raciais e de gênero onde ser branco e homem são elementos garantidores de privilégios.

Trata-se, portanto, em um campo onde a intenção política de representar de forma positiva grupos raciais, passando inclusive pela afirmação de ser negro, suas formas de pertencimento e identidade, formas de mobilização contra o racismo no espaço escolar. Registre-se o fato de que o que deveria ser geral, a incorporação das questões negras na escola ainda acontece de forma excepcional.

Vale a pena dizer que o currículo não é um campo neutro, mas um espaço em que conhecimentos e práticas da sociedade são reproduzidas. Num espectro conservador como o brasileiro, o resultado é a reprodução histórica de desigualdades sociais e a naturalização de barreiras ao exercício de seus direitos, resultado de múltiplas manifestações do racismo, entre elas a concretização do fracasso escolar que atinge, não por acaso, meninas, jovens e adultas negras. Na percepção de Paula, Pereira e Costa (2020), o currículo deve considerar a complexidade da vida social, ao considerar ainda as subjetividades e vivências coletivas.

Nesse sentido, o currículo comporta uma diversidade de processos, relações, conexões, que tem como base fundamental o processo de ensino-aprendizagem na escola e seu contexto social. Desse modo, são dimensões integrantes do currículo: o conhecimento científico, as manifestações artísticas, a ideologia, a ideia de moral e ética, técnica, tecnologias, formas de comunicação, linguagens e pensamento, confissões religiosas, processos econômicos, cotidiano, particularidades, singularidades, pensamento, globalização, natureza, razão, sensibilidades, emoções, sentimentos, modo de pensar, relações de poder, política, Estado, políticas públicas, luta de classes, gênero, raça, etc. O currículo configura-se como espectro das realizações humanas.

Essas são, grandes questões, nos últimos anos, em relação à EJA: a relativa “inclusão” — mulheres que se a cada semestre passam a integrar os bancos da EJA e mesmo evadindo voltam em outro — e, conseqüentemente, como a escola lida com essa condição múltipla que as mulheres assumem: mãe, estudante, trabalhadora. Qual é o lugar social e político desses sujeitos?

Crenshaw faz revelações sobre as opressões, desigualdades sociais múltiplas e contextuais – fenômenos comuns as estudantes da EJA, à luz interseccionalidade uma ferramenta teórica que contribui sobremaneira para superar a visão estereotipada e reducionista com relação ao aprofundamento do lugar social do sujeito. Professora da teoria crítica, a autora aponta, diversas causas que não podem ser pensados separadamente: “A interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos de desempoderamento.” Crenshaw (2004, p. 16).

Conforme afirma Crenshaw, racismo difere de cis-patriarcalismo, que por sua vez é diferente de opressão de classe. No entanto, essas opressões podem se interligar criando complexas intersecções que impossibilitam avanços socioeconômicos e que, no caso da EJA pode ser percebido pelas alunas na própria escola: currículos que se distanciam de sua realidade; avaliações que as desclassificam fazendo-as se sentirem incapazes de aprender e não compreendendo o papel das mulheres negras e trabalhadoras naquele espaço.

Percebe-se que trabalhos como de Crenshaw, que tomam como matriz políticas específicas opressivas, pode ser útil na compreensão de fatos comuns no ambiente escolar: a culpabilização das alunas pelo seu insucesso ou desistência. Os lugares sociais da mulher negra passam a ser objeto de críticas a partir do feminismo negro ao expor o senso comum – a

imagem das mulheres negras de classes populares que não frequentam a escola por ‘falta de interesse’, por serem irresponsáveis, preguiçosas, sem objetivo na vida, etc.

Contudo, é indiscutível que práticas pedagógicas equivocadas e práticas de currículos distanciados da realidade dessas mulheres também afetam a sua permanência e sucesso escolar, justamente por estarem mais vulneráveis nessa hierarquização social. Essas intersecções que prejudicam as mulheres negras em seu processo de escolarização até o nível superior, e mesmo sendo maioria na sociedade brasileira são invisibilizadas.

Num caminho inverso, a partir do início da escolarização é possível perceber, segundo o Censo 2010 (p. 85) que, “para as pessoas de 15 anos ou mais de idade a taxa de analfabetismo declinou de 13,8% para 9,9%, para os homens, e de 13,5% para 9,3%, para as mulheres”, o que representa uma queda de 3% a mais para as mulheres que vêm, gradativamente, ampliando o nível de escolaridade e reescrevendo outra história no cenário mundial, a partir de lutas do movimento feminista.

De acordo com os dados revelados pelo Censo Maré, apenas 37,6% dos moradores das 16 comunidades que integram o conjunto da Maré completaram o Ensino Fundamental. A maior taxa de analfabetismo se encontra entre as pessoas pretas. São dados que reforçam os obstáculos impostos pela desigualdade social e racial que afeta os moradores da favela.

Nessa mesma perspectiva de reconhecimento das desigualdades raciais na educação é que se coloca o feminismo negro, obtendo o apoio de diversos intelectuais do meio acadêmico, professores e militantes homens do movimento negro e tomado como instrumento de intervenção na luta pela concretização de direitos e busca da garantia de uma trajetória escolar cidadã ao incrementar o currículo escolar contra o esmagamento de identidades e singularidades consideradas fora dos padrões universalistas.

Logo, feministas negras são intelectuais e sobretudo, militantes. Educar numa perspectiva antirracista e feminista pressupõe que todos os estudantes negros e não negros se apropriem de conhecimentos mínimos necessários para compreender sua própria história e os valores de sua cultura, para que possam intervir de forma positiva junto ao outro, e abrindo cada vez mais espaços para que falar de mulheres, população negra e outros grupos excluídos pela universalidade.

Nessa perspectiva, não se pode construir uma escola crítica sem considerar os conhecimentos mobilizados graças a Lei 10.639/2003, que insere a história da África e a cultura afrobrasileira nos currículos da educação básica de todos os estabelecimentos

escolares públicos e privados do Brasil. A sua influência culmina na noção de equidade, por se tratar de uma política educacional de ação afirmativa, que busca a promoção de igualdade de direitos. O conhecimento contido no currículo para as relações raciais assume um movimento de deslocamento: torna-se uma luta permanente contra os processos de hierarquização e pensamento único.

Com a intenção de desenvolver formas de luta contra a opressão e a marginalização da comunidade negra o grupo passa a utilizar o conceito de raça como elemento político, uma forma crítica a ideia de democracia racial vigente no Brasil através de slogans como “negro é lindo” e “não deixe sua cor passar em branco”. O movimento desconstrói a ideia de inferioridade racial ao ressignificar o termo negro, antes visto como pejorativo para assumir uma categoria racial, possuidora de ancestralidade e cultura a ser valorizada. A militância do movimento pôs em xeque o antirracismo retórico e disseminou a ideia de consciência negra, a partir de dois pontos: a valorização do negro, como categoria positiva e o enfrentamento do racismo.

Pode-se destacar que quase trinta anos depois, mais precisamente em 2004, esses pontos foram materializados através do projeto educativo “A Cor da Cultura”. A iniciativa – uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) vinculada ao Governo Federal e meios de comunicação – valorizou a cultura negra e possibilitou através de figuras de proa, intelectuais importantíssimas como Maria Aparecida Silva Bento, Azoilda Loretto da Trindade e Eliane Cavalleiro, para citar algumas, fundamentais para construção de materiais didáticos, currículos praticados e a formação antirracista de professores em diversas regiões do território brasileiro.

A educação de jovens e adultos, compreendida como educação que vai além da escolarização, move-se em direção à educação popular, uma vez que a realidade exige sensibilidade e competência científica de professores e estudantes. Entre essas exigências, destaca-se a compreensão crítica de professores quanto ao cotidiano do meio popular e suas formas culturais de estar no e produzir o mundo.

Embora os documentos oficiais sobre propostas curriculares atravessem as discussões, mostra-se urgente reverter o consenso de se prender a um currículo prévio e passá-lo a construir a partir da interação com dos sujeitos, buscando identificar suas necessidades e anseios. Não existe uma forma ou um único caminho para se trabalhar com a aprendizagem as mulheres presentes na educação de jovens e adultos, mas formas e caminhos. Para encontrá-

los, é preciso sensibilidade humana e vontade política, para que se respeitem as necessidades desses sujeitos-alunos de EJA e as dos educadores atuantes nessa modalidade, que nem sempre estão abertos para mudanças.

3. O RACISMO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: MARCAS DA COLONIALIDADE

Na vida social fora e dentro da escola é perceptível a marca da colonialidade. São valores universais que detêm amplo domínio de uma hierarquia e graus de prestígio onde a mulher negra se encontra na base da pirâmide, e no topo o homem branco. Chama a atenção como esses valores e formas que se tornaram padrão de vida em escala mundial foram impostos pelos colonizadores europeus a partir do século XV. Neste contexto, a América Latina que se encontra abaixo da linha do Equador é considerada inexistente para o Norte. Em síntese, Castro Gomes faz um alerta sobre esta epistemologia europeia dominante se fundamentou numa farsa projetada na ideia de um sujeito empírico branco, masculino, heterossexual e que pertence à classe média. Para este autor:

A partir da perspectiva do ponto zero, os conhecimentos humanos foram ordenados em uma escala epistemológica que vai desde o tradicional até o moderno, desde a barbárie até a civilização, desde a comunidade até o indivíduo, desde a tirania até a democracia, desde o individual até o universal, desde o oriente até o ocidente. Estamos então, diante de uma estratégia epistêmica de domínio (CASTRO-GOMES, 2005, p. 63-64).

Como apontado anteriormente, existe uma necessidade em reconhecer e compreender a história dos subalternizados, de debatê-la e de identificar problemas, com a finalidade de enfrentar os fantasmas da identidade e da modernidade, o que só se torna possível por meio da democracia. Movimentos sociais — de mulheres negras, entre outros — vêm assumindo esse enfrentamento e avançando em conquistas, mas não podem caminhar de forma isolada, precisando ser conhecidos e valorizados interna e externamente. São mulheres que construíram a habilidade do aprender a aprender e que, por meio dessa habilidade, ousaram caminhar por conta própria à aventura do conhecimento no embate com uma cultura historicamente produzida e que as exclui em suas narrativas cotidianas.

No Brasil, branco é a norma, étnico mesmo é o negro. A partir desta ideia de partida, pode-se constatar que após 500 anos de opressão e aprofundamento das desigualdades raciais contra os negros e negras a injustiça persiste. O Brasil branco, não discriminado, não admite o racismo, mas produz desvantagens sociais que se mostram fortemente na educação. Ainda existem aqueles que negam a necessidade de se discutir a questão racial vinculada ao gênero, naturalizando um processo educacional competitivo alegórico, que exclui as mulheres negras.

É necessário recordar que no Brasil pós-abolição, apenas o estatuto jurídico de homens e mulheres livres não garantiu aos negros o acesso aos bens sociais e o direito à cidadania. Até hoje ainda permanecem diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial. Este grave problema faz com que a pobreza e a vulnerabilidade sejam em sua maioria sofridas por mulheres negras.

A régua da colonialidade trouxe outra invenção: o outro, evidentemente o não branco. Sobre a importância das mulheres negras se definirem, ocuparem um lugar, reverberam nas palavras da professora Patrícia Hill Collins:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se, e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco (COLLINS, 2016, p. 105).

As políticas públicas dinamizadas pelo estado pressupõem o atendimento a todas as pessoas. Mas basta observar com maior cuidado os grupos por gênero e cor para perceber que a violência praticada pelos órgãos segue em direção a grupos majoritariamente negros. Fazer esse movimento não significa reivindicar vozes. São manifestações legítimas por justiça social, passando de uma condição de sobrevivência para uma situação de bem viver, de dignidade.

Existe uma ligação entre pertencimento étnico-racial e o sucesso escolar, movimento que aparece com maior desenvoltura nos últimos anos do Ensino Médio, onde grande parte da juventude negra ainda não consegue concluir seu curso ou ainda por meio do vestibular, quando o acolhimento e garantia de permanência aos negros e pobres é incerta. São dois exemplos de sistemas discriminatórios operando ali, mais uma vez como forma de existir do racismo estrutural. Almeida (2021) alerta para a questão da perpetuação do racismo ao indicar que existe um sistema engendrado para fornecer ideias racionais, explicando a desigualdade. Dessa forma, tudo é justificado e nada muda em uma estrutura social organizada para eliminar a população negra. O segundo ponto abordado pelo autor ao discutir essa naturalização, presente na sociedade, se dá justamente pela constituição dos sujeitos. Ao sofrerem, durante sua vida violência racial repetidas vezes, o racismo passa a produzir uma normatização em seu imaginário, onde quem sofre não percebe, por exemplo a ausência de pessoas brancas em determinados espaços sociais.

O sociólogo e pensador peruano Aníbal Quijano (2005) marca em seu pensamento que o conceito de raça é importante para a operação dos diferentes papéis no controle do trabalho, pois tende a reforçar a situação de inferioridade das populações não brancas. Mas voltando ao tema política educacional voltada para a população negra é preciso dar relevo ao ano de 1885. Enquanto nos Estados Unidos o ideário liberal e protestante permitia a valorização do indivíduo negro os brasileiros estavam excluídos de ler, escrever e votar. Urge situar as circunstâncias atuais através de um contexto histórico brasileiro. Faz-se necessário pensar a ideia de cidadania no Brasil, pois se distinguiu da população negra desde a sua fundação. Cidadão era o branco, livre no Estado-Nação. Daí é possível compreender melhor o enraizamento do racismo em muitas das instituições brasileiras.

A compreensão do percurso das mulheres no contexto da EJA não é poética. Historicamente alijadas da escola, seja pela cultura do machismo ainda vigente no país ou por conta da necessidade de sobrevivência no mundo do trabalho, fato é que os sistemas educativos formas não as privilegiaram. Existe uma necessidade de compreender os motivos que fizeram estas mulheres retornar aos bancos escolares, uma vez que estão estabelecidas no mundo do trabalho após discriminação e jornadas triplas ao conciliar o trabalho doméstico, ou mesmo aposentadas. Mas, também é intrigante o fato de muitas continuarem sem recorrer a essa instituição socialmente reconhecida como espaço de construção de saberes, que apesar das crises e críticas ainda não perdeu sua representação social. Esses sujeitos, muitas vezes, são vítimas de preconceitos, pois a sociedade herdeira da tradição eurocêntrica é marcada por aquilo que Castro-Gomes (2005) denomina de pensamento decolonial, ao discriminar saberes populares, constituídos por outras lógicas e não pelos padrões científicos ou filosóficos europeus.

O texto aborda mulheres negras em seu processo de escolarização, sujeitos-intelectuais sem titulação acadêmica que são, na maioria das vezes discriminadas, incompreendidas, pois muitos não aceitam sua erudição ou não lhes dão créditos, mesmo quando reproduzem conhecimentos pautados nas ciências ditas modernas. Tornam-se uma espécie de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, embora este não fosse totalmente não escolarizado, mas ousava buscar conhecimentos e falar de assuntos que não correspondiam ao seu grau de formação.

No caminho da pesquisa foi possível, através da realização de entrevista semiestruturada, alcançar a voz e experiência de quem construiu saberes dentro e fora dos bancos escolares, por isso mesmo, muitas vezes, desqualificado social e culturalmente — apesar de conquistas pessoais, profissionais, financeiras e familiares —, práticas

(pedagógicas) conscientes e/ou inconscientes que tornaram possível a autoaprendizagem de um sujeito adulto.

De alguma maneira, portanto, seus processos de aprendizagem contribuirão para discutir a elaboração de currículos flexíveis e práticas pedagógicas dialógicas mais identificadas a outros tantos processos de aprendizagem do público da EJA. Segundo Spivak (1985) essa relação é dialógica, “há uma relação intrínseca entre falar por e o representar, pois em ambos os casos, a representação é um ato de fala em que há a pressuposição de um falante e de um ouvinte” (SPIVAK, 1985, p. 13).

Desde o princípio da pesquisa, era latente a necessidade de entrevistar mulheres em diversos espaços sociais, que excluídos do direito à educação escolar na idade própria, geralmente por terem de ajudar na renda familiar, ingressam muito cedo no mercado de trabalho informal, e construíram seus saberes com pouca ou nenhuma intervenção da escola.

4. PESQUISAR A EJA E AS MULHERES DA MARÉ: UM OLHAR SOBRE O EMPODERAMENTO FEMININO

Como direito social para todos, a educação retornou ao texto constitucional tardiamente, pois este trecho importante estava ausente desde 1934 (com breve passagem apenas vinculada ao direito de votar de analfabetos), e impunha revisão de práticas excludentes de cidadãos do direito de aprender. Como tal, a escola deveria incluir todos os sujeitos, e não apenas crianças, e nem só os da “famosa” faixa etária obrigatória. Nascia naquele momento de reformulação curricular, uma concepção de pedagogia que formaria com alguma dificuldade, dada a falta de formação dos professores por um longo período, crianças, jovens e adultos, para dar consequência ao sentido do direito presente na constituição federal.

Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos na área de EJA, no Rio de Janeiro, mesmo assim muitas dificuldades perduram, mantendo-a como desafio. Podem-se citar algumas: a não compreensão da EJA como direito da cidadania; sua posição marginal na política educacional, em particular nos estados e municípios e em disputa, nos últimos tempos, no Plano Nacional de Educação (PNE); a baixa cobertura da oferta de matrículas de estudantes para a EJA (INEP, 2010) diante da potencial demanda; e, finalmente, a não compreensão da EJA em toda a sua potencialidade de concepção, restringindo-a à perspectiva da escolarização para quem não teve garantido o direito à educação, sem promover o aprender por toda a vida, que a educação precisa adotar como concepção.

Desta forma o projeto realizado na Maré é promissor: estruturando-se para essa formação, promovem exclusivamente a “educação” de mulheres jovens e adultas — nas áreas da saúde, do direito, do meio ambiente, da igualdade racial e de gênero. Segundo o Censo Maré, publicação da Redes da Maré, as taxas correspondem a 6,2% das mulheres a partir de 15 anos, distribuídas nas 16 favelas do complexo.

O projeto de alfabetização para mulheres da Maré teve início em 2019 e tem como objetivo fundante alfabetizar moradoras que nunca estabeleceram uma relação duradoura com o saber escolar e os processos de aprendizagem. Outra preocupação se ancora na busca por garantia do ingresso e/ou retomada de suas trajetórias escolares após anos de afastamento das salas de aula. Em quase três anos de existência mais de duzentas mulheres já foram impactadas pelo curso e viram suas vidas transformadas com a abertura de novos horizontes e resgate da autoestima.

No ano em que o projeto ocorreu de forma presencial, o Escreva Seu Futuro chegou a alcançar mais de 100 alunas inscritas, das quais grande parte foi encaminhada para uma escola regular para dar continuidade aos estudos após a alfabetização, fruto do início da parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos da Maré (CEJA-Maré).

Do total, 40 alunas concluíram a alfabetização. Em 2020, por conta da pandemia, as aulas foram suspensas e as atividades foram realizadas via redes sociais. Dez estudantes concluíram o curso de alfabetização. A rede de apoio econômico e educacional é fruto da parceria entre Redes da Maré, L’Oréal Lancôme e Programa Integrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para Educação de Jovens e Adultos. São promovidos encontros para formação na Casa das Mulheres da Maré, abordando temas como gênero, raça, direito à segurança pública, acesso à justiça e enfrentamento das violências contra as mulheres.

Em relação ao percurso de aprendizagem foi possível identificar um curso de alfabetização exclusivo a mulheres que acontece num período de 10 (dez) meses e, ao término do curso, após avaliação diagnóstica e articulação com as escolas públicas da Maré, a equipe realiza o encaminhamento para uma das escolas que atendem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Isto porque as alunas ingressam nas turmas com níveis diferentes de alfabetização, por isso nem todas concluem o processo ao mesmo tempo. A equipe pedagógica multidisciplinar tem a função de acolher essas mulheres no ano seguinte para que deem continuidade ao processo de alfabetização.

O período de inscrições é realizado no início do ano, geralmente na segunda quinzena de fevereiro, e todas as informações são divulgadas pelas redes sociais da instituição, assim como em carros de som e panfletagem pelo território. O projeto conta com 7 turmas com quinze alunos em cada uma delas, localizadas em 6 favelas (Nova Holanda, Vila dos Pinheiros, Conjunto Esperança, Maré, Parque União e Marcílio Dias) e divididas em três turnos diferentes. Durante a pesquisa me dediquei a pesquisar uma turma com 20 estudantes no núcleo Casa das Mulheres, localizada no território do Parque União que estudavam no turno da tarde. Era uma turma que apresentava como característica mulheres com idade acima dos trinta anos, de maioria negra.

Ao buscar compreender a especificidade de um currículo voltado para mulheres, foi possível identificar anseios, dificuldades e sonhos. Há de se reconhecer que o retorno à vida escolar é permeado pela multiplicidade das identidades, ao se dedicar a maternidade, a vida profissional e familiar.

Durante aproximadamente um mês foi possível o contato com as estudantes do projeto no Núcleo Casa das Mulheres – localizada na Maré - durante o turno da tarde. Com o retorno das atividades presenciais foi possível perceber que o modelo pedagógico adotado nas aulas era baseado em conteúdos lançados e discutidos através da apostila e registrados no quadro branco.

A relação com a professora foi positiva e a profissional era bem acessível ao grupo de estudantes. Era comum o acompanhamento com as estudantes de modo individual. Ressalto que todos os membros da equipe pedagógica eram mulheres, um fator positivo revelado na entrevista realizada.

Sobre o fazer docente, foi observado que ao finalizar um trabalho com um determinado tema era comum a tentativa retirar de gancho temático dos debates realizados no mês anterior ou mesmo o que seria possível levar como temática para o mês seguinte tendo analisado o cenário, acontecimentos e assuntos debatidos ao longo do mês na sala de aula, nos territórios e ou na própria sociedade de maneira geral e, ainda, existia também a possibilidade de selecionarem o tema a partir de uma perspectiva de festividades do mês, como mês das mulheres em março ou o outubro rosa, por exemplo. Algumas vezes, as estudantes apontavam tema de interesse.

Penso que era uma tentativa de não propor um material infantilizado, descontextualizado ou insignificante. E ainda possibilitou que as estudantes tivessem um material para consulta, análise e pesquisa sempre que quisessem.

Ainda segundo a coordenação do núcleo, foi a possibilidade de ter um material impresso que possibilitou a aproximação com as alunas no período de pandemia, pois a realidade no ano de 2020, antes dos cadernos, era de um baixo número de alunas que interagiam com a equipe pedagógica através das atividades enviadas digitalmente pelo grupo de mensagens, visto que muitas alunas não possuíam uma internet de qualidade, um aparelho celular próprio e menos ainda um computador. Surgiram ainda motivos de saúde, como problemas de visão para fazer a cópia a partir do celular e ou impossibilidade de fazer as atividades no espaço da casa já que ali surgiam outras demandas, demonstrando o quanto o espaço de sala de aula para essas alunas é fundamental.

A tentativa de uso do WhatsApp foi, segundo as estudantes, frustrante. Mesmo sendo um meio de contato adaptado para as dinâmicas pedagógicas, o aplicativo foi pensado para que as alunas apresentassem uma maior desenvoltura, visto que algumas já utilizavam, porém, a maioria delas o fazia por áudio. Além disso, existia a possibilidade de interagir por áudio e compartilhamento de vídeos e imagens, que poderiam estabelecer essa comunicação não ocorreu. Os docentes, de maioria negra, tinham ciência de que o envio de mensagens de textos verbais era quase nulo nesses grupos.

No início de 2021, também houve uma semana de inscrição, até aquele momento, pensado para um retorno híbrido. A coordenação reconheceu que houveram muitos complicadores no campo pedagógico, e que não seria possível afirmar que estavam alfabetizando de forma remota, mas possibilitar, através dos cadernos, o engajamento delas com o processo de ensino aprendizagem. No entanto, o uso do aplicativo serviu como um vínculo entre as profissionais do projeto e as estudantes, onde apareciam questões do cotidiano, narrativas e dificuldades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial associada ao sexismo ainda pouco aparece na agenda política educacional. No Brasil, a militância negra dos últimos 50 anos colocou em xeque o racismo estruturante, e criou a ideia de consciência negra ao atribuir valor ao negro, como conceito político e enfrentamento do racismo, culminando na promulgação da Lei 10.639/2003. Quebrar o silêncio e a invisibilidade da mulher negra torna-se imperativo pois negar os fatos

sociais e ridicularizar lutas históricas por equidade não é dar opinião, é compactuar com a violência (RIBEIRO, 2018).

Na prática, foi observado que as aulas eram dialogadas e emergiam questões do cotidiano das discentes. Não se trata apenas de mudar a visão absorvida sobre o processo histórico dos povos africanos através do conhecimento plural, descolonizar o pensamento e trazer outras narrativas em relação a constituição da sociedade brasileira a partir de grupos oprimidos. Em linhas bem gerais, o simples fato de discutir o direito à igualdade em espaços educativos já desmascara o privilégio de ser homem.

A pretensão do artigo foi agregar mais informações sobre a participação das mulheres negras frente à opressão de gênero que vem se acumulando desde então, fundamento para a criação de políticas públicas voltadas à superação daqueles problemas que, sob diferentes aspectos, debilitam a Educação de Jovens e Adultos.

A atual conjuntura política impõe a sociedade o desafio de ir mais longe: impulsionar o feminismo negro no campo educacional, disputando com as forças conservadoras a constituição do currículo. Construir a ideia de diversidade é condição necessária para ampliar uma força política nos processos de transformação da sociedade brasileira, onde as mulheres negras são maioria.

Neste sentido, produzir conhecimentos a respeito dessas questões individuais e coletivos, que afetam a vida social das mulheres negras, e que podem encontrar na escola espaços excepcionais de problematização, fortalece a efetiva construção de valores morais, éticos e sentidos mais amplos e consistentes de cidadania, democracia e justiça social.

Mas a memória resgatada, sozinha, não revela a história, se não houver quem a interprete. Assim, constata-se que há riqueza do projeto “Escreva seu futuro”, realizado nas comunidades da Maré como uma possibilidade educacional de transgressão para estas mulheres. Lançar luzes ao que a educação de Jovens e Adultos significa como política pública na atual conjuntura é um ato, sobretudo, de resistência. A contribuição deste texto reside em entrelaçar a pesquisa e o cotidiano com histórias e vivências não contadas, apontando para que dessa memória vinculada à educação popular seja enunciada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 5. ed. São Paulo: FTD, 1998

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo, 2011.

CASTRO-GOMES, S. Ciencias sociales, violência epistêmica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/#:~:text=Argumento%20que%20muitas%20intelectuais%20negras%20t%C3%AAm%20feito%20uso,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20%22self%22%20%C3%A0%20fam%C3%ADlia%20e%20%C3%A0%20sociedade](https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/#:~:text=Argumento%20que%20muitas%20intelectuais%20negras%20t%C3%AAm%20feito%20uso,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20%22self%22%20%C3%A0%20fam%C3%ADlia%20e%20%C3%A0%20sociedade.). Acessado em: Abr. 2023.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNvwwN6fh/>. Acessado em: Abr. 2023.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acessado em: Abr. 2023.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias das ciências: colonialidade, Geopolítica do conhecimento e pluri-versidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

PAULA, A. S. N.; PEREIRA, A. M. S.; COSTA, F. J. F. A priorização do currículo nas políticas educacionais: a totalidade como expressão do campo em disputa do currículo. **Revista Ideação**, v.1, n°42, 2020. Disponível em: <http://ojs3.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5781>. Acessado em: Abr. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>. Acessado em: abril/2023.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1. Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.

CAPÍTULO 4

TEMAS E ABORDAGENS DO JORNALISMO ECONÔMICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DA FOLHA DE S. PAULO E DA AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO DAS PERIFERIAS¹

Gabriel Gatti
Maximiliano Martin Vicente

RESUMO

O presente estudo analisou cinquenta matérias relacionadas com a economia do jornal *Folha de S.Paulo* e cinquenta da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, a fim de observar como esses veículos de comunicação construíram as narrativas jornalísticas durante o período da pandemia de Covid-19 no Brasil. O material estudado foi publicado entre os meses de abril de 2020 a outubro de 2021, período no qual efetuou o pagamento do auxílio emergencial para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Como metodologia de trabalho para a pesquisa foi selecionada a de Análise do Conteúdo por permitir, via criação de categorias, identificar os procedimentos jornalísticos utilizados por cada veículo de comunicação na abordagem do projeto de assistência social. Assim, buscou-se responder as perguntas: Como foram abordadas as notícias econômicas pela *Folha de S.Paulo* e pela *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* tendo como recorte o período do Auxílio Emergencial? Que temas foram abordados por cada veículo de comunicação?

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Folha de S. Paulo. Agência Mural. Classe Social. Análise de Conteúdo.

1. INTRODUÇÃO

O Jornalismo Econômico é comumente atrelado às elites sociais, com um linguajar que contempla um público mais escolarizado e com pautas voltadas para quem gerencia grandes quantias de dinheiro. Esse pré-julgamento apresenta base histórica, uma vez que tal editoria jornalística tendeu ao longo dos anos para as classes mais altas. Porém, na atualidade, esse cenário começa a apresentar sinais de mudança. Ao longo de um estudo pela história do Jornalismo Econômico e do aprofundamento na análise de cem matérias extraídas da *Folha de S.Paulo* e da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, publicadas entre os meses de abril de 2020 e outubro de 2021, é possível verificar uma tendência de democratização dos temas econômicos, apesar do caráter elitista ainda estar presente.

2. DO JORNALISMO AO JORNALISMO ECONÔMICO

Dentre as muitas opções do que se entende por jornalismo, em função do enfoque e finalidade da pesquisa, foi escolhida a do professor Nilson Lage (2014) que o define por um viés duplo. De forma ampla o jornalismo pode ser entendido como um meio de tornar acessível a informação a todos os segmentos sociais. Já como forma restrita o jornalismo

¹ Essa pesquisa foi realizada com incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

serve a determinadas causas dos componentes sociais da sociedade onde desenvolve sua atuação. Como a pretensão desta pesquisa reside em ver como dois veículos de comunicação se comportaram na pandemia, a definição de Lage ajuda na medida em que leva em consideração tanto a acessibilidade do conteúdo como os segmentos sociais alvo dos periódicos

Acredita-se que o jornalismo, tal como entendido nos dias atuais, começou durante a Revolução Francesa. Marcondes Filho (2009) aponta que já havia alguma forma primária de jornalismo antes dos eventos históricos na França, porém sua lapidação primária ocorreu entre os anos 1789 e 1830. Para ele, durante o período revolucionário, houve um rompimento com a elitização do conteúdo, pois os princípios iluministas contidos nos jornais nem sempre se destinavam a cobrir fatos de interesse dos setores dominantes. Além disso, a profissionalização do jornalista também foi algo presente no período que, junto com as ideias Iluministas, fizeram emergir o “mito da transparência”, algo que viria a ser desmistificado décadas depois (MARCONDES FILHO, 2009).

Em relação ao jornalismo econômico, Suely Caldas (2003) considera que durante a segunda metade do século XX, houve um momento considerado crucial para esse tipo de jornalismo em função das mudanças econômicas emanadas do processo de globalização. Para a autora as questões econômicas ultrapassaram inclusive os temas políticos. O fenômeno se deve em grande parte ao processo de adoção de políticas neoliberais que padronizaram mundialmente os princípios que deveriam reger as políticas econômicas nacionais. Com isso, pautas como balanços da Bolsa de Valores, índices de mercado, dívida pública ou reformas, entre outros, ganharam destaque nas páginas dos jornais.

Assim, a evolução do sistema capitalista, tal como entendida por Kishtainy (2013), acompanha o crescimento da presença de notícias econômicas no jornalismo. Para ele, a origem dos primeiros sistemas econômicos ocorreu naturalmente conforme surgiam os ofícios laborais e a matéria final de seu trabalho era trocada. Esses meios de negociação foram se aperfeiçoando com o tempo, tendo se originado com o escambo, evoluindo para a troca de moedas e metais preciosos, até, por fim, chegar ao dinheiro. Desse modo, o capitalismo se consolidou como modelo econômico predominante no mundo moderno (KISHTAINY, 2013). Obviamente a forma de gerir o patrimônio monetário passou a fazer parte do interesse público, contribuindo para o desenvolvimento do jornalismo econômico que agora tinha sim um público interessado em assuntos relacionados com a economia.

Quando se fala do modelo de jornalismo econômico contemporâneo é fundamental citar a crise de 2008. O evento iniciado nos Estados Unidos foi provocado em razão da especulação imobiliária, que ocasionou um aumento abusivo nos valores dos imóveis. Como consequência da Grande Recessão houve a escassez de vários ativos valiosos na economia de mercado e o colapso no setor financeiro.

Ao observar reportagens divulgadas após esse período, não é difícil encontrar interpretações que atribuem aos meios de comunicação uma falta de análises sobre a formação da crise econômica que se espalhou pelo mundo atingindo as economias de praticamente todos os países (STUMPF, 2020). Em parte, essa carência explicativa se atribui ao fato de que os meios de comunicação, especificamente os jornais, se deixaram influenciar nas suas interpretações pelo boom econômico, que antecedeu à crise, e que apontavam para altos níveis de crescimento assentados na construção civil e no crédito abundante e barato (ARRESE; VATA-MIGUEL, 2016).

No entanto, o impacto provocado pela crise econômica de 2008 acabou chamando a atenção do público em geral, em grande parte por estes terem sido afetados pelo que estava havendo. O problema sentido nas finanças também tinha raízes políticas, o que tornou os agentes políticos tão relevantes para desempenharem o papel de fonte ao longo do período (RIOS-RODRÍGUEZ; ARRESE, 2021).

A presença de fontes nas reportagens jornalísticas é fundamental e no caso do jornalismo econômico essa relação não é diferente. Isso ocorre, pois elas agregam qualidade e veracidade à informação publicada e, eventualmente, geram diversidade e contradições a interpretação usada pelo jornalista. Somado a isso, a dificuldade de transcrever as notícias econômicas reside em encontrar um meio de tal forma que cheguem compreensíveis para todas as pessoas, e que estas entendam e compreendam seu significado com clareza. A essas atribuições mais gerais é preciso especificar os tipos de fontes mais comuns no jornalismo econômico (ARRESE; VATA-MIGUEL, 2016).

Segundo Rios-Rodríguez e Arrese (2021) os tipos e funções das fontes no jornalismo econômico são diferentes das outras áreas do jornalismo, em grande parte por conta da complexidade do assunto. Os autores destacam três aspectos que ditam essa tendência, sendo eles a característica abstrata da economia, sua natureza sistemática e sua complexidade. Desse modo, uma das principais funções das fontes é interpretar a informação, o que leva

geralmente ao repórter buscar por aquelas com nível acadêmico superior para desempenhar esse papel.

No entanto, as fontes principais das reportagens sobre economia não são os acadêmicos especializados, mas sim as elites políticas e econômicas. De modo geral, essas fontes contribuem para explicar termos complexos, específicos do mundo econômico e que o jornalista não necessariamente tem que conhecer. Segundo a teoria da elite de Mills (Mills, 1956), esse padrão funciona para manter o local dessa camada social como instituição dominante. Além disso, Souza (2019) afirma que a elite econômica brasileira tão ouvida pelos jornalistas econômicos é a classe que desempenha a real corrupção, ao roubar o Estado através da compra da elite política e da manipulação midiática.

Levando em consideração o protagonismo desse tipo de fonte nas matérias jornalísticas, Davis (2003) propôs o modelo de comunicação elite-para-elite, em que “são simultaneamente as principais fontes, principais alvos e alguns dos destinatários mais influenciados das notícias” (DAVIS, 2003, p. 673). Diante de tal ausência é possível afirmar que o jornalismo econômico, no seu formato de ser porta-voz das elites econômicas, não se insere nas disputas sociais apresentando visões e interpretações passíveis de crítica e de questionamentos. Existe, portanto, um claro conflito de interesses quando se realizam as análises econômicas que estudam a forma como as notícias chegam para a sociedade (PUTILI, 2010). Não dá para sustentar a imparcialidade ou neutralidade no Jornalismo Econômico, ao igual que em qualquer outro tipo de jornalismo.

Outras fontes que também desempenham um papel importante são os agentes poderosos, como empresários, banqueiros e latifundiários. Esses indivíduos são os que acabam anunciando nos mesmos jornais em que contribuem com informações sobre economia. Desse modo, se instaura um dilema, visto que os jornalistas devem publicar matérias sem comprometer a relação da empresa jornalística com os próprios anunciantes.

Portanto, se a pretensão do jornalismo econômico é popularizar seus conteúdos para que toda a sociedade possa entender seu significado, as pessoas marginalizadas deveriam ter o status das demais fontes. Em situações de crise sanitária que ocasionam concomitantemente uma crise política, como o caso da pandemia de Covid-19, essa discussão fica ainda mais viva. Milhares de brasileiros passaram por situações de dificuldade financeira nesse recorte temporal e cabe aos jornalistas trazerem essas informações para reportagens acessíveis e populares, que tragam o cidadão comum como fonte de informação.

Caldas (2003) afirma que o jornalismo econômico deve apresentar a mesma simplicidade que qualquer outra editoria, direcionando seu conteúdo para o público em geral, independente de classe social ou interesses. Quem porventura torna as notícias econômicas desinteressantes são os próprios jornalistas, já que “a linguagem jornalística é uma só” (CALDAS, 2003).

3. O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

A finalidade do presente item consiste em apontar alguns componentes que se fizeram presentes na evolução do jornalismo brasileiro, sem definir ou classificar etapas de forma rígida e estruturada, sendo o objetivo compreender como o jornalismo econômico se fez presente nessa evolução. Diante das diversas classificações que foram encontradas nas leituras que apontam a evolução do jornalismo no Brasil adotou-se a defendida por Nastari (2011, p. 10) que a compreende em três grandes fases.

Na primeira delas, o jornalismo praticamente inexistiu por diversos motivos, dentre os quais destaca-se a proibição da metrópole da criação de jornais e a rígida polarização social que formou uma sociedade rural e elitizada pouco preocupada com a comunicação que era fundamentalmente oral. Entretanto, todo esse controle não impediu que o *Correio Brasiliense*, jornal produzido na Inglaterra, entrasse no país já em 1808 e com seus textos motivasse o debate político na ainda colônia brasileira.

A segunda fase se inicia com as transformações provocadas pela vinda da Família Real, transformações essas próprias de uma vida mais urbana que acabaram produzindo o primeiro jornal que utilizava a imprensa régia para sua impressão. Toda essa proximidade com o setor dominante deu um caráter oficial aos meios impressos, inclusive pela existência de uma censura que proibia a elaboração e divulgação de críticas à Família Real.

Já no âmbito do jornalismo econômico se pode afirmar que o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, fugia das características acima, pois era totalmente voltado para a divulgação de notícias relativas à realidade comercial da capital do país, além de oferecer informações sobre preços de produtos, movimento portuário, importação e exportação, bem como anúncios e noticiário geral nacional e internacional. Pode-se observar, então, que os temas relacionados com a economia já estavam presentes nos primeiros anos após a Independência.

Na terceira fase Nastari (2011) destaca mudanças significativas na realidade do país. As mais expressivas seriam o deslocamento da liderança econômica que passou do Rio de Janeiro para São Paulo, mudança essa provocada pela industrialização e a existência de uma

classe dirigente mais afinada com o discurso desenvolvimentista. Como resultado imediato se tem o surgimento de outro tipo de jornais que serão lidos por um número maior de pessoas ao mesmo tempo que se modernizam e investem em tecnologia para aprimorar sua produção.

Dando um pulo significativo em relação ao tempo, desde as primeiras décadas do século XIX até os anos de 1950, o jornalismo econômico no Brasil teve uma presença notável publicando notícias sobre mercados, empresas e cotações. Exemplo clássico foi a coluna do político paulista Cincinato Braga que em pleno auge da cafeicultura manteve uma coluna diária no *Estado de S. Paulo* abordando questões e temas de interesse do setor produtivo da época.

Posteriormente na década de 1950, data essa considerada como o auge do jornalismo econômico, a economia brasileira se desenvolve notavelmente repercutindo diretamente no jornalismo econômico, que passa a publicar suplementos especializados, nem sempre “neutros”, em relação às questões econômicas. O caso mais representativo talvez seja o do Estado de S. Paulo que passa a defender o liberalismo econômico, sendo contra a intervenção do Estado na economia e a favor da iniciativa privada criando para defender esses pontos de vista um Suplemento Especial denominado de: Suplemento Comercial e Industrial de O Estado de S. Paulo, caderno formato tablóide com 12 páginas. Publicado até 28 de janeiro de 1964, o Suplemento, segundo Quintão (1987, p. 50) “cobre com parcialidade todos os assuntos da área econômica no mundo, em matérias analíticas enviadas pelas agências estrangeiras – *France Press, Reuters, Ansa*, etc. – ou escritas por seus colunistas”.

Até a metade da década de 1950, o noticiário econômico será mais fruto do colunismo que de reportagens. Trata-se de um jornalismo mais analítico que noticioso. Surgem as seções de Economia nas páginas dos jornais, agora com a cobertura de fatos e ocorrências econômicas. Sua meta consistia em influenciar a política econômica do país. Vale lembrar que no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 se deu o acirramento político da sociedade que terminaria por ocasionar o golpe Civil – Militar que derrubou João Goulart da presidência do país.

Para Rabelo (2002, p. 62) um personagem se destaca nesses conturbados anos de 1960: Roberto Campos. Economista de formação, participou ativamente nas instâncias de poder, passando de ser assessor de Getúlio Vargas até Ministro do Planejamento de Castelo Branco. Toda sua atuação e trajetória trariam repercussões para o jornalismo econômico na medida em que transformou a relação entre o Estado e a Imprensa. Nas palavras de Rabelo

(2002, p. 62) tal transformação ocorreu devido a constante relação mantida entre os detentores do poder e a imprensa que, abastecida de informações, poderia publicar colunas elogiosas ao modelo econômico elaborado pelo regime autoritário vigente no país.

De certa forma a abundância de informação econômica exigiu dos jornalistas uma maior formação e segmentação na sua área de atuação. Na visão de Caldas (2003) a partir dos anos 1960, as editorias de economia cresceram e o trabalho de apuração começou a ser segmentado por setores econômicos específicos.

Logo nos primeiros anos do regime militar, mais concretamente entre 1968 e 1973, se constituiu o conhecido milagre econômico. Os índices econômicos evidenciaram um crescimento substancial do país. Nesse embalo os jornais dispunham de conteúdos mais do que suficientes para preencher páginas relacionadas com temas econômicos. A título de exemplo pode-se citar o caso do *Correio da Manhã* que produziu o encarte Diretor Econômico com 16 páginas diárias voltadas ao tratamento de negócios do mercado, iniciando o “jornalismo de negócios” (CALDAS, 2003).

Entretanto, já no final de 1973 havia claros sinais de que o crescimento não acabou com as desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Assim, a crise do petróleo de 1973, que afetou a praticamente todas as economias do mundo, fez com que o aumento dos preços promovesse o fim do decantado milagre econômico expondo a existência de desigualdade que os meios de comunicação passaram a evidenciar.

Segundo Carlos Alberto Sardenberg (1995), o debate sobre a concentração de renda alterou a relação entre o Governo e o jornalismo econômico. A censura que se exercia no regime militar era muito mais branda no jornalismo econômico, até porque a maioria das notícias publicadas eram positivas. Só depois de um certo tempo surgiu o debate sobre a questão da distribuição de renda e a ação dos militares foi implacável contra os meios que sofreram as consequências dessa censura desmedida.

Suely Caldas (2003, p. 15-17) ilustra bem esse panorama ao descrever a tentativa de Aloysio Biondi, diretor na época do Jornal do Comércio, de tentar publicar um encarte, em 1972, no qual abordava a questão da desigualdade. O referido encarte não foi distribuído e transformou-se no maior encalhe, produzido pela censura, da história do jornalismo brasileiro. Pressionado pelos generais, o presidente dos Diários Associados (que editava o Jornal do Commercio), senador João Calmon, acabou acatando “ordens superiores” e impediu a

distribuição de um milhão de exemplares, que deveriam circular encartados em jornais dos Diários Associados em todo o Brasil.

Em fins de 1979, o *Jornal da Tarde*, veículo também pertencente ao Grupo Estado, sentindo que a população já sofria as consequências desastrosas do milagre Econômico inicia uma experiência que terá fortes desdobramentos na imprensa nacional do período. Passa a investir pesadamente no chamado “Jornalismo de Serviço”. De maneira ampla o Jornalismo de Serviço ou Jornalismo de Utilidade Pública designa as especializações da profissão jornalística que fornecem informações de utilidade imediata ao leitor, principalmente no que diz respeito a empregos, concursos públicos, imóveis e mercado imobiliário, exercício da cidadania e serviços públicos, ou seja, busca aproximar-se das necessidades imediatas dos leitores.

Dessa maneira, assuntos até então ausentes emergem com frequência no jornalismo, essencialmente temas que compõem o orçamento doméstico, como questões ligadas a condomínio, seguro ou financiamento habitacional. O *Jornal da Tarde* consagra um padrão de jornalismo didático, com temas do dia a dia presentes nas suas páginas.

A década de 1980, mais conhecida como década perdida quando se fala em economia, apresentou um tema estrutural para o jornalismo econômico e que estaria presente nos meios de comunicação no transcorrer de toda a década de 1980: a inflação. O jornalismo se modifica. De opinativo, passa a ser instrumento de organização do orçamento doméstico que vivenciava uma situação difícil uma vez que a inflação corroía o poder de compra das famílias acentuando ainda mais a pobreza e a desigualdade uma vez que a elite dispunha de recursos protegendo-se do problema da inflação. Suely Caldas (2003, p. 55) sustenta que os enfoques econômicos se atentaram para as pautas de orçamento doméstico, em que pudessem explicar como a inflação afetava os valores do aluguel, dos salários, dos alimentos, dos remédios, por exemplo

De acordo com Encarnação (2007) a edição do Plano Real e o controle da inflação, as colunas do gênero perdem força. Além do grande público, o jornalismo econômico passa a produzir boletins e revistas, com vinculação às empresas de consultoria e assessoria, cuja função é levar estas a buscarem estratégias no enfrentamento diante uma situação econômica onde a inflação, aparentemente vencida os planos econômicos governamentais. Para Gabriele Silva (2011) o que se pode afirmar é que com o fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização do Brasil, o Jornalismo Econômico encontra-se mais maduro, mais

experiente com um espaço de atuação ampliado e mais disposto à especialização. Isso porque, os acontecimentos no campo político e econômico incentivaram o Jornalismo Econômico a se especializar no mercado financeiro, em negócios e na própria economia pública.

O que parece ficar claro é que nessa passagem dos anos oitenta para os noventa é que os problemas econômicos do país são atribuídos à longa intervenção do Estado na economia. Chega-se aos anos 1990, quando o neoliberalismo triunfa nas redações e editorias. Mesmo com a crise política que envolve o Governo Collor, o jornalismo econômico mantém-se alheio ao processo, defendendo o projeto econômico que começa a ser implantado no Brasil e que aparecia como triunfador de alguns países altamente desenvolvidos, notadamente a Inglaterra e os Estados Unidos. Se incentivam as privatizações defendidas por boa parte dos meios de comunicação. O Estado e sua política intervencionista se tornam o vilão da vez. Com o surgimento do modelo neoliberal, o Jornalismo Econômico foi pilar fundamental para aproximar o grande público – sobretudo a classe média – dos benefícios do sistema e, paralelamente a isso, tornou-se a área do Jornalismo que simboliza as novas oportunidades econômicas. Nas palavras de Kuciski (2003, p. 14) esse apoio fica ainda mais claro.

O jornalismo econômico apoia o processo, ao publicar “exageros” em cargos e salários de estatais, bem como o “corporativismo” que inchava desnecessariamente essas empresas públicas. A divulgação de experiências internacionais de privatização vai alavancar o processo. Vai motivar e ser fiadora do desmonte do Estado. A defesa veemente da globalização como justificativa “neutra” das políticas neoliberais, pois seria algo “inevitável”, vinculado à “lógica do capital”, carece de qualquer fundamento científico, mas dá ao jornalismo econômico uma espécie de “salvo-conduto” para considerar isenção e objetividade de análise como o apanágio da postura anti-estado (RABELO, 2002, p. 92).

Em 1994, mais uma medida que visava à reforma econômica do Brasil destinada a promover a estabilidade entrou em vigor: o Plano Real. Elaborado por uma equipe de economistas e profissionais envolvidos com a área, congregou pessoas notoriamente conhecidas como André Lara Resende, Pécio Arida, Pedro Malan, Edmar Bacha e Winston Fritsch. A coordenação dessa equipe coube ao então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O plano propunha os ajustes na inflação e o controle do poder de compra dos consumidores.

As metas do Plano Real – que exemplifica a política econômica ortodoxa – incluíam, ainda, a redução dos gastos públicos e o aumento da arrecadação de impostos; o aumento dos

juros a fim de reduzir o consumo e controle cambial com intuito de estimular a importação e aumentar a concorrência interna com preços mais controlados e com menos oscilação em relação aos governos anteriores. Como ressalta Puliti (2013), o Plano Real teve o conhecido sucesso, porque houve um grande esforço de comunicação no período. Paula escreve que ocorreu inclusive a contratação de uma jornalista no assunto – Maria Clara R.M. do Prado para que o Real fosse divulgado à imprensa e à população para não causar mais confusão ou desconfiança em relação à sua implantação.

O clima criado para privatizar facilitou essa empreitada, pois no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, segundo Gabriele Silva (2011), ocorreu o recorde de empresas privatizadas. Enquanto Collor privatizou dezoito empresas, Itamar dezesseis, FHC vendeu oitenta empresas estatais. E foi justamente neste contexto que o Jornalismo Econômico de Negócios ascendeu em detrimento daquele Jornalismo de serviços que vinha sendo realizado anteriormente pelos jornalistas. Prossegue Gabriele Silva afirmando que surgiram muitas revistas e cadernos especializados em negócios voltados para as empresas e para o mercado financeiro a fim de traduzir o novo sistema que chegava ao Brasil e espelhar, por meio do Jornalismo Econômico, quais eram as perspectivas de crescimento, sobretudo aos setores já privilegiados financeiramente.

As mudanças introduzidas no país pela queda da inflação, fruto do Plano Real, interferem no trabalho dos jornalistas, que têm de se adaptar à nova realidade. O noticiário é pautado por indicadores, resultados e opiniões do “mercado”, o que fez com que os jornalistas se tornassem, na verdade, analistas do mercado financeiro. Isso explica o abandono ao pluralismo científico e ao debate de ideias. As correntes de pensamento críticas ao neoliberalismo são submetidas a um silêncio na imprensa.

É neste contexto que o Jornalismo em economia pode ser problematizado. Marcado pelas publicações de negócios e pelo surgimento de veículos especializados, o Jornalismo Econômico de serviços perde o protagonismo, algo que Basile (2012) ressalta como preocupante em uma democracia: Pode parecer que não corresse esse risco, porque afinal o cenário presente é de uma sociedade democrática, mas presume-se que a discussão econômica, quando não leva em conta o impacto que as decisões têm sobre a população, particularmente os mais pobres, é despolitizadora e imobilizadora. (BASILE, 2012, p. 103).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência da República, em 2003, ocorre uma reconfiguração – com

consequências econômicas - das forças sociais. Lula rompeu com alguns elementos – não todos – que caracterizam os governos neoliberais que o antecederam. Por isso, seu período de comando ficou marcado pelo sistema econômico pós-neoliberal que teve continuidade no mandato de sua sucessora na presidência, Dilma Rousseff. Entre os elementos que definem essa ruptura estão alguns citados por Emir Sader (2013) em “Lula e Dilma: dez anos de governo pós-neoliberal no Brasil” e que são notórios também em outros sistemas de governo na América Latina.

Ao longo da história, o jornalismo sofreu diversas metamorfoses até se constituir no modelo conhecido atualmente que pode ser entendido como mais acessível para a população (TRAQUINA, 2004). Apesar dessa popularização da produção jornalística, o conteúdo elaborado por jornalistas econômicos se direcionou por um longo período para as elites da sociedade. Entman (2004) determina que há um modelo de ativação em cascata para explicar como os enquadramentos das elites políticas são reproduzidos na mídia e chegam ao público. Apesar dessa consolidação do pensamento midiático tomado pelas elites, os demais atores sociais também são capazes de desenvolver seus enquadramentos noticiosos. Um dos fatores que facilitam a ruptura do habitual domínio é a novidade das questões, pois não há interpretações prévias estabelecidas (RIOS-RODRÍGUEZ; ARRESE, 2021). Um exemplo disso é a pandemia do novo coronavírus.

No Brasil, a partir do período em que o isolamento social foi necessário para conter a propagação do vírus, diversas pessoas perderam seus empregos e, assim, como estipulado no estudo divulgado pela ONU. Sendo assim, uma grande parcela social passou a depender de benefícios governamentais para escapar da fome e da miséria. Marins *et al.* (2021) descrevem que houve uma pressão social para o Governo Federal sancionar um projeto de ajuda financeira às classes mais vulneráveis. Assim, foi implementado o Projeto de Lei 13.982, que garante a proteção de determinados grupos durante o enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Mediante a esse cenário, as pautas econômicas devem mais do que nunca atingir a todas as classes sociais. Como forma de direcionar o cidadão pertencente às classes D e E está a estratégia de ouvir fontes que relatam a situação vividas pelos mesmos. Como é o caso da Agência Mural de Jornalismo das Periferias, que busca ouvir moradores das periferias como fonte, devendo “ser identificadas claramente e, sempre que possível, com profissão, idade, bairro e cidade de onde fala”.

Esses princípios são muito nítidos nas reportagens elaboradas pela Agência Mural, que busca desenvolver um jornalismo acessível e direcionado para os moradores das periferias da grande São Paulo. Com a editoria de jornalismo econômico do veículo os mesmos padrões são percebidos. A escolha das fontes, a contextualização do assunto, o enquadramento e a organização das informações dispostas ao longo do texto contribuem para a elaboração de um conteúdo jornalístico de qualidade e popular. Sob esse aspecto, é possível afirmar que o trabalho desenvolvido pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias vem contribuindo para romper o modelo de comunicação elite-para-elite proposto por Davis (2003).

4. METODOLOGIA

O embasamento histórico a respeito das origens do Jornalismo Econômico permitiu maior compreensão do modelo desenvolvido na atualidade. O estudo a respeito das matérias publicadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, ao longo do período em que o Governo Federal efetuou o pagamento do Auxílio Emergencial, se deu por meio de um método baseado na Análise de Conteúdo, dividida nas etapas preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (MORAES, 1999). A partir da seleção do método, as matérias discriminadas foram julgadas como Elitistas (E), Populares (P) e Não se Aplica (N/A) mediante aos temas linguagem, fonte, assunto, economia e covid.

5. ANÁLISE DA FOLHA DE S. PAULO

Fundada em 1921, a *Folha de S.Paulo* é um dos jornais de maior notoriedade no Brasil desde a década de 80. Porém, por se tratar de um veículo que requer uma assinatura, acaba havendo uma limitação econômica em relação aos leitores. Segundo uma pesquisa realizada pelo Target Group Index, Kantar IBOPE em 2018, 1.903.000 assinantes da *Folha*, 17% pertenciam à classe A, 48% B, 32% C e 3% D.

Somado a isso, após a análise das cinquenta matérias selecionadas entre o período de distribuição do Auxílio Emergencial, foi perceptível que o veículo mantém determinadas características elitistas mais salientes em alguns pontos e em outros adota uma linha mais popular. Ao somar todos os itens julgados como elitistas (E), populares (P), ou não se aplica (N/A), percebe-se que o trabalho desempenhado pela *Folha* entre os meses de abril de 2020 a outubro de 2021 foi de certo modo equilibrado. 46,4% dos quesitos analisados nas matérias do jornal foram classificados como E, ficando um pouco a frente dos pontos P, com 43,2%.

Nesse âmbito geral estudado sobre o jornal, 10,4% foram julgados como N/A, isto é, não apresentavam o que era necessário para serem enquadrados como elitistas ou populares.

Em contrapartida, quando se atentado a respeito da linguagem empregada na construção textual do veículo é notório o predomínio elitista na categoria. Das 50 reportagens selecionadas, 66% apresentam um linguajar classificado como E, enquanto 34% receberam a classificação P. Isso ocorre porque a *Folha* não costuma explicar a fundo termos relacionados à economia ou retomar momentos importantes para a compreensão dos leitores menos familiarizados com tais pautas. Apesar da linguagem não ser complexa, visto que o texto jornalístico deve ser simples, certos conceitos servem como barreira para a compreensão de um público menos escolarizado.

Em relação às fontes das matérias publicadas dentro da editoria de economia, o jornal se mostra fortemente elitista. 62% dos entrevistados foram classificados como E, isto é, eram fontes oficiais, compostas por representantes do Estado, empresas, sindicatos, entre outros. Os outros 16%, rotulados como P, dizem respeito aos cidadãos comuns que compartilharam o seu cotidiano sobre a situação abordada. Assim como observado ao longo da história do jornalismo econômico, as fontes não-oficiais sempre foram marginalizadas e até os dias atuais seguem com um papel notoriamente menor aos das fontes oficiais. Já em relação aos 22% referente ao N/A remetem às produções da *Folha* que não foram realizadas entrevistas. Muitas destas abordam temas relacionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, em que foram extraídas falas de seus pronunciamentos, ou pesquisas realizadas por institutos, em que a matéria se dedicou a analisar e apresentar os resultados obtidos aos leitores.

Já quando se observa unicamente a categoria assunto é onde se nota o caráter mais popular do jornal. Grande parte das questões trazidas nas matérias da *Folha* dialogam com a realidade da maioria dos brasileiros, resultando em 62% classificados como P, porém nem sempre a linguagem empregada traduz essas temáticas para o texto, como exposto no gráfico 1 que apenas 34% fizeram essa comunicação. Os outros 38% referente as produções julgadas como E, usualmente abordavam questões que pessoas que estão enfrentando dificuldades com a crise sanitária e econômica não vão se preocupar, como as taxas para adquirir um imóvel e possibilidades de investimento.

No âmbito da economia, a predominância também foi de matérias de cunho popular. Do recorte temporal selecionado, 56% são determinadas como P, enquanto 44% são E. Isso ocorre devido ao fato do assunto predominante no momento ser as dificuldades encaradas

pela população brasileira em meio ao ápice da pandemia do novo coronavírus. Da seguinte forma, a abordagem desempenhada pelo jornal tendia para uma postura econômica heterodoxa, em que se apoiava os programas sociais, como o Auxílio Emergencial, para reconstruir a economia nacional.

Em relação a categoria covid, 46% corresponde a matérias consideradas como P, em que se dialoga com a realidade da maioria dos brasileiros e, ainda, abarca temas de cunho social para frear o avanço viral. Os 24% tidos como E foram classificados assim pelo fato da matéria trazer uma temática a respeito do novo coronavírus, porém que interesse às camadas mais altas da sociedade, como o interesse empresarial por manter as portas abertas para que não houvesse perda de capital financeiro. Em relação aos 30% categorizados como N/A são mais notórios nesse nicho estudado do que nos demais pelo fato do Sars-CoV-2 ter perdido espaço nas manchetes de jornal conforme a situação foi normalizando. Mediante aos critérios de noticiabilidade presentes no jornalismo, a pandemia não era mais o assunto mais quente com o passar do tempo, tendo permanecido os impasses resultados através da crise sanitária, enquanto a abordagem do vírus acabou ficando de escanteio.

6. ANÁLISE DA AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO DAS PERIFERIAS

Em 2010 aparece o blog *Mural*, hospedado na lista de blogs da *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de “minimizar as lacunas de informação e contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre as periferias da Grande São Paulo”. Com a implementação do site, a *Agência Mural* contribui para atingir o objetivo 10 das metas de desenvolvimento da ONU para 2030, que trata sobre a redução das desigualdades. Desse modo, segundo seus ideais “essa lacuna de informação, essa desigualdade na produção e no consumo de informação em forma de notícia reforça as desigualdades da sociedade” e, portanto, o jornal luta para quebrar o deserto de notícias presente nas periferias da Grande São Paulo.

Quantitativamente, o jornal tem uma abordagem geral 90,4% popular, o que mostra que de fato o veículo cumpre com o que promete em seus valores, entregando para seu público um conteúdo sucinto, porém de qualidade voltado para as classes baixas. 7,6% dos quesitos estudados, catalogados como N/A, são presentes nos casos das reportagens em que não foram consultadas fontes ou não foi abordada a questão do novo coronavírus. Já os 2% considerados E são nas situações em que a *Agência Mural* optou por ouvir exclusivamente fontes oficiais.

Por ter atingido 100% de reportagens com linguagem popular, a categoria foi pontuada

junto às fontes. Desse modo, o gráfico 8 foi o único em que o aspecto E mais se destacou, com 5%. Como dito, algumas matérias optaram por ouvir exclusivamente fontes oficiais para trazer informações mais técnicas a respeito da temática exposta. Apesar da linguagem empregada no jornal ser popular, esses entrevistados foram tomados como elitistas. No entanto, a grande maioria dos indivíduos ouvidos foram os cidadãos comuns que residem nas periferias, assim como a *Agência Mural* prioriza em seus valores, resultando em 85% das produções com fontes e linguagem P, isto é, não-oficiais. Os outros 10%, que receberam o título de N/A foram nos casos em que a notícia era expositiva e enxuta, portanto, foi-se dispensada a necessidade de buscar entrevistados.

Assim como no caso da linguagem, as categorias assunto e economia também apresentaram 100% de viés popular, sendo, por esse motivo, fundidas nas estatísticas da covid. Assim, o tema da pandemia é quase sempre retratado nas reportagens, apesar de, na maioria das vezes, ser um assunto secundário. Durante o ano de 2020, a novidade da crise sanitária impactou fortemente nas pautas abordadas nas reportagens de economia da *Agência Mural*, com uma prevalência de temas como Auxílio Emergência, quarentena e dificuldades sociais. Já em 2021, o assunto permaneceu forte, porém houve maior abertura para noticiar outras questões que se desprendem mais do quesito Covid-19. Desse modo, em termos quantitativos, a abordagem ocorreu em 94% dos casos de forma P e em 6% não se aplicaram.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se iniciou com a pretensão de responder às perguntas: Como foram abordadas as notícias econômicas pela *Folha de S. Paulo* e pela *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* tendo como recorte o período do Auxílio Emergencial? e que temas foram abordados por cada veículo de comunicação? a partir da análise de cinquenta matérias de cada jornal publicadas entre os meses de abril de 2020 e outubro de 2021, tendo como categorias de análise as questões textuais envolvendo a linguagem, as fontes, os assuntos, a economia e a Covid-19.

Como resultado obtido após o estudo realizado sobre as cinquenta reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, observou-se um predomínio elitista nas abordagens desenvolvidas pelo veículo. As matérias que tratavam sobre os temas econômicos foram desenvolvidas de duas maneiras opostas. No início da pandemia, o portal focou em produções cuja problemática era como conseguir o recurso financeiro (Auxílio Emergencial), disponibilizando de tópicos explicativos e hiperlinks para direcionar o leitor as páginas de

cadastro do Governo. Desse modo, a construção textual constituiu reportagens de cunho popular. Com o tempo, a abordagem foi se modificando como forma de apresentar o cenário político por trás do pagamento. Apesar da questão permanecer no âmbito popular e o assunto ser de interesse público, a maneira com que a *Folha* produziu essas matérias não foi capaz de tornar acessível tais questões para o amplo público.

No âmbito econômico mais abrangente, o jornal se destacou por trazer assuntos variados que atendessem a demanda do seu grupo majoritário de assinantes, isto é, os 97% dos pagantes pertencentes às classes A, B e C. Entre as cinquenta matérias selecionadas, treze delas apresentaram notícias sobre o Auxílio Emergencial, sendo a abordagem variada mediante a reportagem. O jornal chegou a produzir conteúdos mais diretos apenas apresentando o projeto e direcionando o leitor para as páginas de cadastro e outras que apresentavam os trâmites políticos que viabilizaram o pagamento para os indivíduos que sofreram impactos financeiros em meio a pandemia. De modo geral, esses dois enquadramentos delimitam as matérias populares, com textos sucintos e simples, diferentemente dos elitistas que exigem um conhecimento amplo do conteúdo para serem compreendidos.

Questões sobre o mercado financeiro também marcaram presença nas produções da *Folha*. Ao todo foram nove reportagens publicadas no recorte temporal delimitado que apresentavam de alguma forma o mercado financeiro. Algumas foram mais globalistas ao narrar a estrutura macroeconômica, enquanto outras focaram em problemáticas de empresários nacionais. Independente do recorte selecionado, essas pautas foram tratadas de forma elitista, com uma linguagem pouco acessível para aqueles que não dominam a questão e com uma escolha por fontes que excluem o cidadão comum.

Outro assunto que a *Folha* apresentou com frequência em sua seção de economia foram temas do cotidiano, que marcaram treze reportagens da amostra selecionada para o estudo. Nelas se espelham questões trabalhistas, impactos financeiros na vida dos trabalhadores e outros assuntos que influenciam o dia a dia dos menos favorecidos financeiramente. Majoritariamente, essas matérias dialogam com as classes populares, com linguagem, abordagem e, até mesmo, fontes que espelham os interesses da população.

Já o assunto que mais se destacou nas pautas do jornal foram as questões políticas. Quinze matérias abordaram exclusivamente questões como gastos de gestores públicos e conflitos sobre decisões de gestão de Estado. Nelas, o enquadramento adotado pela *Folha*

seguiu uma vertente elitizada, semelhante às que relataram notícias sobre o mercado financeiro. Dessa forma, o veículo apresentou quatro grandes temáticas ao longo do período estudado, com abordagens variadas.

Como já mencionado, das categorias propostas para a análise das matérias, 46,4% tiveram um enfoque elitista, enquanto 43,2% foram apresentadas de forma popular. Os outros 10,4% não se aplicam ao estudo. Mediante aos dados colhidos pós estudo, observa-se que a *Folha* desempenhou um papel equilibrado durante os meses de abril de 2020 e outubro de 2021, sendo o rótulo linguagem o que foi mais considerado como E (66%) em oposição ao assunto que foi o mais P (62%).

Quando se analisa as produções da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* no mesmo período proposto, o caráter popular se sobressai notoriamente em relação ao trabalho desenvolvido pela *Folha*. Com um projeto editorial alinhado com os moradores das periferias, o jornal desenvolve reportagens que atendem aos anseios dos mesmos. Porém, como seu enfoque recai sobre os bairros habitados por pessoas de baixa renda da Grande São Paulo, as pautas produzidas tendem a desempenhar uma função voltada para o interesse local.

Desse modo, quatro grandes temas se destacaram nas produções estudadas, sendo o primeiro deles a questão do Auxílio Emergencial. Treze reportagens foram realizadas sobre o assunto, tratando, em sua grande maioria, de forma sucinta para informar rapidamente ao leitor que depende do pagamento. Esse enquadramento foi muito similar a algumas notícias da *Folha* que se dedicaram a apresentar a informação.

Já como uma característica mais restrita do jornal, foram produzidas onze reportagens com a temática do cotidiano. Dentro desse assunto estão as produções que falam sobre problemas de como os moradores das periferias agem com a falta de dinheiro, dicas sobre lidar com a situação e informações educacionais a respeito da situação econômica atual. Tais questões não aparecem na *Folha* e foram apresentadas de modo a informar os indivíduos das classes D e E a respeito de situações particulares do seu dia a dia.

Outros temas retratados no jornal foram as situações de trabalho. Entre eles está a circunstância vivida por microempresários, pessoas que migraram para o empreendedorismo ou estão desempregadas. O assunto foi o mais abordado no portal, estando presente em quinze das cinquenta matérias analisadas, o que reflete os anseios dos moradores das periferias na conjuntura estudada. Outro ponto importante é a semelhança entre esse tema e o de mercado

financeiro abordado pela *Folha*. No grande veículo, questões sobre empreendedorismo também estão presentes, porém com um enquadramento voltado para os grandes empresários.

A mesma semelhança entre temas com divergência de enquadramento ocorre com o assunto medidas político-sociais. Essas reportagens apresentam movimentações políticas, como a flexibilização e endurecimento da quarentena por parte do Governo Estadual, ou sociais, como iniciativas para ajudar os mais prejudicados financeiramente, que afetaram os moradores das periferias. Assim como nos outros temas, a *Agência Mural* abordou as notícias com uma linguagem acessível e bem explicativa e, sempre que possível, com fontes do meio que o portal busca atingir.

Numericamente, essa expressão popular é expressiva. Com o cálculo geral em relação às categorias de análise, a *Agência Mural* apresentou uma abordagem 90,4% P, enquanto 2% foi E, que diz respeito às produções em que o jornal ouviu unicamente fontes oficiais. Dos números ainda teve 7,6% que não se aplicaram ao estudo. Mediante às estatísticas numéricas, pode-se concluir que o veículo cumpre com sua missão de cobrir lacunas de informação.

Ao final do estudo, foi possível averiguar que a *Folha de S. Paulo* consiste em um veículo de massa, isto é, apresenta uma grande produção que atinge uma parcela significativa da população brasileira. Desse modo, se é observado na classificação que o jornal produz reportagens com assuntos de abrangência nacional, sendo muitas delas voltadas para as classes sociais menos favorecidas, embora a predominância seja de um caráter elitista. Logo, das cinquenta matérias selecionadas, uma grande parcela delas abordam de alguma forma questões populares, como o Auxílio Emergencial, o desemprego e a fome. Os temas da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* não foram em partes muito diferentes dos da *Folha*. O portal explorou pautas semelhantes adotando um tom educacional sempre que necessário voltado para quem não tem um conhecimento prévio na área e, ainda, apresentou notícias que dialogam diretamente com o cotidiano dos moradores das periferias.

Muito dessa convergência diz respeito aos critérios de noticiabilidade apresentados por Traquina (2004), tendo o período vivido entre abril de 2020 e outubro de 2021 apresentado diversos temas relevantes que estampam as manchetes dos jornais. Mediante a essa importância, veículos como os estudados passaram a produzir matérias jornalísticas. No entanto, devido às diferenças existentes entre cada um dos veículos, as notícias divulgadas pelos mesmos apresentaram divergências, justificadas por fatores editoriais como já discutido.

Cada um dos jornais surgiu em um contexto distinto e apresenta linguagens próprias para atingir seu público alvo. Por esse motivo, ambos apresentam de forma bem delimitada características textuais divergentes. Essas características jornalísticas são utilizadas para salientar informações relevantes para o debate público, segundo a editoria do jornal (ENTMAN, 1994 *apud* LOBO, 2021). Desse modo, alguns assuntos podem ser trabalhados mais detalhadamente em uma matéria da *Agência Mural*, enquanto que a *Folha de S. Paulo* trouxe a mesma questão de forma mais superficial para salientar outro aspecto da notícia que ela considera relevante. Ao fazer esse jogo de iluminar determinado ponto, a reportagem ajuda o leitor a compreender mais facilmente as questões a serem tratadas. Dessa maneira desempenham seu papel de informar e subsidiar com dados fundamentados notícias de interesse específico do seu público-alvo.

REFERÊNCIAS

- ARRESE, A.; VATA-MIGUEL, A. Periodismo y Economía. En: LEÓN, M. S. (Ed.): **Estudios de Periodismo Político y Económico**. Madrid: Editorial: Fragua, pp. 47-80. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307639886_Periodismo_y_Economia. Acessado em Ago. 2022.
- BASILE, S. **Elementos do jornalismo econômico**. São Paulo: Elsevier, 2011.
- CALDAS, S. **Jornalismo Econômico**. Contexto, 2003.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2016.
- DAVIS, A. **Public Relations Democracy: Public Relations, Politics and the Mass media in Britain**. Manchester: Manchester University Press, 2002.
- DAVIS, A. Whither Mass Media and Power? Evidence for a Critical Elite Theory Alternative. **Media, Culture & Society**, 25(5), 669–690. 2003. Disponível em: 10.1177/01634437030255006. Acessado em: Ago. 2022.
- ENCARNAÇÃO, P. M. S. da. **Colunismo econômico na Folha e no Estadão**. Orientador: Mauricio Lissovsky. 2007. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1648/1/PENCARNA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acessado em: Jan. 2023.
- ENTMAN, R. M. **Projections of Power: Framing News, Public Opinion and U.S. Foreign Policy**. Chicago: The University of Chicago Press. 2004.
- KISHTAINY, N. *et al.* **O livro da Economia**. Rio de Janeiro: Globo, 2013.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Edusp, 2007.

LAGE, N. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 20–25, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080>. Acessado em: Ago. 2022.

MARCONDES FILHO, C. **Ser Jornalista: o Desafio da Tecnologia e o Fim das Ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

MILLS, C. W. **The Power Elite**. Oxford: Oxford University Press. 1956.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acessado em: Fev. 2022.

NASTARI, A. F. S. **Entretenimento e informação: uma nova fase do jornalismo?**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO. 57 f., 2011.

PULITI, P. A Financeirização do Noticiário Econômico: o uso de estratégias de comunicação por grupos de interesse e seu impacto nos conteúdos jornalísticos. **E-Compós**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2011. DOI:10.30962/ec.501. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/501>. Acessado em: Nov. 2022.

PULITI, P. História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real. **Líbero**: São Paulo, v. 16, n. 31, p. 41-50, jan./jun. de 2013. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/05-Paula-Puliti.pdf>. Acessado em: Ago. 2022.

RABELO, R. F. **Mundialização, neoliberalismo e discurso jornalístico: Uma análise do jornalismo econômico**. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura apresentada à ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: ECO/UFRJ. 114 f., 2002.

RIOS-RODRÍGUEZ, R.; ARRESE, Á. Economic Journalism and the Elitist Approach: A Persistent Pattern in the Use of Sources? The Spanish Press Coverage of The Economic Crisis (2008–2015). **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 764–791, 2021. DOI: 10.25200/BJR.v17n3.2021.1445. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1445>. Acessado em: Nov. 2022.

SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SARDENBERG, C. A. **A transição no jornalismo econômico**. 1995. Disponível em: www.bb.com.br/appbb/portal/bb/simp/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp. Acessado em: Nov. 2022.

SILVA, G. A. **Jornalismo econômico em cenário de crises: o consumidor nas notícias do portal Exame e G1**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Estadual Paulista– UNESP – FAAC. 158 f., 2017.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. 1a ed., Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019

STUMPF, E. P. **Os estudos sobre o jornalismo econômico no Brasil: uma história das ideias em perspectiva comparada**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em:

https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9376/5/DIS_ELIANA_PATRICIA_SILVA_STU_MPF_COMPLETO.pdf. Acessado em: Set. 2022.

TEBET MARINS, M. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 36, n. 02, p. 669–692, 2021. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136020013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33831>. Acessado em: Ago. 2022.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, Volume I e II**. 2a ed., Florianópolis: Editora Insular, 2004.

CAPÍTULO 5

IDOSOS LGBTQIA+: O ENVELHECIMENTO NAS TELAS DO CINEMA CONTEMPORÂNEO

Gustavo Henrique de Oliveira Caldas

RESUMO

O processo de envelhecimento já se inicia com a concepção e só termina com a morte e é permeado por preconceitos que se intensificam em caso de subgrupos excluídos como as pessoas idosas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros grupos e variações da sexualidade). Essa pesquisa tem por objetivo compreender os espaços e práticas associadas aos idosos LGBTQIA+ no cinema brasileiro contemporâneo, utilizando como fontes os seguintes filmes: *Madame Satã* (2002), *Santiago* (2007), *Meu amigo Claudia* (2009), *Divinas Divas* (2016), *Greta* (2019), *Bacurau* (2019). A realidade apresentada por essas obras culturais revela tanto espacialidades tradicionais destinadas às pessoas idosas LGBTQIA+, como modificações nesses espaços e nos preconceitos tanto etaristas quanto relacionados à orientação sexual, pois ainda persistem situações que precisam ser alteradas, inclusive nos filmes mais recentes, como se pode perceber em *Greta*. Nessa película, o personagem principal Pedro leva uma vida praticamente inteira de limitações em seus desejos de ser para atender expectativas da sociedade. Dentro dessa conjuntura e de um quadro de análise das estruturas da película, realizou-se as análises fílmicas com seus princípios estéticos necessários às conclusões dessa pesquisa. O Brasil vivencia atualmente um aumento do número de idosos, o que gera demandas de políticas públicas na área cultural e, por outro lado, o cinema mais especificamente pode induzir emoções e influenciar o espectador e a sociedade sobre os idosos LGBTQIA+, podendo atuar para melhorar representatividades. Ao mesmo tempo, o próprio cinema é influenciado pelo contexto da sociedade em que está inserido, contribuindo para o melhor entendimento da história do cinema, das artes e da própria história evolutiva de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos. Cinema. LGBTQIA+. Análise fílmica.

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais claro que a visão negativa sobre o envelhecimento traz consequências para o idoso, sendo a principal o ageísmo também conhecido como idadismo ou etarismo que se trata de um processo de estereotipar e discriminar pessoas em função da idade. Alguns autores consideram o ageísmo como a terceira causa de discriminação mais comum no ocidente e ele é ainda pouco estudado no Brasil (HELAL; VIANA, 2021). Por sua vez, entende-se por envelhecimento como a fase de todo um continuum que é a vida, começando com a concepção e terminando com a morte. Ao contrário do que acontece com outras fases do ciclo de vida, o envelhecimento não possui um marcador biofisiológico de seu início. Dessa forma, a demarcação entre maturidade e envelhecimento é arbitrariamente fixada, mais por fatores socioeconômicos e legais do que biológicos (PAPALÉO NETTO, 2016).

A tentativa de estereotipização é comum a todos os idosos e demais subgrupos que os compõem: idosos de classes sociais desfavorecidas, idosos, homossexuais idosos, transexuais idosos e idosos negros. A estereotipia caracteriza-se por um discurso incisivo, repetitivo e

arrogante que define de maneira unilateral, acrítica e com poucas palavras o que o outro é. Estabelece-se, portanto, um grupo cujas multiplicidades e diferenças individuais são eliminadas em nome de certas semelhanças grupais que são intercambiáveis com elementos pertencentes a outros grupos geralmente tidos como padrões ideais na sociedade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

A pesquisa tem por proposta investigar a maneira pela qual as obras cinematográficas constroem e reformulam o espaço destinado ao idoso LGBTQIA+ no Brasil recente. O objetivo é identificar os usos das imagens das pessoas idosas LGBTQIA+ no espaço público por meio do cinema e contribuir para uma nova realidade voltada para uma transformação social e histórica que crie uma nova forma de visualizar essa importante parcela da população brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É importante deixar bastante claro que não existem dados censitários acerca das pessoas LGBTQIA+ na população brasileira e muito menos na população idosa desse subgrupo, o que dificulta a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas para esses setores da sociedade. Com a realização do novo censo pelo IBGE no ano de 2022 sem a coleta de dados referentes a essa parte da população, todos permanecerão então silenciados e apagados pelos próximos anos com impacto na criação de espaços geriátricos inclusivos e acolhedores, desde Instituições de longa permanência de idosos (asilos), passando por centros-dias, universidades e serviços de saúde e sociais. Pela pobreza do questionário aplicado, quando comparado com censos anteriores, inúmeros outros grupos vulneráveis ficarão também numa situação de exclusão social. É preciso um esforço intelectual desmedido e incomensurável para não vislumbrar um grau de intencionalidade nessas medidas. Dessa forma, percebe-se que raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade não são categorias mutuamente excludentes, mas fenômenos que possuem uma construção recíproca, reconhecendo a importância da interseccionalidade na criação de políticas que facilitem a ocorrência de experiências positivas de envelhecimento (ARAÚJO, 2022).

Os estudos das dissidências de gênero e sexualidade no Brasil começaram há pouco mais de meio século, no entanto o tema do curso de vida, envelhecimento e diversidade sexual e de gênero tem sido desenvolvido timidamente nas duas últimas décadas no Brasil com os primeiros estudos sobre homossexualidade masculina e envelhecimento, envelhecimento e mulheres lésbicas, envelhecimento de travestis e pessoas trans ocorrendo

por volta do ano de 2004 em diante (HENNING, 2020). Procura-se com essa pesquisa avaliar de certa forma o impacto dessas definições teóricas inicialmente desenvolvidas na realidade prática cultural da sociedade brasileira por meio das produções do cinema. Não se fará diferença, no que diz respeito tanto às seleções de obras cinematográficas feitas, quanto das análises realizadas, entre o documentário² e o longa-metragem dramático, embora se saiba da confiança maior que alguns dão ao documentário, mas é preciso deixar de acreditar no cinema documentário como reprodução do real, tomá-lo como discurso e exacerbá-lo como tal, trabalhando sobre a ambiguidade (BERNARDET, 2003).

Conforme ficará mais evidente, a arte pode ser considerada uma forma de expressão em que se torna material uma ideia ou emoção. A expressão artística é, por vezes, uma forma de manifestação política capaz de promover a contextualização, o questionamento e a resistência. Nessa situação, o fazer artístico, mesmo sendo, por vezes, censurado, promoveu importantes questionamentos sobre questões de gênero e sexualidades, tornando-se pauta nos principais veículos em comunicação de massa, em ambientes educacionais, redes sociais e demais espaços de discussão (MIGUEL; PETRONI, 2020), permitindo, ao longo do tempo, que diversos filmes, como os que serão expostos nessa pesquisa, pudessem ser elaborados e influenciarem uma certa sociedade e fossem influenciados por ela. Dessa forma, a arte vem contribuindo para as transformações sociais e culturais na sociedade brasileira, contrariamente ao que pensam as massas, conforme destaca Walter Benjamin: “Objeta-se que as massas buscam dispersão na obra de arte, enquanto que o apreciador de arte se aproxima dela por meio da concentração. Para as massas, a obra de arte seria material para entretenimento; para o apreciador de arte, ela seria objeto de devoção” (BENJAMIN, 2021, p. 94).

3. METODOLOGIA

Embora a intenção principal tenha sido atender aos objetivos estabelecidos nessa pesquisa, o processo de seleção dos filmes incluídos nessa investigação está relacionado a alguns fatores: uso do filme como corpus para entender o universo dos idosos LGBTQIA+, possibilidade de análise do espaço cultural no qual essas personagens estavam inseridas, o fato do filme fundamentar-se em dados possíveis que pudessem influenciar a realidade circunjacente desses idosos através de um discurso que deveria ser analisado, seleção de longas-metragens por demorarem mais a registrarem mudanças e por essas mudanças

² Para Nichols (2016, p. 37): “o documentário fala de situações e acontecimentos que envolvem pessoas reais que se apresentam para nós com elas mesmas em histórias que transmitem uma proposta, ou ponto de vista, plausível sobre as vidas, as situações e os acontecimentos representados. O ponto de vista particular do cineasta molda essa história”.

enfrentarem maiores dificuldades para estarem presentes nesse tipo de filme, porque precisam passar pelo crivo de patrocinadores.

O corte cronológico escolhido para a seleção dos filmes que vai do ano de 1997 a 2020 deve-se ao Projeto de Lei 3561/1997 que viria a ser transformado na Lei n° 10.741 de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e que visava reforçar as diretrizes contidas na Política Nacional do Idoso (PNI) (RODRIGUES *et al.*, 2007). Por volta de 1998, houve ainda a primeira reforma da previdência após a Constituição, substituindo o tempo de serviço pelo tempo de contribuição, eliminando a aposentadoria proporcional, estabelecendo um teto nominal para os serviços previdenciários entre outras coisas, culminado futuramente numa outra reforma da previdência (2003) (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). É também a partir desse período que a questão do envelhecimento entra na agenda dos países em desenvolvimento, porque, nesse período, ele ocorre de maneira mais acentuada nesses países. O Brasil estava começando a se preparar para seu processo de envelhecimento mesmo que tardiamente e seria interessante avaliar como isso teria se desenvolvido na contemporaneidade por meio das espacialidades no cinema no que diz respeito a um novo debate público sobre a pessoa idosa LGBTQIA+ como cidadão e figura de direitos, considerando que se trata de um dos subgrupos de idosos que são mais vítimas de preconceitos.

A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia da análise fílmica, baseada num campo transdisciplinar apoiado em sólida pesquisa documental e que não desconsidera a parte estética como elemento para a análise do filme como fonte histórica (MORETTIN; NAPOLITANO, 2019). Isso permite sistematizar pesquisas históricas sobre o lazer e a estética fílmicas como materiais para o conhecimento histórico e como agentes da história (NÓVOA, 1995). Outro ponto que pode ser utilizado para a análise fílmica trata-se da questão iconográfica, pois imagens recolhem o impensado de uma época, conservam o que escapou ao olhar do operador da câmera na gravação de uma fatia do real, o que exige a adoção de uma visão atenta aos detalhes e aos indícios, requerendo câmera lenta e descrição detalhada (LINDEPERG, 2013).

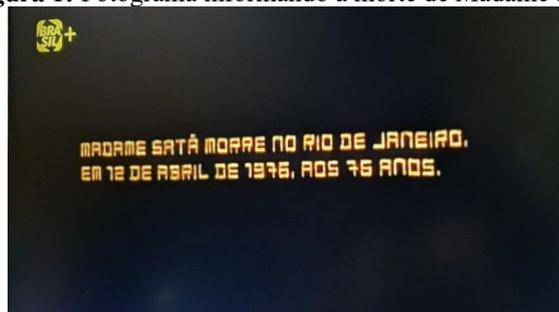
Diante das dificuldades enfrentadas pelos idosos LGBTQIA+ relatadas nos filmes subsequentes, fica evidente a importância da teoria para todos como forma de empoderar esses grupos sobre o que está acontecendo, possibilitando um lugar onde a vida pode ser diferente, já que no dia-a-dia da prática ela costuma ser muito mais excludente e resiliente a mudanças. Fundamentalmente, essa vivência ensina que a teoria pode ser um lugar de cura da exclusão, na medida em que se considera um mundo em que há poucas ocasiões nas quais

pensadores negros, LGBTQIA+ e da maior idade se juntam para debater com rigor questões de raça, gênero, classe social e sexualidade (HOOKS, 2017) acrescidos das questões etárias como elemento interseccional e complicador. Não é fácil para pessoas comprometidas e engajadas, a partir de seu local de combate, vivências e dor, construir e compartilhar experiências que servirão para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e para guiar outras pessoas na redução de seus sofrimentos, tornando seus caminhos mais amenos. Ajudar na construção dessa teoria é um desafio e, sob os ombros dela, recai o enorme peso da esperança em busca de libertação. Com esse propósito de contribuir um pouco na reformulação dessa nova teoria que está continuamente nesse processo e, ao mesmo tempo, compreender a realidade brasileira por meio do cinema, partir-se-á da análise das seguintes películas selecionadas: *Madame Satã* (2002), *Santiago* (2007), *Meu amigo Claudia* (2009), *Divinas Divas* (2016), *Greta* (2019), *Bacurau* (2019).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O filme *Madame Satã* (2002) conta a história polêmica do artista e travesti João Francisco dos Santos mais conhecido como Madame Satã. João, que era um homem negro, pobre, homossexual, pai adotivo, devoto da religião de origem afro-brasileira, foi preso por diversas vezes e ganhou prêmios artísticos em carnavais. É lamentável que a parte destinada a fase de vida da velhice de João tenha se resumido a um único plano na película contendo apenas uma frase que dizia: “Madame Satã morre no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1976, aos 76 anos.” (Figura 1). É possível que essa conduta seja justificada pelo ano em que a película (2002) foi disponibilizada ao público e o contexto em que o Brasil estava inserido no qual a velhice, a Geriatria e os idosos estavam começando a serem mais frequentemente debatidos. Pode ser que os diretores e produtores tivessem limitações orçamentárias para realizarem o filme com diversas fases, mas, com certeza, perdeu-se uma grande oportunidade de abrir um novo flanco de discussão na sociedade, embora seja facilmente reconhecível que o filme já foi muito inovador para a época, mostrando cenas de sexo entre dois homens. Obviamente que seria um choque a mais para a sociedade retirar os idosos da condição de assexuado, que é como muitos ainda poderiam vê-los na época, e colocá-los na condição de idosos do grupo LGBTQIA+.

Figura 1: Fotograma informando a morte de Madame Satã.



Fonte: Madame Satã (2002).

Em *Santiago* (2007), João Salles rememora a sua história e da sua família por meio das lembranças de Santiago, mordomo argentino da família Salles por 30 anos, que tinha grande conhecimento sobre famílias aristocráticas dos mais diferentes países. Salles encontrava-se inicialmente muito concentrado em suas preocupações estéticas e, dessa forma, esqueceu-se que o filme deveria se concentrar no personagem Santiago com o qual não conseguiu estabelecer uma relação mais próxima, fato evidenciado nos próprios planos que mostram na maioria das vezes um Santiago distante. A partir disso, Salles resolve mostrar os restos, ou seja, o que não era para aparecer na obra e obviamente que o cineasta acaba por se expor mais em relação as suas inúmeras tentativas de controle das cenas. Isso mostra o quanto o cineasta foi corajoso nesse processo de reformulação do filme em relação ao que a película era inicialmente.

Por fim, vem o momento mais impactante e talvez o mais triste, quando, no ano de 2007, o próprio João Salles lamenta-se no final do documentário pelo que parece não ter conseguido fazer em 1992: “E, no fim, quando Santiago tentou me falar do que lhe era mais íntimo, eu não liguei a câmera”. Segue-se uma cena em fundo preto em que nada é mostrado e ouve-se apenas as falas de Santiago: “Escuta, Joaozinho! Eu pertenço a um grupo, núcleo de seres malditos...”. Quando é prontamente interrompido por João Salles que não permite que Santiago conclua seu pensamento: “Não! Isso não precisa. Esse lado, a gente não vai...”. Não há conclusão da frase. Parece que há algo que não pode sequer ser citado de tão perigoso que é em sua essência. A pergunta é: perigoso para quem? Não se sabe se Salles realmente achava perigoso na época ou estava apenas tentando proteger Santiago de uma exposição pública de sua vida por meio de um filme num tempo não tão amistoso. No entanto, Santiago segue num tom de voz baixo e obediente ao seu antigo patrão: “Não precisa...” e instala-se um silêncio. É um daqueles raros momentos em que o silêncio supera as palavras e o som em significações. Na verdade, nunca deve ter precisado durante toda sua vida e ele deve ter ouvido, inúmeras vezes, essa frase de diferentes formas em contextos variados e, por isso, talvez um possível

lamento se esconda nas reticências dessa mensagem e no seu tom de voz decrescente que vai se tornando cada vez mais fraco até a última sílaba, como se não quisesse nem ter proferido a frase, quanto mais concluí-la, já que se trata do indesejado socialmente. Após o silêncio, João pede para que Santiago conte a história rápida do embalsamador, porque muito provavelmente o silêncio incomodou e era preciso desviar a conversa para um assunto que de fato animaria Santiago e os tiraria dessa situação constrangedora e, ao mesmo tempo, impensável pelo cineasta no momento em que elaborara sua obra.

O mordomo Santiago faz parte de uma geração cujos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo eram criminalizados, estigmatizados e invisibilizados mais do que são nos dias de hoje, de maneira que o medo é algo extremamente presente em sua personalidade, além do idoso ser apresentado quase como uma pessoa assexual, sendo que não existem razões biológicas que impeçam os idosos de ter uma vida sexual, a não ser que a assexualidade fosse encarada, nessas circunstâncias, como uma forma de compensação e redenção diante da sociedade. O idoso LGBT precisaria ser caracterizado nos mais diferentes meios como solitário, insatisfeito e infeliz ou até mesmo excluído dentro da população, para que servisse com um mau exemplo para os demais integrantes da sociedade que estivessem cogitando também uma vida tida como desviante, como se tratasse apenas de uma questão de má influência? No entanto, estudos mais recentes apontam que seguir os passos de Santiago, isto é, tentar viver, conforme as expectativas da sociedade conduz a mais isolamento da comunidade LGBTQIA+ ao impedir que se formem coresidência ou opções de moradia compartilhada entre amigos, o que contribuiria para a redução da solidão e de limitações funcionais (SILVA; ARAÚJO, 2020). Por outro lado, sabe-se também que os indivíduos expostos a eventos estressantes, como a discriminação em virtude de sua orientação homossexual e/ou identidade de gênero³, estão mais sujeitos a desenvolver certo isolamento psicológico e social (RABELO; DAVI, 2020).

No silêncio do discurso entre Santiago e Salles, esconde-se a eventual homossexualidade de um idoso que se refugiava no passado, em virtude de sua inadequação ao presente e a uma solidão, a qual havia sido condenado. Até que ponto, Santiago necessitou compensar suas supostas inadequações comportamentais, pois pertence a um “grupo maldito” nas suas próprias palavras com o fato de ser uma pessoa culta, inteligente, elegante,

³ Refere-se ao quanto uma pessoa se sente e se vê como homem (masculino), mulher (feminino), as duas coisas ou nenhuma delas, ou seja, o quanto ela se identifica com os modelos de gênero (estereótipos) estabelecidos pela sociedade em que vive, enquanto que expressão do papel social de gênero é a manifestação exterior da chamada identidade de gênero (ANTUNES, 2017).

obediente, prestativa dentre outras qualidades, como forma de ser minimamente aceito na sociedade? Ele precisava ser perfeito para receber uma espécie de anistia da sociedade? Essa condição comportamental é possível de ser atendida sem grandes desgastes em termos de saúde mental, física e social? São respostas que não são fáceis de serem dadas com precisão, mas que foram levantadas pela película. Há uma tendência de certos homossexuais de construir compensações para os outros, e principalmente para si, com relação ao preconceito sofrido, tentando atingir nível econômico, social e cultural superior ao da maior parte da população (ANTUNES, 2017). Não se têm certeza se o personagem levou uma vida dentro do armário⁴, mas as questões “dentro” ou “fora do armário” não deveriam ser posições tomadas como absolutas, uma vez que, mesmo num nível individual, até entre pessoas mais abertamente gays, haveria pouquíssimas que não estejam eventualmente no armário em relação a alguém ou a alguma coisa que seja pessoal, econômica ou institucionalmente relevante para elas (SEDGWICK, 2008). Alguns idosos, pelo contrário, são obrigados a “retornar ao armário” durante a velhice, já que não contam com o apoio de familiares ou de instituições de longa permanência aonde moram. Foi o caso da travesti Marquesa do filme *Divinas Divas*, como será visto mais na frente.

Segundo o filme, Santiago depois de aposentado vivia só e escrevia muito sobre as diversas aristocracias do passado (Figura 2). Queria evitar o esquecimento de pessoas e fatos do passado e, com isso, indiretamente contribuir para evitar seu próprio esquecimento após a morte, portanto, com o filme, chega a ficar feliz e afirmar que a filmagem realizará seu embalsamento. Para a realização desses intentos, gabava-se de ter uma excelente memória. Percebe-se, portanto, a existência de temas que permeiam o mundo em que vivia Santiago e são, de certa forma, temas muito caros aos idosos em geral: morte, esquecimento, memória, solidão. No entanto, suas expressões não verbais, durante o momento, em que expressa esse pensamento, demonstram que ele tinha conhecimento dessa tarefa inglória. Apesar de tudo, é bom ressaltar que há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, restando-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar, isto é, a de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade (BOSI, 1994).

⁴ Segundo Sedgwick (2008), o “armário” é como um dispositivo de regulação da vida da comunidade LGBT que se relaciona também com heterossexuais e seus privilégios e hegemonia de valores, fazendo com que essa comunidade tenha que escolher entre ficar ou voltar para o armário em algum ou todos os segmentos de sua vida: emprego, guarda de filhos, proteção contra a violência, o escrutínio insultuoso. Dessa forma, torna-se uma imagem bastante delimitadora da homofobia de uma forma que não o é para outros tipos de opressões (racismo, opressões fundadas em gênero, deficiência física) (SEDGWICK, 2008).

Figura 2: Fotograma de Santiago em frente a uma estante onde guardava os papéis que escreveu sobre várias aristocracias do mundo.



Fonte: Santiago (2007).

O filme *Meu Amigo Claudia* (2009) é mais um documentário brasileiro que conta a trajetória da travesti, ativista, atriz e cantora Claudia Wonder em paralelo com a História brasileira dos últimos 30 anos, utilizando-se de depoimentos de entrevistados e da própria Claudia, de jornais, fotos e vídeos da época. Claudia Wonder se envolvia com atividades culturais e com questões sociais. O filme a mostra, participando, em março de 2008, da abertura do Centro de Referência da Diversidade que servirá para fornecer apoio ao grupo LGBTQIA+ que não possa contar com sua família (Figura 3). O filme segue com Claudia atuando no Centro, inscrevendo pessoas em cursos de costura e proferindo a seguinte frase: “Aqui, vamos atender essas pessoas, voltar os olhos pra essa camada da sociedade tão esquecida”. Essas medidas são fundamentais, quando se considera que a maioria das travestis e transexuais não conseguem uma formação escolar adequada, portanto não se encaixam no mercado formal de trabalho e terminam por comercializar seus corpos por meio da prostituição (ANTUNES, 2013).

Figura 3: Fotograma de Claudia de vestido verde no Centro de Referência da Diversidade.



Fonte: Meu amigo Cláudia (2009).

Nas memórias de Claudia, é facilmente perceptível a questão da homofobia internalizada⁵ “ensinada” por sua família: “Eu não questionava muito a educação que eles me davam, eu achava que eu estava errada e que eu merecia”. Quando Claudia diz que merece, ela faz referência a dois episódios: um no qual ela foi presa pela polícia pelo fato de estar vestida na rua como mulher; e sobre quando ela descobriu mais tarde que seu pai deixou que ela ficasse quinze dias presa na cadeia propositadamente. A alternativa de vida seguida por Claudia, porém, foi, ao longo de sua vida, deixar de reprimir o homossexual que existia dentro dela. Esse processo de afirmação foi também doloroso, na medida em que envolveu também viagens ao exterior e cirurgias por meio das quais Claudia se tornou uma travesti. Segundo ela, o próprio pai a recebeu bem, quando ela retornou de Paris anos mais tarde, já depois de ter colocado silicone nos seios e voltado com aparência feminina. Segundo Bosi (1994), a maioria dos indivíduos organiza a sucessão de etapas na memória por meio de marcos, pontos nos quais a significação da vida se concentra: morte de um parente, formatura, casamento, empregos. No entanto, essa realidade é diversa na história biográfica de uma travesti que passa a ter outros marcos: viagens, cirurgias plásticas, modificação para um vestuário feminino, conforme relatado nas memórias de Claudia no filme.

Claudia iniciou trabalhando no cinema como maquiadora na década de 1970. Em seguida, surgiu o convite para participar de filmes. Ela faz uma síntese do papel executado por travestis nos filmes (A mulata que queria pecar -1978, Sexo dos anormais-1984, Sexo livre – 1985 entre outros) dos quais participou, no qual executava papéis ligados ao sexo principalmente: “Nos filmes, que eu fiz, a representação da travesti no cinema é erótica ou sexual ou da coisa divertida, da coisa da chacota”. Aqui, pode-se fazer um paralelo com o conceito de racismo recreativo, pode-se definir a homofobia ou transfobia recreativa como um mecanismo que encobre a hostilidade ao indivíduo homossexual, transexual ou travesti por meio do humor. Essa atitude configura um mecanismo muito perverso de atuação das classes excludentes, porque não permite defesa aparente as vítimas dessas chacotas. As pessoas que reclamam dessa situação terminam sendo enquadradas como chatas, que não tem um mínimo de senso de humor e que fazem confusão por tudo. Afinal de contas, humor é pra rir, não é pra se fazer um discurso enfadonho e longo, queixando-se da piada. A pessoa excluída tem dois caminhos diante da piada: reclamar e ser taxada de inconveniente, chata e sem senso de

⁵ A ideia de internalizar aparece como introjetar, assimilar, absorver ou adotar inconscientemente valores, ideias, práticas, comportamentos e hábitos de outrem/ou sociedade como se fossem próprios. O indivíduo passa por um processo de compreensão sobre os valores e sentidos embutidos nelas, até que finalmente as aceita como o seu próprio ponto de vista. Os homossexuais acabam por internalizar a cultura heterossexista, heteronormativa, machista, patriarcal, misógina e homofóbica (ANTUNES, 2017).

humor ou calar-se e aceitar passivamente a humilhação. Apesar de tudo, há sempre a possibilidade de alternativas criativas diante de situações constrangedoras como alegar que não se compreendeu a piada e pedir para que a expliquem novamente. Na dúvida, seja chato. Ninguém é obrigado a ter a melhor resposta sempre, principalmente, diante de uma situação de surpresa. Seria repetir padrões de alta exigência para com pessoas excluídas, enquanto que, para os que excluem, é aceito qualquer tipo de justificativa. Quando qualquer pessoa age como se lésbicas, travestis, gays tivessem sempre que seguir padrões morais rígidos superiores aos padrões de outros grupos, está perpetuando a homofobia e a transfobia.” (HOOKS, 2021).

Nesta película, aparece a figura de Rogéria entrevistando, na TV Manchete, Claudia e seu marido, em 1992, com o qual foi casada por 6 anos na Europa (Figura 4), mostrando mais uma vez a importância de Rogéria na representação da travesti nos filmes brasileiros. Nessa situação, observa-se uma das convenções que frequentemente associa-se à não ficção ou ao documentário, como filmagens externas, não atores, câmeras portáteis, improvisação, comentários em voz over e, no caso em questão, imagens de arquivo (imagens não filmadas pelo cineasta, ou seja, retiradas da Rede Manchete) (NICHOLS, 2016).

Figura 4: Fotograma de Rogéria entrevistando Claudia e o marido desta.



Fonte: Meu amigo Claudia (2009).

Na película documentária *Divinas Divas* (2016), têm-se diversos relatos sobre o que é viver como uma travesti idosa, mostrando a trajetória artística de oito artistas lendárias e pioneiras desde a década de 1960, que vivenciaram o auge da Cinelândia repleta de cinemas e teatros: Brigitte de Búzios, Marquesa, Fujika de Holliday, Jane di Castro, Rogéria, Camille K, Divina Valéria e Eloína dos Leopardos. Brigitte de Búzios faz parte de clubes de senhoras da terceira idade e informa que é tudo normal, que a sua vida é “meio caretinha”, mas, no palco, ela se entrega mais e faz o que quer. Marquesa responde que voltar ao palco do Rival (Teatro do Rio de Janeiro, no qual ocorreram os primeiros shows de travestis durante o início da ditadura militar), como idosa, permitirá a ela fazer uma de suas melhores apresentações, isto é, “vai ser um canto do cisne lindo que eu vou fazer”. Em outro momento, a mesma Brigitte diz que o mais difícil é chegar aos 69 anos como uma sex mulher e começa a rir. Fujika de

Halliday informa que nunca teve crises com a questão da idade, ou seja, “não tenho grilo com a idade”. Nesses relatos, percebem-se que as experiências de exclusão, separação e falta de reconhecimento podem estar associadas ao desenvolvimento de uma maior autoconfiança, quando o estigma e o preconceito, ao contrário do que se pensaria, tornam-se uma fonte de força e um veículo para mudança social (RABELO; DAVI, 2020). A maioria das travestis que estrelam *Divinas Divas* tem uma trajetória de vida de superação como será perceptível nas próximas páginas.

O filme é dedicado à Marquesa *in memoriam*, pois ela morreu durante a produção da película. Várias passagens do filme demonstra-se a diminuição da funcionalidade dessa idosa, que tem muita dificuldade de locomoção, mesmo andando de bengala, além da fâcias de dor (como franzir a testa, fechar os olhos) e a impressão de cansaço que, por vezes, fica evidente nas filmagens. Jane di Castro chega a afirmar: “A marquesa é uma artista. Ela teve uma queda tão forte que ela está uma outra pessoa. Ela está forçando, porque ela é artista. Artista morre em cena” (Figura 5). O escalamento do depoimento no documentário parece antecipar, de uma maneira premonitória, o destino da amiga, abrindo espaço mais uma vez para uma das principais preocupações dos idosos que é a morte e o sofrimento que, às vezes, a antecede. Por outro lado, o corpo de Marquesa era o mais inadequado para os padrões da sociedade mesmo quando se compara ao corpo das outras travestis, na medida em que era um corpo obeso, idoso, dependente e indeterminado do ponto de vista binário do sexo. Era um corpo que acumulava elementos indicativos para exclusão. Diferenças de classe, etnia, gênero e geração tendem a ser corporalmente visíveis e, por isso mesmo, modificáveis por meio de técnicas de adequação corporal. É como se alguém deixasse de ser pobre, negro ou feminino, apenas por meio de técnicas, cosméticos, drogas e cirurgias para se adequar ao padrão de sucesso (ANTUNES, 2013). Por outro lado, Marquesa, na velhice, teve um destino comum a outras travestis, isto é, passam por um processo oposto de transformação ao qual se submeteram anteriormente, voltando a ser homens, deixando transparecer que travestilidade e envelhecimento não combinam (ANTUNES, 2013).

Figura 5: Fotograma de Marquesa com dificuldade de locomoção.



Fontes: Divinas Divas (2016).

Rogéria mais uma vez está presente num filme voltado para a questão de idosos travestis e sua aceitação por boa parte da sociedade brasileira pode justificar, em parte, a possibilidade de realização desses filmes. Isso é perceptível em *Divinas Divas* (2016), quando uma gravação executada no shopping é interrompida por fãs que querem falar com ela. A própria Rogéria fala isso durante o filme: “Se eu não tivesse sido amada, seria muito triste, mas eu fui e agora sou amada pelo povo brasileiro, porque sou a travesti da família brasileira”. Rogéria executaria um papel similar, no que diz respeito ao idoso LGBTQIA+, ao que Fernanda Montenegro exerceu para a temática da mulher idosa. Fernanda Montenegro foi inclusive uma referência para Rogéria deixar de ser apenas maquiadora para entrar nos palcos, como a própria afirma na película.

Conforme ficará perceptível, há relacionamentos amorosos duradouros entre as personagens de *Divinas Divas*. Quando Jane di Castro está no palco do Rival cantando “Non, Je ne regrette rien”, ela interrompe a canção pra dizer: “Essa música, eu dedico a meu grande amor. Nós temos um relacionamento há 46 anos (Jane começa a chorar) e só agora conseguimos fazer uma união estável e ele está no mesmo lugar onde ele me conheceu em 1967. Otávio é pra você”. Otávio se levanta da cadeira, entrega um buquê de flores e todos batem palmas (Figura 6). Trata-se de um relacionamento que, durante 46 anos, sustentou-se sem nenhum respaldo jurídico do estado, quanto mais consideração e respeitabilidade da sociedade para com a sua existência durante todos esses anos. Trata-se de um sentimento que não precisou de nenhum respaldo externo para resistir ao tempo. O filme *Divinas Divas* documenta assim, dificuldades que casais idosos heterossexuais não passam e se torna também um registro do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. Por outro lado, o grupo LGBTQIA+ tende a valorizar mais seus relacionamentos por, em alguns casos, serem sua única fonte de suporte emocional frente a atuação da sociedade no processo de acúmulo de sofrimento psíquico nesse grupo.

Figura 6: Fotograma de Jane di Castro recebendo flores de seu marido (Otávio).



Fonte: Divinas Divas (2016).

Por sua vez, Fujika de Halliday conta que teve que namorar escondido com Alfredo por três meses, mas, que depois disso, ela começou a morar junto com ele e que a morte dele recentemente foi muito dolorosa: “Ele morreu do coração do meu lado. Morreu dormindo. Ele levantava muito cedo. Eu levantei e ele não levantou”. Uma morte súbita é geralmente mais traumática, em termos de luto, para os que ficaram, quando comparada a uma morte causada por alguma doença crônica como o câncer, demência, pois, nessas patologias, quando bem trabalhadas pelas equipes de Cuidados Paliativos, há sempre tempo para despedidas e melhor organização do momento da morte. Fujika chora durante o filme por ser detentora de um luto mal resolvido, além de apresentar um comportamento mais reservado, um humor deprimido e certo grau de irritabilidade. Talvez o preconceito piore sua situação, uma vez que ela certamente não pode vivenciar seu luto em todos os espaços em que circula.

O filme *Greta* (2019) conta a história de Pedro, um enfermeiro de 70 anos que trabalha num hospital público e que tem como melhor amiga uma artista transexual Daniela, a qual enfrenta graves problemas de saúde. Ela é internada a sua revelia por Pedro num hospital sem leitos, após Pedro levar para seu apartamento um dos pacientes (Jean) que estava no leito, liberando dessa forma o leito para Daniela. No filme *Greta* (2019), percebe-se que o personagem principal interpretado por Marco Nanini está restrito a um pequeno apartamento, que ocupa um lugar estratégico para Pedro. É o espaço onde Pedro pode viver em liberdade. No interior de sua própria casa, Pedro conseguia ver-se mais coerente com sua história de vida e seus desejos e isso é perfeitamente explicado, uma vez que podia assumir a própria identidade ao planejar o ambiente para acomodar o que não poderia ser exposto no espaço público. Ainda assim, o interior de sua casa reflete um pouco seu estado de espírito, pois morava num apartamento escuro, desorganizado, mal acabado e principalmente pequeno. Tudo isso agravado pelos enquadramentos muito fechados, apertados e escuros que reforçavam a tentativa de Pedro de se enquadrar na norma e em suas idealizações (Figura 7).

O espaço no mundo contemporâneo pode ser planejado e ordenado para chamar a atenção para a hierarquia social. O espaço arquitetônico continua a articular a ordem social, embora talvez com menos estardalhaço e rigidez do que no passado (TUAN, 2015). O espaço de Pedro refletia também a sua condição de classe média baixa, mas tudo isso só irá mudar no final do filme, quando Pedro se dá conta de que precisa se abrir para o mundo e, após encontrar a Greta dentro dele, os enquadramentos de câmera são mais amplos e seu apartamento torna-se maior, mais iluminado e menos repleto de coisas e objetos que o tornam aparentemente ainda mais restrito.

Figura 7: Fotograma do interior do apartamento onde Pedro residia.



Fonte: Greta (2019).

Na película *Bacurau* (2019), a trama retrata um futuro próximo que se transcorreria numa comunidade pertencente ao município de Serra Verde situado na região oeste de Pernambuco. Aos poucos, seus moradores percebem coisas estranhas acontecendo na região: carros são atingidos por tiros, cadáveres começam a aparecer. Assim, percebem que estão sendo atacados e planejam coletivamente uma reação defensiva. No início do filme *Bacurau* (2019), é passado ao espectador a ideia de que muitas pessoas de fora mandaram ajuda financeira para a comunidade, deixando transparecer que existe desde o começo um conflito que definirá a história futura do lugarejo. Domingas, uma mulher idosa lésbica, tenta, embora já soubesse da intenção do invasor Michael para com Bacurau, estabelecer um acordo de paz, oferecendo comida para o vilão que, em breve, dirigirá-se à comunidade e matará algumas pessoas. Michael não a mata, porque ela é mulher, denotando todas as ideologias retrógradas que alimentam suas atitudes. Domingas, que é médica, está vestida com uma bata branca cheia de sangue, porque já tentou salvar anteriormente uma amiga de Michael, que havia sido baleada, mas não conseguiu.

No entanto, Michael não se deixa abalar por esses aspectos humanitários, segue com o seu plano de assassinato em massa de toda uma comunidade e, ao não conseguir seu intento, é

colocado num buraco que é posteriormente tapado. Enquanto o estão trancando, ele profere uma frase que demonstra sua total falta de arrependimento: “Isso é só o começo!”. As ideologias autoritárias, xenófobas, misóginas, homofóbicas, racistas, etaristas são cíclicas e podem voltar a qualquer momento, quando menos se espera por elas. Uma erva daninha poderia brotar no terreno daquele buraco, onde se pensou que a haviam enterrado definitivamente. O filme termina e toca o Réquiem para Matraga de Gerado Vandré que afirma: “Você que não me entendeu não perde por esperar”. É muito perigoso para uma sociedade não entender Bacurau e compreender esse réquiem apenas como uma composição destinada a um morto, se esse morto, não quer descansar e tem a oportunidade de se constituir como uma ideologia imortal.

Domingas tem um relacionamento com uma mulher (Figura 8) que, por sua vez, também se envolve com um michê, demonstrando que é uma idosa bissexual. Todos em Bacurau parecem saber e tratam com naturalidade a situação como se percebe, quando Plínio afirma que ninguém pode com Dra. Domingas e sua filha Margarida responde que a mulher dela pode. A bissexualidade é tratada com pouca frequência nos filmes, mas talvez até nisso os filmes retratem a realidade, pois os bissexuais tendem a esconder mais sua sexualidade que os homossexuais e, por isso, muitos levam uma vida dupla. Sendo assim, os invisíveis da sociedade teriam uma certa invisibilidade nos filmes. É importante frisar que é, muitas vezes, uma atitude útil para ambas as partes, na medida em que alguns bissexuais podem levar sua vida mais tranquilamente sem enfrentar muito preconceito, enquanto boa parte da sociedade finge que não vê e, dessa forma, evita a obrigação de ter que tratar com um tema que considera inconveniente. No entanto, alguns são vítimas de bifobia, sendo taxados imediatamente de não confiáveis, mal resolvidos, confusos, instáveis, imprevisíveis, problemáticos e dissimulados (ANTUNES, 2017).

Figura 8: Fotograma de Domingas beijando sua esposa.



Fonte: Bacurau (2019).

A pesquisa tem por objetivo também vencer o epistemicídio, isto é, o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos e para grupos oprimidos. O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser combatido, para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do vencedor (RIBEIRO, 2019). Ademais, a criação de alianças entre os que são dominados, devido a suas múltiplas características, contra todas as formas de discriminação, poderia ser uma via interessante de resolução de problemas, ainda que até o momento menos frequente e mais complexa na prática, por dificultar a negociação de agendas políticas e a hierarquia de prioridades sociais (FERNÁNDEZ-ROUCO; FERNÁNDEZ-FUIERTES; ARAÚJO, 2020), embora persista como expectativas futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, percebe-se que as personagens idosas LGBTQIA+ evoluem, ao longo do tempo, de um momento em que vivem clandestinamente sem experimentar completamente sua homossexualidade (*Santiago*) para um período em que parecem mais verdadeiros consigo mesmos (*Divinas Divas*, *Greta*, *Bacurau*). Há uma tentativa ainda muito recente de representação positiva do grupo de idosos LGBTQIA+ com relação ao passado. Essas representações ainda variam entre solitários, vítimas de preconceitos (*Madame Satã*, *Santiago*), passando a atuantes e mais recentemente vistos com naturalidade em seus relacionamentos (*Bacurau*). O filme *Greta*, por exemplo, é um melodrama advindo de comédia *Greta Garbo* acabou no Irajá e, dessa forma, contribuiu para uma abordagem que procurou entender mais profundamente o sentimento desses personagens e seus relacionamentos homoeróticos. *Greta* e *Bacurau* são filmes mais agressivos na representação do universo dos idosos LGBTQIA+, chegando até a cenas mais explícitas de sexo que era algo impensável até mesmo por volta dos anos 2000. Esses idosos cada vez mais têm espaço para falar de seus desejos, medos, fantasias e perspectivas de vida sem serem discretamente silenciados, sendo apresentados das mais diversas maneiras e sem uma fixação exagerada em certos grupos tidos como cheio de estereótipos, embora todos os grupos estejam sendo representados.

Os documentários predominaram nas abordagens dos idosos LGBTQIA+ nos primeiros anos do século XXI, tendo esses temas surgido só mais recentemente no Brasil em forma de filmes dramáticos. Talvez esse fato seja uma indicação possível de que, diante do preconceito social, os diretores e produtores sentiram-se mais seguros inicialmente fazendo essa abordagem na forma do documentário. Contudo, certas variantes de sexualidade carecem

de uma melhor abordagem e persistem excluídas da maioria dos filmes como é o caso dos idosos assexuados e intersexos. É importante valorizar cada um dos componentes dessa sigla, mas, ao mesmo tempo, impedir a compartimentalização de cada luta específica, pois isso mata a solidariedade e leva ao isolamento político com a constituição de uma comunidade desamparada e que deixa de amparar uns aos outros. As letras de um alfabeto se completam para formar signos de comunicação, não para criar novos armários (TREVISAN, 2018).

Como, na película *Santiago (2007)*, às vezes, observa-se uma tendência de se revelar uma suposta homossexualidade de uma personagem ou pessoa no final do filme com a finalidade de diminuir uma rejeição do público, uma vez que este já teria se familiarizado com essa personagem. No entanto, na filmografia brasileira contemporânea, esse recurso deixa de ser necessário e presencia-se, cada vez mais, personagens LGBTQIA+ desde o início das películas. Outra coisa que irá mudar é a autoimagem dos personagens LGBTQIA+ que deixa de ser negativa na cinematografia brasileira, já que Santiago considerava-se como pertencente a um “grupo maldito”, embora não afirme que grupo é esse. É óbvio que, no Brasil mais recente, há uma mudança no contexto histórico, cultural, social, científico, epistemológico e até mesmo religioso que justifica essas possibilidades transformacionais.

O filme *Bacurau (2019)* tem importância, porque é uma das poucas películas brasileiras de destaque que aborda a questão da idosa lésbica, colocando-a numa posição de destaque ao ser interpretada por Sônia Braga. Caso se considere a questão da representação das idosas negras lésbicas, pobres ou sem escolaridade, as quais também são permeadas por preconceitos de raça/etnia, classe socioeconômica, a situação torna-se mais rarefeita em termos de filmes no cinema. Talvez alguns argumentem que se trataria de uma espécie de continuum de representações cinematográficas que tenderiam a aparecer na sequência dos filmes que viriam ao ano de 2019, mas que foram prematuramente interrompidos pela nova política voltada para a indústria cinematográfica. É uma hipótese plausível e poderia ter ocorrido uma intensificação da prevalência de abordagem dessas temáticas nos últimos anos, caso não se tivesse instalado uma política de tamanha desvalorização na área que culminou mais recentemente no incêndio da Cinemateca em São Paulo. De toda forma e, no caso em questão, revela-se como o cinema é influenciado pelo contexto da sociedade em que está inserido, contribuindo para o melhor entendimento da própria história evolutiva de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2017.

ANTUNES, P. P. S. **Travestis envelhecem?** 1 ed. São Paulo: Annablume, 2013.

ARAÚJO, L. F. de. Desafios da Gerontologia frente à velhice LGBT: aspectos biopsicossociais. In: FREITAS, E. V. de P. L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022, p. 1331-1335.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho, Juliano Dornelles. Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd, Michel Merkt. São Paulo: **Vitrine Filmes**, 2019. 1 vídeo (131min), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VbBm_Iln44A. Acessado em: Fev. 2022.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Gabriel Valladão Silva. 1. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2021.

BERNARDET, J. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade :Lembrança dos velhos**. 3 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

DIVINAS DIVAS. Direção: Leandra Leal. Produção: Carol Benjamin, Leandra Leal, Natara Ney, Rita Toledo. São Paulo: **Vitrine Filmes**, 2016. 1 vídeo (110min), son., color. Disponível em: <https://www.nowonline.com.br/filme/divinas-divas/88850>. Acessado em: Mar. 2022.

FERNÁNDEZ-ROUCO, N.; FERNÁNDEZ-FUERTES, A. A.; ARAÚJO, L. F. de. Sexualidades, gêneros e interseccionalidad em las personas mayores: Claves para la intervención e investigación. In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 199-210.

GRETA. Direção: Armando Praça. Produção: Armando Praça, Nara Aragão e João Vieira Júnior. Brasil: **Segredo Filmes, Carnaval Filmes**, 2019. 1 vídeo (97min), son., color. Disponível em: <https://www.nowonline.com.br/filme/greta/862677>. Acessado em: Mai. 2020.

HELAL, D. H.; VIANA, L. O. Ageísmo: uma visão integrativa da literatura em língua portuguesa. **Conhecimento & Diversidade**, v. 13, n. 29, p. 171-191, 2021. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/8115/pdf. Acessado em: Out. 2022.

HENNING, C. E. A gerontologia e a construção de pressupostos para um envelhecimento bem-sucedido entre idosos LGBT. In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 61-78.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Bhuvi Libanio. 16ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E. de. Reforma da previdência e regime complementar. **Brazilian Journal of Political Economy**. São Paulo, v. 37, n. 3, p. 615-635, jul 2017. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a09>. Acessado em : Nov. 2022.

LINDEPERG, S. O caminho das imagens: três histórias de filmagens na primavera-verão de 1944. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 51, p. 9-34, jan. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862013000100002&lng=en&tlng=en. Acessado em: Nov. 2020.

MADAME SATÃ. Direção: Karim Aïnouz. Produção: Marc Beauchamps, Donald Ranvaud, Vicent Maraval, Walter Salles, Mauricio Andrade Ramos. Rio de Janeiro: **VideoFilmes**, 2002. 1 vídeo (105min), son., color. Disponível em: <https://www.nowonline.com.br/filme/madame-sata/78584>. Acessado em: Mar. 2022.

MEU AMIGO CLAUDIA. Direção: Dácio Pinheiro. Produção: Alexandra Chalabi, Daniel Soro. São Francisco: **Frameline Film Festival**, 2009. 1 vídeo (87min), som., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DKTTu-ORBy4>. Acessado em: Fev. 2022.

MIGUEL, D. F.; PETRONI, T. N. Expressões, representatividades e interações sociais de pessoas idosas LGBT: Um recorte artístico-cultural. In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 91-120.

MORETTIN, E. V.; NAPOLITANO, M. História e Audiovisual: formação e percursos de um grupo de pesquisa. **Revista Antíteses**. Londrina, v. 12, n. 23, p. 563-578, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1933/193360259021/html/>. Acessado em: Nov. 2020.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. 6. ed. Campinas, SP: Papirus. 2016.

NÓVOA, J. L. B. Apologia da relação cinema-história. **O olho da história**, v. 1, n 1, p. 109-122, 1995. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/aquivo/55318977/novoa-jogea-pologia-da-elacao-cinema-historia/4>. Acessado em: Dez. 2020.

PAPALÉO NETTO, M. Estudo da velhice/Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, E. V. de, Py, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, p. 3-13.

RABELO, D. F.; DAVI, E. H. D. Recursos psicológicos e sociais ao longo do envelhecimento LGBT: perspectiva life-span de desenvolvimento humano In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 47-60.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, R. A. P. *et al.* Política Nacional de Atenção ao Idoso e a contribuição da enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 16, n 3, p. 536-45, jul. 2007.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000300021>. Acessado em: Nov. 2022.

SANTIAGO. Direção: João Moreira Salles. Produção: Beto Bruno. **VideoFilmes**, 2017. DVD (80min), son., color.

SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the Closet**. California: University of California press. 2008.

SILVA, H. S. da; ARAÚJO, L. F. de. Apresentação de um panorama de estudos nacionais e internacionais. In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 17-45.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed, Ver., Atual. E Amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 1. Ed. Londrina: Eduel. 2015.

CAPÍTULO 6

MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRUTURAÇÃO DA CONTRAPUBLICIDADE

Amanda Netto Brum
Jéssica Cristianetti

RESUMO

Os movimentos sociais evoluíram nos últimos anos e, com o surgimento das comunicações em redes, através da internet, ganharam proporção global e viral. Questiona-se, neste estudo de que forma tal acontecimento influência na evolução da Democracia? Como a teoria sobre contrapúblicos subalternos de Nancy Fraser pode auxiliar/afetar a Democracia tradicional em tempos de movimentos sociais digitais? A pesquisa é, deste modo, estruturada pelo método da indução analítica e utiliza a técnica da documentação indireta. Propõe-se, portanto, demonstrar que a internet por meio dos contrapúblicos digitais – estabelecidos a partir dos movimentos sociais como os feminismos - potencializa a construção de normas democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação em rede. Movimentos sociais. Contrapúblicos subalternos digitais. Democracia; Esfera Pública.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe pensar a configuração dos novos movimentos sociais digitais, os efeitos da internet nessa mudança e, como estes interferem no desenvolvimento da Democracia. É visível que os movimentos sociais, como os feminismos⁶, encontram-se em constante mudança, entretanto, hoje a disseminação destes não tem precedentes na história. O instrumento responsável por tal propagação são os meios de comunicações sem fio, que se dá notadamente por meio da internet.

Esta ferramenta possibilita redes de comunicação em tempo real sem o limite de fronteiras físicas. Diante disso, concebe-se que os movimentos articulados dentro de um território causam impactos para além das suas fronteiras. O sistema da comunicação em redes, sem fronteiras terrestres e global, facilitou a atual configuração dos protestos, possibilitando o debate direto e a autonomia entre os integrantes do movimento social.

Dessa forma, tal rede de comunicações se expande no globo e as demandas sociais podem ser visualizadas por qualquer indivíduo, os questionamentos que se colocam, nessa investigação, são: tal fato aprimora a deliberação pública? Possibilita maior participação nas esferas públicas dos sujeitos em subalternização? Como isto afeta a democracia pautada em uma esfera pública única?

⁶ Grafa-se no plural, pois compreende-se ser esta a melhor grafia para expressar a pluralidade dos feminismos.

Neste diapasão, faz -se importante analisar se a teoria tridimensional e a ideia de contrapúblicos de Nancy Fraser pode auxiliar na perspectiva global desta rede de comunicação, potencializando ou não a democracia. Assim sendo, é necessário compreender a esfera pública como espaço de inclusão e livre circulação de ideias na era da tecnologia digital, analisando como os protestos se desenvolvem neste contexto e procurando traçar futuras incursões na democracia. contrapúblicos de Nancy Fraser pode auxiliar na perspectiva global desta rede de comunicação, potencializando ou não a democracia. Assim sendo, é necessário compreender a esfera pública como espaço de inclusão e livre circulação de ideias na era da tecnologia digital, analisando como os protestos se desenvolvem neste contexto e procurando traçar futuras incursões na democracia.

Para tanto, a pesquisa se estrutura pelo método de indução analítica. A técnica de pesquisa é a documentação indireta. Dessa forma, será realizada uma revisão bibliográfica ancorada nos referencias teóricos de Fraser e Habermas.

2. DEMOCRACIA E CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS

Neste momento, importa ressaltar algumas considerações sobre a formação da esfera pública e a ideia de contrapúblicos subalternos, buscando compreender como os movimentos sociais influenciam e modificam a Democracia em tempos de globalização da informação.

A esfera pública nascida em reuniões privadas que ocorriam em casas de chá, clubes e salões, expandiu-se e dominou o globo através da internet. Deliberações políticas passaram a serem travadas em páginas do Facebook em páginas do Facebook, Twitter, Instagram, blogs, sites, e-mails, etc. A internet é um campo sem muitas regulamentações, bem como, uma área de frequente exposição de demandas sociais, neste sentido, interroga-se como tal fato afeta a esfera pública conforme delineada originalmente.

Primeiramente, cabe realizar uma regressão histórica sobre esta formulação habermasiana e seus desenvolvimentos posteriores. Habermas é um importante filósofo que teorizou sobre a esfera pública política e, para ele, a sociedade civil é a própria esfera pública institucionalizada. Segundo a leitura de Limberger e Bunchaft:

Habermas entendia que a sociedade civil é constituída por movimentos, por organizações e por associações, os quais percebem os ecos sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e transmitem, a seguir, para a esfera pública política (LIMBERGER; BUNCHAFT, 2016, p. 40).

Tais “ecos sociais” são demandas que devem ressoar no campo político com a finalidade de que sejam transformadas em lei, ou seja, as demandas sociais realizadas na esfera pública deveriam ser ouvidas e implementadas pelo poder político competente.

Neste diapasão, compreende-se que todos os participantes são considerados iguais e ninguém pode ser excluído deste processo de deliberação pública. Desta forma, restariam proibidas coações externas ou internas, possibilitando a todos a paridade de participação na exposição e defesa de suas ideias (LIMBERGER; BUNCHAFT, 2016).

Fraser (1990) desenvolveu a ideia de contrapúblicos subalternos, onde buscou proporcionar caráter mais democrático para sua teoria desenvolvida até então. Tal construção ocorreu a partir de críticas tecidas contra à concepção habermasiana (2012; 2014) de esfera pública estabelecida em *Teoria da Ação Comunicativa* e em *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Fraser (1990) questiona as limitações teóricas da ética discursiva, justamente no tocante à ausência de uma reflexão profunda acerca da dominação masculina. *Teoria da Ação Comunicativa* e em *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Fraser (1990) questiona as limitações teóricas da ética discursiva, justamente no tocante à ausência de uma reflexão profunda acerca da dominação masculina.

No artigo *Repensando a Esfera Pública*, Fraser (1990) problematiza o caráter idealizado da esfera pública teorizada por Habermas. Neste trabalho, Fraser (1990) refere como Habermas (2012) não compreende que os papéis de trabalhadores e de cidadãos são eminentemente masculinos. De outro lado, os papéis de consumidor e de cliente do Estado de bem-estar são femininos. Assim sendo, o papel de cidadão que debate e se engaja democraticamente na esfera pública é essencialmente masculino e, segundo a autora, Habermas não problematiza este fato (FRASER, 1990).

Ainda, outra crítica realizada por Fraser (1990) insere-se na estratégia de se contrapor à teorização habermasiana sobre a existência de uma única esfera pública, universal e complacente, tendo em vista que tal compreensão minimiza as assimetrias existentes desta.

Segundo Limberger e Bunchaft (2016) no livro *Inclusão do outro*, de 1998, Habermas cita a necessidade de um contexto comunicativo que transcenda as fronteiras de opiniões públicas de inserção meramente nacional: opinião pública a nível europeu. Porém, é apenas no livro *Sobre a Constituição da Europa*, publicado em 2012, que Habermas esclarece seu projeto teórico transnacional. *Sobre a Constituição da Europa*, publicado em 2012, que Habermas esclarece seu projeto teórico transnacional.

Habermas compreende que é necessária uma ampliação da esfera pública onde os cidadãos dos Estados envolvidos devem atuar como cocidadãos em um quadro onde suas opiniões sejam democraticamente estruturadas, possibilitando uma democracia mundial legitimada por meio de um procedimento democraticamente estruturado para a criação de legislação.

Fraser, a partir de seu modelo bidimensional de justiça, demonstra como as desigualdades de status (reconhecimento) e de distribuição de bens econômicos (redistribuição) provocam assimetrias na própria possibilidade do indivíduo discursar e na capacidade de debater na esfera pública (FRASER, 1990). A inteligência de Fraser está em identificar a necessidade fundamental de tematização das assimetrias econômicas e de status e não pressupor que estas sejam neutralizadas na esfera pública (FRASER, 1990). Desse modo, Fraser defende a “diluição das categorias que produzem a própria opressão e não a afirmação da diferença de grupos subalternizados” (SILVA, 2013, p. 214). Tal se dá por meio da defesa dos remédios transformativos.

Ao contrário dos remédios afirmativos, os remédios transformativos estão conectados à pretensão de desconstrução, os quais modificariam a estrutura cultural subjacente, desestabilizando as diferenciações de grupo existentes, como por exemplo, os vinculados à *queer politics* - o que visa desconstruir a oposição homo-hétero, evitando a essencialização da identidade *gay*. A estratégia transformativa “[...] não é solidificar uma identidade *gay*, mas desconstruir a dicotomia hétero-homo a fim de desestabilizar todas as identidades sexuais” (FRASER, 2001. p. 268).

Segundo Silva (2013, p. 215), “Para Fraser, a conjunção de medidas transformativas de reconhecimento e redistribuição deve ser tomada como a bandeira política de todas as coletividades em luta contra injustiças sociais”.

Este é o motivo pelo qual um importante caminho para a afirmação das demandas dos subalternizados, como das mulheres, na cultura política brasileira – tematizando abertamente as assimetrias e a normatividade hegemônica e, incrementando a paridade participativa - é a sugestão de assegurar a centralidade da multiplicidade de esferas públicas transversais e contra-hegemônicas.

Contrapúblicos subalternos englobam arenas/fóruns de discussão e de criação de contradiscursos ao discurso-padrão cujos afetados têm o poder de participar e de levar suas demandas para a esfera pública maior. Fraser refere que tal conceito compreende: “[...] arenas

discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos socialmente subordinados inventam e circulam contradiscursos para formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades” (FRASER, 1992, p. 123). A teorização plural de esferas demonstra maior potencialidade para inspirar o princípio da paridade de participação, de forma diversa de uma esfera pública única e complacente que minimiza as diferenças dos integrantes.

Desta forma, por meio da noção de contrapúblico, “Fraser desenvolve uma ideia mais dinâmica de lutas sociais ao mesmo tempo em que acrescenta uma dimensão mais política à noção de esfera pública”. (LARA; FINE 2007, p. 38). Na concepção de Bunchaft e Limberger (2016, p. 41), Fraser compreende que o ideal “da contrapublicidade pode viabilizar aos movimentos sociais, em especial ao feminismo, a possibilidade de ampliar a gama de conhecimento de injustiças publicamente articuladas por meio de formas críticas de comunicação expressas, em termos de contrapúblicos”.

Neste sentido, tem-se que contrapúblicos subalternos são, para Fraser, diversas esferas menores dentro da esfera pública oficial, onde cidadãos fazem circular discursos e contra discursos em nível transnacional. A teórica pensa além de uma fronteira territorial, através de conceitos do *quem, o que e como* da justiça. *como* da justiça.

No livro *Scales of Justice*, Fraser (2010) modifica seu modelo bidimensional, trazendo à cena sua terceira dimensão: o *político*. Esta mudança deriva da substituição de um modelo territorial/nacional de delimitação dos espaços territoriais (modelo Keynesiano-Westfaliano) para um espaço global, sem delimitação de fronteiras físicas (modelo pós-Westfaliano), onde as questões atinentes ao primeiro modelo já não podem prover respostas suficientes em nível nacional, conforme cita Fraser (2009, p. 14), ao exemplificar a evolução de um modelo para o outro: “[...] muitos observam que os processos sociais que moldam suas vidas rotineiramente transbordam as fronteiras territoriais”. Assim sendo, existiria a necessidade de uma dimensão que abordasse as problemáticas transnacionais dos grupos sociais, é neste sentido que Fraser teorizou a esfera do político.

Para Fraser o movimento feminista é um exemplo, já que as reivindicações pelas reformas de legislação, por exemplo, ocorrem modernamente em âmbito internacional, e não mais, unicamente, contra formas patriarcais locais (FRASER, 2009). Portanto, compreende-se que há uma modificação no modo de reivindicar/deliberar, pois em nível nacional, frequentemente, as políticas já não atendem mais as demandas dos movimentos sociais locais. Nesse sentido, Fraser (2010, p. 18) indaga: “[...] as regras de decisão concedem à comunidade

igual participação de todos os membros nas deliberações públicas e uma representação equitativa na adoção de decisões públicas?”. Em resposta, afirma que tais questões são conceitualmente diferentes da redistribuição e do reconhecimento, já que a dimensão do *político* não pode se reduzir a essas duas esferas, ainda que esteja diretamente conectada a elas (FRASER, 2010). É importante explicar que as três esferas são independentes uma das outras, porém, necessitam estar conectadas para possibilitar a paridade de participação dos cidadãos.

Esta terceira dimensão da justiça também tem como objetivo explicar as injustiças no plano metapolítico/global, que surgem quando se realiza a divisão do espaço político em sociedades delimitadas territorialmente. O resultado é a delimitação injusta da possibilidade de reivindicação das questões de primeira ordem - distribuição, reconhecimento e representação - inspirando injustiças de mau enquadramento. Assim sendo, aqueles que se caracterizam como não membros são afastados do contexto daqueles merecedores de reconhecimento no interior da entidade política, no que se refere a assuntos de distribuição, de reconhecimento e de representação política ordinária (FRASER, 2010).

Fraser (2009) aduz que é necessário entender a dimensão política da representação como adequada para englobar três níveis. Assim sendo, oferece como exemplo de injustiça de enquadramento, em nível transnacional, a globalização da pobreza que ultrapassa as fronteiras territoriais. Elenca, no mundo globalizado, três núcleos de anormalidade em relação à justiça social, refletindo-se em significativas divergências acerca desses núcleos principais, a saber, as questões de *quem* tem o direito de fazer reclamações de justiça em relação ao *o quê*. Por fim, surgem disputas em relação ao *como*.

Em situações anormais, o *o quê* da justiça representa objeto de disputa. Alguns criticam a injustiça distributiva, enquanto outros tematizam a subordinação de *status*. Por outro lado, há atores sociais que vislumbram o domínio do político (FRASER, 2010). Ou seja, sobre *o que* os cidadãos irão demandar, questões de reconhecimento, de redistribuição ou de representação.

Acertadamente, sinaliza como segundo núcleo de anormalidade que deriva da ausência da visão compartilhada sobre *o quem* da justiça. O ponto é *quem* conta como sujeito da justiça, como merecedor de igual consideração. Na justiça normal, o *quem* da justiça é instituído pelos cidadãos de uma comunidade política demarcada territorialmente. Entretanto, na justiça anormal, o *quem* não se encontra definido. Afloram então diferentes

enquadramentos de disputas jurídicas: ao mesmo tempo em que uma parte determina a questão em termos de um *quem* doméstico e territorial, outra sugere um *quem* regional, transnacional, global (FRASER, 2010).

O terceiro núcleo de anormalidade provém da ausência da visão comum sobre o *como*. No momento em que os movimentos sociais reivindicam o direito de definir o *quem*, eles problematizam o *como* hegemônico. Ocorre má representação na política ordinária quando regras de uma entidade política referentes à tomada de decisões recusam o direito de voz e de deliberação nos processos decisórios a sujeitos que já são membros daquela nação, que restam proibidos de participar como iguais nas interações sociais. O que se visualiza neste núcleo de anormalidade é um grave *déficit* democrático alinhado ao entendimento de Fraser (2009).

Nesse caso, ao adotar uma abordagem democrática do “como”, a teoria da justiça assume um formato apropriado para o mundo globalizado. Dialógica em todos os níveis, tanto metapolítico quanto político-comum, ela se torna uma teoria pós-westfaliana da justiça democrática. (FRASER, 2009, P. 36)., tanto metapolítico quanto político-comum, ela se torna uma teoria pós-westfaliana da justiça democrática (FRASER, 2009, p. 36).

Ainda, é importante referir que:

As lutas por justiça em um mundo globalizado não podem alcançar êxito se não caminharem juntamente com as lutas por *democracia metapolítica*. Então, nesse nível também, não há redistribuição ou reconhecimento sem representação. (FRASER, 2009, p. 34). Então, nesse nível também, não há redistribuição ou reconhecimento sem representação (FRASER, 2009, p. 34).

Ou seja, Fraser demonstra a necessidade de que as lutas por justiça andem juntas com as lutas por uma democracia metapolítica, demonstrando que em tempos de globalização as demandas sociais por justiça precisam se apoiar em uma democracia neste nível. Bem como, no momento em que se apóia em uma abordagem democrática do *como*, a teoria da justiça adquire a configuração apropriada para um mundo globalizado, e o entendimento da justiça como paridade participativa termina por conferir precisamente o modelo de reflexividade que é exigida no contexto transnacional (FRASER, 2009).

Portanto, Fraser parece expor uma teoria mais adequada em termos de participação democrática global, já que pressupõe as injustiças que impedem cidadãos, fundamentalmente as mulheres, de atuar de forma paritária em deliberações públicas a nível transnacional, possibilitando pensar resoluções para tais injustiças. Com tal consideração em mente, é possível concluir que Fraser vai mais longe do que Habermas ao não se limitar a uma única e complacente esfera pública, ao nível nacional ou a um gênero, o que parece mais adequado para se problematizar os movimentos sociais digitais.

3. MOVIMENTO SOCIAIS DIGITAIS

Inicia-se este capítulo referindo que Frosini (1981) foi quem percebeu que a informática expressa uma nova forma de poder político e social. Segundo Castells (2003), a internet foi criada como uma via para a liberdade, e refere que o governo não possuía autoridade para controlar os fluxos de comunicação que ultrapassavam as fronteiras terrestres. Castells (2012) deixa claro que é obvio que os movimentos não surgem pela existência de tecnologias como a internet, mas sim dos conflitos sociais, entretanto, a comunicação em redes tem papel essencial na união dos integrantes e propagação das pautas dos movimentos sociais, em especial do movimento feminista. Para o autor, “[...] é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano” (CASTELLS, 2012, p. 134).

Na mesma linha de pensamento, Moreira Neto (2014, p. 38) refere que, “as redes de comunicação eletrônica têm demonstrado uma extraordinária capacidade de agregação e de mobilização social”, tudo por meio da troca de informações na rede, muitas vezes sem pautas e sem lideranças preestabelecidas.

Nessa perspectiva, a internet teria o papel fundamental de possibilitar um movimento sem liderança que sobreviva, delibere, coordene e se expanda, bem como, de proteger este da violência dos espaços físicos. A internet é entendida como um espaço de liberdade de expressão que possibilita a circulação livre de ideias, opiniões, reclamações, reivindicações e, por esta razão, é um espaço de extrema importância para os movimentos sociais como os feminismos, já que é um ambiente em que a expressão de suas demandas é permitida sem intervenções.

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação em massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a internet e nas plataformas de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2012. p. 10-11).

De fato, as tecnologias de informação marcaram a contemporaneidade e consequentemente os movimentos feministas. O movimento fez uso estratégico de ferramentas contemporâneas em prol de sua causa. As tecnologias de informação - notadamente, a internet - são aplicadas como instrumento de coesão, de resistência (AZZELLINI; MARTINO, 2017) e de transformação. Estar conectado à internet possibilita não apenas trocas de ideias e de experiências entre, por exemplo, as mulheres, mas a

democratização da luta feminista. Concebe-se, dessa forma, o espaço da internet como arena efetiva de luta e para o exercício de direitos humanos das mulheres (BUNCHAFT; LIMBERGER, 2016, p. 53).

Por outro lado, as práticas dos movimentos sociais em redes - que têm por intuito, tanto politicamente quanto esteticamente, a (re) significação do padrão discursivo por meio da tecnologia (LEMOS, 2009) - como fenômeno político e social, são recentes. A rede mundial de computadores popularizada na década de 1990 foi (e ainda é) um dos principais pontos de articulação das práticas e das técnicas de movimentos sociais, como dos feminismos. (LEMOS, 2009). De lá para cá, as práticas em redes, ao criarem meios de comunicação entre, por exemplo, as mulheres que lutam por espaços de fala, vêm oportunizando novas práticas feministas.

Desse modo, as práticas e as técnicas possibilitadas pelas tecnologias de informação ao feminismo viabilizaram novas formas e modos de engajamento político às mulheres. As práticas feministas em redes proporcionaram com o uso da internet um novo local de trocas e de diálogos às feministas.

A manifestação feminista foi deslocada, expandida pela tecnologia de informação. O significado da comunicação e da informação, e conseqüentemente, sua globalização, criaram novos espaços de ação coletiva que são considerados na análise do objeto. Muitos dos grupos feministas utilizam as tecnologias de comunicação, como a internet, não só para se organizarem em rede, mas também para construir novos discursos que problematizam as questões de gênero (LEMOS, 2009, p. 9).

A rigor, a arena da internet atuou, por exemplo, como sistema sensível às lutas feministas, possibilitando às identidades femininas a tematização e a problematização de suas necessidades. Dessa feita, os processos tecnológicos legitimam transformações libertadoras no padrão cultural e social das mulheres e ofertam um novo modo de engajamento político em que muitas identidades femininas encontram espaços de fala.

As redes apresentaram ferramentas que auxiliam no processo de emancipação subjetiva, uma vez que permitiram ao indivíduo conectado compartilhar experiências, articular manifestações, trocar conhecimentos, formar vínculos, expressar quaisquer pensamentos que tenham. Estar conectada à internet, por exemplo, e fazer uso de seus recursos abre, em diversos sentidos, a oportunidade de resistir e romper com uma identidade subordinada que foi imposta às mulheres (AZZELLINI; MARTINO, 2017, p. 2).

As redes asseguraram troca de experiências, interação pessoal e transformação íntima e política às mulheres, a fim de visibilizar às identidades femininas o que outras feministas estavam escrevendo (CASTELLS, 2010). Dessa forma, as redes, oportunizaram ao movimento feminista, uma existência livre (CASTELLS, 2012). “Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído

de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população geral”. Este é um ponto de grande relevância para a democracia, já que o movimento feminista em redes proporciona um espaço livre e aberto para ouvir e discutir as necessidades das mulheres, tratando as integrantes como sujeitos livres e iguais, com igualdade de voz para a deliberação pública.

Desse modo, o sistema da comunicação em redes - sem fronteiras terrestres e, global - facilitou a atual configuração dos protestos, possibilitando o debate direto e a autonomia entre as identidades femininas. Em suma, ao se apropriarem das tecnologias de informação, as mulheres, pelas articulações efetuadas, passaram a dividir histórias, vivências e experiências com outros sujeitos do feminismo. Assim, as redes vêm possibilitando – aos movimentos feministas - espaços críticos transnacionais nos quais militantes locais remodelam e renegociam identidades e práticas distintivas dos feminismos da região e impulsionam a novas técnicas e discursos a nível global” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 2).

É nesse pensamento que as práticas feministas em redes instigam discursos contra-hegemônicos e oportunizam questionamentos, posto que tais práticas propiciam às identidades femininas a apropriação das arenas discursivas e a articulação, nas redes, de contradiscursos. Isto é, é por meio destas diversas esferas de discussão possibilitadas em redes, que é oportunizado as feministas a reflexão da má redistribuição, do não reconhecimento e da falta de representação, possibilitando que os envolvidos se insurjam contra estes padrões normalizados socialmente e culturalmente. Exemplo disso ocorre quando as mulheres se unem em prol para desconstruir padrões patriarcais por meio dos movimentos em redes como o #MeToo⁷. A partir dessas articulações, interrogam as estruturas sociais e culturais e, fundamentalmente contra discursos aos padrões que lhes foram impostos e demonstram a possibilidade de desconstruir e transgredir a esses conceitos pautados por uma cultura que ainda se apresenta machista e sexista.

4. COMO A IDEIA DE CONTRAPÚBLICOS PODE AUXILIAR/ AFETAR A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS

Após o estudo da teoria tridimensional de Fraser, dos contrapúblicos subalternos, da esfera pública oficial de Habermas e da configuração dos movimentos sociais digitais, como os movimentos feministas em redes, é importante pensar como tais podem modificar/influenciar/afetar a Democracia tradicional.

⁷ Tradução: Eu também. A campanha #MeToo será melhor exemplificada no decorrer desse escrito.

Segundo Vieira (2013), os movimentos sociais cumprem importante função no que se refere à criação de normas democráticas, já que tem por objetivo impedir as injustiças e a disseminação da barbárie e da violência. Portanto, tais movimentos têm o condão de impulsionar a criação de normas que sejam mais democráticas e igualitárias, por meio da influência que pode ser desempenhada para com os poderes competentes de criar e até de concretizar os anseios sociais. Exemplo disso foi a campanha, no cenário brasileiro, na década de 1980, com o lema *Constituição para valer tem que ter Direitos da Mulher*. O movimento feminista nacional ampliou sua atuação, no contexto da redemocratização, e, ao sensibilizar o legislador constituinte, somou algumas vitórias no texto constitucional brasileiro de 1988 (GOMES, 2012).

É nítido que, diante das políticas neoliberais, da onda de não reconhecimento com os direitos humanos, da insensibilidade com os preceitos democráticos a nível global, surgem os movimentos sociais com vistas a oferecer uma possibilidade de questionar padrões sociais postos e de lutar por sua inclusão e reconhecimento na deliberação pública. Nesta linha de pensamento, a ideia do presente trabalho é considerar o potencial transformador destes movimentos para se pensar na paridade de participação dentro da deliberação política em diversas esferas públicas a nível global/mundial dos sujeitos subalternizados. Em consonância com Vieira (2013), o entendimento é de que os novos movimentos sociais apresentaram uma abordagem renovada de modos de sociabilidade, potencializando a humanização das práticas sociais e a descoberta da dignidade humana dentro de uma visão democrática, alegando que “a legitimidade do poder nas sociedades contemporâneas decorre do poder político comunicativo da cidadania, responsável pela gênese democrática do direito” (VIEIRA, 2013, p. 502).

É importante compreender que os movimentos sociais devem ser pautados pelo debate público e pela abertura plural, caso contrário, serão movimentos autoritários onde o diálogo resta prejudicado. Nesta linha de entendimento, os movimentos têm o poder de influenciar os anseios da sociedade, podendo potencializar a democracia deliberativa e, acender nos cidadãos a vontade de se engajar democraticamente.

Pode-se compreender que em certos casos, os movimentos sociais potencializam a democracia através da interação da sociedade com o Poder Judiciário, já que neste contexto possibilita-se voz e participação política a estes sujeitos. O que se quer destacar neste trabalho é a interação que ocorre entre o judiciário e os cidadãos, não discutir sobre a decisão dos tribunais, em si. A partir disto, percebe-se que o que acontece não é um processo de apatia

política, mas, sim, de potencialização da participação política dos cidadãos através dos movimentos sociais.

O fato de os movimentos sociais, como o movimento feminista em redes, serem digitais/virtuais auxilia nesta participação política, pois é possível expandi-la ao redor do globo apenas com um computador com acesso à Internet. Assim, o movimento se torna mais amplo e inclusivo, ou seja, mais democrático. Fato que pode ser exemplificado a partir das articulações promovidas no blog think tank Olga⁸.

Desta forma, respondendo a um dos questionamentos realizados no início deste estudo, compreende-se que os movimentos sociais digitais potencializam a democracia deliberativa, pelo fato de que se tornam visíveis para o mundo já que são compostos em redes abertas que possibilitam qualquer sujeito a participar, independentemente de onde esteja. Ainda, existem outros fatores que contribuem para tal fato, como a característica de que tais movimentos são virais, pois muitos sujeitos podem acessar a internet e visualizar quais movimentações estão se desenvolvendo e, em quais lugares, a fronteira física não é mais um problema na era da tecnologia digital.

Quando Castells (2012) refere o exercício de uma democracia direta, por meio da democracia digital, percebe-se que é possível pensar em uma democracia pautada por contrapúblicos subalternos digitais, plenamente cabíveis dentro da teoria de Fraser, já que a mesma reconhece a globalização como um fato inescapável e que deve ser analisado à luz da exclusão de subalternizados.

Ainda, Vieira (2013) cita a existência de movimentos globais que buscam a efetivação dos direitos humanos e, que se constituem em redes, os quais promovem encontros, fóruns, etc. A concepção trabalhada por esta estudiosa se aproxima da teoria dos contrapúblicos subalternos de Fraser, já que para esta as diversas arenas de discussão e problematização dos problemas atinentes a cada grupo se dão através de debates críticos, que podem se perfectibilizar em encontros ou fóruns como Vieira teoriza. Em nível global, da mesma forma, pode-se citar exemplos de proposta de construção de contrapúblicos globais como o Fórum Social Mundial, já que este viabiliza a discussão e a formação da vontade, sem depender das esferas do poder institucionalizado. (FRASER, 2014).

⁸ Olga é uma ONG feminista criada em 2013 pela jornalista de moda Juliana de Faria com a intenção de pluralizar o debate feminista no formato de blog, O blog think tank Olga disponível em: <<https://thinkolga.com/>>. Desse modo, constitui-se como um espaço digital aberto a reflexão e problematizações de gênero de forma interseccional.

Diante desse contexto, pode-se afirmar a possibilidade de existência de diversas esferas menores (contrapúblicos subalternos) dentro da esfera pública oficial, que cada vez torna-se mais frágil, no mundo digital. Isto se dá por meio de grupos de protestos que surgem e desenvolvem-se no What'sApp, páginas de Facebook, Twitter, Instagram, etc.

Uma exemplificação da discussão pode ser obtida pelo surgimento de movimentos como *#Metoo*. Este movimento estadunidense, sem vinculação com esferas do poder institucionalizado, eclodiu na internet em outubro de 2017 tendo como objetivo expor, através das mídias sociais, casos de assédio sexual cometido contra mulheres. Tudo começou quando Harvey Weinstein, um produtor bem-sucedido de Hollywood, foi denunciado por diversas mulheres (atrizes famosas), que afirmaram terem sido vítimas de assédio sexual cometido por ele, inclusive o crime de estupro, em suas produções cinematográficas.

A *hashtag* viralizou após a atriz Alyssa Milano publicar em seu Twitter uma mensagem pedindo às vítimas de assédio e abuso que utilizassem a expressão “*me too*” ao exporem seus casos, para que a sociedade pudesse ter conhecimento da dimensão do problema. Assim, diversas outras artistas expuseram suas experiências e o movimento expandiu-se nas redes sociais e tornou-se global em questão de segundos. Mais do que isso, uma rede de solidariedade surgiu após tal advento. O movimento teve até mesmo sua versão francesa, o *#balancetonporc*⁹. Este fato demonstra o alcance do *#MeToo* pela rede de comunicação sem fio.

A partir destas denúncias, diversos homens influentes da indústria do entretenimento norte-americana tiveram suas carreiras abaladas, já que, na sequência, muitas mulheres tomaram coragem e denunciaram outros artistas de Hollywood.

Deste movimento digital nasceu o *Time's Up*,¹⁰ organização composta por executivas e artistas, que objetiva proporcionar assistência para mulheres vítimas de assédio sexual, dentre eles: fundo de defesa legal, propor leis para penalizar empresas tolerantes ao assédio e encorajar mulheres a exporem as situações opressoras, bem como, estimular o crescimento do número de mulheres em postos de liderança (*#MeToo*, 2018).

Desta forma, conclui-se que o movimento *#Metoo* conseguiu fazer com que mulheres vítimas de assédio, dentro da maior indústria de entretenimento do mundo, tivessem visibilidade/voz a nível global, transformando tal atitude em uma organização voltada para

⁹ Tradução: Denuncie/Delate seu porco.

¹⁰ Tradução: O tempo acabou.

auxiliar as vítimas e punir empresas condescendentes com casos de assédio, como foi o caso de Hollywood. Após todas as denúncias e a proporção destas, Hollywood reconheceu que muitos casos eram conhecidos e que eram mantidos em segredo.

Outros movimentos que deram ensejo ao *#MeToo*, são o *#AskHerMore*¹¹ e o *HeforShe*¹², movimentos de Hollywood que objetivavam, respectivamente, que mulheres não fossem resumidas ao traje utilizado no tapete vermelho, bem como que os homens aderissem a pauta pela desigualdade de gênero, ambas foram encabeçadas por atrizes de Hollywood e lançadas em mídias sociais.

Tal exemplo demonstra como a internet possui força e poder em nossos dias, proporcionando o debate de uma questão tão delicada para as mulheres e, procurando criar legislação que as atenda e que minimize atitudes empresariais tolerantes ao abuso. Esta discussão reflete diretamente na produção legislativa, na esfera pública de debate, sendo este próprio movimento um caso de contrapúblicos a nível internacional, pois são mulheres discutindo sobre um problema emergente que lhes oprime e assim, lhes silencia e limita a participação política na esfera oficial.

A internet se torna um espaço de redes de solidariedade, através dos contrapúblicos subalternos, entre os afetados que buscam mais do que visibilidade, mas a possibilidade de atuar com paridade de participação em um sistema social/político opressor.

Portanto, a internet, por meio das mídias sociais, se torna um espaço aberto para a livre discussão, tendo em vista que possibilita a participação de todos em igualdade de condições e concede voz aos grupos oprimidos, como ocorreu com as mulheres nos exemplos citados. Nessa senda, se torna um instrumento fundamental para aprofundar o debate democrático transnacional de importantes pautas sociais/globais.

É claro que diante da liberdade de tal espaço não se está livre de ataques contrários¹³ aos anseios destes movimentos, porém, acredita-se que tal fato não irá enfraquecer determinado movimento, senão, fortalecê-lo.

Conforme o entendimento de Moreira Neto (2012. P. 47), “a revolução das comunicações, ao tornar as populações mais bem formadas e informadas, tem produzido uma geração politizada [...]”, ainda:

¹¹ Tradução: Pergunte mais a ela.

¹² Tradução: Ele por ela.

¹³ Como o manifesto assinado pelas intelectuais francesas.

A politização eletrônica abre uma via direta e muito diversificada, que supera comícios e palanques, para expressar a vontade popular independentemente dos canais tradicionais midiáticos e, notadamente, dos partidários, este, especialmente, cujo desgaste institucional já se faz evidente [...] (MOREIRA NETO, 2014. p. 48).

O autor referido compreende que a internet possibilita a politização da sociedade, já que a informação está ao alcance de todos e, muitas vezes, livre de interesses midiáticos privados. Tal fato reflete-se no momento em que movimentos como o #MeToo surgem demonstrando que mulheres não toleram mais continuar silenciadas frente ao assédio cometido contra elas, denunciando seus agressores, e ressignificando códigos de conduta masculinos. Ou seja, este movimento demonstrou para a sociedade casos de abuso sexual, sem interesses de empresas privadas por trás, apenas objetivando expor uma situação inadmissível que se desenrola por décadas, resumindo, trata-se de uma luta das mulheres contra a cultura do machismo. Neste sentido, cabe o entendimento de Castells (2012): o que é irreversível no Brasil e no Mundo é o empoderamento dos sujeitos e sua autonomia comunicativa.

Após o exposto, é possível tecer algumas considerações. Ou seja, é premente que a Democracia esteja alinhada em torno da efetivação dos direitos de subalternizados, como das mulheres, e que estas possam ser ouvidos, como pares, a nível global, a fim de potencializar a deliberação pública. O livre acesso à informação torna os cidadãos mais politizados e ativos democraticamente.

5. CONCLUSÃO

Após o estudo realizado é possível tecer algumas considerações sobre o futuro da Democracia em tempos de expansão do fluxo de comunicação a um nível global.

Primeiramente, cabe referir que a Internet revolucionou o modo como as sociedades comunicam-se, as fronteiras territoriais já não impedem o fluxo de opiniões, demandas e reclamações, portanto, grupos, como as feministas, expõem seus anseios e lutam por suas demandas no meio digital através de uma rede de comunicação entre os usuários.

Estes grupos são os movimentos sociais, que se expandem nessa nova era e tornam-se digitais, como ocorre com o movimento feminista em redes, nesta senda, é possível concluir que esta nova configuração possibilita maior participação social e, portanto, maior liberdade de expressão dos integrantes, potencializando o debate entre eles. Tendo em vista que se trata de um espaço livre, com constrangimentos institucionais limitados, pode-se deliberar de forma mais aberta e inclusiva. Compreende-se que este é o ponto fulcral da era da comunicação sem fio.

Ao mesmo tempo, é possível buscar informações sobre qualquer assunto, atinente a qualquer lugar do globo, o que viabiliza a pesquisa de informações com diferentes posições críticas e, por consequência, também auxilia na construção de uma melhor politização do cidadão. Exemplo disso foram as campanhas promovidas pelas atrizes norte-americanas que eclodiram na internet no final do ano de 2017, tendo como objetivo expor, através das mídias sociais, casos de assédio sofridos por diversas profissionais da indústria do entretenimento norte-americana. Tais movimentos ganharam repercussão mundial e outros movimentos foram articulados.

Ainda, foi possível teorizar sobre a teoria tridimensional e os Contrapúblicos subalternos de Fraser. Demonstrou-se que o futuro da democracia se desenha para a formação de diversas esferas públicas paralelas de deliberação, onde discursos e contra-discursos circulam e se reinventam, de forma virtual. Ou seja, movimentos sociais digitais, especialmente o feminismo em redes - que se formam nas redes sociais - são expressões de contrapúblicos.

Nessa visão, os contrapúblicos subalternos digitais, por meio da politização dos cidadãos através da internet, potencializam a democracia modificando a tradicional concepção de esfera pública única Habermasiana centrada nos limites do Estado-nação. Concebe-se, neste sentido, que o feminismo em redes possui o condão de impulsionar a criação de normas que sejam mais democráticas e igualitárias para as mulheres, por meio da influência que pode ser desempenhada para com os poderes competentes de criar e até de concretizar os anseios sociais. A internet, através dos contrapúblicos subalternos digitais, potencializa esta construção de normas democráticas.

Conclui-se, portanto, que o movimento socais, como feminista em redes, fortalecem a Democracia ao invés de a desestabilizar, bem como oportuniza às mulheres uma maior politização. A rigor, a internet não gera um processo de apatia política, mas sim de potencialização da participação política das mulheres através dos contrapúblicos subalternos digitais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. *et al.* Encontrando os feminismos Latino-americano e Caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://www.periódicos.ufsc.br>. Acessado em: Fev. 2018.

BLOG THINK TANK OLGA. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acessado em: Fev. 2018.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - O poder da Identidade.** São Paulo: PAZ E TERRA, 2010.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era digital.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org). **Democracia Hoje.** Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2001.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Duke University Press**, No. 25/26 (1990), pp. 56-80.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. **Habermas and the Public Sphere.** Cambridge: Mit Press, 1992.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000200001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: Jan. 2018.

FRASER, N. **Scales of Justice: Reimagining political space in a globalizing world.** New York: Columbia University Press, 2010.

FROSINI, V. **L'umo artificiale: ética e diritto nell'era planetária.** Milano: Spirali Edizione, 1986.

GOMES, R. R. Os “Novos” Direitos na Perspectiva Feminista: a Constituição dos Direitos das Mulheres. In: WOLKMER, A. C.; MORATO LEITE, J. R. (Org.). **Os “novos direitos no Brasil-Natureza e Perspectivas - Uma Visão Básica das Novas Conflituosidades Jurídicas”.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HABERMAS 1998. **A Inclusion of the Other: studies in political theory.** Cambridge: Polity, 1998.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo.** Brasil: WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LARA, M. P.; FINE, R. In: LOVELL, T. (Ed.). **(Mis) recognition, Social Inequality and Social Justice: Nancy Fraser and Pierre Bourdieu.** London and New York: Routledge, 2007.

LEMONS, M. G. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.tede2.pucsp.br>. Acessado em: Fev. 2018.

LIMBERGER, T.; BUNCHAFT, M. E. **Novas Tecnologias, esfera pública e minorias vulneráveis**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero Sexualidade e Educação - Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MOREIRA NETO, D. de F. **Relações entre poderes e democracia: crise e superação**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

SILVA, F. G. *et al.* Uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, M. (Org.) **Curso livre de teoria crítica**. 3 ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

VIEIRA, S. M. G. **Globalização, democracia e direitos humanos: os movimentos sociais e o processo de construção de uma esfera pública plural e democrática mundial**. Tese (Doutorado em Direito) Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, 2013.

#METOO e Time's Up: entenda as iniciativas de Hollywood contra o assédio. **UOL**, 19 e janeiro de 2018. Disponível em: <https://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/19/metoo-e-times-up-entenda-as-iniciativas-da-hollywood-contra-o-assedio.htm>. Acessado em: Jan. 2018.

CAPÍTULO 7

HISTORIOGRAFIA: ENTRE O OFÍCIO E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Sonia Vanessa Langaro
Douglas Menezes de Oliveira

RESUMO

No espaço acadêmico, muito se discute a respeito do ofício que permeia a atuação profissional do historiador no campo científico da História. O historiador é responsável por deslocar do presente para o interrogar não apenas o passado, mas também o presente e o futuro, seguindo critérios, regras e métodos adequados à investigação histórica. Entretanto, nem sempre é realizada uma reflexão epistemológica referente aos procedimentos adotados pelos historiadores na condução de suas pesquisas. A reflexão sobre a historiografia é uma prática fundamental para os historiadores, pois é através desta que são constituídos os pressupostos teóricos e metodológicos dos temas e problemas relativos à pesquisa histórica. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais questões que permeiam o campo historiográfico, a partir de um levantamento bibliográfico de autores que discutem o ofício e a prática da escrita da história. Nossa análise está pautada no contexto da segunda metade do século XX, com destaque para as principais transformações ocorridas na historiografia a partir do chamado “pós-modernismo”, que influenciou os modelos textuais e uma multiplicidade de discursos com a finalidade de combater as metanarrativas.

PALAVRAS-CHAVES: História da Historiografia. Historiadores. Ofício.

1. INTRODUÇÃO

Certeau (1982) ressalta que o ofício do historiador é algo bastante curioso, já que lida com temas e assuntos que aconteceram no passado e são interligados com o presente da humanidade. Para o autor francês, a sua função é interpretar os fatos históricos, pois este profissional, ao produzir conhecimento sobre determinados acontecimentos, concede vida ao passado, permitindo que outras pessoas também tenham acesso ao conhecimento. É sabido que todos os sujeitos fazem e transformam a história, entretanto, é o historiador que produz interpretações sobre os acontecimentos vivenciados no tempo, atribuindo uma processualidade histórica e cientificidade, utilizando teorias, métodos e técnicas.

Segundo Koselleck (2006), quando o historiador decide mergulhar no passado, transcendendo até mesmo suas próprias vivências e recordações, orientado não apenas pelas questões que norteiam suas indagações, mas também por desejos e inquietudes, confronta-se com os vestígios que se conservam no tempo.

Ao transformar os vestígios encontrados em fontes, busca-se reconstruir os fatos que estavam dispersos, articulando-os a partir destes fios condutores. Dessa forma, outro elemento que o historiador deva atender-se é para um dos principais passos deste processo: a realização de um levantamento da historiografia produzida a respeito da questão indagada.

Ao considerar a produção bibliográfica sobre um determinado tema, é possível realizar um balanço historiográfico das questões discutidas a partir de diferentes perspectivas. Ao ponderar as produções historiográficas anteriores, o historiador estará diante de uma rica fonte histórica da época em que foi produzida.

Esta visão ampla da inserção de várias produções nas pesquisas históricas foi impulsionada pelo pós-modernismo, que busca sintetizar visões díspares através da interpretação de uma multiplicidade de discursos, alterando, assim, as metanarrativas e as visões homogêneas dos temas de pesquisa.

Diante disso, refletir e problematizar a historiografia é uma tarefa primordial para o ofício do historiador, no qual a prática historiográfica assume um papel de destaque na relação entre a ciência e a sociedade, juntamente da história da historiografia, da qual obterá suas referências.

Os profissionais da história podem contar com vários autores que abordam a respeito deste tema, sendo esta a proposta deste trabalho, que abordará alguns apontamentos com o desígnio de contribuir com a reflexão da prática historiográfica. É notável a importância de que o historiador problematize as questões que permeiam a construção do texto histórico, pois, com o surgimento de novas possibilidades da interpretação histórica, pode se deparar com algumas dificuldades para trabalhar os elementos que compõem este quadro.

Nesse sentido, tem-se como preocupação situar o historiador em seu importante papel na representação do passado através da escrita, pois é por meio da historiografia que a leitura da mensagem sobre o passado é alcançada, onde velhos e novos mundos são articulados, passando a historiografia a ser um conhecimento científico.

1.2 Materiais e métodos

O presente trabalho científico foi construído a partir de uma revisão bibliográfica. Foram utilizados livros nos quais as ideias de vários autores foram citadas e devidamente referenciadas, oferecendo um suporte teórico para a discussão do tema em questão. Este método busca o levantamento de materiais já publicados para que seja possível a realização de uma análise, sistematizando e sintetizando os principais apontamentos de diferentes perspectivas.

2. DESENVOLVIMENTO

Segundo Blanke (2006), analisar a história da historiografia configura-se como uma atividade recente, tendo seu início no movimento Iluminista do século XVIII, fomentando a publicação de várias “histórias da história”, que ocasionaram mudanças estruturais que contribuíram para o desenvolvimento da teoria da história. A historiografia passa a ser discutida no campo teórico, constituindo os principais fundamentos da disciplina.

Para Blanke (2006), a história da historiografia é um instrumento de verificação de padrões científicos que pode estar relacionado à constatação de diversas posições ideológicas. Em função disso, o autor estabelece uma distinção entre duas funções principais, sendo a primeira: uma função afirmativa, que busca reescrever o que já está escrito para reforçar a ideologia oficial; já a segunda, a função crítica, que se volta para a superação de visões de mundo e posições políticas tradicionais, havendo um redescobrimto de autores e visões antes marginalizadas pelas imposições tradicionais.

Malerba (2006) propõe pensar no texto histórico como um produto científico dos historiadores, sendo resultado do seu ofício, que está geralmente vinculado às instituições acadêmicas, quando é necessário que seja realizada uma reflexão em torno do trabalho dos profissionais, pois este se apresenta como um campo problemático e digno de investigação. Além de atentar-se para este aspecto, na prática da escrita da história, também é necessário considerar que há um imenso campo de produção historiográfica produzido por gerações anteriores, que lançaram um vasto conhecimento histórico, segundo os artificios do seu tempo.

O ato da reflexão do texto histórico abarca estas duas frentes que tendem a convergir ao longo deste processo. O historiador deve pensar e refletir a respeito do seu ofício, pois o conhecimento produzido, pode-se dizer, “parte do texto e culmina no texto”, podendo tal afirmação heterodoxa promover diversas conclusões a respeito da historiografia. “‘A história parte do texto’ soaria um reducionismo positivista para uns; ‘a história termina no texto’ implicaria um outro reducionismo, pós moderno, diriam outros” (MALERBA, 2006, p. 12).

O produto da reflexão histórica, ao longo dos séculos, não é voltado somente para o progresso da própria disciplina, mas também das relações orgânicas do historiador com as sociedades históricas que identificaram a necessidade de uma sistematização para o relato do passado, que culminou no aperfeiçoamento da teoria, da metodologia e da crítica histórica.

Com a passagem do século XVIII para o XIX, inicia-se um processo de mudanças significativas no campo da Teoria da História. O filósofo Marx é caracterizado como um exemplo emblemático ao atentar para as contradições decorrentes da vida material da sociedade de classes, diferenciando-se de Hegel, que o antecedeu com pressupostos baseados somente no “Espírito”.

No início do século XX, com o impacto das ondas científicas, passou-se a buscar critérios metodológicos que dignificasse a história como ciência, sob a justificativa deste campo narrar fatos singulares, sendo inevitável a impregnação de alguma ideologia. Com isso, Dilthey organizou estudos pautados no esforço em definir o que era próprio das ciências permeadas de singularidades.

Malerba (2006) aponta que, no século XX, a História abriu seu campo às Ciências Sociais, remodelando sua metodologia e sua concepção de tempo, ocasionando um avanço nas reflexões históricas. No final do século, emerge o movimento conhecido como pós-modernismo, tendo seus pilares construídos por Perez Zagorin, definindo este movimento como um sincretismo composto por diferentes teorias, reivindicações e teses. O pós-modernismo consiste em substituir as metanarrativas através de uma multiplicidade de discursos, que possibilitam um questionamento a respeito das verdades consideradas absolutas, ou seja, ocorre um processo de dissolução da ideia de verdade.

A partir destes pressupostos, o conjunto de regras do texto historiográfico passa a ser questionado, havendo uma redefinição de uma teoria que buscasse somente compreender as determinações do movimento histórico, passando a descobrir os artifícios da construção do próprio texto histórico. Tais indagações surgiram a partir de diversas vertentes do pós-modernismo, organizadas em duas amplas teses. A primeira tese trata-se do *antirrealismo epistemológico*, que consiste na ideia de uma representação do passado, e não de uma expressão real dos fatos. O que é construído a respeito do passado é baseado em discursos e textos históricos, sendo algo que retira a carga de realidade do que está sendo falado sobre o tempo que já se passou. O pós-modernismo associa ainda mais a história com a escrita, onde a representação do passado é realizada através da escrita.

A segunda tese refere-se ao *narrativismo*, configurando-se como uma comparação da narração histórica com as histórias ficcionais, sendo que ambas em nada se diferem, pois todo discurso pode ser ficcional, fazendo com que os eventos e as interpretações sejam construções

sobre o passado. Estas teses desafiam o pensamento histórico a refletir os limites estruturais das verdades que são impostas e ao que condiz quanto à sua objetividade.

Para qualquer investigação no campo da História, é necessário atentar para a historiografia, iniciando um pensamento teórico a partir do próprio conceito ao qual ela se refere. Um ponto de partida para esta abordagem pode ser a própria crítica historiográfica, como nos sugere Malerba:

O caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História nas ciências humanas. Embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho do profissional de história exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero” decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente (MALERBA, 2006, p. 15).

O conhecimento histórico é promovido através da criticidade a partir do momento em que o historiador considera a relevância das produções historiográficas anteriores, que fundamentam as investigações, atingindo dimensões mais amplas da questão proposta e investigada.

Croce (1962) foi o primeiro a sistematizar os problemas referentes à crítica histórica, constituindo uma noção de que alguns críticos possuem dificuldades para abordar uns aos outros e para estabelecerem ligações entre as linhas de pensamento, que chegam a usufruir de critérios impróprios, arbitrários e discrepantes ao julgarem os livros de história. O autor ainda propõe que julgar as obras pela quantidade das informações que ela nos fornece e nem pelo prazer que a mesma nos proporciona:

[...] um livro de história não se deve julgar segundo sacuda mais ou menos a imaginação, e venha a ser comovente, excitante exemplar, ou mesmo curioso e divertido, porque tais efeitos se obtêm igualmente com dramas e romances, e podem não ser obtidos em livros de história, o qual, em comparação se apresenta frio, difícil e cansativo, ou também, logo, para a maior parte (como foi dito da singela e grande poesia), enfadonho (CROCE, 1962, p. 13).

Para Croce (1962), um livro de história deve ser julgado unicamente segundo sua historicidade, assim como um livro de poesia é estimado de acordo com sua poeticidade. É a historicidade que possibilita o ato de compreensão da inteligibilidade, incitado pela exigência da vida prática.

Ricoeur (1968) ressalta que sempre o historiador aplicará seu grau de subjetividade ao realizar a análise histórica, bem como a emissão de juízos de valores, sendo preciso haver uma separação entre ambas. O que se propõe não é a eliminação da subjetividade, mas a sua devida aplicação com a finalidade de suprir a objetividade esperada na análise científica. A

historiografia necessita de algo assimilado com uma retificação do passado histórico, realizada a cada geração de historiadores.

Esta noção de retificação também é analisada nos escritos de Croce, ao considerar que:

A necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda história o caráter de “história contemporânea”, porquanto, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por elas referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações (CROCCE, 1962, p. 14).

A retificação é condicionada e motivada pela realidade social onde o historiador está inserido, apoiando-se, sobretudo, nas novas descobertas documentais e na ampliação do campo de investigação da disciplina. É nesse sentido de aberturas de horizontes da historiografia que este campo se torna relevante para a obtenção de conhecimento histórico.

Porém, alguns impasses não deixam de existir, como sugere Wehling (1994) ao destacar que é preciso aprofundar o sentido do conhecimento historiográfico, para que assim seja possível revelar um saber histórico articulado com os demais saberes da história da ciência, ou seja, uma incorporação das diversas contribuições das ciências sociais como um todo.

Wehling (1994) sugere ainda que a história da historiografia seja transformada em um laboratório da epistemologia histórica, devendo possibilitar a aplicação de procedimentos e categorias epistemológicas de acordo com as fontes, possuindo um caráter de exercício intelectual, contribuindo, assim, para um refinamento teórico do campo.

A análise do processo de construção de conhecimento no campo histórico constitui uma série de experiências que tendem a agregar elementos para a ciência histórica. A análise historiográfica deve ser tomada como uma desconstrução da historiografia, para que, dessa forma, possa contribuir com o aperfeiçoamento da ciência histórica.

A análise historiográfica vista desse modo produz, em primeiro lugar, um aprofundamento sobre a operação historiográfica e seu resultado, a produção historiográfica. Recupera o processo de elaboração intelectual que a gerou, identifica os *obstáculos epistemológicos* que a marcaram e procura saber como ocorreram (WEHLING, 2006, p. 186).

Callinicos (1995) atenta para a questão de que a história é a totalidade das ações humanas, e a historiografia é a narrativa ou o relato que o historiador constrói sobre estas ações pautadas nas fontes em suas mãos. Esta reflexão possibilita um estudo a respeito da experiência histórica e, também, sobre a forma de como o pensamento social é construído em relação a esta experiência, ou seja, a partir da história vivida pelos sujeitos, com a qual a historiografia pode descrever as narrativas que as representam. Entretanto, para Croce (1962),

a historiografia deve superar a “vida vivida”, representando-a em forma de conhecimento, não havendo necessidade de os historiógrafos representarem esta “experiência que se vive” o imediato.

Ankersmit (1986) demonstra que a historiografia é dada como uma interpretação dos regimes de historicidade, onde a história é um construto intelectual. Para o autor, a historiografia é

como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sob ela (ANKERSMIT, 1986, p. 26).

Nota-se que a historiografia se constitui como uma representação do passado, onde prescinde da articulação com as fontes e os referenciais teóricos e metodológicos, sendo estes elementos primordiais no processo de intermediação entre o real e o imaginário.

Rüsen (2010) destaca a importância da investigação do passado, partindo dos problemas do tempo presente, onde cada período e sociedade possuem seus anseios, permitindo que a historiografia seja renovada e acrescida de conhecimentos a partir de novas interpretações:

É sabido que as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público. É igualmente sabido, todavia, que as histórias não são apenas reescritas, mas também – ao menos na perspectiva de longo prazo – mais bem escritas, desde que a metodização de sua garantia de validade se tornou científica. Elas se tornam melhores no sentido de que, ao longo do desenvolvimento da história como ciência, nós passamos a conhecer o passado melhor e com mais precisão (RÜSEN, 2010, p. 129).

Saitta (1996) atenta para o fato de que a reescrita da história ocorre a cada geração, sendo uma prática constante, pois, durante este processo, algumas produções tomadas como base acabam se tornando documento histórico da época em que foi produzida. Por mais que cada geração avance em seu pensamento, sempre haverá páginas resistentes às críticas mais aguçadas, tornando-se sólidas e legítimas no campo da História.

No entanto, a historiografia passa a ser entendida como um produto resultante da prática dos historiadores, em que estes profissionais passam a consolidar tal definição. A historiografia é a história de um discurso escrito que se afirma como verdadeiro, sustentando o passado de determinada sociedade ou grupos. Nesse sentido, a historiografia permite obter o testemunho sobre as culturas desaparecidas, sendo que uma sociedade nunca é tão bem revelada quando projeta seu próprio passado, ou seja, a historiografia, enquanto produto da história, constitui-se como um método que desvenda a sociedade que a gestou.

A historiografia não é um mero resultado de produções anteriores, mas, sim, um produto da pesquisa histórica originada de uma necessidade de orientação temporal e consciência histórica. Rüsen (2010) aponta para o fato de que a historiografia é um produto intelectual dos historiadores, onde o resultado de toda pesquisa científica se exprime através da historiografia, ou seja, é apresentada através dela mesma, constituindo-se, assim, com um elemento importante quanto o próprio método da pesquisa.

A historiografia, como produto intelectual dos historiadores, passou a segundo plano relativo à proporção que a pesquisa ocupou o primeiro lugar no conjunto das operações do pensamento histórico determinantes para a constituição da história como ciência. Com efeito, a pesquisa domina o campo de atuação dos historiadores a tal ponto que a escrita da história acabou relegada a uma posição secundária, quando não deixada de lado (RÜSEN, 2010, p. 45).

Este caráter secundário, erroneamente atribuído ao papel da historiografia na composição do pensamento histórico, é criticado pela teoria da história, que ressalta a importância das formas de apresentação como um fator específico que fundamenta a ciência histórica. A historiografia é, portanto, os resultados da pesquisa histórica formalizados. Rüsen (2010) aponta a teoria como um princípio norteador para esta prática, articulando-se ao processo de autorreflexão do pensamento histórico.

A teoria não deve ser concebida como uma arte para escrever história, mas como princípios fornecedores da racionalidade da ciência histórica que acabam reestruturando a historiografia.

Na historiografia, a teoria produz as mesmas reflexões que formulam os princípios orientadores do trabalho de estruturação da apresentação historiográfica, na qual se organiza o conjunto dos resultados científicos do pensamento histórico (RÜSEN, 2010, p. 46).

A historiografia tende a abarcar diversos princípios do saber histórico que são obtidos através da realização da pesquisa, atingindo o âmbito da combinação de campos e diversas formas de conhecimento, articulando-se aos interesses, integração e domínio de materiais, seleção e fundamentação de perspectivas. Todas estas fases são organizadas e articuladas a fim de serem apresentadas aos leitores através da historiografia.

O historiador deve atentar-se para a importância da utilização de funções racionalizadoras da prática textual na historiografia, destacando a teoria da história como o principal elemento balizador ao redigir o saber histórico através de seu texto. Ainda a respeito da importância da teoria para a fundamentação da historiografia, Rüsen destaca que:

As teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos. Elas fornecem fios condutores de histórias, que são criadas e tecidas por si mesmas, de como que se

elabora e apresenta, a partir delas, mediante argumentação fundante, a estrutura de sentido de uma história (RÜSEN, 2007, p. 78).

Rüsen (2007) afirma que a teoria exerce uma função de fio condutor a respeito de como se elabora, como se apresenta e como se estrutura a história a partir de construções de processos temporais. As representações gerais destes processos temporais fornecidas pela teoria permitem que a historiografia preencha os sistemas universais históricos mediante experiências do presente, onde o historiador preencherá as arestas no processo de reconstrução do passado.

O autor (2010) assegura que é impossível a realização de uma pesquisa que abarque todos os setores da experiência histórica e apresente-os em uma história universal. No entanto, o historiador deve adquirir competências especializadas para os campos específicos, obtendo uma melhor tessitura de sua historiografia, onde estes campos e contextos históricos particulares devem ter cada ponto relacionado a uma universalidade. Para isso, deve constituir uma visão da totalidade, sendo o primeiro passo para a formação de uma competência especializada. A questão da especialização do historiador e da historiografia pode ser diretamente relacionada ao pós-modernismo. Conforme Reis descreve que:

A grande narração unificadora, emancipadora, se fragmenta em múltiplas e pequenas narrações. A narrativa pós-moderna visa a eficácia, a performatividade, isto é, uma racionalidade técnica, local, parcial, sem realizar valores universais. Os interesses se multiplicam e o individual, o parcial rompem com a perspectiva da universalidade (REIS, 2006, p. 46).

Reis (2006) afirma que os historiadores perderam o interesse por uma história global e estão mais atentos para rupturas, continuidades e diferenças identificadas na temporalidade histórica. Dessa forma, não há mais uma identificação com princípios universais do sentido histórico que tende a homogeneizar a humanidade através da historiografia. A pós-modernidade aborda um mundo parcial e descentrado, florescendo, então, um espírito antitotalizante e sedento por fatos individuais, em que o conhecimento histórico se torna fragmentado, tornando crescente a prática das “interpretações de interpretações”.

Diante disso, os escritos de Cardoso (1997) abordam que os avanços da historiografia, no século XX, principalmente os que correspondem às mudanças epistemológicas do pós-modernismo no campo social, passaram a considerar o papel dos sujeitos comuns e pequenos grupos com suas respectivas representações, crenças, valores e desejos, modificando, assim, os rumos da interpretação histórica. Com a rejeição das metanarrativas, as interpretações históricas de determinados temas tornam-se múltiplos e passam a agir em conjunto.

Ante o novo contexto, o historiador precisa classificar o que lhe é pertinente, de acordo com os interesses de sua pesquisa. Contudo, esta não é uma tarefa fácil, pois tudo o que é produzido passa pelos procedimentos rigorosos do método científico, considerados válidos por quem os produz e principalmente pelos seus pares, sendo algo que confere um caráter de reconhecimento e legitimidade que deve ser considerado pela comunidade científica. Nesse caso, vale lembrar que “o mais é percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica. Embate de paradigmas, portanto, questão a ser discutida” (VAINFAS, 1997, p. 449).

Ainda, Silva (2001) aponta que muitos autores estão observando uma internacionalização da pesquisa histórica, acarretando uma crescente diversificação de objetos de investigação. Este fenômeno possibilita que os historiadores explorem múltiplas abordagens através de uma massa de publicações. A disseminação de informações (que fornece fácil acesso às fontes das mais variadas ordens) é fundamental para que o historiador enfrente as dificuldades para classificar e tomar conhecimento do que está sendo produzido a respeito do seu tema de pesquisa. Estes obstáculos podem, em primeiro momento, apresentar-se como um aspecto negativo para a historiografia, mas é necessário considerar que:

Nessa perspectiva, entendemos que este é o momento ou tempo de experiências que podem possibilitar a problematização do presente pelo passado no sentido de reconstituirmos as *ideias de futuro no passado* e, sobretudo, de compreendê-las como os argumentos para uma *cultura da mudança* (DIEHL, 2004, p. 6).

É necessário que os historiadores estejam cientes de que, no limiar do século XXI, já não é mais possível afirmar que existem objetos exclusivos e privilegiados para a investigação histórica, assim como também não é possível realizar hierarquizações entre os temas da história segundo seu grau de importância. A diversificação temática e de produção abrem um amplo leque de possibilidades e interpretações históricas, expandindo ainda mais a produção de conhecimento científico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia constitui-se como um produto intelectual dos historiadores e as práticas culturais que exigem uma orientação social. Dessa forma, escrever história é o entrelaçamento da experiência histórica da humanidade, sendo possível afirmar que a historiografia se apresenta, ao mesmo tempo, como fonte histórica e objeto de estudo, sendo algo que amplia a historiografia como um campo de investigação legítimo e repleto de possibilidades.

Além disso, é sempre contemporânea, na qual as narrativas vão se tornando fatos documentados pertencentes a outros regimes de historicidade que precisam ser interpretados. A prática historiográfica adquire sua propriedade histórica, enriquecendo a busca pelo conhecimento.

Partindo destas afirmativas, em conjunto com as demais discussões propostas durante o trabalho, nota-se que é de grande valia que o historiador realize um aprofundamento de estudos no que diz respeito à historiografia, pois é através desta que terá seus moldes para as fases de suas investigações. Sendo assim, tendo a historiografia também como fonte, é preciso que o profissional refine suas habilidades para ampliar ainda mais sua produção de conhecimento, pois estará diante de um imenso rol de produções dispersas nos mais variados campos da ciência.

Portanto, conclui-se que o trabalho do historiador não é apenas interrogar o passado, trata-se de algo muito mais complexo, pois, além de pensar nesta busca, é necessário que se organize um modelo de apresentação dos seus resultados na forma de um texto histórico. Como já citado, o historiador desenvolve técnicas e métodos que ajudam a pensar na escrita da história, pois, atualmente, é reconhecido que surjam fontes históricas diferenciadas, tendo a própria produção historiográfica constituída neste contexto.

Porém, é importante destacar que a maneira de escrita da história e as técnicas que serão utilizadas nesta prática depende das escolhas do historiador (todas pautadas nas regras do seu ofício), para assim desenvolver uma pesquisa, legitimar a História como disciplina e tomar conhecimento do que nela vem se produzindo. Em síntese, a historiografia é o que fornece forma para todas as histórias, sendo extremamente digna de reflexão.

REFERÊNCIAS

BLANKE, H. W. Para uma história da historiografia. In: MALERBA, J. (Org.). **A história escrita**. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

CARDOSO, C. F. Introdução. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História: ensaios sobre teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

CROCE, B. **A História: pensamento e ação**. Trad. Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes.** Passo Fundo: UPF, 2004.

HELLER, A. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MALERBA, J. (Org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, J. C. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RÜSEN, J. Razão histórica: **Teoria da História: fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2010.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília: Ed. da UNB, 2007.

SILVA, R. F. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia.** São Paulo: EDUSC, 2001.

WEHLING, A. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, J. (Org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

CAPÍTULO 8

USO DA TECNOLOGIA PARA POTENCIALIZAR O ÊXITO DE CERIMONIAIS

Davina Vasconcelos
Adriana Zenaide Clericuzi
Lucas Gomes da Silva

RESUMO

A organização de cerimoniais representa um campo de atividade que estabelece os procedimentos a serem seguidos em solenidades formais. Os profissionais responsáveis pelo cerimonial não são obrigatoriamente de uma área ou uma categoria profissional específica, dentre aqueles que estão aptos a organização de cerimoniais estão os profissionais de Secretariado Executivo, que vem se destacando em conduzir grandes eventos. Para que o cerimonial seja bem-sucedido tem-se utilizado cada vez mais ferramentas digitais para que tudo ocorra da melhor forma possível. O presente trabalho tem como objetivo apresentar como o secretário executivo vem se beneficiando do auxílio da tecnologia da informação durante os cerimoniais. Para isso, foi necessário ser compreendido as diretrizes sobre comunicação, tecnologia, protocolo e etiqueta. O campo de pesquisa foram duas empresas que promovem eventos na cidade de João Pessoa. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista não-estruturada, onde o entrevistado discorreu da temática tecnologia para comunicação em eventos, e apontou qual ou quais delas são aplicadas. Os resultados apontaram que as empresas pesquisadas não só vivem a tecnologia no seu cotidiano, como sempre estão em busca do aperfeiçoamento dessas. Os entrevistados demonstraram por meio das suas respostas serem adeptos de várias ferramentas tecnológicas, assim como discorreram sobre os benefícios que essas propiciam à organização.

PALAVRAS-CHAVE: Cerimonial. Tecnologia. Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

Para um profissional de secretariado executivo atuar de forma eficaz na área de Cerimonial, Protocolo e Etiqueta, sabe-se que além de uma gama de conhecimentos teóricos, esse deve fazer uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) que auxiliem na hora da execução de eventos para que esses fluam de forma natural e assertiva. Para tal é necessário a identificação das ferramentas que serão utilizadas, aquelas que irão obter mais êxito durante o processo de execução.

A Comunicação foi e continua sendo de fundamental importância para o desenvolvimento e execuções em variados setores, como o da Educação, do Comércio, entre outros. A relevância da transmissão de informações se evidencia quando se trata de trabalhos realizados em equipes, como é o caso do Cerimonial. Segundo Bettega (2002, p. 11) “o cerimonial é o conjunto das formalidades que devem ser seguidas em um ato solene ou festa pública. Regra que estabelece tais formalidades”.

Deste modo é um conjunto de formalidades (normas e regras) a serem seguidas na organização de uma cerimônia, acompanhado do protocolo e etiqueta, assim torna-se

imprescindível a utilização de ferramentas que auxiliem a comunicação, de modo que os objetivos do evento sejam atingidos com sucesso.

A tecnologia por sua vez, faz uso prático do conhecimento científico através de seus recursos (equipamentos de som, equipamentos de luz, equipamentos de vídeo, aparelhos de comunicação, computadores, datashow, devices, computador e inúmeros aplicativos, impressora, smartphone). Uma empresa equipada de computadores modernos, internet de alta velocidade, redes de informática internas, *smartphones* e equipamentos multifuncionais, torna-se preparada para a competição do mercado de trabalho.

Dentre tantos benefícios, o destaque maior é para um fator muito precioso que está cada vez mais escasso que é o “tempo” que se ganha com a velocidade das soluções tecnológicas pois a comunicação nas cerimônias de modo geral estão cada vez mais apoiadas por esses recursos tecnológicos e evidentemente é cada vez mais importante o secretário executivo se tornar mais conhecedor das novas ferramentas disponíveis no mercado (ADELINO; SILVA, 2012). Ver-se variados tipos de ferramentas tecnológicas usadas entre equipes na comunicação de cerimoniais que serão mostrados nesse artigo, e suas aplicações. São soluções tecnológicas que minimizam possíveis problemas que eventualmente possam surgir.

Quanto à escolha da ferramenta tecnológica a ser utilizada, o profissional deve estar atento aos acontecimentos em que fica à mercê com o uso desta. Pois embora essas se apresentem como elementos facilitadores, articuladores e orientadores durante a execução de um Cerimonial, toda atenção é necessária para o bom funcionamento da tecnologia escolhida. Orientado por essas diretrizes, o presente estudo irá evidenciar as tecnologias mais utilizadas para comunicação no Cerimonial por profissionais da área de eventos, para isso será enfatizado a promoção do uso da tecnologia para comunicação no Cerimonial em duas empresas da cidade de João Pessoa.

1.2 Problema de Pesquisa e Objetivo

A Comunicação é considerada o ponto central no qual gira a execução de todo Cerimonial, para que esse tenha um percurso eficiente e alcance seu objetivo é necessário que o profissional tenha controle absoluto sob uma série de acontecimentos simultâneos. Para essa missão ser possível a equipe deve estar munida de meios que possibilitem a realização de tudo que foi planejado de acordo com o âmbito trabalhado.

Vista a relevância de se escolher as melhores práticas para serem aplicadas no mercado de trabalho, com a finalidade de se obter sempre o melhor resultado esperado pelo contratante e pelo público, o trabalho tem a seguinte questão: Como se apresenta o uso da tecnologia para comunicação no Cerimonial? Cujo objetivo é analisar por meio da atuação de profissionais de duas empresas do município de João Pessoa, quais os meios de comunicação oriundos da tecnologia mais utilizados atualmente para a realização dos seus trabalhos de Cerimonial.

2. CERIMONIAL

O Cerimonial é a ordem hierárquica que determina as regras de conduta aos governos e seus representantes em ocasiões oficiais e particulares. Segundo Bettega (2002, p. 12) é a programação que é colocada à disposição dos organizadores, onde estes devem segui-las em prol de evento com resultados assertivos. Ao abordar o Cerimonial conjuntamente, tem-se o Protocolo e a Etiqueta, onde o “protocolo é o conjunto de leis, decretos, normas e regras que regem o Cerimonial, objetivando dar a cada um dos participantes de determinada solenidade as prerrogativas e privilégios a que têm direito pelo cargo ou função que ocupam” (MEIRELLES, 2006).

Para que seja possível o acontecimento de um Cerimonial este artigo irá se deter nos pontos relevantes para tal, é indispensável que exista comunicação entre equipes que trabalham conjuntamente, que elas façam fluir da melhor forma as informações necessárias a todos que participam dos cerimoniais produzidos nas escolas, nas empresas e outros tipos de organização. O cerimonialista é o profissional específico para conduzir os cerimoniais, ele precisa ter o domínio das técnicas de comunicação e planejamento. Ter visão do mercado de eventos e negócios, conhecer diversos tipos de eventos, serem possuidor de criatividade, espírito de liderança e boa comunicação oral e escrita. Esse é o cabedal trivial que esse profissional deve deter.

Os componentes da equipe precisam estar sintonizados entre si, para que tudo ocorra como foi planejado, e principalmente serem capazes de resolver algum imprevisto que eventualmente possa surgir, bem como estar cientes das normas e princípios regentes no seu campo atuante. O cerimonial no Brasil foi regulamentado pelo Decreto 70.274, o qual contém normas de Cerimonial, no que diz respeito a ordem geral de precedência, levando-se em conta as tradições concernentes a época atual. Em eventos empresariais, definição e normas são as mesmas aplicadas em um cerimonial público. O chefe do cerimonial, já conhecedor das

normas da empresa deverá segui-las corretamente usando a ordem de precedência empresarial entre Assessores, Diretores, Superintendentes e o Presidente da Empresa.

O Cerimonial Empresarial, pode ser mais criativo e menos burocrático que o do Cerimonial Público, salvo quando as visitas forem oficiais ou existir presença de autoridades públicas, nesse caso se faz necessário seguir as normas do Cerimonial Público. Um dos maiores desafios encontrados pelos gestores de todas as empresas, independentemente do ramo ou da quantidade dos colaboradores, é a busca pela produtividade para atender a demanda do mercado altamente competitivo e exigente. A prioridade por uma gestão estratégica, busca otimizar processos, reduzir custos e desperdícios e potencializar o capital humano. Nesse contexto, é importante o uso das soluções tecnológicas com o intuito de aumentar a produtividade da equipe. Atualmente existe recursos variados totalmente on-line, permitindo assim que todos da equipe fiquem conectados entre si.

No entanto, tão importante quanto possuir as ferramentas tecnológicas é saber usá-las adequadamente, os componentes de equipes devem ter conhecimento bastante para saber manuseá-las. E assim surgem questionamentos: Como lidar com tantas informações tecnológicas presentes e que a cada dia evoluem, como as equipes serão beneficiadas com tais tecnologias? A nova geração que nasceu, cresceu e continua acompanhando a evolução do mundo informatizado, se adapta sem problemas ao seu manuseio, o mesmo não acontece com as gerações anteriores, as quais enfrentam dificuldades na adaptação do aprendizado.

Não restam dúvidas, todos estão engajados em um propósito, que é poder acompanhar a velocidade do tempo atendendo a demanda do mercado. A tecnologia é uma grande aliada nesse processo, através dos recursos tangíveis como computador, impressora, ou intangíveis na forma de um sistema, uma aplicação virtual. E a resposta para o questionamento, apenas com esforço contínuo será possível a adaptação integral com a tecnologia existente, bem como a persistência de estar em contato com ela diariamente. Deste modo o processo de acompanhar as novidades da área fica naturalmente viável, pois o usuário passa a entender o porquê de tal modificação. Nesse sentido o profissional de Cerimonial conectado não apenas conseguirá acompanhar, como compreender as mudanças ocorridas, bem como ver os benefícios que ela resulta em sua equipe e/ou trabalho.

3. TECNOLOGIA

Este trabalho foi conduzido para entender o quanto as Tecnologias de Informação e Comunicação são utilizadas de modo a considerar o interesse e as necessidades das equipes,

bem como, o quanto beneficiam e favorecem a integração dos membros de forma livre e responsável no processo de desenvolvimento e execução de eventos, em prol de melhorar os resultados finais.

Sendo assim, a utilização qualificada das tecnologias e conteúdo das mídias, como recurso aliado ao desenvolvimento de trabalhos em equipes, contribui para a eficiência e otimização dos resultados. Dessa forma, a tecnologia não consiste apenas em um recurso a mais para os líderes de equipes motivarem os envolvidos, mas sim um procedimento metodológico, adotado de maneira planejada. O modo e o momento de utilização do recurso da informática devem estar relacionados ao trabalho a ser desenvolvido, bem como ao objetivo a ser alcançado.

É sabido por todos que os recursos tecnológicos ajudam no desenvolvimento das operações rotineiras das empresas desde a produção até a comercialização, no caso do profissional de secretariado, do momento do planejamento até o da execução do evento.

Atualmente os recursos tecnológicos básicos estão mais acessíveis, comparado ao início de quando foram lançados, com pequenos investimentos se pode ter acesso a eles, aumentando os investimentos adquire-se recursos tecnológicos mais potentes de última geração.

Os avanços tecnológicos estão sendo utilizados praticamente por todos os ramos do conhecimento. As descobertas são extremamente rápidas e estão a nossa disposição com uma velocidade nunca imaginada. A internet, os canais de televisão à cabo e aberta, os recursos de multimídia estão presentes e disponíveis na sociedade (KALINKE, 1999, p. 15).

Desta forma ver-se a necessidade de se manter atualizados com as novas ferramentas tecnológicas que surgem a cada dia, tornando-se assim imprescindíveis os investimentos em novas tecnologias, para atender as cobranças de qualidade, eficiência, melhores produtos, serviços e processos, itens essenciais para qualquer organização se projetar no mercado em que atua. Entretanto é necessário cautela diante de decisões inovadoras, analisando qual a melhor solução.

As tecnologias de informação possibilitam ao indivíduo ter acesso à várias informações simultaneamente, bem como trabalhar em contextos tanto próximos como distantes de sua realidade. Serve como elemento facilitador em um espaço de socialização, gerando rapidez e o otimização dos resultados, isto é, quando utilizadas de forma correta. Entre os fatores que nos fazem optar pelo uso das ferramentas tecnológicas, o mais evidente está relacionado à otimização dos resultados. Para melhor compreender esses processos, faz-

se necessário a abordagem nas tecnologias colaborativas, onde essas exploram o avanço e as facilidades dos conceitos de computação em nuvem, oferecendo uma série de soluções para melhorar e agilizar a comunicação corporativa interna, organizar o capital intelectual e padronizar tarefas e otimizar processos de maneira prática, segura e inovadora (BRAZIP, 2015).

Deste modo percebe-se que o sentido maior das tecnologias colaborativas é manter as conexões entre os profissionais, facilitando a distribuição de afazeres e possibilitando um maior controle e engajamento da equipe. O resultado desses fatores será o aumento de produtividade em equipe, uma vez que é possível uma maior conexão entre os envolvidos e o trabalho ganha uma nova dinâmica.

Outro ponto a ser discutido é a melhoria da qualidade da comunicação, uma vez que os colaboradores (internos) tem uma conexão estabelecida, o fluxo de informações flui alinhadamente com os objetivos propostos inicialmente, sanando assim possíveis deslizes durante a execução do trabalho. Além disso, a comunicação em tempo real proporciona a melhoria no sistema de tomada de decisões, já que é possível avaliar rapidamente os resultados que estão sendo proporcionados. Deste modo a escolha tem a tendência de vir a se tornar cada dia mais eficiente.

Além dos benefícios gerados para a equipe que está executando o evento, as ferramentas tecnológicas é uma evidente aliada para a comunicação com o público final. O site Moblee (2017) divulgou 6 ferramentas que beneficiam o setor de eventos, antes, durante e pós-evento. São elas:

1 - Inscrições e vendas de ingressos on-line, que presta a comodidade para quem vai participar e auxilia no controle de quem está organizando o evento. Deste modo é possível a organização melhor atender o público durante a execução dele;

2 - Projeção Mapeada, técnica que desenvolve imagens em 2D ou 3D da estrutura física do ambiente do evento, além de dar um ar de modernidade, enriquece a comunicação visual e atinge o principal objetivo que é facilitar a transição dos participantes, possibilitando a melhor situação do mesmo durante a permanência no evento;

3 - Aplicativos para o evento, que vem para otimizar a experiência do participante em determinado evento, onde através dele é possível ter a programação atualizada com detalhes, mantendo o participante engajado durante todo o evento;

4 - Realidade Virtual, é uma forma de aproximar o participante do contexto do evento, ainda é pouco utilizada por ter um custo mais elevado;

5- Smartphones, umas das principais ferramentas utilizadas para a comunicação durante os eventos (seja por quem organiza ou quem participa) por possuir automação no seu sistema;

6 - Redes Sociais, é uma das principais ferramentas utilizadas antes do acontecimento do evento, dá a oportunidade de se aproximar dos participantes previamente, fazendo que eles se engajem com tema antecipadamente, que por sua vez (quando bem utilizada) gera uma expectativa positiva no público.

Essas ferramentas tecnológicas podem ser responsáveis por dar um incremento no evento, bem como promover um melhor alcance dos objetivos dele. Nesse contexto, para o estudo em questão que tem a finalidade de identificar a utilização da tecnologia para a comunicação no âmbito do Cerimonial.

4. METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Onde a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, que foi a do presente estudo. O pesquisador que opta por uma abordagem qualitativa, resiste à hipótese de um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua particularidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Ao classificar o presente trabalho como descritivo, explica-se pelo fato da pesquisa descritiva exigir do pesquisador um número de informações sobre o tema determinado. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Geralmente são utilizadas em estudos de caso ou análise documental.

Para a coleta de dados foi feito uso de uma entrevista do tipo não-estruturada, ou seja, com questões abertas, propondo assim uma liberdade para que o entrevistado discorresse acerca da temática que se refere a promoção do uso da tecnologia para comunicação no Cerimonial. Onde a entrevista pode ser conceituada como “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94).

Quanto ao tipo de entrevista não-estruturada é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100). A entrevista foi realizada em duas empresas do município de João Pessoa- PB, onde ambas prestam serviços de Cerimonial. Quanto ao número de entrevistados dos quais foram realizados o contato, obtive-se o retorno com sucesso e não foi necessário buscar outras empresas.

Para contatá-los realizou-se uma pesquisa dos últimos eventos ocorridos na cidade, onde identifiquei essas duas empresas que foram responsáveis por esses eventos. O contato de ambas consegui por meio de pesquisa virtual. A entrevista foi realizada nas empresas em questão, onde os responsáveis responderam 9 questões sobre a promoção do uso da tecnologia para comunicação no Cerimonial. A partir da obtenção dos resultados foi feita uma análise de conteúdo por ela ser caracterizada como sendo uma técnica que possibilita descrever de forma sistemática o conteúdo obtido por meio dos dados que foram coletados (AZEVEDO; AZEVEDO, 2008).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta de dados que se deu por meio de entrevista e com os achados em mãos, foi feito o seguinte quadro abaixo (Quadro 1), indicando se a resposta foi positiva ou negativa por cada empresa, esse quadro foi elaborado para melhor analisar as respostas sobre o uso da tecnologia no cerimonial. Através desse levantamento foi possível ter uma compreensão mais precisa sob o conteúdo obtido e assim chegou-se ao resultado que a partir de agora será apresentado.

Quadro 1: Resultados da pesquisa.

Questionamentos	Empresa X	Empresa Y
Iniciação no setor de eventos e formação para uso de tecnologias	Iniciação empírica com formação acadêmica posteriormente.	Iniciação empírica e formação intuitiva.
Momentos de discussões pertinentes ao planejamento e execução / análise da viabilidade de uso de novas tecnologias	Positivas ambas as respostas.	Positivas ambas as respostas.
Prática de Educação continuada /Qual a importância para atuação /Auxílio quanto as tecnologias	Positivas ambas as respostas.	Positivas ambas as respostas.
Reflexão sob o uso de tecnologias	Positiva. Não discorreu detalhes.	Positiva. Não discorreu detalhes.
Infraestrutura adequada para o uso de tecnologias / Nº de equipes / se não possuísse a ferramenta tecnológica o nº continuaria	Positiva. Se não existisse a ferramenta tecnológica seria necessário o dobro de pessoas que estão presentes hoje.	Positiva. Duas equipes. A não presença da tecnologia não afetaria a quantidade de equipes.

Limitações para inserção/ Ocorrência de Infortúnios por mal uso das tecnologias	As limitações e infortúnios ocorridos geralmente são oriundos da flexibilidade relacionadas com o tempo e eventualidades.	Positivas ambas as respostas.
Fatores responsáveis pelo bom uso da tecnologia (comunicação, controle e agilidade)	Concentração do responsável pela roteirização e transparência do planejamento a ser executado.	Preço acessível, uso intuitivo e permissão de integração com outras plataformas.
Redução da carga horária com uso de tecnologias / Desafios de implantação de tecnologias	Continua a mesma carga, uma vez que ainda se encontra na fase de aperfeiçoamento. O maior desafio é a adaptação.	Primeira resposta positiva. Desafios relacionados a procrastinação e distração devido o fluxo de informações circulantes.
Atratividade do setor no município de João Pessoa / Desafios do profissional / Papel da tecnologia nesse campo de atuação.	Tem melhorado, no entanto necessita de um amadurecimento da parte dos que concedem os eventos.	Retraído e mercado instável. Desafio de construir conexão com público atrelado a qualidade e valores.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Conforme os dados que foram obtidos na pesquisa, foi possível observar que a tecnologia se encontra presente no cotidiano das empresas em questão, neste momento serão analisadas as respostas dessas para identificar o resultado proposto inicialmente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados que foram coletados e de acordo com os resultados dos quais foram obtidos, conclui-se que a promoção do uso da tecnologia para comunicação no Cerimonial se faz presente no município de João Pessoa. As empresas respondentes puderam discorrer sobre esse momento que vivenciam e como estão lidando com a adaptação das TICs. Por meio da análise das respostas ficou evidente que os resultados encontrados seguem rumo ao positivo, onde as empresas já conseguem sentir o aumento da produtividade, onde esta foi decorrente do bom uso das TICs.

Foram citadas também as dificuldades enfrentadas por essas empresas onde percebe-se que tange a linha da adaptação, ou seja, quando dominadas, os frutos sempre são positivos. Na área de eventos (Cerimonial, Protocolo e Etiqueta), é evidente que cada dia que passou foi mais necessário o uso das TICs, uma vez que a empresas que presta o serviço tem que atender os anseios, bem como acompanhar o momento que se encontra em evidência. Além desse ponto que é ligado transição e atualidade, tem-se os fatores da gestão, controle e agilidade, pontos que antes não eram tão fáceis de manter-se funcionando com eficácia e eficiência, hoje é possível através do bom uso das TICs. Como bem-visto na análise da pesquisa, onde foi

apontado que houve o aumento de produtividade em equipes, redução de custos e transparência das diretrizes que envolvem o planejamento e a execução dos eventos.

Pode-se perceber no decorrer do presente estudo, que o setor de Eventos está totalmente atrelado à Comunicação e a Tecnologia. Isso se deve à necessidade do profissional estar em conexão constante com o público com quem vai trabalhar ou servir. Chega-se à conclusão de que a empresa e /ou o profissional atuante deve estar atento as transições tecnológicas que devem ser aderidas com a finalidade de oferecer uma melhor prestação de serviço. Logo, esses profissionais buscam a inovação e a criatividade de forma que as utilizações das TICs levem a um melhor caminho para o processo de uso, planejamento e execução.

REFERÊNCIAS

ADELINO, F. J. S.; SILVA, M. A. V. A tecnologia de informação como agente de mudança no perfil do profissional de Secretariado. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSeC**, 2012. e- ISSN:2178-9010.

AZEVEDO, C. A. M.; AZEVEDO, A. G. **Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 9. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

BETTEGA, M. L. **Eventos e Cerimonial**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BRAZIP. **Baixa produtividade da equipe saiba como as tecnologias colaborativas podem ajudar**. 2015. Disponível em: <http://www.brazip.com.br/sites/br/blog/2015/10/14/baixa-produtividade-da-equipe-saiba-como-as-tecnologias-colaborativas-podem-ajudar/>. Acessado em: Set. 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KALINKE, M. A. **Para não ser um Professor do Século Passado**. Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

MEIRELLES, G. F. **Protocolo e Cerimonial: Normas, Ritos e Pompa**. São Paulo: IBRADEP, 2006.

MOBLEE. Novidades tecnológicas que são tendência na organização de um evento. 2017. Disponível em: <https://www.moblee.com.br/blog/2017/07/6-novidades-tecnologicas-que-sao-tendencia-na-organizacao-de-um-evento/>. Acessado em: Set. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 9

POVOS TRADICIONAIS COSTEIROS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: DA MARÉ DOS ENFRENTAMENTOS ÀS LUTAS POR DIREITOS, CONFLITOS AMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Cíntia Beatriz Müller

RESUMO

Neste artigo, almeja-se analisar as questões emergentes verificadas ao longo de pesquisas de campo na baía de Todos-os-Santos. Essa região é de grande importância para o estudo das relações entre os povos tradicionais costeiros e os conflitos ambientais que os atingem. A abordagem se situa no campo da Antropologia do Desenvolvimento, que procura entender as relações entre diversidade e processos radicais de industrialização a partir das perspectivas dos atores envolvidos. Além disso, destaca-se a importância em incorporar a problemática das mudanças climáticas nas análises das Ciências Humanas e Sociais, pois elas afetam de forma significativa as formas de vida e os territórios dos povos costeiros e se encontram invisibilizadas, até o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia do Desenvolvimento. Povos Tradicionais costeiro. Mudanças Climáticas.

1. INTRODUÇÃO

A baía de Todos-os-Santos (BTS) é uma reentrância da costa litorânea brasileira localizada no Nordeste brasileiro, no estado da Bahia que recebeu esse nome em 1501, quando foi avistada por uma expedição portuguesa no dia 1º de novembro, Dia de Todos os Santos na tradição católica. É a maior baía do Brasil e a segunda maior do mundo, com uma área de 1.233 km² e uma profundidade média de 9,8 metros. Ela abriga 56 ilhas e banha 13 municípios que formam parte do Recôncavo Baiano, uma região de grande importância histórica, cultural e econômica para o país, são eles: Salvador, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Madre de Deus, Cachoeira, São Félix, Saubara, Salinas da Margarida, Itaparica, Vera Cruz, Maragogipe e Jaguaripe. A BTS é formada por dois subsistemas: a baía de Aratu e a baía do Iguape.

A baía do Iguape, formada pelo rio Paraguaçu, é uma região de relevância ecológica e cultural no litoral do Recôncavo da Bahia. Essa área integra a Reserva Extrativista Marinha do Iguape, que visa conservar os ecossistemas de manguezal e a riqueza biológica do rio e do mar. Nessa região, também vivem diversas comunidades negras e quilombolas, que mantêm tradições culturais como o samba de roda e a pesca artesanal. Trata-se, portanto, de um patrimônio natural e cultural que precisa ser respeitado e valorizado. A localidade se encontra impactada pela construção da represa da Pedra do Cavalo, entre os municípios de Cachoeira e São Félix, que alterou o fluxo do rio Paraguaçu, permite a geração de energia elétrica e

contribui para o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador; e a instalação do Polo Naval Enseada Paraguaçu, complexo industrial de construção e reparo de navios, localizado no município de Maragogipe.

Já a baía de Aratu está localizada na região metropolitana de Salvador banha Salvador, Candeias e Simões filho, e tem como principal acesso o canal do Cotegipe, que liga a baía ao oceano Atlântico. Apesar de identificada a pesca artesanal ao redor da baía de Aratu essa atividade está ameaçada pela contaminação ambiental e pelo desmatamento de manguezais causados por empresas instaladas na região. Na baía, em área mais protegida das correntes e ventos marinhos, estão localizados a Base Naval de Aratu, pertencente à Marinha do Brasil, o Porto de Aratu (um dos principais portos do Nordeste, especializado na movimentação de graneis líquidos, sólidos e cargas gerais), um estaleiro e duas marinas particulares. A pesca artesanal é uma fonte de renda e de alimento para muitas comunidades quilombolas que vivem na área que sistematicamente denunciam as violações de seus direitos e reivindicado um meio ambiente de trabalho saudável

A região ao redor da BTS tem ocupação europeia antiga, palco de guerras de extermínio de povos autóctones e conquista territorial por parte de portugueses colonizadores que se iniciou no século XVI. Por possuir águas calmas com condições favoráveis para a navegação, o comércio e a defesa e solos férteis para o cultivo de produtos como cana-de-açúcar, fumo e mandioca, que geravam riqueza para a metrópole foi alvo de interesses coloniais de forma intensa. Consequentemente, a escravidão foi implantada no Brasil desde os momentos iniciais de sua ocupação pelos portugueses, africanos escravizados foram trazidos para a região desde o século XVI para trabalhar em plantações de cana e produzir açúcar e derivados. Em decorrência disto, preserva-se na região da BTS a memória ancestral afro-diaspórica através de marcas da resistência, tais como: comunidades quilombolas, irmandades religiosas e festas populares.

Muitos pescadores artesanais, marisqueiras e quilombolas vivem e trabalham nas bordas da BTS em seus mares e rios, são povos tradicionais que possuem uma identidade própria e uma relação especial com o território e os recursos naturais. No entanto, eles sofrem com a desigualdade social que marca a região e que os coloca em situação de exclusão social. Eles têm dificuldades para acessar direitos básicos como saúde, educação, saneamento e segurança alimentar. Além disso, eles enfrentam ameaças à sua cultura e ao seu modo de vida por parte de interesses econômicos e políticos que visam explorar a região. Diante desse cenário, esses povos têm se mobilizado para reivindicar o reconhecimento e a valorização de

sua identidade, bem como o respeito aos seus direitos territoriais, ambientais, sociais e culturais. Essa é uma forma de resistir e lutar por justiça social na BTS.

2. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA

A região da Baía de Todos os Santos é marcada pela presença de diversos povos tradicionais que possuem uma relação cultural e histórica com o meio ambiente local. Entre esses povos, destacam-se os pescadores artesanais, as marisqueiras, os quilombolas e as comunidades de terreiro. Os pescadores artesanais, por exemplo, desenvolvem sua atividade a partir do uso sustentável dos recursos pesqueiros da região, como peixes, crustáceos e moluscos, sendo fundamental para a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar das comunidades locais. Já as marisqueiras, em sua maioria mulheres, são responsáveis pela coleta de mariscos, principalmente o sururu, uma importante fonte de renda e subsistência das comunidades.

As comunidades quilombolas do Recôncavo são descendentes de africanos escravizados que se fixaram em áreas próximas à baía de Todos os Santos. Eles mantêm uma cultura de tradições diversificada, ancorada na ancestralidade africana e uma relação de respeito e cuidado com a natureza de forma geral e com o manguezal, onde realizam atividades como a pesca e a coleta de caranguejo, além da agricultura de subsistência. Nessas comunidades também é identificada a presença de terreiros de candomblé, que cultuam os Orixás como forma de proteção e preservação de sua ancestralidade. Essas comunidades enfrentam desafios para garantir seus direitos territoriais e o acesso a políticas públicas, mas também desenvolvem práticas de manejo sustentável de recursos naturais, como a produção de alimentos orgânicos e de medicamentos a partir de plantas medicinais.

A realização de estudos antropológicos são um importante recurso para o reconhecimento da diversidade cultural e histórica dos povos quilombolas na região da baía de Todos-os-Santos. Esses estudos contribuem para valorizar a identidade, a memória e a resistência desses grupos, bem como somam junto ao pleito de regularização de seus direitos territoriais, sociais e culturais. Os estudos antropológicos permitem analisar as relações entre os quilombolas e o Estado, a sociedade envolvente e o meio ambiente, destacando os desafios, as potencialidades e os conflitos socioambientais enfrentados por essas comunidades na atualidade que podem ser definidas nos seguintes termos:

Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (BARTH;

Segundo a antropóloga Andréa Zhouri (2013), especialista em estudos sobre os conflitos socioambientais, esses são processos nos quais diferentes atores sociais, com posições assimétricas de poder, entram em choque por perspectivas divergentes sobre o uso, a gestão ou a conservação do meio ambiente. Um conflito *não se apresenta como processo de negociação, livre comunicação e construção de consensos, em contraste trata-se do embate entre segmentos sociais que articulam projetos, interesses, posicionamentos e visões divergentes* (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013, p. 79-80). Esses interesses podem envolver questões territoriais, de acesso e manutenção de recursos naturais, de ocupação do solo e de controle e uso de recursos ambientais. A leitura de Zhouri (2013) explicita que os conflitos ambientais são um fenômeno social e político complexo, que precisa ser analisado levando em conta diferentes perspectivas e interesses que estão em jogo em relações sociais dinâmicas e que se manifestam em diferentes escalas.

A baía de Todos os Santos (BTS) é uma região que apresenta diversos conflitos socioambientais. Um exemplo é a disputa pelo uso do espaço costeiro entre as comunidades tradicionais, como pescadores e marisqueiras, e as grandes empresas do setor portuário e turístico (ZAGATTO 2019). Essas empresas muitas vezes desapropriam territórios ancestrais compartilhados e utilizados pelas comunidades para a construção de empreendimentos, prejudicando a pesca e a coleta de mariscos. Outro conflito significativo na região é a contaminação da água e dos solos por resíduos industriais, que podem afetar a saúde das comunidades locais e a biodiversidade da região. Além disso, há também disputas em torno do uso e da gestão de recursos naturais, como a água e as áreas de mangue, por exemplo, que são fundamentais para as atividades econômicas e a subsistência sociocultural das comunidades (GOMES, 2018). Todos esses conflitos são complexos e envolvem interesses, poderes e perspectivas divergentes, exigindo diálogo e soluções que contemplem a diversidade de vozes e necessidades de comunidades costeiras tradicionais.

Um grande desafio posto no momento é o da construção da ponte Salvador Itaparica, projeto que, ao que tudo indica, encontra-se em andamento (NECTOUX 2022). A construção da ponte, apesar de ser vista por determinados setores sociais como uma iniciativa de desenvolvimento econômico para a região, pode trazer graves impactos socioambientais para os povos costeiros da Baía de Todos os Santos. Uma possível alteração do ecossistema e dos recursos pesqueiros, por exemplo, poderia afetar diretamente a sobrevivência dos pescadores artesanais e marisqueiras, que têm na pesca uma importante fonte de subsistência. Além disso,

a construção da ponte pode aumentar a especulação imobiliária, o turismo predatório e a perda de territórios quilombolas, ameaçando a identidade e a cultura dessas comunidades tradicionais. O que está ocorrendo no município de Salinas da Margarida, BA, no Quilombo Conceição que sofre com a expropriação de seu território para loteamentos particulares, por exemplo, é, em parte, influenciado pela valorização das terras naquela região. Por isso, é necessário que sejam adensados estudos acerca dos efeitos socioambientais de grandes empreendimentos com a participação dos povos tradicionais costeiros e demais interessados nas diversas fases de implantação e gestão de empreendimentos, para minimizar esses impactos e garantir a preservação desses territórios e de suas culturas.

3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E IMPACTOS NA BTS

As mudanças climáticas são alterações nos padrões climáticos globais ou regionais que ocorrem ao longo do tempo. Essas modificações podem ser causadas por fatores naturais, como variações na atividade solar ou na órbita da Terra, ou por fatores humanos, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa que retêm o calor na atmosfera. Não se nega que grande parte dos fatores que acarretam tais mudanças estão intimamente relacionados às estratégias econômicas desenvolvimentistas contemporâneas (PROST, 2021) e que, em sua maior parte, as mudanças climáticas exercem efeitos negativos sobre o meio ambiente, a economia, cultura e a sociedade.

Os estilos de desenvolvimento adotados na América Latina são insustentáveis. Persiste a dependência da exportação de matérias-primas, repetem-se sérias dificuldades para reverter a pobreza, e a deterioração ambiental continua avançando. Ao mesmo tempo, no plano global, passamos por uma crise multidimensional, e, para além da bonança econômica vivida em algumas nações latino-americanas, não podem ser ocultados os sérios problemas econômico-financeiros internacionais, nem as ameaças da mudança climática (GUDYNAS, 2016, p. 175).

Em se tratando de povos tradicionais costeiros que vivem na baía de Todos-os-Santos o agravamento da situação de vulnerabilidade ambiental a que estão expostos quer em razão da implantação e grande projetos de investimentos (MULLER *et al.*, 2021), quer em decorrência das alterações climáticas é iminente. Nesta região, os povos tradicionais costeiros são compostos principalmente por pessoas negras, quilombolas e pescadores artesanais que possuem uma forte relação histórica e ancestral com o território mais amplo da baía de Todos-os-Santos, transformações socioambientais radicais podem acarretar ameaças para sua sobrevivência e identidade cultural. Dentre as mudanças climáticas a que estão expostas na BTS, é possível elencar (BELCHIOR; PRIMO 2016):

Aumento do nível do mar: um dos principais problemas relacionados às alterações climáticas nas costas oceânicas brasileiras é o aumento do nível do mar. Com o derretimento das geleiras e a expansão térmica dos oceanos, o nível do mar vem aumentando gradualmente, o que pode levar a inundações costeiras, perda de terras e de infraestruturas, além de impactos na economia e na vida de povos tradicionais que vivem nessas áreas (BELCHIOR; PRIMO 2016).

Acidificação dos oceanos: a emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, também tem causado a acidificação dos oceanos (MONTEIRO, 2021). Isso tem consequências graves para a vida marinha e para os ecossistemas costeiros, percebidos no Brasil ao longo de toda a sua costa, como a diminuição da produção de alimentos, a perda de biodiversidade e a redução de áreas de pesca.

Aumento da frequência e intensidade de eventos extremos: as alterações climáticas também têm contribuído para o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como tempestades, ciclones e descargas elétricas, que podem causar danos significativos nas áreas costeiras. Em termos de Brasil e da região da BTS, o aumento da intensidade das chuvas, pode ser percebido através de trabalho de campo realizado na própria BTS. Isso tem implicações na segurança e na saúde das populações, na economia e na infraestrutura dessas regiões, além de aumentar a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos impactos das mudanças climáticas.

Os povos tradicionais costeiros na baía de Todos-os-Santos apresentam uma exacerbada vulnerabilidade socioambiental decorrente de décadas de negligências políticas e da não efetivação e direitos socioambientais assegurados, como, por exemplo, a regularização fundiária de seus territórios ancestrais e o direito à consulta prévia para a instalação e gestão de grandes empreendimentos que lhes afetem. Como consequência os povos costeiros tradicionais da BTS podem vir a compor parte significativa do contingente de deslocados internos ambientais:

A expressão “deslocados ambientais” [...] tem sido empregada com cada vez mais frequência para designar grupos de indivíduos forçados “a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, por causa de uma marcante perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida” (EL-HINNAW *apud* BELCHIOR; PRIMO, 2016, p. 153).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, é analisado o quanto a efetivação dos direitos dos povos tradicionais que vivem nas áreas costeiras e marítimas são fundamentais para sua sobrevivência e conservação do meio ambiente, pois eles são guardiões da biodiversidade e possuem um rico saber sobre a natureza, a terra, o mar e as plantas. Também é recomendado que a realização de pesquisas e a contribuição da Antropologia frente a este cenário contribui para se assegurar os direitos de povos tradicionais e sensibilizar a sociedade de forma ampla frente ao alto nível de vulnerabilidade ambiental ao qual tais povos estão expostos.

Como pesquisadores da área das Ciências Humanas torna-se importante a especialização e apropriação de todo um referencial analítico referente às mudanças ambientais e alterações climáticas. Isto amplifica a sensibilização para questões sociais ao longo de investigações junto aos povos tradicionais costeiros pela defesa de sua cultura, identidade, autonomia e biodiversidade. É importante lembrar que ações individuais, de âmbito sócio-acadêmico, podem fazer a diferença e que a luta por um mundo melhor é uma tarefa constante.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro: 1994.

BELCHIOR, G. P. N.; PRIMO, D. A. S. Impactos Do Aumento Do Nível Do Mar Na Região Nordeste E Justiça Ambiental: A Questão Dos Pescadores Artesanais Como Deslocados Ambientais. In: ARAÚJO, A. R.; BELCHIOR, G. P. N.; VIEGAS, T. E. de S. (Orgs.). **Os impactos das mudanças climáticas no nordeste brasileiro**. 1.137.SP-Brasil: Instituto o Direito por Um Planeta Verde, 2016. Disponível: <https://fundacaosintaf.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Ebook-impactos-das-mudancas-climaticas-no-nordeste-brasileiro.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

GOMES, L. **Os Humanos e o Rio Paraguaçu**: Agenciamentos do Rio por Quilombolas da Baía do Iguape e pelo Estado. Tese de Doutorado (Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2018, p. 214.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 174 - 213.

MONTEIRO, B. S. **Acidificação Oceânica: impactos e mecanismos de mudança**. Pós-Graduação *Lato Sensu* (Análise e Desenvolvimento Ambiental). Orientadora: A. Karl. Centro

Universitário de Brasília. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 2021, p. 43.

MULLER, C. B.; OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A. P. C. (Orgs.). **Territorialidades Negras em Questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento**. UNIAFRO. Cruz das Almas/Belo Horizonte, 2016, p. 190.

MULLER, C. B.; BARRETO, A. L. L. A.; RIBEIRO, D. S. Comunidades Remanescentes de Quilombos: limites legais ao interculturalismo. In: MULLER, C. B.; OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A. P. C. (Org.). **Territorialidades Negras em Questão**. 1ed. Rio de Janeiro: Fino Traço, 2015, v., p. 15-30.

MULLER, C. B.; JESUS, Q. D. S. de; JESUS, T. A. dos S. Baía de Todos os Santos e Região Metropolitana de Salvador, BA: territórios quilombolas e conflitos na contemporaneidade. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, p. 235-248, 2021. Disponível: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12277>. Acessado em: Abr. 2023.

NECTOUX, A. S. **Processos de inscrição e os conflitos em torno de representações técnicas: o EIA/RIMA da ponte Salvador-Itaparica**. Pós-Graduação em Antropologia (Mestrado). Orientadora prof.^a. C. B. Müller. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36004/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andr%C3%A9%20Silva%20Nectoux.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

PROST, C. Pistas para uma sustentabilidade que queremos. **Revista Ayika**. V. 01, n. 01, p. 67 – 85, dez 2021. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/ayika/article/view/13436>. Acessado em: Abr. 2023.

ZAGATTO, B. P. **Sobreposições Territoriais em São Francisco do Paraguçu: Território Quilombola, Fazendas e Unidades de Conservação, Baía do Iguape – Bahia**. Tese de Doutorado (Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2019, p. 184.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. In: FELDMAN BIANCO, B. (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**, 2013. pp. 75-109. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Desafios_Antropologia_Brasileira-Bela_Feldman-Bianco.pdf. Acessado em: Abr. 2023.

CAPÍTULO 10

DIALOGOS DE SARTRE E FANON EM *O EXISTENCIALISMO É UM HUMANISMO E PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS*

Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia

RESUMO

O capítulo apresenta possíveis diálogos entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon acerca do racismo e colonialismo. O método utilizado é a análise bibliográfica narrativa, realizada em profundidade em dois textos: *O Existencialismo é um Humanismo* e *Pele negra, máscaras brancas*, assim como no trabalho de Deivison Faustino. Reconhece-se que os textos estão situados no pensamento mais amplo de cada um dos autores, em diálogo com outras produções próprias, assim como com genealogias outras que informam tanto a Fanon como a Sartre. O que se busca realizar é, na tentativa contribuir com os debates já desenvolvidos, colocar uma lupa sobre os dois textos e explorar suas intersecções por uma perspectiva microfilosófica. Sugere-se, de forma não exaustiva e sem ignorar as críticas feitas por Fanon a Sartre, que as conexões podem ser identificadas (1) na premissa existencialista de que a existência precede a essência e na impossibilidade de uma ontologia negra a priori; (2) na intersubjetividade existencialista e a experiência do racismo, descrita por Fanon, como a negação da existência pelo não reconhecimento do Outro; e (3) na compreensão do existencialismo como uma doutrina da ação que solidifica as bases do antirracismo na ação e no engajamento, e não em afirmações discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Existencialismo. Racismo. Colonialismo. Jean-Paul Sartre. Frantz Fanon.

1. INTRODUÇÃO

Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon são teóricos que, de diferentes lugares sociais – o primeiro, homem branco francês; o segundo, homem negro martinicano –, elaboraram e dialogaram acerca da subjetividade e dos efeitos sobre ela produzidos pelo racismo e pelo colonialismo. Ambos compartilham influências mútuas do marxismo e da psicanálise, desenvolvendo diálogos críticos, por diferentes caminhos, com o materialismo e com o pensamento freudiano. Segundo Faustino (2020), as proximidades entre Sartre e Fanon são maiores do que as diferenças entre eles.

Partindo desta premissa, busca-se, neste capítulo, apresentar possíveis diálogos entre Sartre e Fanon. O método utilizado é a análise bibliográfica narrativa, realizada em profundidade em dois textos: *O Existencialismo é um Humanismo* e *Pele negra, máscaras brancas*, com especial destaque para o capítulo quinto desta última obra, *A experiência vivida do negro*. Reconhece-se que os textos estão situados no pensamento mais amplo de cada um dos autores, em diálogo com outras produções próprias, assim com genealogias outras que informam tanto a Fanon como a Sartre. Essas conexões mais amplas entre o pensamento dos dois autores – implícita ou explicitamente, como feito no prefácio de *Os Condenados da Terra* – e entre outros pensadores já foram, inclusive, objeto de pesquisa na literatura

(ARANTES, 2011; FAUSTINO, 2018; 2020). O que se busca realizar é, na tentativa de somar a estes debates já estabelecidos, colocar uma lupa sobre os dois textos e explorar intersecções por uma perspectiva microfilosófica. Para tanto, utiliza-se também de revisão bibliográfica do trabalho de pesquisadores especialistas em Frantz Fanon, como Deivison Mendes Faustino (2018; 2020; 2021) e Lewis Gordon (2008; 2015).

O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o humanismo existencialista de Sartre e os principais pontos levantados pelo autor em *O Existencialismo é um Humanismo*. Na segunda, apresenta-se brevemente o pensamento de Frantz Fanon enfatizando dois argumentos do autor em *Pele Negra, Máscaras Brancas*: a construção racial do Outro e a relação entre ontologia e existência negra. Na terceira, constrói-se a discussão do texto, elaborando, partindo de Faustino (2020), três conexões principais entre Sartre e Fanon: (1) a premissa existencialista de que a existência precede a essência e a impossibilidade de uma ontologia negra *a priori*; (2) a intersubjetividade existencialista e a experiência do racismo, descrita por Fanon, como a negação da existência pelo não reconhecimento do Outro; e (3) o existencialismo como uma doutrina da ação que solidifica as bases do antirracismo na ação e no engajamento, e não nas afirmações discursivas. As considerações finais retomam o argumento e trazem uma rápida apresentação das críticas tecidas por Fanon ao pensamento sartreano no capítulo quinto de *Pele Negra, Máscaras Brancas*. O trabalho não tem como objetivo exaurir todas as conexões possíveis entre os dois autores, nem esgotar a totalidade das críticas feitas por Fanon a Sartre. O objetivo é contribuir para o debate já existente na literatura a partir de dois textos em particular (FAUSTINO, 2018; 2020; ARANTES, 2011), oferecendo uma visão em detalhe dos diálogos travados entre ambos.

2. O HUMANISMO DE SARTRE

Sartre foi um pensador dedicado ao antirracismo e com a defesa da liberdade (ARANTES, 2011). Como obras dedicadas a estes temas em sua produção, pode-se mencionar, de forma não exaustiva, *A Questão Judaica*¹⁴ (1961), *Orfeu Negro*¹⁵ (1948), *Colonialismo e neocolonialismo* (1968) e o prefácio de *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (SCHMIDT, 2005; FAUSTINO, 2020). Em *O Existencialismo é um Humanismo*,

¹⁴ Fanon (2008) cita explicitamente um trecho da obra em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, diferenciando a experiência da pessoa judia e da pessoa negra no sentido de que a primeira só é como tal definida pelo opressor quando é detectada sua identidade religiosa, enquanto a segunda é determinada pelo exterior de imediato pela cor da pele.

¹⁵ Uma das passagens de *Orfeu Negro* é objeto de crítica de Fanon (2008) em *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Referindo-se a Sartre como “hegeliano nato”, Fanon (2008, p. 121) opõe-se a subsunção sugerida pro Sartre da negritude ao proletariado. Em suas palavras, (2008, p. 124), “enquanto que eu, no paroxismo do vivido e do furor, proclamo isto, Sartre me lembra que minha negritude é apenas um tempo fraco”.

Sartre inicia sua exposição definindo “[...] o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana” (1970, p. 2). O existencialismo sartreano, influenciado pela fenomenologia, centra a experiência corporificada e situada do sujeito para afirmar que a existência precede a essência (SARTRE, 2007).

Ao fazer esta afirmação, Sartre contrapõe-se a filósofos como Kant, Diderot e Voltaire, que defendiam que o homem possui uma natureza humana universal, isto é, que pode ser encontrada em todos os homens. Para estes pensadores, haveria uma natureza compartilhada da qual cada ser humano seria um exemplo particular. Todos considerariam, portanto, a existência de uma essência anteriormente definida e universalmente compartilhada. A proposta sartreana inverte este raciocínio:

O que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de alguma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. Assim, não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la.¹⁶ O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência, como ele se quer após esse impulso para a existência. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que chamamos de subjetividade: a subjetividade que nos acusam (SARTRE, 1970, p. 4).

Jean-Paul Sartre, assim como Frantz Fanon, foi influenciado pelo marxismo, o que conferiu grande destaque à ação na sua filosofia, expressando seu compromisso com o pensamento e a ação para a transformação da realidade (ARANTES, 2011). Apesar disso, em *O Existencialismo é um Humanismo*, Sartre (1970) responde a críticas marxistas que consideravam o existencialismo uma filosofia contemplativa – e, como tal, burguesa –, ao rejeitarem seu caráter engajado.

Respondendo a tais objeções, Sartre (1970) propõe um conceito de responsabilidade em termos de ação e engajamento. Se o ser humano não possui uma essência prévia, e constitui-se naquilo que faz de si mesmo, a responsabilidade pelas ações é, conseqüentemente, central para o pensamento existencialista. Pensar a responsabilidade como engajamento alude à ideia de agir, isto é, a uma doutrina da ação. Como bem expresso nas palavras de Arantes,

Há uma contínua e necessária interação entre os homens. Sartre fala, aqui, em responsabilidade - de um *engagement* que implica assumir uma posição diante de uma ação concreta perante nós mesmos e os outros. [...] É esse compromisso com a

¹⁶ Aqui Sartre refere-se especialmente ao existencialismo ateu, ao qual filia-se.

liberdade, em que cada homem realiza um tipo de humanidade, que Sartre assume uma responsabilidade frente aos povos oprimidos durante o processo de colonização e partilha do mundo pelos países europeus. Portanto, serve-se agora do existencialismo como doutrina da ação (ARANTES, 2011, p. 386-387, grifo do autor).

Nesse sentido, Sartre defende que a realidade só existe na ação e que o ser humano é aquilo que realiza – inclusive perante escolhas morais. A moral no existencialismo está também fundada na ação e no engajamento. Quando o ser humano se encontra diante de dilemas morais, o que se experimenta é angústia e desamparo. Isso porque não há, para Sartre, uma moral prévia ou um Deus que, *a priori*, possa guiar a ação ou garantir a essência do ser humano como um ser inerentemente bom. Nas suas palavras, “você é livre; escolha, isto é, invente. Nenhuma moral geral poderá indicar-lhe o caminho a seguir; não existem sinais no mundo” (SARTRE, 1970, p. 8-9).

Esta ausência de preceito moral prévio ou de garantia sobre a essência moral do ser humano é o que leva, no pensamento sartreano, a responsabilidade ao extremo. Isso não significa que Sartre pense a liberdade como a escolha ilimitada do sujeito; ao contrário, ele reconhece que existem limites objetivos e subjetivos *a priori* para ação humana. O que busca defender é que a responsabilidade é tal que o ser humano torna-se aquilo que escolhe ser dentro da sua experiência concreta e situada. O filósofo reconhece que tamanho realismo pode vir a causar angústia, pois “o que as pessoas, obscuramente, sentem, e que as atemoriza, é que o covarde que nós lhe apresentamos é culpado por sua covardia. O que as pessoas querem é que nasçamos covardes ou heróis” (SARTRE, 1970, p. 11).

Em que pese anteriormente tenha destacado a influência do marxismo no pensamento sartreano, presente sobretudo no enfoque sobre a ação e no prefácio de *Os Condenados da Terra*, Sartre afasta-se da doutrina materialista para elaborar outro ponto central do existencialismo: a subjetividade. A subjetividade sartreana – embora naturalmente diga respeito ao âmbito do indivíduo, como toda subjetividade – não é totalmente individual. Outro é condição da própria existência do sujeito para o existencialismo; isto é, o sujeito se percebe enquanto alguma coisa somente se os outros o reconhecerem também. Nas palavras do autor,

Assim, o homem que se alcança diretamente pelo *cogito* descobre também todos os outros, e descobre-os como sendo a própria condição de sua existência. Ele se dá conta de que só pode ser alguma coisa (no sentido em que se diz que alguém é espirituoso, ou é mau ou é ciumento) se os outros o reconhecerem como tal. Para obter qualquer verdade sobre mim, é necessário que eu considere o outro. O outro é indispensável à minha existência tanto quanto, aliás, ao conhecimento que tenho de mim mesmo. Nessas condições, a descoberta da minha intimidade desvenda-me, simultaneamente, a existência do outro como uma liberdade colocada na minha

frente, que só pensa e só quer ou a favor ou contra mim. Desse modo, descobrimos imediatamente um mundo a que chamaremos de intersubjetividade e é nesse mundo que o homem decide o que ele é e o que são os outros (SARTRE, 1970, p. 13).

A subjetividade é, portanto, para Sarte, uma intersubjetividade. O reconhecimento do ser humano acerca de si mesmo só é possível a partir do reconhecimento dos outros de sua existência e dos elementos que a marcam, com base em suas ações. No *cogito* de si mesmo e também dos outros seres humanos, o ser humano define a si mesmo ao mesmo tempo em que sua subjetividade é influenciada pelo reconhecimento pelos demais. Este elemento do pensamento sartreano, associado à importância do engajamento e da ação, são pontos de diálogo com o pensamento de Fanon (FAUSTINO, 2020).

2. O PENSAMENTO DE FRANTZ FANON

Frantz Fanon foi um intelectual e militante dedicado à luta pela libertação do racismo, capitalismo e colonialismo. Psiquiatra martinicano engajado na Frente de Libertação Nacional (FLN) na Argélia, Fanon foi influenciado por Aimé Césaire (CÉSAIRE, 2010), pelo marxismo, pela psicanálise e também por Jean-Paul Sartre, mesmo tecendo críticas ao último. Suas obras mais recentemente popularizadas em português são *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), originalmente publicada em 1952, e *Os Condenados da Terra* (1968). Embora exista uma tendência da literatura em abordar o pensamento fanoniano como um “Fanon jovem”, tipicamente psiquiatra em *Pele Negras, Máscaras Brancas*, e um “Fanon maduro”, maiormente revolucionário em *Os Condenados da Terra*, Faustino (FAUSTINO, 2018) sugere a leitura da obra do autor como uma continuidade de pensamento.

A análise desta seção centra-se na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, conferindo especial destaque ao seu capítulo 5, *A experiência vivida do negro*, em função dos diálogos que Fanon traça diretamente com Sartre nesta seção. O capítulo foi originalmente escrito em 1951 e publicado em maio do mesmo ano na revista *Espirit*, vindo a formar parte do livro posteriormente, em 1952 (GORDON, 2015).

Segundo Lewis R. Gordon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon propõe um giro na forma de teorizar sobre o racismo e sobre o colonialismo ao propô-los como “[...] modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele”. Racismo e colonialismo são, assim, modos de ver e viver o mundo fundados sobretudo na negação do reconhecimento do Outro – isto é, da humanidade da pessoa negra sob o olhar branco colonizador, quem inaugura sua construção racial baseada na inferioridade. Diante disso, “a luta contra o racismo anti-negro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para entrar na dialética do Eu e do Outro” (GORDON, 2008, p. 15-16). A radicalidade do pensamento fanoniano é tal que, sendo o

racismo e o colonialismo um modo de conceber o mundo e agir sobre ele, sua solução implicaria “[...] uma reestruturação do mundo” (FANON, 2008, p. 82).

Pele Negra, Máscaras Brancas foi inicialmente escrita como a tese de doutorado de Fanon, intitulada *Essay on the Disalienation of the Black*, cuja submissão foi rejeitada por seu orientador (GORDON, 2015). Tendo rapidamente escrito uma segunda tese de doutorado, Fanon publica a primeira em formato de livro posteriormente. Nas palavras do autor, seu objetivo ao escrevê-la não era provar a condição de igualdade entre pessoas negras e brancas, mas abordar as consequências produzidas pela violência do racismo e do colonialismo:

Sim, como se vê, fazendo-se apelo à humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor, à caridade, seria fácil provar ou forçar a admissão de que o negro é igual ao branco. Mas nosso objetivo é outro. O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial (FANON, 2008, p. 44).

Dentre outros diversos temas trabalhados no livro, existência e ontologia são temas centrais no pensamento fanoniano. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, o autor ressalta que a construção racial da negritude é inaugurada pelo branco; isto é, é o olhar branco colonizador que busca construir racialmente a pessoa negra com base na inferioridade e na negação da humanidade. Nas palavras do autor, “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90). É também por isso que Fanon trata o racismo como uma questão ontológica e existencial. Segundo ele, “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. [...] aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (2008, p. 30). Esse desvio existencial pode ser entendido como uma objetificação que torna impossível uma ontologia negra em sociedades colonizadas:

Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. [...] qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há, na *Weltanschauung* de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar, argumentando que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas, na verdade, está se mascarando um problema fundamental. A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. [...] Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretenciosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 103-104).

Consequência da impossibilidade ontológica da pessoa negra diante do olhar branco racista e colonizador é a negação da sua humanidade, isto é, sua qualificação como um

“objeto inessencial” (FAUSTINO, 2018, p. 6). Fanon descreve, no capítulo *A experiência vivida do negro*, tentativas de existir e ser reconhecido em sua humanidade na França. No entanto, como o racismo aparece como um “modo normal de humanidade”, e suas tentativas de resistir face às construções normativas e ontológicas da branquitude fracassam (GORDON, 2015, p. 50). Vivendo a negação da sua humanidade, explica: “cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (FANON, 2008, p. 103).

Ainda:

Nessa época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito longe do meu estar-aqui, constituindo-me como objeto. O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? No entanto, eu não queria esta reconsideração, esta esquematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente. [...] Queria ser homem, nada mais que um homem (FANON, 2008, p. 106).

Fanon foi influenciado pelo pensamento marxista, pela psicanálise e pelo existencialismo, e aportou com originalidade críticas a estas correntes de pensamento. Como psiquiatra, trabalhou extensivamente os efeitos psicológicos do racismo e da violência colonial. Para tanto, elaborou críticas às matrizes europeias da psicanálise freudiana (FAUSTINO, 2018). O mesmo pode-se dizer sobre a relação de Fanon com o marxismo, acerca do qual expande a relação entre dominação e classe social ao conectar capitalismo, colonialismo, racismo e modernidade:

Não se trata aqui de afirmar que o racismo é um epifenômeno das contradições de classe e muito menos que este se dissolveria diante de uma solidariedade abstrata entre os proletários do mundo,⁴ mas, sim, ao contrário, que o racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global. A posição de Fanon permite perceber o quanto essa prática de negação da humanidade não apenas se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como eixo estruturante da própria modernidade (FAUSTINO, 2018, p. 153).

A forma como Fanon dialoga com estas teorias é, portanto, “mediada por uma crítica que reconhece e se apropria daquilo que auxilia a elucidar o dilema colonial sem, contudo, deixar de apontar seus limites teóricos e políticos para, em seguida, propor, a partir dela outra maneira de abordá-la [...]” (FAUSTINO, 2020, p. 79). O mesmo acontece com a influência no pensamento fanoniano do existencialismo humanista. Ao dialogar com Sartre, Fanon vai além das propostas do autor e avança na discussão sobre subjetividade e ontologia.

3. DISCUSSÃO: DIÁLOGOS ENTRE SARTRE E FANON

Esta seção apresenta o pensamento de Sartre sobre o racismo e discute suas conexões com o pensamento de Frantz Fanon. Para tecer essas relações, parte-se do trabalho de Faustino (2020), que resume seu argumento a seguir:

De maneira geral, é possível perceber duas dimensões interdependentes do antirracismo sartreano: uma, que se efetiva pela recusa de uma ontologia racial *a priori* e, outra, pelo engajamento político contra o racismo. Para ele, não faria sentido pensar em uma “essência” negra, árabe ou judia, senão, como projeção leviana, em um primeiro momento, daqueles que a fantasiam para negar o humano diante de si, como afirma em Reflexões sobre a Questão Judaica: [...] Neste sentido, a “responsabilidade direta para com os outros homens engajados pela escolha” (SARTRE, 1970, p. 6) faz com que a ação de engajamento efetivo – e não apenas afirmações racionais – seja o parâmetro do compromisso antirracista” (FAUSTINO, 2020, p. 75-76).

Partindo das conexões já elaboradas por Faustino e buscando abordar elementos específicos dos textos *O Existencialismo é um Humanismo* e o capítulo cinco de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, apresenta-se três pontos para discussão. Em primeiro lugar, (1) a recusa de uma essência, pelo existencialismo, oportuniza a construção de uma “[...] recusa de uma ontologia racial *a priori*” (FAUSTINO, 2020, p. 75) que rejeita a fixação prévia de uma existência negra pelo olhar branco. Em segundo lugar, (2) a subjetividade existencialista como intersubjetividade constituída por meio do reconhecimento do Outro (SARTRE, 1970), e a experiência racismo como negação da participação do sujeito negro na dialética Eu-Outro (GORDON, 2008). Por último e em terceiro lugar, (3) o existencialismo como uma doutrina da ação que situa o engajamento efetivo por meio da ação como o fundamento do antirracismo (ARANTES, 2011; FAUSTINO, 2020).

O primeiro ponto de conexão retoma a ideia existencialista de que a existência precede a essência. Como já mencionado, o existencialismo humanista de Sartre baseia-se na premissa da inexistência de uma essência *a priori* do ser humano, contrapondo-se a filósofos como Kant, Voltaire e Diderot. O homem define-se por sua ação, e não há natureza universal predecessora a sua ação e engajamento no mundo:

Vimos, portanto, que ele [o existencialismo] não pode ser considerado como uma filosofia do quietismo, já que define o homem pela ação; nem como uma descrição pessimista do homem: não existe doutrina mais otimista, visto que o destino do homem está em suas próprias mãos; nem como uma tentativa para desencorajar o homem de agir: o existencialismo diz-lhe que a única esperança está em sua ação e que só o ato permite ao homem viver. Nesse plano, estamos, por conseguinte, perante uma moral da ação e do engajamento (SARTRE, 1970, p. 12).

Segundo Faustino (2020), a recusa de uma essência *a priori* do ser humano, base do existencialismo, relaciona-se às questões levantadas por Fanon acerca da existência e da

ontologia negra. Para Sartre, inexistia uma essência judia ou negra, mas apenas projeções por parte daquele que constitui a identidade fixa do outro. De maneira correlata, uma das críticas de Fanon – que ele estende ao movimento da negritude (FAUSTINO, 2020)¹⁷ – é a imobilização da inferioridade negra a partir da construção racial pelo branco colonizador. O antirracismo, para Fanon, implica não aceitar imposições essencialistas *a priori*:

O verdadeiro “racismo antirracista”, para Fanon, não está na adoção autoenganadora de uma pseudo-essência negra, mas sim a manutenção do negro, mesmo que de forma invertida e bem-intencionada, na esfera coisificada do em-si, enquanto expressão da natureza e do passado. Essa crítica, óbvio, não se dirige apenas a Sartre, mas, principalmente, ao movimento de negritude, entretanto, encontrou no filósofo francês um eco quase paternalista (FAUSTINO, 2020, p. 93).

O segundo ponto de diálogo remete à intersubjetividade existencialista e à ontologia como um dos centros do pensamento de Fanon (2008). O quinto capítulo de *Pele Negra, Máscaras Brancas, A experiência vivida do negro*, descreve a violência da objetificação da pessoa negra pelo olhar branco racista, a negação da sua humanidade e o sofrimento psíquico enfrentado em face da irracionalidade do comportamento racista. O texto descreve os esforços, por parte do narrador, em constituir sua existência diante do “olhar branco” que cria um “esquema epidérmico-racial” de classificação do mundo e enclausura a pessoa negra na inferioridade e destituição da humanidade (2008, p. 104-105). Assim Fanon explicita:

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incerteza (FANON, 2008, p. 104).

Para Sartre (1970, p. 12), a subjetividade é também uma intersubjetividade, pois “o outro é indispensável à minha existência tanto quanto, aliás, ao conhecimento que tenho de mim mesmo”. O sujeito reconhece-se a si mesmo a partir do reconhecimento que lhe é feito por outros sujeitos. Fanon, por sua vez, descreve a experiência do racismo como a negação constante, pelo Outro, do seu próprio reconhecimento. Sua experiência como homem negro no mundo branco é de rejeição da sua participação, seja quando respondia na tentativa de racionalizar o racismo, ou quando optava por responder aos ataques também pela irracionalidade. Diante do olhar branco, explica descobrir-se “[...] objeto em meio a outros objetos” (FANON, 2008, p. 103). Como homem negro na França, Fanon vive o questionamento dos seus sistemas de referência intersubjetivos em função do não

¹⁷ Nas palavras de Deivison Faustino (2020, p. 78), “Fanon reconhecia a legitimidade histórica da luta antirracista e dos movimentos de afirmação cultural diante da negação colonial na medida em que eles confrontam os valores racistas europeus, sem, contudo, abrir mão de apontar-lhes os limites históricos, políticos, teóricos e ideológicos.”

reconhecimento da sua subjetividade pelo Outro, nos termos colocados por Sartre. Ou, ainda, como explicado por Faustino (2020, p. 88), enfrenta “a noção ocidental de humano depende da negação sistemática de humanidade dentro e fora da Europa. O colonizado é alguém cujo a humanidade e racionalidade jamais é reconhecida (FAUSTINO, 2020c)”.

O terceiro e último diálogo reside na concepção do existencialismo como uma doutrina da ação e do engajamento e sua relação com a luta antirracista. Para Sartre (1970), inexistindo uma essência *a priori*, o ser humano se constitui na ação. As escolhas dos indivíduos sempre se dão em um contexto concreto de suas possibilidades, no qual exercem sua liberdade situada. Uma pessoa é corajosa porque age com coragem; no mesmo sentido, é racista ou antirracista porque sua conduta no mundo se dá como tal. Como exemplo disso, Sartre condena a conduta dos europeus sobre o neocolonialismo africano, denunciando sua solidariedade em face da falta de ação no prefácio de *Os Condenados da Terra*:

Mas, direis vós ainda, vivemos na Metr pole e reprovamos os excessos.   verdade: não sois colonos, mas não sois melhores do que eles. [...] V s, tão liberais, tão humanos, que levais o amor da cultura at o o preciosismo, fingis esquecer que tendes col nias e que nelas se praticam massacres em vosso nome. Fanon revela a seus camaradas – a alguns dentre eles, sobretudo, que continuam um pouco ocidentalizados demais – a solidariedade dos “metropolitanos” e de seus agentes coloniais. (SARTRE, 1968, p. 8).

Partindo desta premissa, reitera-se o argumento de Faustino (2020, p. 75), segundo o qual a ênfase na a o no existencialismo sartreano, baseada na “[...] ‘responsabilidade direta para com os outros homens engajados pela escolha’ (SARTRE, 1970, p. 6), faz com que a a o de engajamento efetivo – e não apenas afirma es racionais – seja o parâmetro do compromisso antirracista”. Para Fanon, a supera o da condi o de objeto se d  pela práxis revolucionária, que pode ser realizada pelos próprios colonizados (2018, 2021). Está ênfase na a o também   constante em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, mesmo que em menor grau se comparada a *Os Condenados da Terra*.

4. CONSIDERA ES FINAIS

Buscou-se, neste capítulo, apresentar uma revisão dos diálogos possíveis entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, partido de duas obras específicas: *O Existencialismo é um Humanismo* e *Pele Negra, Máscaras Brancas*. A análise foi fundamentada na produ o destes dois pensadores e também na de teóricos especialistas em Frantz Fanon, com destaque para o trabalho de Deivison Faustino (2018; 2020; 2021). Sugere-se, retomando estes trabalhos, tr s possíveis conexões: a premissa existencialista de que a existência precede a essência e a impossibilidade de uma ontologia negra *a priori*; a intersubjetividade existencialista e a

experiência do racismo, descrita por Fanon, como a negação da existência pelo não reconhecimento do Outro; e o existencialismo como uma doutrina da ação que solidifica as bases do antirracismo na ação e no engajamento, e não nas afirmações discursivas.

Em síntese, propõe-se que a forma como Sartre pensa a existência e a subjetividade constituem um possível fundamento do antirracismo em sua obra (FAUSTINO, 2020). Ao defender que a existência precede a essência, o autor sedimenta bases para a rejeição de uma identidade negra ou judaica fixada *a priori*. Para Sartre (1970), o existencialismo atribuíra ao homem a dignidade de não transformá-lo em objeto, permitindo que a existência fosse constituída pela ação e, a princípio, rejeitando a destituição da humanidade. Como tal, o existencialismo, enquanto uma doutrina da ação, torna o ser humano é responsável por suas ações e suas implicações morais. Com isso, oferece o ponto de partida pelo qual o compromisso antirracista deve ser guiado pela escolha e pela ação, e não por somente afirmações discursivas (FANON, 2008; FAUSTINO, 2020). Estes elementos comunicam-se com as proposições de Fanon que, de maneira crítica, vai além: ao abordar a experiência do racismo, descreve uma existência que diante de um olhar branco que cria um esquema epidérmico-racial de classificação do mundo e enclausura a pessoa negra na inferioridade e destituição da humanidade.

O objetivo do trabalho não foi esgotar os diálogos possíveis entre o pensamento sartreano e fanoniano. Há outras conexões possíveis de serem elaboradas, sobretudo se adotada uma maior abrangência das obras analisadas. Em *Os Condenados da Terra*, por exemplo, Sartre (1968) dialoga diretamente com Fanon ao escrever o prefácio do livro. Ainda em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008) tece diversas críticas diretas a Sartre, opondo-se à ideia de que a classe e o proletariado sobrepõem-se sobre a raça, e distinguindo a experiência do racismo anti-negro da discriminação anti-semita, da qual Sartre foi vítima. Espera-se, a despeito das lacunas inevitavelmente deixadas, ter construído um guia introdutório para o pensamento dos dois autores, encaminhando o leitor para seus argumentos centrais e para as obras daqueles que se dedicam a interpretá-los.

REFERÊNCIAS

ARANTES, M. A. Sartre e o humanismo racista europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon. *Sociologias*, [s. l.], v. 13, n. 27, p. 382–409, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200014&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 14 Abr. 2023.

CÉSAIRE, A. **DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO**. Tradução: Anísio Garcez Homem. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, Livros & Livros, 2010.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. M. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. **Revista de Filosofia Aurora**, [s. l.], v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/28065>. Acessado em: 14 Abr. 2023.

FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 148–163, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288/12963. Acessado em: 14 Abr. 2023.

FAUSTINO, D. M. SARTRE, FANON E A DIALÉTICA DA NEGRITUDE: DIÁLOGOS ABERTOS E AINDA PERTINENTES. **EntreLetras**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 74–101, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/download/9951/17566/48963>. Acessado em: 14 Abr. 2023.

GORDON, L. R. **What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought**. New York: Fordham University Press, 2015.

GORDON, L. R. Prefácio. In: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 11-25.

SARTRE, J. Prefácio. In: FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 1-22.

SARTRE, J. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradução: Rita Correia Guedes. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SARTRE, J. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução: Paulo Perdigão. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SCHMIDT, M. L. S. Sartre e a questão do preconceito. **Imaginário**, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 365-381, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200016. Acessado em: 14 Abr. 2023.

CAPÍTULO 11

O ECOSSOCIALISMO COMO ALTERNATIVA À CRISE SOCIOAMBIENTAL PROVOCADA PELO CAPITALISMO

Douglas Menezes de Oliveira
Sonia Vanessa Langaro

RESUMO

Neste capítulo, realiza-se um estudo bibliográfico sobre a centralidade da alternativa ecossocialista proposta pelo cientista social Michael Löwy diante de um contexto de crise civilizacional provocada pela expansão capitalista. Para tanto, o artigo dividiu-se em duas partes. A primeira parte dedica-se em fazer uma análise da atual crise ecológica na sociedade contemporânea e os dilemas da proposta do desenvolvimento sustentável como alternativa política para conter os colapsos ambientais no século XX. Na segunda parte, apresenta-se o ecossocialismo como uma alternativa à crise socioambiental para a construção de novo projeto de sociedade pautada em princípios do socialismo e da ecologia. Por se tratar de uma problemática atual que abrange toda população mundial, o ecossocialismo é uma aposta teórico-prática que pretende contornar a crise civilizacional vivenciada pela humanidade no limiar do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Colapso socioambiental. Desenvolvimento sustentável. Crise capitalista. Ecossocialismo.

1. INTRODUÇÃO

O colapso ambiental na sociedade contemporânea é um fato incontestável, tendo como gênese destrutiva o modo de produção capitalista. A busca desenfreada pela acumulação capitalista, combinada com a exploração dos recursos naturais limitados, se coloca como um dos fatores que influenciaram diretamente nos impactos ambientais, ameaçando a sobrevivência humana no planeta.

Neste contexto, analisar a problemática socioambiental e pensar em caminhos para a construção de um novo projeto de sociedade que fuja da lógica perversa do capital deve ser um objeto de reflexão mundial tanto no espaço acadêmico, quanto nas relações cotidianas. O processo de expansão e acumulação capitalista está a todo vapor e o cenário socioambiental atingiu índices alarmantes em escala mundial, pois a sociedade contemporânea uma era catastrófica sem precedentes na história.

Diante dessa preocupação, o resultado deste estudo parte de uma investigação sobre a atual conjuntura das crises capitalista e ecológica, buscando suporte na teoria marxista do ecossocialismo como horizonte de intervenção na realidade social. A ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e flora e o aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes fizeram

com que a questão ambiental ocupasse um lugar de destaque nos debates internacionais da agenda política dos Estados.

A destruição gradativa do meio ambiente promove uma situação de extrema complexidade social, uma vez que as pessoas se tornam reféns de práticas perversas de manuseio da natureza. O século XXI demarcou grandes desafios para a sociedade em relação à forma de lidar com as atuais condições impostas pela lógica capitalista. As questões ambientais têm sido uma preocupação política, mas não a prioridade diante dos assuntos relacionados à dimensão econômica.

Nesse sentido, o ecossocialismo emerge como uma possibilidade corrente de ação prática de transformação significativa da sociedade, que vem sendo fragilizada conforme as ações do processo de racionalização do capitalismo como sistema de desenvolvimento hegemônico no mundo ocidental. Como defende Michael Löwy, o ecossocialismo pretende fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo do capitalismo” (LÖWY, 2009, p. 35).

Em vista disso, há uma ampliação de análises acerca desta realidade socioambiental. Cabe ressaltar que uma parte significativa de tais estudos converge para a construção de estratégias de planejamento que pretendem contornar o desequilíbrio ecológico. Nesta direção, a investigação proposta visa lidar com a abordagem introdutória do material bibliográfico em torno de tais preocupações e direcionar alternativas para a intervenção social. A importância desta reflexão pode ser o ponto de partida para uma proposta mais ampla de transformação social a partir da própria sociedade impactada pela lógica do desenvolvimento capitalista.

2. O CENÁRIO GLOBAL EM CRISE: OS DILEMAS DA SUSTENTABILIDADE

A busca desenfreada pelo lucro e acumulação capitalista empresarial, combinada com a exploração dos recursos naturais, é um dos fatores que determinaram, de forma direta, os impactos socioambientais, ameaçando a sobrevivência humana.

Há alguns anos, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro de nossos netos ou bisnetos, algo que estaria num futuro longínquo, dentro de cem anos. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudanças climáticas se acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos discutindo processos que já estão em curso – a catástrofe já começa, esta é a realidade (LÖWY, 2013, p. 80).

A questão ecológica não possuía uma preocupação central na agenda política e uma urgência imediata como nos dias atuais. A preocupação em relação ao meio ambiente ganhou

magnitude mundial e passou a ser devidamente reconhecida a partir do momento em que a destruição ambiental atingiu índices alarmantes. Löwy (2013) destaca ainda os sinais do processo destrutivos:

Eles são múltiplos e convergentes: crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares – Fukushima! – e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas, “vaca louca”; secas em escala planetária, escassez de grãos, encarecimento dos alimentos. Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista e industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis (LÖWY, 2013, p. 80).

As medidas estratégicas em busca de controlar a crise ecológica são evidenciadas a partir da década de 1970, com a proposta de promover um desenvolvimento sustentável (GIDDENS, 2010). As políticas internacionais e entidades vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais, a Convenção de Viena, a Convenção das Mudanças Climáticas, o Protocolo de Kyoto e as Conferências de Copenhague tiveram como proposta conciliar o meio ambiente e o modo de destrutivo de produção capitalista.

As discussões para a conceituação da proposta sustentável foram a base da criação da primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovida em 1972 pela ONU, em Estocolmo, na Suécia. Em 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Anos depois, em 1987, a comissão, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, consolidava um dos mais importantes documentos do nosso tempo, a saber, o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, responsável pelas primeiras conceituações oficiais, aperfeiçoadas e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável, se consolidando como principal norte mundial.

No Brasil, em 1992, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reconheceu a importância de assumir a ideia da sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento econômico, contribuindo para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, reafirmando o compromisso de promover uma “economia verde”.

A realização do Eco-92 (ou Rio 92) foi a maior conferência já realizada, abrindo caminho para o Protocolo de Kyoto, em 1997. Posteriormente, a Rio + 20 foi aprovada pela Assembleia Geral no ano de 2009 e realizada em junho de 2012 no Brasil, tendo como principal objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável,

por meio da avaliação do “progresso” e das lacunas das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o tratamento de temas novos e emergentes. O propósito do compromisso político de chefes de Estado e Governo era acabar com a fome e a pobreza, gerando uma produção limpa e inclusiva para garantir o futuro das novas gerações.

As políticas internacionais de intervenção na realidade socioambiental são pautadas em torno do esgotamento dos recursos naturais. A proposta de conciliação entre a produção econômica e o meio ambiente defendido nos relatórios das conferências do clima tem se mostrado incapaz de preservar o meio ambiente e de assegurar os principais fatores dramáticos provocados pelo aquecimento global.

A expansão capitalista tem provocado impactos incalculáveis no meio ambiente. Apesar dos esforços, a busca incessante pela acumulação do capital ainda é a prioridade da agenda política internacional. Um dos grandes impasses da proposta do desenvolvimento sustentável é a forma de lidar com a questão das mudanças climáticas. O resultado da conferência da Rio-92 procedeu à abertura para a criação da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (COP). Esta cúpula de discussão tem como principal objetivo a redução e estabilização de emissão de gases de efeito estufa. O debate ganhou visibilidade durante o Protocolo de Kyoto, realizado no Japão, em 1997.

Os relatórios apresentados estabeleceram compromissos de repasses financeiros aos países de maior poder aquisitivo para programas ambientais e a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) também teve um grande impasse por parte da omissão política e, conseqüentemente, não foi cumprida. Segundo Löwy (2013), a redução e/ou privação da emissão de CO₂ por partes das empresas, firmado no Protocolo de Kyoto, assumiu uma postura fracassada no enfrentamento ao aquecimento global, visto que:

As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar de outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria "a solução" do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental - uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana (LÖWY, 2013, p. 81).

Diante dos desafios de uma era dramática marcada pelas crises ambientais, econômicas e sociais, destaca-se algumas questões pertinentes em relação ao desenvolvimento sustentável, sobretudo, à proposta de conciliação entre as atividades econômicas e a conservação do meio ambiente, que já na primeira conferência, em 1972, presidida em Estocolmo, demonstrava a incapacidade de vigorar no seio da sociedade

capitalista. A ideia da sustentabilidade é vista apenas como um negócio que beneficia a lógica empresarial de produção econômica (ALMEIDA, 2002).

A própria pergunta de como conciliar a atividade econômica com a conservação dos sistemas ambientais já se mostra incoerente. O desenvolvimento sustentável se apresenta como uma ideologia que mantém, na sua base estrutural, a continuidade reguladora do sistema de produção capitalista. A manutenção e o fortalecimento do capitalismo frente ao meio ambiente devastado indicam que as práticas capitalistas têm garantido ainda mais as crises ambientais, no sentido de destruição máxima. A consequência é o aniquilamento do bem mais precioso da humanidade, a saber, o *habitat natural*, em transformação de mercadorias para satisfazer o mercado mundial e a lógica de acumulação capitalista que segue em ritmo de constante exploração (LÖWY, 2013).

As implicações do aquecimento global são o derretimento das geleiras, a elevação do nível do mar com o desaparecimento de certas ilhas habitadas e cidades costeiras, a ocorrência de chuvas fortes em alguns lugares e a sua ausência em outros. As consequências se farão sentir também com a escassez de água em certas regiões e a queda da produção de alimentos, causando graves problemas na vida de grande parcela mundial. Como se pode analisar nas ponderações de Rodrigues:

O capital se preocupa com a possibilidade de esgotamento de alguns elementos da natureza. Poder-se-ia indagar se o esgotamento de riquezas naturais provocaria a derrocada do capital. Poderia provocar, a meu ver, crises para alguns capitalistas, alterar o domínio e o poder de alguns setores do capital e de alguns países, mas não provocaria crise geral do capital, do capitalismo, pois os problemas de “meio ambiente” são produtos do sucesso do modo de produção capitalista, do avanço das tecnologias, e não de crises do capitalismo. A procura de maior rendimento, de produção de mais e mais mercadorias, acelera a produção destrutiva, a destruição da biodiversidade e da sociodiversidade (RODRIGUES, 2009, p. 191).

O problema da proposta da sustentabilidade baseia-se na forma mercadológica da relação entre a natureza e a produção de mercadorias. As bases da sustentabilidade defendidas por chefes de Estados, Governos e empresários estão sustentadas por um tripé: 1) produção intensa; 2) consumir o que é produzido, e 3) reposição dos recursos naturais, fundamentando, assim, um ciclo de produção, consumo e recomposição. Segundo Löwy, “as tentativas de soluções *moderadas* se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico” (LÖWY, 2013, p. 81).

Acerca da necessidade de ruptura do modo de produção capitalista diante da normatização que o mesmo imprime nas relações sociais, Löwy propõe uma busca constante rumo à determinação de uma nova ordem social, propondo a alternativa ecossocialista como

um novo modelo de sociedade, pautada nas condições de um “socialismo ecológico”, tendo sempre por prioridade uma proposta de assegurar a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

3. A ALTERNATIVA ECOSSOCIALISTA À CRISE SOCIOAMBIENTAL

A temática ambiental não era a centralidade na obra Marx (2013), sendo que seu enfoque se voltava à crítica radical ao modo de produção capitalista moderno. Nestas circunstâncias, não significa que a teoria marxiana sobre as condições no presente não possam fundamentar uma discussão significativa para a crise ecológica global.

A crítica anticapitalista produzida por Marx no século XIX influenciou de forma direta o pensamento de Löwy no século seguinte, uma vez que a caracterização do modelo civilizatório capitalista, sustentado no paradigma do “progresso”, tem acarretado catástrofes jamais vistas. Diante do exposto, Löwy explica que:

O ecossocialismo implica uma crítica profunda, uma crítica radical das experiências e das concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo. Isso nos exige, também, uma reflexão crítica sobre a herança marxista, o pensamento e a tradição marxista, sobre a questão do meio ambiente (LÖWY, 2013, p. 82).

O *Manifesto Ecosocialista Internacional* publicado, inicialmente, como editorial, na revista *Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology*, em março de 2002, sob direção de James O’Connor, traduzido para o Brasil em 2003, com 47 assinaturas de ambientalistas brasileiros, retrata a seguinte alerta à população mundial:

O século XXI se inicia com uma nota catastrófica, com um grau sem precedentes de desastres ecológicos e uma ordem mundial caótica, cercada por terror e focos de guerras localizadas e desintegradoras, que se espalham como uma gangrena pelos grandes troncos do planeta (África Central, Oriente Médio, América do Sul e do Norte), ecoando por todas as nações. Na nossa visão, as crises ecológicas e o colapso social estão profundamente relacionados e deveriam ser vistos como manifestações diferentes das mesmas forças estruturais. As primeiras derivam, de uma maneira geral, da industrialização massiva, que ultrapassou a capacidade da Terra de absorver e conter a instabilidade ecológica. O segundo deriva da forma de imperialismo conhecida como globalização, com seus efeitos desintegradores sobre as sociedades que se colocam em seu caminho. Ainda, essas forças subjacentes são essencialmente diferentes aspectos do mesmo movimento, devendo ser identificadas como a dinâmica central que move o todo: a expansão do sistema capitalista mundial. Rejeitamos todo tipo de eufemismos ou propaganda que suavizem a brutalidade do sistema: todo mascaramento de seus custos ecológicos, toda mistificação dos custos humanos sob os nomes de democracia e direitos humanos. Ao contrário, insistimos em enxergar o capital a partir daquilo que ele realmente fez. Agindo sobre a natureza e seu equilíbrio ecológico, o sistema, com seu imperativo de expansão constante da lucratividade, expõe ecossistemas a poluentes desestabilizadores, fragmenta *habitats* que evoluíram milhões de anos de modo a permitir o surgimento de organismos, dilapida recursos, e reduz a vitalidade sensual da natureza às frias trocas necessárias à acumulação de capital (KOVEL; LÖWY, 2008, p. 13).

O referido manifesto expressa, em poucas páginas, uma preocupação sobre os impactos do modo de produção capitalista rumo ao abismo destrutivo. Trata-se de uma reivindicação social, sustentada numa abordagem anticapitalista que anuncia a emergência para a reavaliação do atual cenário caótico no limiar do século XXI.

A problemática socioambiental é marcada pelo temor da humanidade sobre a possibilidade de sua própria extinção. Trata-se de um colapso em todas as esferas da vida social, ou seja, o ecossocialismo passa a ser uma alternativa de intervenção na realidade social (LÖWY, 2014).

As transformações na sociedade atingiram o ápice da Revolução Tecnológica e, ao mesmo tempo, provocaram, de forma drástica, atrocidades sem precedentes ao meio ambiente. A alternativa ecossocialista é uma aposta de um novo projeto de sociedade pautado na fusão entre os aspectos ecológico e o socialismo na luta direta contra o capitalismo (LÖWY, 2005). Longe de ser uma abordagem determinista, o diagnóstico apresentando do atual cenário direciona o olhar crítico para a necessidade de construir medidas permanentes que visam assegurar a sobrevivência da humanidade.

Apesar de a alternativa ecossocialista ter uma breve sistematização teórica, não é um horizonte puramente acadêmico, voltado apenas aos intelectuais na sociedade. Esta teoria está direcionada para diferentes grupos sociais, como as comunidades que prezam o respeito e o cuidado com o meio ambiente, como os povos indígenas e camponeses, que exercem uma relação simétrica no seu cotidiano (MEDEIROS, 2013).

Löwy, então, direciona a atuação dos movimentos sociais e ecológicos contemporâneos a promover uma intervenção radical na lógica de produção capitalista, a fim de conter a catástrofe em curso. Diante disso, seria possível pensar na proposta de um horizonte futuro no ecossocialismo?

O ecossocialismo pauta-se na análise construtiva de um novo projeto de sociedade com princípios de conservação ambiental, tendo como foco os elementos de transição como via de assegurar a justiça social, a liberdade, a produção coletiva dos meios de produção e, principalmente, a defesa do meio ambiente. No entanto, é necessário promover rupturas em defesa da preservação do meio ambiente pautada em uma nova ética.

A ética ecossocialista defendida por Löwy pode ser definida a partir das seguintes concepções: a) ética social (novo paradigma de produção e distribuição); b) ética igualitária (apropriação dos meios de produção coletiva); c) ética democrática (liberdade e socialização

democrática das forças produtivas); d) ética responsável (manutenção da espécie humana e da biodiversidade), e) ética radical (refere-se à construção de um novo projeto de sociedade).

A participação dos movimentos sociais garante aos indivíduos grandes possibilidades de modificarem os problemas atuais que vêm atingindo índices prejudiciais à saúde, ao lazer e à qualidade de vida, entre outros aspectos que estão relacionados à condição social de cada realidade.

A garantia de uma condição favorável para a construção de um novo projeto de sociedade dá-se pelo viés de uma mudança de paradigma social e de forma participativa, garantindo a superação dos problemas presentes nas sociedades impactadas pelo estilo de desenvolvimento econômico adotado.

Mas não basta ficar apenas no campo das ideias, teorizando uma possível condição melhor para a humanidade ou antecipar a construção de uma nova sociedade, pois deve-se colocar em prática ações para a transformação da realidade social. Como conclui Löwy, “se ficarmos só nisso, porém, seremos criticados como utópicos. Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro, e a imagem de outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente” (2013, p. 83).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de um novo projeto de sociedade, sustentado nas bases do ecossocialismo, jamais acontecerá de forma “natural” com os efeitos da autodestruição do capital, por isso, também passa ser imprescindível a participação dos movimentos sociais e ambientais contemporâneos, transcendendo, dessa forma, a solidificação da proposta ecossocialista, tornando-se, assim, uma possível alternativa pela via revolucionária.

A participação social é o componente primordial neste processo de construção de um novo projeto de sociedade. É necessário pensar em alternativas radicais que projetam outro horizonte histórico, além do capitalismo e de suas regras de acumulação, mediadas pelo mercado. Diante destes fatores catastróficos e preocupantes que afligem toda a população mundial, vem o seguinte questionamento: para onde a sociedade está caminhando? Nota-se que não há resposta plausível para justificar esta iminente destruição, senão a ambição capitalista de aumentar cada vez mais a riqueza material.

Nesse sentido, retorna-se a proposta crítica da teoria marxiana, porém, com precauções adaptadas à época atual, como aponta Löwy, para a suspensão do controle social oferecido pelo capital e, em sua re colocação, a alternativa ecossocialista como orientação de uma nova

ordem, que prioriza a justiça social e, principalmente, a defesa da preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Portanto, não tomar conhecimento destas questões e deixar de pensar em alternativas concretas para conter a catástrofe anunciada é abrir mão de nossa cidadania universal e da condição de humanidade.

O planeta Terra é único e deve ser preservado, pois ainda a população não é munida de alta tecnologia e nem condições físicas para suportar viver em colônias construídas em Marte. No entanto, algumas empresas e poderosos capitalistas norte-americanos já estão estudando e explorando tais possibilidades. Como se não bastasse destruir o planeta Terra, agora querem expandir o império capitalista em outros planetas no universo?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KOVEL, J.; LÖWY, M. Manifesto Ecosocialista Internacional. In: BARBOSA, G. **A crise ambiental planetária e o ecosocialismo** (Cartilha). Fortaleza: Associação Alternativa Terrazul, 2008, p.01-19. Disponível em: http://www.alternativaterrazul.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Cartilha_Ecosocialismo.pdf. Acessado em: Abr. 2023.
- LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÖWY, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n. 28, p.35-50, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164artigo2.pdf. Acessado em: Abr. 2023.
- LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**: Salvador, v.26, 67, p.79-86, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>. Acessado em: Abr. 2023.
- LÖWY, M. **O que é Ecosocialismo?** Coleção: Questões da nossa época. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MEDEIROS, J. P. V. de. **Ecosocialismo: a gênese de uma ecologia social em assentamentos de reforma agrária a partir dos movimentos sociais do campo**. 80 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, 2013.

RODRIGUES, A. M. Abordagem Ambiental: questões para reflexão. **GeoTextos**, v. 5, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3575>. Acessado em: Abr. 2023.

CAPÍTULO 12

CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA NA EXPLORAÇÃO DA ERVA-MATE NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Mateus Nolasco da Silva
Douglas Menezes de Oliveira

RESUMO

Este capítulo visa analisar a persistência da escravidão por dívida nos processos de exploração capitalista dos ciclos ervateiros, especialmente da Companhia Matte Laranjeira, na antiga província de Mato Grosso, na fronteira entre Brasil e Paraguai, no final do século XIX e início do século XX. Mesmo com a configuração do trabalho livre na transição para o Brasil republicano, houve a combinação de relações arcaicas e capitalistas no âmbito da exploração e produção ervateira. Através de um estudo bibliográfico, busca-se compreender o contexto de exploração da erva-mate e os regimes de trabalho, descrevendo o processo de recrutamento e as relações de trabalho nos ervais. Como resultado, a pesquisa permitiu demonstrar que, no interior do sistema capitalista de produção, muitas vezes o salário pago aos trabalhadores era em espécie, e muitos deles tinham ainda a sua liberdade cerceada, fato que determinou a chamada escravidão por dívida.

PALAVRAS-CHAVE: Erva-mate. Cia Matte Laranjeira. Relações de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar o capitalismo e a configuração da escravidão por dívida nas relações de trabalho nos ciclos de exploração da erva-mate no antigo sul da província de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul¹⁸, durante a transição do Império para a República no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX.

Para o início desta investigação, tornou-se fundamental estabelecer um diálogo do presente e passado, visto que a problemática assume importância na produção do conhecimento histórico e sociológico. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para compreender as condições degradantes de trabalho nos ervais, mediante a restrição da liberdade de locomoção em decorrência de dívidas contraídas, o que caracterizou a chamada escravidão por dívida.

O tema se justifica pela relevância social e atualidade das inúmeras recorrências de trabalhadores resgatados de situações degradantes e humilhantes que foram impostos para trabalhar e viver em determinadas regiões do Brasil. A questão da escravidão no âmbito das

¹⁸ Conforme a Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

relações capitalistas¹⁹, principalmente durante a consolidação política do Brasil republicano, é um campo de estudo pouco explorado pelas ciências humanas.

O fato é que há evidências históricas sobre a combinação de relações contratuais capitalistas e arcaicas com a mesma finalidade de acumulação. Neste caso, houve a combinação e a persistência de formas arcaicas de trabalho que haviam sido abolidas do antigo regime escravocrata (1888) com a produção capitalista nos ciclos ervateiros no antigo sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai. Ora, se o elemento essencial que difere o capitalismo de outros modos de produção existentes na história (WOOD, 2001) é a liberdade de compra e venda da força de trabalho, mediado pela dependência do mercado, por que, então, houve a predominância da reprodução do trabalho escravo no âmbito das relações capitalistas?

A questão central deste capítulo pode ser definida a partir da seguinte indagação: como é possível a existência de trabalho escravo na configuração do trabalho livre durante os ciclos de exploração da erva-mate na antiga província de Mato Grosso? A hipótese defendida é que o capital opera também no sentido oposto à sua lógica de liberdade de compra e venda da força de trabalho, combinando formas arcaicas de escravidão por dívidas e pagamentos com moradias e alimentos. Portanto, não se trata de uma contradição ou irracionalidade do capital e do latifúndio, mas, sim, de uma forma de acumulação primitiva de riqueza da reprodução do sistema capitalista (MARTINS, 1993).

Neste estudo, será apresentado alguns processos de exploração da erva-mate, bem como as evidências de um sistema empresarial de dominação organizado para o recrutamento de pessoas para trabalharem nesses empreendimentos, onde havia a combinação de relações arcaicas de trabalho no interior das atividades capitalistas.

2. A FORMAÇÃO DO “IMPÉRIO ERVATEIRO” NA FRONTEIRA

A Guerra da Tríplice Aliança²⁰ (1864-1870) foi um marco na historiografia da região fronteira entre o Brasil e o Paraguai, pois trata-se da maior guerra da América do Sul (MOTA, 1995). Como consequência, é também a mais sangrenta do século XIX. Com o término da guerra, o Paraguai ficou completamente devastado, devido às destruições ocorridas, às taxas de mortalidade e à crise financeira. Fragilizado pelas inúmeras perdas, o

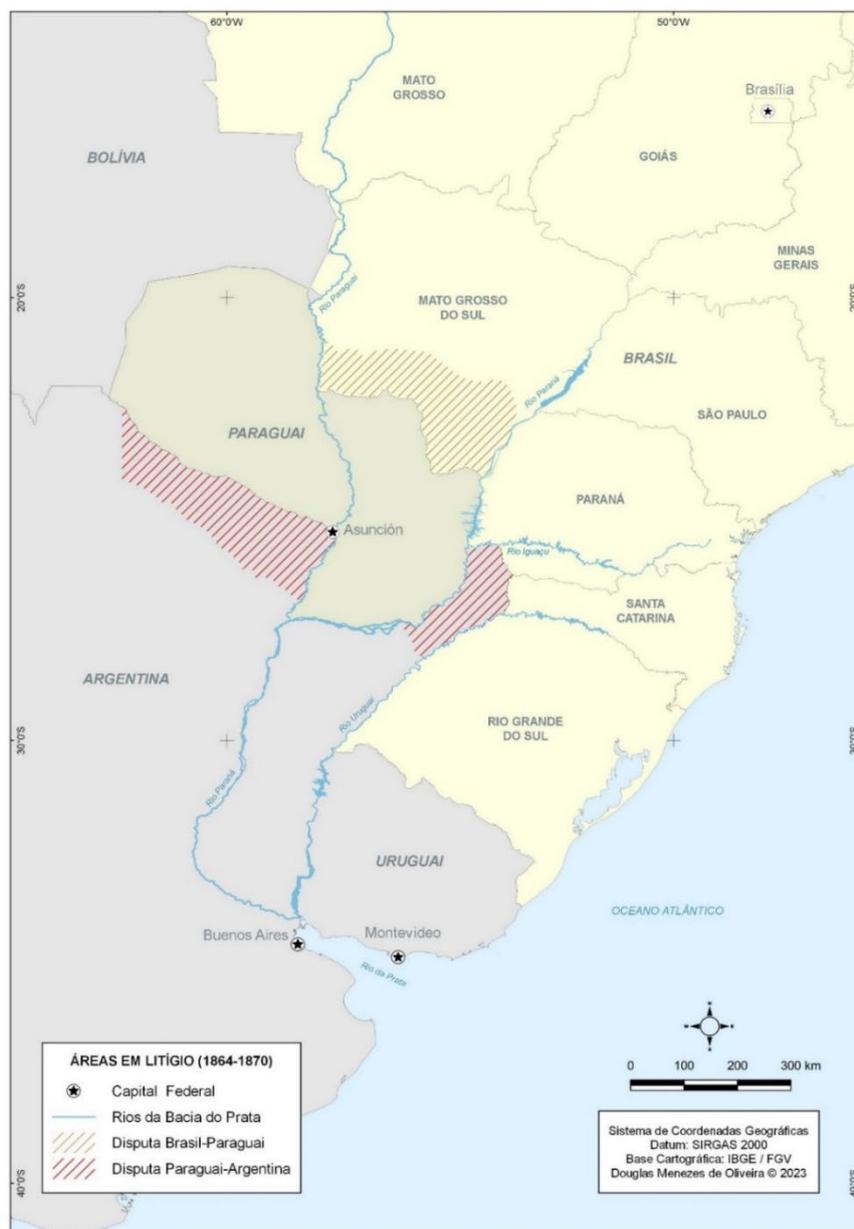
¹⁹ Destaca-se o estudo sociológico realizado pelo Cardoso (2003) sobre o capitalismo e escravidão no Rio Grande do Sul.

²⁰ A Tríplice Aliança, constituída em 1865, foi formada pelos seguintes países: Brasil, Argentina e Uruguai com o Paraguai.

país passou a ser ocupado pelas forças econômicas rivais até então, sobretudo com a venda de grandes extensões de terras públicas para o capital estrangeiro (KRETSCHMER, 2018).

O Paraguai perdeu uma extensa área de território aos países aliados da Tríplice Aliança, principalmente na região onde se concentrava grandes áreas de ervais nativos. O Brasil enxergou, nessa situação, a possibilidade de reestruturar o poder político e econômico na região sul-americana. O governo central, ainda no período imperial, disponibilizou um auxílio para a execução desta exploração, ocupando as regiões de domínio da erva-mate, até então devolutas, para explorar os recursos nativos para o comércio exterior (ALBANEZ, 2013).

Figura 1: Áreas em litígio durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).



Fonte: Oliveira (2023).

Após o conflito bélico entre as nações vizinhas, a porção territorial do antigo sul de Mato Grosso passou a ser vista como uma “terra próspera” e propícia à exploração de seus recursos naturais. Conforme aponta Oliveira:

A região sul de Mato Grosso abrange o espaço geográfico marcado intensamente por projetos econômicos de ocupação e colonização, impulsionados pelo Estado e liderados por oligarquias regionais e interesses capitalistas que vislumbravam, neste território, o signo de uma “terra próspera” e propícia à extração das riquezas naturais, caracterizando o domínio territorial e a apropriação capitalista (OLIVEIRA, 2019, p. 51-52).

Os ciclos extrativistas eram voltados para a extração de erva-mate e madeira predominantemente nas áreas fronteiriças. A maior parte da produção ervateira era destinada à exportação no mercado internacional dos países da bacia platina, com destaque para a Argentina. Nas últimas décadas do século XIX, instituiu-se, pelo Estado, comissões para a delimitação da fronteira, com objetivo de demarcar os limites territoriais entre Brasil e Paraguai, para então iniciar a ocupação, exploração e instauração de novos empreendimentos econômicos, caracterizados pelo monopólio da Companhia Matte Laranjeira.

Thomaz Laranjeira, que organizou a referida empresa, acompanhou o exército durante as expedições na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, exercendo a função de fornecedor e aprovisionador de mantimentos. Nessa ocasião, ele adquiriu conhecimento geográfico do local e se relacionou com chefes e oficiais, construindo uma amizade que fora muito importante para a garantia de seus interesses. Convocado pela comissão durante o período de demarcação dos limites da fronteira do Brasil com o Paraguai, ao sul da província de Mato Grosso, devido ao seu conhecimento sobre a região, logo foi se infiltrando e se envolvendo nos espaços políticos, aproveitando também os seus vínculos pessoais com dirigentes provinciais e federais, reivindicando para si a concessão de monopólio para a explorar e industrializar os ervais nativos desta região.

Em 1882, Thomaz Laranjeira obteve a sua primeira concessão por meio do Decreto Imperial nº 8.799, de 9 de dezembro, que foi sendo renovado e ampliado nos anos seguintes, até dominar, no início do período republicano, praticamente, grande parte das áreas ervateiras na antiga província. Ao longo do tempo, a exploração se agigantou e teve uma importante participação na economia regional, concedendo até empréstimos ao governo republicano. Nesse sentido, foi autorizado a criar uma empresa para ser o centro administrativo dos negócios. E fundou a Companhia Matte Laranjeira, conforme o Decreto nº 436-C, de 04 de julho de 1891, durante o primeiro governo republicano de Deodoro da Fonseca, conforme o documento a seguir:

Art. 1º Fica constituída uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Matte Laranjeira, com séde e fôro juridico nesta cidade, tendo por duração o prazo de nove annos, prorogavel por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 2º Os fins da companhia são:

1º, explorar a concessão feita ao cidadão Thomaz Laranjeira pelo contracto de 26 de junho de 1890, lavrado de conformidade com o decreto n. 520 de 23 de junho do mesmo anno para a extracção de herva matte na zona determinada pela concessão acima;

2º, trabalhar nos hervaes que por concessão, compra ou arrendamento venham a ser obtidos pela companhia;

3º, contractar com terceiros, estabelecer ou adquirir fabricas ou engenhos para o beneficiamento das hervas extrahidas ou compradas pela companhia;

4º, fazer o commercio da herva-matte dentro ou fóra do paiz, desenvolvendo para semelhante fim continuada e efficaz propaganda;

5º, promover e realizar quaesquer empreendimentos industriaes e commerciaes, conforme julgar conveniente.

§ 1º Para os precitados fins e suas dependencias, a companhia adquirirá por compra, frete ou arrendamento todo o material preciso para o serviço de transporte fluvial e terrestre, estabelecerá em pontos apropriados depositos e trapiches de embarque, abrirá estradas de rodagem e fará tudo mais que for conveniente aos interesses sociaes (BRASIL, 1891, p. 82).

Para a construção deste empreendimento, houve o recebimento de incentivos do Estado para o escoamento da produção ervateira. Segundo Queiroz (2015, p. 5), “essa empresa investiu na formação de uma vasta infraestrutura de extração e de transporte, vindo a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terras e ferrovias”, criando conexões que iam muito além dos próprios limites do território brasileiro.

O ciclo ervateiro foi uma economia voltada às exportações devido à valorização do preço no mercado externo. Os rendimentos das exportações não beneficiavam apenas a Companhia, como também o estado. Como a empresa vinha auferindo lucros, era fundamental o domínio da região. E isso só foi possível por meio do bom relacionamento de Thomaz Laranjeira com os altos cargos da diplomacia, que lhe proporcionou proteção e exclusividade para a exportação ervateira. A ideia era aumentar cada vez mais os mercados atendidos. Para isso, a Companhia conseguiu criar um poderoso mecanismo de legitimação política, impondo seus interesses autoritários. E usou sua vasta influência para defender com brutalidade aqueles que ameaçavam o seu poderio econômico (ARRUDA, 1997).

Pela dificuldade de comunicação naquele período e as precárias condições de transportes, as ações policiais não interviam contra a violência e os crimes impostos à sociedade regional. Isso gerou uma imensa confusão, pois não dava para saber a quem pertenciam estas terras, se eram da Matte Laranjeira ou da União, pela maneira que a empresa começou a dominar o território, oriunda do relacionamento estabelecido com seus aliados políticos. Portanto, como destaca Silva (2011, p. 121), “luta, sangue e morte eram o preço que se poderia pagar aos que enfrentassem a Companhia Matte Laranjeira”.

3. O RECRUTAMENTO DOS TRABALHADORES

O sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, já estava se caracterizando por uma imagem fortemente negativa, grosseira e desumana, e os habitantes locais à qual eram submetidos às condições precárias de vida. O trabalho nos ervais não era fácil, sendo uma atividade árdua. Contudo, a justificativa não estava de acordo com a “estrutura moderna” da Companhia, que não era nada “arcaica”. Muito pelo contrário, pois se encontravam ali boas instalações para a época e condições de desenvolvimento. Como destaca Guillen:

A situação dos trabalhadores foi questionada no próprio Estado e, quando surgiam notícias de que eram escravizados em pleno século XX, atribuía-se tal ordem de coisas à própria condição de sertão que o Estado vivia; seu isolamento e atraso propiciariam o não desenvolvimento de relações de trabalho harmoniosas e cordiais. Urgia, pois, modernizar o sertão, para que o trabalho entrasse no compasso do mundo civilizado. Assim, uma suposta condição de sertão era o argumento perfeito para justificar formas de trabalho consideradas, já na época, “arcaicas”. Mas, se pensarmos no aparato modernizador que a Companhia implantava nesses sertões, não era em situações arcaicas que se adotava a escravidão como forma de trabalho dominante nos ervais (GUILLEN, 2007, p. 623).

Para fazer todo este aparato funcionar, a empresa chegou a mobilizar milhares de trabalhadores, indígenas habitantes da região e principalmente paraguaios, que transitavam nas zonas fronteiriças do sul de Mato Grosso, ou eram recrutados até mesmo no interior do Paraguai. Como destacado anteriormente, após o conflito bélico, a região passou por mudanças políticas e econômicas provocadas por sua inserção no mercado platino. A maioria eram ex-combatentes da trágica guerra que enxergavam na presença da Companhia um elemento positivo e acreditavam que as condições nesta região seriam melhores do que no devastado país vizinho. Sem contar que, na região, não havia outras ocupações que pudessem garantir sua sobrevivência. Então, se submeteram aos trabalhos nos ervais como forma de permanecer em suas terras tradicionais, ou próximas a elas.

Nesse processo de recrutamento dos trabalhadores para os ervais, é possível observar a configuração de uma relação de poder. A forma recorrente de contratação era os *conchavos*. Não necessariamente eles se ofereciam para trabalhar na Companhia, mas eram seduzidos e aliciados por meio de artifícios e promessas enganosas do *conchavador*, iludindo os trabalhadores com a promessa de “facilidade” de enriquecimento ao se empregar nos ervais, comparado à vida que eles levavam e, por não conhecer como era a realidade de condições de trabalho nestes locais, acabavam aceitando a proposta (GUILLEN, 2007).

E, para consumir tal ato, cada indivíduo, ao aceitar o contrato de trabalho, recebia, de imediato, um adiantamento do que viria ser uma parte de seu salário, denominada: *antecipo*, para suas despesas de primeira necessidade. Como isso acontecia, geralmente, durante os

*jeroky*²¹ (bailes), logo, o dinheiro era gasto, com jogos, mulheres e bebidas. Esgotados os seus recursos, restava apenas se deslocar para os ervais a fim de pagar, com sua força de trabalho, o valor recebido. Já devendo, os trabalhadores se dirigiam aos ervais. Chegando no local, os trabalhadores eram obrigados a comprar e adquirir, com os preços elevados, nos armazéns da própria empresa, as ferramentas de trabalho que os fazendeiros deveriam lhes proporcionar, aumentando cada vez mais suas despesas, colocando-o num círculo vicioso sob débitos impagáveis, trabalhando apenas para quitar tal dívida, já que o salário que ganhavam não era suficiente para suprir suas necessidades básicas, como uso de fumo, comida e bebida. O que caracterizou na escravidão por dívida (GUILLEN, 2007).

Feito o recrutamento, armava-se em torno do trabalhador uma organização de controle para evitar que o mesmo fugisse ou que se recusasse a embarcar. A organização detinha a conivência de autoridades policiais, que garantiam que o trabalhador que aceitou receber o *antecipo* iria para os ervais. Entravam em vigor códigos e posturas de dominações que tinham força de lei e que eram aplicados pelos capatazes e, por vezes, pelo policiamento local. Ainda no embarque, toda aquela sensação de encanto e vislumbre começa a se desfazer.

Os presos eram submetidos a regimes de trabalho compulsório em extensas jornadas de trabalho. Nesses estabelecimentos, persistiam rigorosas condições desumanas e exaustivas de trabalho, que iam além do horário determinado. As condições degradantes eram repetitivas, pois a produção não parava. Mantidos em alojamentos sem condições de moradias dignas, os trabalhadores eram expostos a contaminações de doenças e maus tratos.

Quando os trabalhadores se engajavam na indústria extrativista, eram investidos de inúmeras ofensas e estereótipos negativos, como: bêbados, briguentos, preguiçosos, ou seja, não afeitos ao trabalho, como fundamento para justificar as estratégias de regimes que seriam atribuídas, visando valorizar a ordem, a lei e o trabalho. A disciplina era imposta de forma severa, e a resistência dos trabalhadores os caracterizava como homens “indomáveis” e “agressivos” (SILVA, 2011).

Arruda (1997) descreve o cotidiano dos trabalhadores nos ervais como os mais primitivos e brutais. Tudo começava antes mesmo da instalação dos *ranchos*²², com a abertura

²¹ Durante os bailes, os *conchavadores* aproveitavam para reunir um número maior de homens para o trabalho em um só local, considerado como ponto estratégico para os coagirem.

²² Uma espécie de armazém onde se guardavam gêneros alimentícios, roupas e demais provisões para trabalhadores.

de *picadas*²³, no descobrimento dos ervais, situado no interior das matas, trabalho feito pelos *monteadores*²⁴, ou simplesmente chamados de exploradores. Em grupo de homens, seguiam a pé ou montados, armados com as ferramentas necessárias, e passavam de dois a cinco dias no interior deste campo até fazerem um reconhecimento bem amplo da localização. Isso provocou inúmeras mortes, acelerando a necessidade de mão de obra para os processos subsequentes da produção, como a colheita.

Para atender à demanda, a empresa recebeu trabalhadores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que, em contrapartida, não se adaptaram às condições de trabalho que eram impostas aos povos indígenas e paraguaios dentro da Companhia. Fica evidente, dessa maneira, a preferência pelos trabalhadores fronteiriços, por serem mais “resistentes” e, antes de tudo, a garantia de mão de obra barata, passível de sujeição ao regime de trabalho degradante.

A produção se seguia com o corte com facão das erveiras, depois o sapeco e secagem pelos *urus*²⁵ nos *barbacuá* (local utilizado para secar a erva-mate), cancheamento, etapa do semipreparo e, finalmente, ensacamento e transporte para a comercialização. A Companhia investia em infraestrutura e meios de escoamento da produção, que não se convertiam em qualidade de vida para os trabalhadores. Estes foram os motivos que fomentaram as revoltas e rebeliões dos trabalhadores, visto que as condições de trabalho e consequentes ganhos salariais não coincidiam com os descritos pelo *conchavador*. Então, fugiam na medida em que achavam que já tinham trabalhado o suficiente para pagar a dívida contraída no recebimento do *antecipo* (ALBANEZ, 2013).

O abandono dos ervais era qualificado como fuga, interpretada como roubo, já que os trabalhadores não teriam pagado sua dívida, estando sujeitos às punições severas e até sendo assassinados pelos *comitiveiros*. A empresa possuía um corpo policial próprio para perseguir os trabalhadores fugitivos. Aqueles que não eram mortos, eram conduzidos aos ervais para receberem castigos violentos para servirem de exemplos aos demais e coibir a fuga, como o uso do *teyu-ruguy* (chicote de rabo de lagarto) e *mboroby-pirê* (chicote de couro de anta)²⁶. A grande dificuldade era mantê-los trabalhando mediante as condições que eram oferecidas

²³ A abertura de trilhas, caracterizado pelo desbaste da vegetação, era realizada com auxílio de instrumentos manuais como foice, machado ou facão.

²⁴ Nome dado ao reconhecimento do local mais adequado para a exploração dos ervais nativos e a construção do rancho

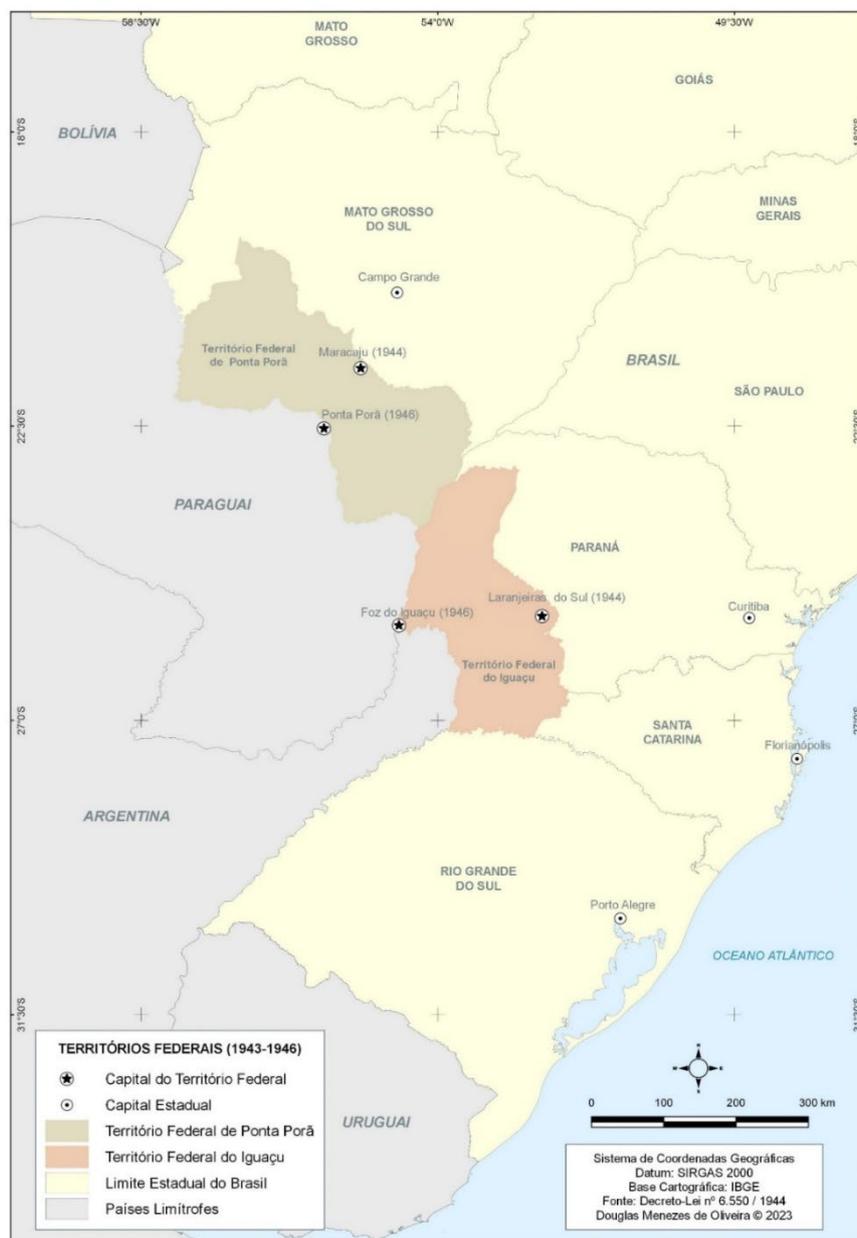
²⁵ Era a forma como se chamava o trabalhador responsável pela secagem e sapeco da erva no *barbacuá*, trabalho feito à noite e sob calor intenso.

²⁶ Sobre os chicotes, Arruda (1997, p. 107) retrata que: “um corta fino e fundo, coisa aí para um mês de febre e dor. O outro não faz sangue - arrebeta até os ossos – mas não faz sangue”.

nos locais de trabalho. E isso vinha como um meio de garantir e manter esses trabalhadores sob seus domínios nos ervais. Esse foi o modo como se configurou a escravidão por dívida na exploração da erva-mate (GUILLEN, 2007).

No entanto, esse quadro social começou a sofrer alterações na década de 1940. O governo de Getúlio Vargas buscou destituir o domínio empresarial nas faixas fronteiriças do país. A justificativa baseava-se na necessidade de ocupar as “áreas desertas” que correspondiam as faixas de fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, passando a fazer parte das pretensões do governo para a colonização oficial, com a criação dos Territórios Federais de Ponta Porã e do Iguaçu.

Figura 2: Territórios Federais de Ponta Porã e do Iguaçu (1944-1946)



Fonte: Oliveira (2023).

Visando promover medidas da política de Segurança Nacional durante Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo de Getúlio Vargas desmembrou partes dos estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina para a criação de Territórios Federais por meio do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Em relação aos Territórios Federais de Ponta Porã e do Iguaçu (extintos com a nova Constituição de 1946), o objetivo principal era desarticular os domínios empresariais de exploração da erva-mate nessas regiões, que havia predominado nos governos anteriores, não renovando assim os decretos de arrendamentos destas áreas. As atividades econômicas ervateiras não estavam alinhadas aos ideais do Estado Novo, por isso, o governo buscou destituir o domínio no território fronteiriço (ZAAR, 2006).

A geopolítica do governo de Vargas estava expressa num movimento de expansão nacional, com objetivos de não ultrapassar os limites geográficos internos, ou seja, apenas ampliar e colonizar as fronteiras do país. No âmbito desta política, o interior do Brasil passou a fazer parte das pretensões do Estado, com a criação de Colônias Agrícolas Nacionais para promover a reestruturação territorial na formação de pequenas propriedades.

Na década de 1940, essas regiões foram concebidas como uma fronteira agrícola, tornando-se assim destino de companhias privadas e trabalhadores migrantes. Os fluxos migratórios foram incentivados através da política “Marcha para o Oeste”, sendo um projeto estatal de integração nacional e a promoção do desenvolvimento agropecuário no interior do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, apresentou-se alguns fatos históricos do contexto de exploração da erva-mate, problematizando suas relações políticas, econômicas e, principalmente, as dinâmicas de exploração da força de trabalho nos ciclos ervateiros, explicando também as formas de poderio da Companhia Mate Laranjeira, sob domínio territorial na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, a partir da exploração da erva-mate como importante recurso natural para a formação econômica do estado.

Os resultados do estudo apontam que o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai tiveram um papel fundamental na estruturação do poder empresarial na região fronteiriça onde situa hoje o estado de Mato Grosso do Sul. Quando se iniciou o processo de demarcação da fronteira, houve domínio empresarial e controle de grande parte do território sul-mato-grossense com a extração dos recursos naturais, configurando, assim, a exploração

do trabalho, onde a escravidão por dívida passou a ser uma modalidade de trabalho requisitada para as atividades capitalistas.

Um exemplo disso foi da Companhia Mate Laranjeira, que insistiu em controlar, dominar e aplicar situações de trabalho forçado, maus tratos e até assassinatos. Portanto, foi possível entender o contexto histórico de como estas relações ocorreram para compreender este regime de trabalho, que prevaleceu por tanto tempo como um sistema de exploração na formação da sociedade brasileira. Em suma, as evidências recentes apontam que tais práticas continuam recorrente em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS

ALBANEZ, J. L. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970)**. UFGD: Dourados, 2013.

ARRUDA, G. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**. Londrina: Ed: UEL, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882**. Concede permissão a Thomaz Laranjeira para colher herva-matte na Província do Mato-Grosso. Rio de Janeiro, 1882.

BRASIL. **Decreto nº 436-C, de 4 de julho de 1891**. Concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de - Companhia Matte Laranjeira. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941**. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943**. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. **Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, 1977.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUILLEN, I. C. M. O Trabalho de Sísifo: “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945). **Varia História**, Belo Horizonte, v.23, nº 38, p. 615-636, jul. /dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/RpvTsBC6cLWtJTtZfxGHpq/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

KRETSCHMER, R. Conflictos agrarios y luchas campesinas en el Paraguay. In: FERNANDES, B. M. *et al.* **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Fundação Perseu

Abramo, 2018. Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110120072311/riquelme.pdf>. Acessado em:
Abr. 2023.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOTA, C. G. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, 9(24), p.243-254, 1995. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/R6CtMNFGZpZnNrB6HLZ4QRN/?lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

OLIVEIRA, D. M. de. **Questão agrária e organização sindical de trabalhadores rurais**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

QUEIROZ, P. R. C. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios e Fronteiras**, 8(1), 204-228, 2015. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/336>. Acessado em: Abr. 2023.

SILVA, W. G da. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da "Cia Matte Laranjeira" no período de 1883 a 1937. **Agrária** (São Paulo. Online), (15), 102-125, 2011. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/79014>. Acessado em: Abr. 2023.

ZAAR, M. H. **La viabilidad de la agricultura familiar asociada: el caso del Reasentamiento São Francisco/Cascavel/PR/Brasil**. 717 f. Tesis (Doctorado en Geografía Humana). Universidad de Barcelona, 2006.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAPÍTULO 13

O PAPEL DA MÍDIA E DAS REDES SOCIAIS NA PERCEPÇÃO DA CRIMINALIDADE

Orlando Lyra de Carvalho Júnior

RESUMO

A emergência da TV como meio privilegiado de comunicação social, nos anos de 1960, coincidiu com o aumento dos índices de criminalidade no Ocidente. A mídia eletrônica não só mudou as regras do discurso político, como também reduziu o senso de distanciamento que separava a classe média do crime. A hipótese levantada neste trabalho é a de que a mídia eletrônica, desempenha um papel relevante na formação do complexo de crime na modernidade tardia, ao explorar, dramatizar e reforçar uma nova experiência pública de profunda ressonância psicológica. Evidências apontam que as interações entre mídia, cultura popular e o ambiente construído, ajudaram a institucionalizar tal experiência, ao fornecer ocasiões cotidianas de expressão das emoções de medo, fúria, ressentimento, vingança e fascínio que as experiências individuais de crime provocam. Tal institucionalização direciona a atenção do público, não para o problema da criminalidade em si, menos ainda para seus índices oficiais, mas para suas representações.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Criminalidade. Segurança Pública.

1. INTRODUÇÃO

A relação mídia-criminalidade é uma das mais controvertidas no campo das ciências sociais. Isso ocorre, por um lado, pela dificuldade de se estabelecer um vínculo causal entre as representações midiáticas e seus efeitos. Por outro lado, há pouca conexão teórica entre os estudos sobre a percepção da exacerbação da violência – com todas as imprecisões da noção – e o jogo político-partidário, em que se situam a relação com o Estado e suas políticas públicas. Deriva disso a ampla gama de perspectivas díspares, cujo escopo varia desde as considerações do caráter intrinsecamente criminogênico das representações midiáticas da violência, do desvio e do crime, até aquelas que as consideram simples “goma de mascar para os olhos” (REINER, 2002, p. 378).

A análise empreendida neste artigo entende a mídia como uma vasta rede de canais interligados de comunicação, tecnologias e eventos, que desempenha um papel relevante no processo de mudança cultural e de construção social do crime. Isso se deve ao fato de que o público tende a se valer do conhecimento e das informações transmitidas para construir uma imagem da criminalidade e para modelar atitudes e opiniões com base na percepção dessa. Como componente de um sistema simbólico mais vasto que cria e distribui conhecimento social a respeito do mundo, a mídia se relaciona com o crime de modo extremamente complexo, fato que tem gerado intermináveis debates acadêmicos sobre o assunto.

A questão central deste estudo não é saber em que medida as representações de crime geram violência ou criminalidade, mas procurar entender a dinâmica do complexo processo de construção social do crime em suas interações com as políticas públicas. Em primeiro lugar, serão consideradas, em linhas gerais, as principais abordagens sobre mídia e criminalidade para, em seguida, ser discutido o impacto da mídia na formação da agenda pública (*agenda setting*) e da agenda política, com relação às políticas de segurança pública no Brasil. Focando nos estudos sobre os *frames* narrativos, este paper pode concluir que o enquadramento episódico, isto é, as instâncias específicas dentro das quais o problema da criminalidade tem sido narrado na mídia ao longo das últimas décadas, sugere ao público uma imputação individualista de responsabilidade que o torna mais propenso a aceitar medidas punitivas contra os culpados, apontados dentro desses *frames* narrativos. Tal fato torna possível a formação de um clima psicológico propício à exploração por parte de certos políticos comprometidos com o “populismo punitivo” (BOTTOMS, 1995, p. 40).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Reiner (2006), professor de criminologia da *London School of Economics*, divide o debate acadêmico em torno da relação mídia-crime em quatro correntes teóricas principais. A primeira, a tese da “Tese da Insubordinação”, sustenta o caráter intrinsecamente subversivo da mídia, cujas representações de crime encorajam o comportamento desviante e solapam os fundamentos morais da justiça criminal. A hipótese oposta, a “Tese da Disciplina”, enfatiza as distorções e os exageros nas representações de crime na mídia, o que favorece a disseminação do “pânico moral” e ainda contribui para consolidar o apoio popular às políticas punitivas. De acordo com tal perspectiva, a mídia não causa criminalidade, mas cria um suporte decisivo para as políticas punitivas. A forma ideal típica de cada uma dessas hipóteses compartilha a chamada demonização da mídia, seja considerando-a uma ameaça à ordem e à moralidade públicas, seja representando-a como forma insidiosa de controle social.

Nas antípodas das perspectivas anteriores, encontra-se a “Tese Libertária”, que nega a ocorrência de qualquer impacto significativo da mídia sobre o comportamento das pessoas, uma vez que as representações midiáticas, por natureza, nesse caso, não passam de “goma de mascar mentais”. Essa abordagem fundamenta sua argumentação nas falhas das pesquisas realizadas em laboratório, que não teriam conseguido estabelecer qualquer nexo de causalidade entre as representações de crime e criminalidade (PRATT, 2000).

Por último, a “Tese Pluralista” aborda a mídia como um fenômeno complexo, uma arena de disputa entre interesses, pressões e perspectivas díspares, cujos efeitos na opinião pública não são monolíticos nem inelutáveis, à semelhança do que se considera “uma imensa seringa hipodérmica, autônoma e ideologicamente poderosa, a injetar ideias e valores em um público passivo e dócil” (REINER, 2002, p. 399). Como bem observa o sociólogo da comunicação, Gilberto Salgado, “os grupos sociais e os indivíduos não compõem massas inermes a serem moldadas na forma que melhor for conveniente, ao celebrarem interações com textos e com a mídia” (SALGADO, 2006, p. 11). Tal abordagem analisa a mídia dentro de um complexo processo de interações socioculturais, nas quais as representações e imagens não surgem pré-formadas *ex nihil*, nem seus efeitos sobre o comportamento e a opinião das pessoas se operam de forma mágica. O leitor, telespectador ou usuário de redes sociais não são meros receptores passivos, mas intérpretes ativos dos textos, das mensagens e das imagens da mídia.

Perspectiva intermediária entre a “mídia bicho-papão e mídia Branca de Neve”, a visão pluralista aborda a relação mídia-criminalidade como eminentemente dialética: a mídia constitui uma peça chave de uma rede simbólica de informação que cria e distribui conhecimento social sobre o mundo. O crime, como fenômeno individual e social, tem raízes e motivações extremamente complexas, impossíveis de serem compreendidas apenas por meio de uma variável. Isso implica afirmar o caráter precário das pesquisas que tentam isolar em laboratório fatores puramente midiáticos que possibilitem revelar a natureza criminogênica da mídia. As tentativas positivistas de estabelecer uma relação linear de causalidade entre mídia e criminalidade, sem levar em consideração a inextrincável malha de fatores não midiáticos, como traços psicológicos, condições familiares e estruturas socioeconômicas, têm chegado a resultados muito limitados. Em outras palavras, nunca se conseguiu provar cientificamente que as representações de crime na mídia, per se, sejam capazes de transformar um cidadão honesto em um criminoso (SURRETE, 1998, p. 3).

Tais limitações, entretanto, em nada tolhem o papel relevante dos *mass media* e das redes sociais como definidores do conhecimento, da desinformação e dos mitos sobre o crime. Gaio (2007) preconiza que as atitudes da opinião pública sobre a punição são condicionadas pela informação, e a experiência pública do crime é reforçada e dramatizada pela mídia: “a representação operada pela mídia sob forma de uma nova inflexão emocional de nossa experiência do crime, sem dúvida, jogou um papel importante para a construção de uma nova estratégia punitiva” (GAIO, 2007, p. 112). Uma vez que a maioria das pessoas não tem

experiência pessoal direta com crimes violentos, a mídia e as redes sociais constituem a fonte prevalente de informação e sentimento sobre esse tipo de crime, bem como sobre a vida social, política e econômica do mundo moderno. O Brasil tem uma média de 2,2 dispositivos digitais por habitante, de acordo com a 34.^a edição do estudo anual do Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa considerou o uso doméstico e o corporativo de aparelhos eletrônicos. No total são 464 milhões de computadores, notebooks, smartphones e tablets com a maior parcela sendo de smartphones (1,2 por pessoa, 249 milhões), correspondendo a 3,3 celulares vendidos para cada televisão (FGV-EAESP, 2023).

3. METODOLOGIA

Trabalhando sempre a relação mídia-criminalidade, Reiner (2002) indica possíveis intersecções teóricas entre os estudos de mídia e as principais abordagens sociológicas que analisam o fenômeno da violência e da criminalidade. O autor empreende sua análise a partir das “condições lógicas da ação delituosa” (REINER, 2002, p. 393) que idealmente se verificam no *iter ciminis*, isto é, (a) tipificação penal, (b) motivação do agente, (c) emprego de meios adequados e (d) oportunidade e ausência de controle. Como se sabe, a (a) “tipificação” é *conditio sine qua non* para uma ação ou omissão vir a ser considerada crime. Mas o tipo penal não surge *deus ex machina*. Nos regimes democráticos, antes de se tornar lei, normalmente a tipificação penal de um comportamento é precedida por debates técnicos nos quais os vários campos de conhecimento e os diversos grupos de interesse competem para fazer valer sua visão do problema. Em todas essas etapas, a mídia eletrônica e impressa desempenha um papel fundamental, ao trabalhar as percepções do público, discutir limites conceituais e sugerir o alcance e rigor com que o novo delito será punido. Segundo Reiner (2002), a “Teoria do Etiquetamento Social” – adotada na análise da construção social de categorias usadas para descrever e definir a violação de normas e a caracterização de infratores – tem sido usada com sucesso para avaliar o impacto da mídia e das redes sociais no processo de incriminação de certos sinais exteriores, como a cor da pele, origem étnica, status social, comportamentos e territórios populares.

É o caso, por exemplo, da cobertura estigmatizante que os *mass media* costumam fazer das favelas e periferias das grandes cidades brasileiras, as quais são frequentemente caracterizadas como espaços exclusivos de violência. Segundo a pesquisa de Ramos e Paiva (2007), quando tratam das favelas, a maior parte das reportagens e postagens na Internet refere-se a operações policiais, tiroteios, invasões e execuções, sobrando muito pouco espaço

para cultura, esporte, economia, sobretudo para dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais. Com relação à (b) motivação para o delito, Reiner (2002, p. 395) sugere a versão da Teoria da Anomia de Merton (1938), atualizada e expandida por Cloward e Ohlin (1980), Cohen (1965), Young (1999), Messner e Rosenfield (2000). Essa abordagem foca o papel que mídia eletrônica desempenha na formação das “pressões anômicas” (*strains*) mediante representações de estilos de vida afluentes que acentuam a “privação relativa” e incrementam as demandas sociais para a aquisição de bens materiais independentemente da legalidade dos meios utilizados.

No que concerne aos meios (c), é dito com frequência que a mídia é “uma universidade aberta do crime” (SURRETE, 1998, p. 116) por difundir conhecimento e técnicas criminosas. De fato, desde seus primórdios, a TV e hoje as redes sociais tem sido acusada de provocar *copycat effects*, isto é, a imitação fiel, na vida real, de cenas de crimes nelas representadas. O exemplo mais famoso de copycat crime citado na literatura foi a tentativa de assassinato do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Ao sair do Washington Hilton Hotel, na tarde de 30 de março de 1981, Reagan foi atingido por um dos disparos efetuados por John Hinckley Jr., jovem texano que sofria de insanidade mental e que posteriormente confessou às autoridades policiais que se inspirara no filme *Taxi Driver* para perpetrar o atentado. A Teoria da Imitação e Sugestão, do sociólogo francês Gabriel Tarde, foi a primeira a oferecer as bases teóricas para o debate sobre os *copycat crimes*. O autor cunhou a expressão “agressões induzidas por imitação” para explicar o comportamento criminoso, cujas causas sociais, segundo ele, têm a mesma origem e seguem o mesmo processo de imitação responsável pela criação da moda e dos modismos. Ainda no início do século XX, Gabriel Tarde costumava afirmar que “as epidemias de crime seguem a linha do telégrafo” (TARDE, 1912, p. 37).

Criticada por sua aparente simplicidade, tal perspectiva teórica ficou relegada às prateleiras das bibliotecas por um longo tempo. Entretanto, no início dos anos de 1970, a eclosão do “terrorismo orientado à mídia” – aquele que pretendia alcançar fins políticos por intermédio da cobertura massiva que os atos de terror produzem –, bem como a ocorrência de inúmeros *copycat crimes* de repercussão internacional, atraíram novamente o interesse da academia pela abordagem daquele sociólogo francês.

Com relação às (d) “oportunidades”, Reiner (2002, p. 395) menciona o fato de que a mídia e as redes sociais “alteraram profundamente a rotina das atividades de entretenimento e socialização das pessoas”, aumentando as oportunidades para a prática de crimes contra a

propriedade, especialmente no que toca ao roubo e furto de aparelhos eletrônicos, sobretudo telefones celulares. O autor também realça o papel da mídia na formação de um *ethos* consumista que aumenta o volume de alvos tentadores e, conseqüentemente, as oportunidades para o crime, como, por exemplo, o automóvel, o alvo predileto de criminosos em todo o mundo. Com relação à mídia eletrônica em geral, Sodré (2007) faz notar que a única política moderna da TV e das redes sociais é a “ideologia do consumo, cujo efeito modernizador tem servido à causa da dominação pelo consumo e da discriminação de classes pelas diferenças de poder aquisitivo, alimentado pela produção monopolística” (SODRÉ, 2007, p. 30).

A (e) “ausência de controles” é o último fator importante a ser mencionado por Reiner (2002), uma vez que muitos ofensores potenciais, embora motivados e possuidores de meios, desistem de levar adiante a empresa criminosa diante de controles efetivos. Esses podem ser externos, como a polícia, ou ainda internos, como os traços de personalidade denominados de “policial da consciência” pelo psicólogo alemão, Eysenck (1964). A eficácia de tais controles é erodida pelas imagens midiáticas de dois modos: os controles externos, pelas representações depreciativas do sistema judicial e pela ridicularização do papel da polícia, o que sugere uma sensação de impunidade. Entretanto, o maior impacto ocorre em virtude da deterioração gradual dos controles internos que costumam inibir o comportamento delituoso, o qual é favorecido pela promoção da permissividade e indisciplina.

Após considerar algumas das possíveis articulações temáticas entre as pesquisas de mídia e as de crime, são discutidos, na sequência, alguns pontos atinentes à análise de conteúdo, representações e efeitos da mídia. O pressuposto da análise é o de que, quaisquer que sejam os objetivos da mídia – comercial, político, moral ou estético –, ela sempre visa provocar algum tipo de resposta do público. Essa resposta, entretanto, depende, em larga medida, de como os conteúdos de suas representações são interpretados pelas pessoas.

4. RESULTADOS

Toda representação, aqui entendida como “grupo de sinais e símbolos” (VALVERDE, 2006, p. 28), obviamente tem um conteúdo. Perguntado sobre as notícias veiculadas em um jornal ou TV ou nas redes sociais, alguém provavelmente descreverá o conteúdo do que leu ou a que assistiu. Entretanto, esse mesmo conteúdo varia de acordo com a forma e o tipo de mídia: o meio é a mensagem. Na propaganda comercial, por exemplo, a informação (conteúdo) sobre bens de consumo é mínima, mas o “logo da marca” (e.g., McDonalds), intensamente associado a certos desejos e sentimentos mediante uma “metonímia de

repetição”²⁷, pode causar um enorme impacto sobre os consumidores. Um mesmo fato, noticiado por um *Tabloid* por um *Quality Newspaper* ou pelas redes sociais pode ter o mesmo conteúdo, mas o tom da linguagem, os caracteres tipográficos empregados e o tipo de ilustração alteram significativamente a mensagem veiculada.

Isso ocorre porque o formato de uma representação também transmite uma mensagem. Aos olhos do leitor, um artigo científico formatado para ser publicado em uma revista especializada parece mais propriamente científico do que sua versão manuscrita. Conteúdos e formatos, por sua vez, dependem do tipo de mídia. Websites possuem páginas virtuais que podem ser abertas ou copiadas, em qualquer ordem, simplesmente, por meio de um clique em uma palavra hiperlinkada, o que não é possível em jornais ou revistas. Ao contrário da mídia impressa, a mídia visual, sobretudo a TV e as redes sociais, derrubam as barreiras de acesso às informações que hierarquizam a audiência em certas categorias – letrados, semiletrados e iletrados –, proporcionando a todos uma apreensão direta, rápida e simplificada de suas mensagens. Por isso, segundo a maioria dos pesquisadores, o nível de conhecimento e o tipo de informação com os quais as pessoas constroem as realidades sociais foram dramaticamente expandidos e homogeneizados pela mídia eletrônica e pelas redes sociais.

Mathiesen (2010) sustenta que o aumento, a permanência e a importância crucial da ameaça do crime nos Estados Unidos e na Europa devem-se, em larga medida, ao poderoso efeito das imagens de televisão, hoje espalhadas instantaneamente pelas redes sociais. Sem cair na armadilha de querer atribuir a fatores midiáticos a causa de todos os males da sociedade, o autor faz notar, entretanto, o salto qualitativo representado pelo advento da TV e das redes sociais na construção social dos problemas sociais. Assim como o automóvel não é uma carroça sem cavalo, assim também a TV não é um jornal em imagens. Para Mathiesen (2001), a TV é o panóptico de Foucault ao reverso. Um synóptico por meio do qual muitos veem, admiram ou rejeitam os poucos.

Ramos e Novo (2003, p. 494) notam que, por não ter acesso direto às situações representadas pela mídia, o público tende a assumir como seu o discurso hegemônico produzido pela TV. Esse discurso lhe oferece uma representação cultural e social construída por determinados segmentos da sociedade que dominam o cenário socioeconômico. Isso significa dizer que, quando se trata de representações de crime, os meios de comunicação não

²⁷ A metonímia (gr. *meta*, além de, mudança, e *ónyma*, nome) é utilizada como estratégia de marketing para associar símbolos, marcas, eventos ou estilos de vidas a produtos específicos. Por exemplo, a marca Nike é geralmente associada à imagem de um atleta veloz ou à de um jovem que gosta de aventuras.

se limitam a informar. Eles tomam partido, julgam e condenam, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas.

É por isso que, ao transmitir de modo sensacionalista um incidente isolado, a cobertura televisiva de crimes violentos pode induzir os telespectadores a se identificarem com a vítima, mesmo quando o crime tenha ocorrido a centenas de quilômetros do local de recepção da notícia, o que contribui para acentuar a percepção geral de criminalidade. Peelo (2006) assegura que, “as representações de crime na TV e redes sociais permitem encontrar entretenimento no crime, o que pode parecer grotesco às vítimas reais” (PEELLO, 2006, p. 169).

A dramatização e emocionalização desses fatos estimula à punição emotiva, que pode levar a um tipo de linchamento midiático dos suspeitos, à condenação sumária de criminosos, à descrença no sistema penal e à promoção do populismo punitivo. A mídia se torna, assim, o espaço privilegiado onde as vítimas expressam publicamente suas emoções (ódio, vingança, perdão) por meio de manifestações de sentimento que contrastam com o formalismo burocrático e racional característico da justiça criminal.

De acordo com Gilliam e Iyengar (2000), os crimes noticiados na TV tendem a ser predominantemente violentos. A cobertura é geralmente episódica (eventos isolados e não contextos gerais) e a figura do suspeito aparece como agente causal do evento criminoso. Como os telespectadores apreendem dos suspeitos apenas aquilo que se limita às atribuições visuais, o crime violento tende a ser relacionado à raça e à etnia. Ainda segundo os autores, das 3.014 coberturas sobre crime em Los Angeles, nos anos de 1995 e 1996, 83% foram sobre crime de sangue, embora os homicídios respondam por menos de 1% dos índices de criminalidade daquela cidade. Mais da metade dessas reportagens fazia alusão explícita à raça e à etnia do suspeito. Nesse sentido, afrodescendentes e hispânicos apareciam em 58% dos casos, embora a esmagadora maioria das prisões envolvendo indivíduos pertencentes a esses grupos étnicos tenha sido feita por crimes contra o patrimônio (GILLIAM; IYENGAR, 2000, p. 561).

Fenômeno semelhante parece ocorrer também no Brasil. De acordo com o “Guia para Prevenção do Crime e a Violência nos Municípios”, elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, fica evidente que o maior número de crimes registrados pela polícia – casos de furto e de lesões corporais – é o que recebe menor atenção dos veículos de comunicação. Por outro lado, embora os casos de homicídio digam respeito

apenas a 1,7 % dos crimes registrados pela Polícia, eles são responsáveis por mais de 40 % das matérias publicadas sobre crime (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005, p. 12).

A disparidade entre “criminalidade real e criminalidade percebida” remete, por sua vez, à noção de *infotainment* (informação + entretenimento), uma forma de cobertura midiática do crime que mistura formatos de notícia e entretenimento. Os *Reality Shows* entretêm, pela dramatização de eventos criminosos reais, enquanto os programas ficcionais pretendem cativar a audiência emulando a realidade das manchetes dos noticiários, o que, do ponto de vista psicológico, pode favorecer a erosão dos critérios que separam a ficção da realidade. Surette (1998) chama de “lei dos opostos” a disparidade entre as representações de crime na mídia de entretenimento e a realidade das estatísticas oficiais. Segundo o autor, “em matéria de criminalidade, qualquer coisa exibida na *media show* é o contrário da realidade” (SURRETE, 1998, p. 47).

Assim, a visão de mundo e de sociedade construída nos dramas ficcionais de crime invariavelmente remete à ideia de violência e perigo, sugerindo atitudes de pânico e sentimentos de medo, isolamento e suspeição, já que os criminosos geralmente retratados pela ficção não são facilmente reconhecidos por ocuparem posição de prestígio e poder na sociedade. Além disso, é perceptível que a ecologia midiática do crime nos shows ficcionais separa e isola a criminalidade de outros problemas sociais – como desemprego e educação precária – os quais se encontram inseparáveis na vida real (GERBNER; GROSS, 1980, p. 154).

Por outro lado, a representação do fenômeno criminoso, como exclusiva decorrência de escolhas individuais, retira o espaço para considerações sobre causas históricas, estruturais e socioeconômicas, o que acaba legitimando as criminologias fundadas na visão puramente individualizada do criminoso, como as teorias lombrosianas sobre psicopatas natos, bem como as políticas criminais lastradas na incapacitação do ofensor e não na reforma social e na reabilitação. Escholz *et al.* (2004) analisaram o conteúdo dos principais dramas policiais da TV estadunidense, nos anos de 2010-2019, comparando-os com as estatísticas oficiais para avaliar dois modelos de *scripts* (*crime control and control talk models*) recorrentes nesses programas. O índice de homicídios registrado na zona cinza entre ficção e realidade chegou a 92%, em alguns programas, contra 0.22% do *Uniform Crime Report* (2019) da cidade de Nova York, referentes ao mesmo período de tempo. Já o *control talk script*, uma forma de linguagem política usada na discussão de como desvendar os homicídios, revelou uma surpreendente apologia de métodos investigatórios descomprometidos com a defesa dos

Direitos Humanos, com o devido processo legal e com a presunção de inocência dos acusados.

Outros pontos da pesquisa detectaram um tipo de racismo moderno que reforça o estereótipo do jovem negro – maltrapilho, ameaçador e violento, sempre inclinado a perpetrar os crimes mais bárbaros da série – sendo algemado e preso pelos policiais; enquanto isso, as vítimas eram quase sempre mulheres brancas e indefesas: A combinação do modelo de controle da criminalidade com a tipificação de minorias reforça a percepção de que essas minorias representam uma ‘ameaça social’ à maioria branca e que o único modo de enfrentar tal realidade é conceder à polícia mais poderes discricionários e punitivos (ESCHOSCHOLZ *et al.*, 2004, p. 173).

Gilliam e Iyengar (2000) notaram também que os crimes que dominam a percepção pública e os debates políticos nos Estados Unidos não são os crimes comuns, mas os raros, esporádicos e particularmente violentos. Além disso, alegam que o enquadramento episódico da criminalidade (*episodic news frame*) pode ter contribuído para criar no público a percepção de que o crime é uma questão de escolha individual, o que favorece a formação de políticas criminais de contenção de “escolhas erradas” e da punição daqueles que “persistem no mal” (GIILLIAM; IYENGAR, 2000, p. 567).

Ao pesquisar os frames narrativos, Iyengar (1994) chegou à conclusão de que o “enquadramento episódico”, isto é, as “instâncias específicas” dentro das quais os problemas sociais são narrados, sugere ao público a imputação individualista de responsabilidade e a aceitação de medidas punitivas contra os culpados apontados dentro desses frames narrativos. Segundo o autor, “a imputação sugerida ocorre em menor escala nos *frames* temáticos, em que as questões sociais são enquadradas em contextos históricos mais amplos” (IYENGAR, 1994, p. 46).

Embora *frames* narrativos não sejam premissas organizativas originalmente inventadas pelos jornalistas para explicar a complexa realidade do crime, são definidores prévios da situação de comunicação que se vai estabelecer com os telespectadores. *Frames*, marcos ou enquadramentos constituem os modos mediante os quais se cataloga e se vivencia a experiência da realidade. Sob a perspectiva da elaboração da notícia, o frame pode ser definido como o processo de seleção e hierarquização da realidade social pelos jornalistas e suas práticas de trabalho de maneira a promover interpretações e avaliação das questões (ENTMAN, 2004, p. 35).

Pode-se assim resumir as principais conclusões das pesquisas sobre os conteúdos das representações de crime na mídia em geral: (i) As narrativas de crime são prevalentes tanto na mídia ficcional quanto profissional. Esse fascínio é constante ao longo da história da mídia. (ii) Verifica-se uma preferência indiscutível pela representação de crimes violentos contra indivíduos, embora em proporções que variam de acordo com os tipos de *medium* e mercado. Em todo caso, a proporção de crimes representados na mídia é sempre o oposto das estatísticas oficiais. (iii) O perfil das vítimas e ofensores revela uma média etária e um status social bem mais elevado do que aquele emergente do sistema penal. (iv) O risco de vitimização por crime violento retratado na mídia é quantitativa e qualitativamente desproporcional ao registrado pelas estatísticas oficiais. O mesmo não ocorre com os crimes contra o patrimônio, que são subrepresentados. (v) Tanto na ficção quanto nos noticiários, as imagens e representações tendem a mostrar os aspectos positivos da polícia, embora críticas episódicas à atuação de policiais no que se refere à eficiência, justiça e honestidade sejam também registradas. (vi) O leitmotiv preferido das narrativas de crime é a vítima branca de classe média do sexo feminino, em flagrante contraste com as estatísticas oficiais que revelam altos índices de vitimização entre as populações negras e pobres, as quais são representadas na mídia como ofensores e não vítimas.

5. DISCURSÃO: O IMPACTO DA MÍDIA SOBRE AS POLÍTICAS CRIMINAIS

Por meio de quadros de referências valorizados, significativos dentro do ambiente cognitivo de grande parte das pessoas, a mídia confere credibilidade a certas visões de mundo que influenciam a elaboração das políticas públicas, uma vez que é na “construção do discurso, muito mais do que na ação, que o cidadão comum pode e quer participar da política” (ALDÉ *et al.*, 2005, p. 187). Assim, partindo da premissa de que o processo de construção das atitudes políticas é preponderantemente comunicacional, as informações transmitidas pela mídia representam uma das mais importantes variáveis para elaboração da agenda política de um país.

Um volume considerável de pesquisas foi dedicado ao estudo dessa função, denominada, em inglês, *agenda-setting*. A conclusão geral estabelecia uma correlação positiva entre a quantidade de coberturas midiáticas sobre problemas sociais e o grau de importância a eles conferidos pelo público (McCOMBS; SHAW, 1972, p. 180). Incentivados por tal correlação, muitos pesquisadores concentraram suas análises no impacto que esse *ranking* pode exercer sobre a formulação de políticas públicas, partindo do pressuposto de que há uma certa linearidade entre mídia, público e decisões políticas, em um processo que pode

assim ser descrito: a mídia destaca em seu noticiário um determinado assunto; este ganha importância aos olhos do público; *claimsmakers* (reivindicantes) se mobilizam e *policymakers* (formuladores de políticas) respondem. Tal linearidade, entretanto, nunca chegou a ser cientificamente comprovada e nem conseguiu capturar a complexidade das respostas que a cobertura da mídia pode provocar no público (PRITCHARD; BERKOWITZ, 1992, p. 87).

A relação mídia-público se revela indireta, algumas vezes recíproca e altamente interativa com processos socio individuais. Fatores como idade, sexo, nível educacional e renda, ou, ainda, hábitos mentais, gostos e preferências ideológico-políticas, prevalecem sobre o fator mídia. Algumas pesquisas mostram, também, que os indivíduos cujas preferências políticas coincidem com aquelas que os noticiários realçam, tendem a buscar, na mídia, a confirmação de seus próprios pontos de vista, enquanto os que têm opiniões divergentes são mais propensos a evitá-la. Por essa razão, é possível dizer que o grau de exposição à mídia não é determinado por seu poder de influência, mas pela capacidade de seleção da audiência. Além disso, o impacto das informações veiculadas pela mídia parece ser maior em questões que se encontram fora da experiência e do conhecimento das pessoas e menor quando são discutidas de forma abstrata (YAGADE; DOZIER, 1990, p. 7).

As condições locais também parecem influenciar o nível de aceitação das representações da mídia. Por exemplo, se o entorno já é conflagrado, a experiência vivida por seus moradores representa uma fonte alternativa de informação sobre crime que compete com a mídia, tendendo a diminuir seus possíveis efeitos sobre atitudes e crenças. Esse achado, entretanto, não invalida o resultado de outras pesquisas que detectaram uma relação positiva consistente entre indivíduos que apresentam alto consumo de televisão e apoio a certo gênero de políticas criminais, como aumento do policiamento ostensivo, porte de arma e penas mais duras para infratores (SURRETE, 1998, p. 205).

Janowitz (1960) assim resume a função *agenda setting* da mídia: “a influência da mídia sobre a formulação das políticas públicas não se dá através de proselitismo, mas pelo estabelecimento dos *frames*” (JANOWITZ, 1960, p. 402). Bennett (1980), sustenta que *agenda setting* diz mais respeito ao “reforço dos valores sociais dominantes do que propriamente à criação de novos problemas e valores sociais” (BENETT, 1980, p. 305).

Ao selecionar quais eventos e quais perspectivas são dignas de serem noticiadas e comentadas (*newsworthiness*)²⁸, a mídia indiretamente reforça ou debilita abordagens já existentes, aumenta ou reduz conflitos, promove ou boicota mudanças políticas. Daí a expressão *agenda reinforcement* (reforço da pauta), considerada por alguns autores mais apropriada para designar a função de *agenda setting* dos meios de comunicação em massa. A mídia opera ainda como *gatekeepers*²⁹ (guardiões do portão) que reproduzem e reforçam certos valores e ideias, ao mesmo tempo em que filtram outras.

Apesar de suas limitações, a abordagem *agenda setting* foi instrumental para a mudança de percepção do impacto da mídia na formulação das políticas públicas. Embora boa parte da literatura que analisa tal função o faça em relação à política, há um consenso entre os autores de que semelhante papel também se aplica à questão da criminalidade e da justiça penal. De acordo com Surette (1998,), a melhor abordagem sobre a função *agenda setting* é a de que mídia, gestores públicos e opinião pública estabelecem “formas não especificadas de interação que se reforçam mutuamente e que influenciam a visão de mundo um do outro”. (SURETTE, 1998, p. 203). Ainda segundo o autor, a mais importante influência de semelhante função se verifica sobre as políticas públicas, bem como sobre as atitudes e crenças das pessoas acerca do crime e da justiça penal.

Na avaliação de Beato (2007), diretor do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais, a ausência de instrumentos de diagnósticos, monitoramento e avaliação de atividades na área da segurança pública no Brasil, gera estratégias e ações de cunho puramente reativo e de poucos resultados. Nesse contexto, fatos de grande repercussão explorados pela mídia terminam por influenciar a agenda dos gestores. Segundo o analista, “o que gera a notícia pauta a agenda de prioridades de nossos governantes” (BEATO, 2007, p. 15).

²⁸ *Newsworthiness* (noticiabilidade), isto é, o valor conferido a um item particular por uma organização midiática, depende de dois fatores: periodicidade e consonância. O primeiro refere-se ao ciclo temporal dos eventos que podem ser mais apropriados para entrar nas notícias diárias, semanais, mensais etc. A consonância diz respeito ao modo como um evento se vincula a temas previamente noticiados e sua aceitação por parte do público. Eventos inusuais e inesperados são noticiados, mas tendem a ser enquadrados em *frames* anteriormente usados (Surette, 1998, p. 61).

²⁹ As pesquisas sobre os *gatekeepers* (“guardiões do portão”) analisam o comportamento dos profissionais da comunicação de forma a investigar que critérios são utilizados para a divulgação ou não de uma notícia. Isso porque tais profissionais atuariam como “guardiões” que permitem ou não que a informação “passe pelo portão”, ou melhor, seja veiculada na mídia. Muitas dessas pesquisas concluem que a decisão depende principalmente dos acertos e pareceres entre os profissionais, que estão subordinados a uma cultura de trabalho e a um ethos profissional que não raro excluem o contato com o público.

Ainda de acordo com Beato (2007), o aspecto perverso disso é que se relega ao esquecimento a rotina perversa e sem apelo midiático que vitima centenas de jovens na periferia das grandes cidades, já que os crimes envolvendo pessoas das classes mais abastadas são os únicos capazes de mobiliar a atenção da mídia. Como bem salientou Josmar Josino, jornalista e repórter policial brasileiro, “não adianta brigar com a notícia. Se há um caso de latrocínio em Itaquera (zona pobre da cidade) e outro em Moema (classe média alta), os repórteres vão querer cobrir o de Moema (*apud* RAMOS; PAIVA, 2007, p. 80).

6. CONCLUSÃO

Dada a natureza sub-reptícia da percepção da criminalidade, as pesquisas sobre os possíveis efeitos criminogênicos da mídia se deparam com obstáculos metodológicos consideráveis, o que torna a escolha, isolamento e avaliação das variáveis – indispensáveis para o estabelecimento de qualquer relação de causalidade – extremamente penosas. A alternativa explorada por certos pesquisadores tenta contornar o problema focando na relação mídia-violência e nos testes de laboratório. A hipótese, popularmente conhecida pela expressão *monkey see, monkey do* (macaco assiste, macaco faz), tem base na premissa de que as representações de violência na mídia eletrônica (TV, filmes, videogames, redes sociais etc.) têm o condão de provocar o aumento da agressividade social e também da criminalidade.

A dificuldade encontrada por tal abordagem é que muitos tipos de violência não constituem necessariamente crime, e muitos crimes não são violentos. De acordo com certa corrente de psicólogos e cientistas sociais, essas e outras peculiaridades dos fenômenos analisados tornam os testes empíricos sobre a relação mídia-violência no mínimo inconclusivos. Tais resultados se devem, em parte, ao paradigma positivista adotado na avaliação dos testes. A pretensão desse paradigma é fornecer uma análise de conteúdo puramente objetiva e livre de qualquer viés subjetivo, fundamentada em avaliações quantitativas de certos atributos das mensagens midiáticas. Entretanto, é difícil imaginar um método universal de análise das representações de crime na mídia que possa ser reduzido a uns poucos procedimentos metodológicos, uma vez que as questões centrais para a discussão científica sobre metodologia – validade, confiabilidade, replicabilidade, e capacidade de predição de eventos futuros –, embora importantes, não encontram utilidade direta na análise qualitativa daquilo que com frequência constitui um conjunto ímpar de sinais, símbolos e representações.

De outra parte, pesquisas que comparam o conteúdo dos programas ficcionais e dos noticiários da mídia com a realidade das estatísticas oficiais de vitimização parecem de pouca utilidade. Isso porque, enquanto for relevante a demonstração de que o público é mal informado sobre as probabilidades reais de ocorrência de certos crimes, dificilmente alguém afirmará que nem os jornais nem a TV ou as redes sociais representam fielmente essa suposta “realidade”. Nem mesmo os *reality shows* têm tal pretensão. As pessoas que aparecem nas telas de TV ou nos filmes não se comportam do mesmo modo na vida diária, assim como as fotos de um álbum de família, por mais espontâneas que pareçam, não devem ser tomadas como amostras randômicas fidedignas da experiência cotidiana de uma família.

REFERÊNCIAS

ADONI, H.; MANE, S. Media and the social construction of reality. **Communication Research**, London, 11(3):323-240, 1984. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/009365084011003001?journalCode=crxa>. Acessado em: Mai. 2023.

ALDÉ, A. *et al.* Critérios Jornalísticos de Noticiabilidade: Discurso Ético e Rotina Produtiva. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. (10):186-200, 2005.

BEATO, C. A mídia define as prioridades da segurança pública. In: RAMOS, S.; PAIVA, A. (Org.), **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 33-36, 2007.

BECKETT, K.; SASSON, T. **The politics of injustice: Crime and punishment in America**. Thousand Oaks, Pine Forge Press, 273 p., 2000.

BENNETT, L. W. **Public opinion in American politics**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 420 p., 1980.

BOTTOMS, A. The philosophy of punishment and sentencing. In: CLARKSON, C.; MORGAN, R. (Org.), **The politics of sentencing reform**. Oxford: Clarendon Press, p. 17-49, 1995.

BUCCI, E. **O Brasil em tempo de TV**. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 182 p. 2000.

CLOWARD, R. A.; OHLIN, L. E. **Delinquency and Opportunity**. New York: Free Press, 346 p., 1980.

COHEN, A. K. The sociology of the deviant act: Anomie theory and beyond. **American Sociological Review**, 30 (1):5-14. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2091770>. Acessado em: Abr. 2023.

COHEN, S. 1972. **Folk devils and moral panics**. London: Paladin, 199 p., 1965.

ENTMAN, R. M. **Framing news, public opinion and U.S.** Foreign Policy. Chicago: University of Chicago Press, 217 p., 2004.

ESCHOLZ, S.; MALLARD, M.; FLYNN, S. Images of prime-time justice: a content analysis of NYPD Blue and Law & Order. **Journal of Criminal Justice and Popular Culture**, New York, 10(3):161-180, 2004. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=323a0980ab61464e1bf241d965e728a80936bf12>. Acessado em: Mai. 2023.

EYSENCK, H. J. **Crime and personality**. London, Routledge, 357 p., 1964.

FERRAJOLI, L. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 498 p., 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório de Impacto**. 2022. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/anuarios/relatorio-impacto-eaesp-2021-2022-v2_0.pdf. Acessado em: Abr. 2023.

GAIO, A. M. Crime e controle social no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, I (2):111-127, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12121>. Acessado em: Mai. 2023.

GERBNER, G.; GROSS, L. The violent face of television and its lessons. In: PALMER, E.; DORR, A. (Org.). **Children and the fear of television**. Virginia, VA, Academic Press, p. 149-162, 1980. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=323a0980ab61464e1bf241d965e728a80936bf12>. Acessado em: Mai. 2023.

GILLIAM JUNIOR, F.; IYENGAR, S. Prime suspects: The influence of local television news on the viewing public. **American Journal of Political Science**, Hong Kong, 44(3):560-573. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2669264>. Acessado em: Mai. 2023.

GRABER, D. A. **Mass Media and American Politics**. Washington, D.C.: CQ Press, 227 p., 1989.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible? How television frames political issues**. Chicago: University of Chicago Press, 187 p., 1994.

JANOWITZ, M. **The professional soldier**. New York: Free Press, 216 p., 1960.

LEAL FILHO, L. L. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summas, 180 p., 2006.

LIMA, J. G. **A guerra atrás das câmeras**. Veja. São Paulo, ed. 1689, Ano 37, n. 35, set., 2004.

LISKA, A. E. **Perspectives on Deviance**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 257 p. 1987.

MATHIESEN, T. Television, public space and prison population. **Punishment & Society**, New York, 3(1): 35-42, 2010. Disponível em: <https://www.torrossa.com/en/resources/an/5018367>. Acessado em: Mai. 2023.

McCOMBS, M.; SHAW D. The agenda-setting function of the mass media. **Public Opinion Quarterly**, 36:176-187, 1972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1086/267990>. Acessado em: Mai. 2023.

MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, B. B. (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petropolis, Vozes, p. 129-140, 1999.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, 3(5):672-682. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2084686>. 1938. Acessado em: Mai. 2023.

MESSNER, S. F.; ROSENFELD, R. **Crime and the American dream**. Belmont: Wadsworth, 267 p., 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia para Prevenção do Crime e a Violência nos Municípios**. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/Senasp-1/guiapreven_o2005.pdf . Acessado em: Mai. 2023.

PEELO, M. Framing homicide narratives in newspapers: mediated witness and the construction of virtual victimhood. **Crime, Media, Culture**, London, 2(2):159-175. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1741659006065404>. 2006. Acessado em: Mai. 2023.

PRATT, J. Emotive and ostentatious punishment: its decline and resurgence in modern society. **Punishment & Society**, New York, 2(4):417-439. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/14624740022228088>. 2000. Acessado em: Mai. 2023.

PRITCHARD, D.; BERKOWITZ, D. The limits of agenda-setting: The press and political responses to crime in the United States – 1950-1980. **International Journal of Public Opinion Research**, Los Angeles, 5(2):86-91, 1992. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=8a3c193421908fa28e519e4c8761c4b341ce4079>. Acessado em: Mai. 2023.

RAMOS, F. P.; NOVO, H. A. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estudos de Psicologia**, 8(3):491-497, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/GhzBNwL6sCqQFfkxsPhjtsm/?lang=pt&format=html>. Acessado em: Mai. 2023.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 191 p., 2007.

REINER, R. Media, Crime, Law & Order. **The Scottish Journal of Criminal Justice Studies**, UK, 12:5-21, 2006. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/15400/>. Acessado em: Mai. 2023.

REINER, R. Media made criminality. In: MAGUIRE, M.; REINER, R.; MORGAN, R. (Orgs.), **The Oxford Handbook of Criminology**. Oxford: Oxford University Press, p. 376-416, 2002.

RUNCIMAN, W.G. *Relative deprivation and social justice: A study of attitudes to social inequality in twentieth-century Britain*. London: Routledge, 346 p., 1966.

SALGADO, G.B. **Fabulação e Fantasia**, Juiz de Fora, Editora UFJF, 239 p., 2006.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**. Petrópolis, Vozes, 155 p., 1977.

STOUFFER, S.A. **Studies in Social Psychology in World War II: The American Soldier**. WASHINGTON, D. C.: PUP, 486 p., 1949. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1950-00790-000>. Acessado em: Mai. 2023.

SURRETE, R. **Media, crime, and criminal justice: images and realities**. New York: Wadsworth, 318 p., 1998.

TARDE, J. G. **Penal Philosophy**. New York, Little Brown, 380 p., 1912.

U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **Uniform Crime Report 2019**. Disponível em: FBI — Crime in the U.S. 2019. Acessado em: Abr. 2023.

VALVERDE, M. **Law & Order: Images, meanings, myths**. New Brunswick: Rutgers University Press, 172 p., 2006.

YAGADE, A; DOZIER, D. The media agenda-setting effect of concrete versus abstract issues. **Journalism Quarterly**, Los Angeles, 2(2):3-11. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769909006700102?journalCode=jmqb>. Acessado em: Mai. 2023.

YOUNG, J. **The exclusive society**. London: Sage, 267 p., 1990. 1999.

CAPÍTULO 14

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E POBREZA

Shayana Busson

RESUMO

Este artigo apresenta um histórico dos modelos de assistência social desenvolvidos na Europa ocidental desde os tempos medievais até os dias atuais. Partindo de bases teórico-bibliográficas versadas pelos autores Robert Castel, Pierre Rosanvallon e Karl Polanyi, verificam-se as transformações ocorridas na cultura e na política filantrópica e beneficente, segundo conjunturas impostas com o advento da modernidade e sua ofensiva capitalista sobre a organização do trabalho. Discute-se a coesão social incluindo temas como solidariedade, surgimento da pobreza, desigualdades e políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social. Trabalho. História. Capitalismo. Desigualdades.

1. INTRODUÇÃO

Os autores Robert Castel (1998), Karl Polanyi (2000) e Pierre Rosanvallon (1997)³⁰ percorrem a história das civilizações europeias pré-industriais traçando um perfil dos modelos de assistência e desfiliação social e analisando as mudanças geradas com o advento do capitalismo moderno. Sobretudo no que concerne o sistema de organização do trabalho, os autores relacionam os “vagabundos” de antes da revolução industrial, os “miseráveis” do século XIX e os “excluídos” da atualidade, inscrevendo-os na dinâmica dos sentimentos de pertença, solidariedade e pacto social.

Este trabalho tem a pretensão de apresentar dados históricos sobre o que ocorre antes e após a revolução industrial do século XIX a respeito das estratégias de caridade e políticas sociais, bem como demonstra a emergência de uma série de mudanças que consolidarão tais políticas na atualidade. Também a gestão do Estado em relação à melhoria das condições de vida da população irá permear a discussão final desse texto, relacionando desemprego,

³⁰*Pierre Rosanvallon* (nascido em 1948) é intelectual e cientista político francês, professor de História Política Moderna no Collège de France desde 2001. Foi diretor de pesquisas em um sindicato francês e está filiado ao *Partido Socialista* da França.

Robert Castel é um sociólogo francês, nascido 01 de agosto, 1933, tem formação em Filosofia e Sociologia, foi professor das principais universidades francesas dentre elas a Sorbone, além de algumas americanas como Havard. Foi parceiro de Pierre Bourdieu, com quem começou a trabalhar, deixando a Filosofia à Sociologia. Atualmente dirige o Centro para o Estudo dos Movimentos Sociais (EHESS-CNRS).

Karl Paul Polanyi, nascido nasceu em Viena, Áustria, 25 de outubro de 1886, foi um filósofo e historiador da economia, ativista *anarquista*, antropólogo húngaro, conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional e professor da Universidade de Budapeste. Com a repercussão do seu trabalho, foi convidado para lecionar na *Universidade de Columbia*, em 1947, mas não pôde ensinar porque sua mulher era integrante do Partido Comunista e não conseguira visto pra entrar nos EUA, assim, foi ensinar na Universidade de Toronto, Canadá, e faleceu em 23 de abril de 1964.

liberalismo, solidariedade, reforma e revolução; a ideia é demonstrar se apenas com políticas sociais seriam capazes de enfrentar os inúmeros ciclos de crise do capital.

2. SOCIABILIDADE PRIMÁRIA

Em termos gerais, as sociedades feudais ocidentais de antes do ano 1.000 d.C. caracterizavam-se economicamente pelo estabelecimento de “redes de proteção próxima”. A ordem social estruturava-se em costumes e tradições onde pessoas com dificuldades de alimentação, saúde e trabalho eram mantidas pela própria comunidade e suas famílias, com o mínimo de intervenção institucional do Estado ou de qualquer outro poder constituído.

Essas sociedades feudais funcionavam como sistemas autorregulados, manejando a recomposição do equilíbrio social/familiar com seus próprios recursos. O modelo de tutela do indivíduo era, em sua dimensão econômica, familiar e comunitária, isso quer dizer que as comunidades pré-industriais remediavam os fracassados, agregavam os desestabilizados, assumiam o órfão, o indigente ou o inválido, apresentando-se como estruturantes de uma solidariedade natural; ainda que essas comunidades, em sua maioria, repudiassem a presença e conseqüentemente negassem ajuda à estrangeiros, ao menos com seus pares territoriais elas conseguiam assegurar uma coesão coletiva; e é essa circunstância que para Castel (1998) ficou denominada de “sociabilidade primária”.

Com regulações sociais baseadas em “sociabilidade primária”, o sentimento de segurança social e econômica logo se incorporava de forma mais estável entre os sujeitos, visto a assistência ao próximo ser entendida como obrigatória a todos da comunidade, numa espécie de sistema concorde de interdependências. Apesar de bastante hierarquizada e com as mazelas da discriminação xenofóbica e dos preconceitos direcionados aos que não se casavam e não tinham filhos, as sociedades camponesas ocidentais da alta idade média são descritas como sociedades providas e asseguradas; pode-se dizer que elas atuavam sobre si mesmas configurando o que se designou chamar de “proteção próxima e/ou natural” ou “generosidade necessária” - termos similares à “sociabilidade primária”.

Diferente do homem moderno, o homem primitivo (entendido como primeiro) não se via ameaçado de inanição, a menos que toda sociedade estivesse em condição igual; a assistência aos mais carentes não era uma opção a cargo da iniciativa pessoal, mas consequência obrigatória à comunidade, tanto que no século VIII d.C., quando os laços de vassalagem e suserania começam a imporem-se, muitos homens livres vão pedir

voluntariamente para se tornarem homens de um senhor, pois é óbvio que a independência ameaçava-lhes a existência, privando-os de proteção.

3. SOCIABILIDADE SECUNDÁRIA

Como resultado do aumento populacional, aproximadamente no início do século XII, a “sociabilidade primária” encontra dificuldades em manter sua subsistência e assim entra em cena a “sociabilidade secundária”.

A “sociabilidade secundária” se manifesta como serviços prestados por instituições formais especializadas em auxílio social. Entre 1180 e 1350 a maior parte das grandes instituições religiosas de assistência são fundadas na França; essas instituições caracterizaram-se por gestar o ofício da solidariedade, que não mais podia ser conduzido por toda comunidade.

Vale ressaltar que a igreja fora uma dessas pioneiras instituições a praticar a assistência social, inclusive ela “encontra nesse serviço aos pobres a outra justificativa para sua preeminência social e para seus privilégios” (CASTEL 1998, p. 70).

Associações de auxílio mútuo, igrejas, hospitais, esmolarias e autoridades ricas passaram a atuar como instituições de combate à pobreza e mendicância, surgidas em escala considerável nesse período. Desse modo, com inúmeras práticas assistencialistas, a Europa ocidental dos séculos XII e XIII é marcada pelo início de uma “nova questão social”, diga-se, a “sociabilidade secundária”, representando a necessidade, pela primeira vez na história, de se consolidar uma gestão racional de sujeitos abandonados.

A partir do surgimento de entidades filantrópicas, adveio a determinação de diferenciações taxativas aos indivíduos pobres e indigentes, eles passaram a usar obrigatoriamente distintivos como: medalhas, chapinhas e cruces, costuradas na manga da camisa ou no peito, afim de que pudessem participar de maneira organizada das doações e ter acesso às instituições beneficentes. Também apareceram inovações quanto ao entendimento da pobreza e do usuário de auxílios, por exemplo: ao invés do repasse financeiro aos pobres, passou-se a ensinar ofícios e a distribuir ajudas a famílias inteiras de desempregados; porém o estrangeiro continuou aquém desses benefícios, expressando a consecutiva ideia de que somente o indivíduo ainda vinculado a seu território social não pode ser abandonado.

4. OS SUPRANUMERÁRIOS E A VULNERABILIDADE DE MASSA

A base da “questão social”, no entanto, irá sofrer outra diferenciação a partir da metade do século XIV com o aparecimento em massa de um personagem denominado: os supranumerários, ou seja, “aqueles que não têm nenhum lugar determinado na estrutura social, nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas” (CASTEL 1998, p. 96).

A desregulamentação da organização do trabalho, ou mesmo, o capitalismo em seu estágio embrionário, demonstrou efeitos devastadores para a estrutura social, tendo constituído, desde a gênese, o que Marx denominou de “exército de reserva” e aqui Castel (1998) chama de “os supranumerários”. A imensa e recente massa desfilada de pessoas sem ocupação, além de mexer com a questão assistencial estimulando a reformulação dos parâmetros de filantropia e do auxílio social, mexeu também com os agentes legislativos que chegaram a proibir a assistência aos sujeitos que tinham condições de saúde para trabalhar. Ademais, começam daí as ondas de repressão a vagabundos, prostitutas, mendigos, e indigentes, numa tentativa de frear os casos de saques financeiros e tumultos sociais.

E os anos que se seguem irão sistematizar ainda mais as condições de amparo e proteção social. A conjuntura econômica no século XVI veio a demonstrar o aprofundamento de crises de subsistência, o aumento de preços dos produtos alimentares, o subemprego ligado à numerosa expansão demográfica, pestes, crescimento das cidades e conseqüente reorganização agrária; disso a pobreza foi se constituindo objeto crescente de amplos debates públicos, deflagrando dezenas de decretos jurídicos emergenciais voltados inclusive à obrigatoriedade de burgos e aldeias sustentarem e alimentarem seus habitantes, o que não teve muita eficácia visto o desmesurado desenvolvimento de cidades e o modelo de sociabilidade urbana tornar cada vez mais difícil o tipo de assistência com base na proximidade. A esse respeito, Durkheim (1893), em sua época, afirmara que “a sociedade industrial inaugura um modo de relações especificamente novo entre os sujeitos sociais que não pode mais basear-se nas proteções próximas da sociabilidade primária - ele a chama de solidariedade mecânica” (CASTEL, 1998, p. 357).

Diante do fracasso dos decretos emergenciais que obrigavam aldeias e burgos a custear seus habitantes em estado de necessidade, a solução encontrada foi a reclusão domiciliar de mendigos e indigentes em abrigos afastados. O lema “excluir da sociedade e incluir no abrigo”, já no século XVII, se apresentou como a saída necessária para restaurar a

ordem comunitária, e desse jeito, os albergues e hospitais se tornaram o local de assistência mais seguro a elite, pois também havia preocupação com o crescimento do número de indivíduos sem regras familiares, sem moral, sem religião, pelas ruas das cidades. Destarte os mendigos foram albergados, disciplinados e reeducados, e os “vagabundos” ou “mendigos incorrigíveis”, se tornaram caso de polícia.

A partir do final do século XVII, portanto, a indigência começa a ser vista como um fenômeno de massa. Uma tomada de consciência sobre a vulnerabilidade de parte da sociedade persistirá, pois mesmo com o prodígio renascentista, com todo o aparato da modernização, e com uma situação econômica favorável a algumas regiões da Europa, o abandono e a mendicância se alastravam. Neste século, por exemplo, entre um quarto e a metade da população viviam em situação próxima da indigência.³¹

5. AJUDAR PARA TRABALHAR

Com o acirrado desenvolvimento da indústria no século XVIII, as antigas solidariedades baseadas no costume e na tradição (sociabilidade primária) vinham sendo ainda mais ameaçadas, e a própria sociabilidade secundária (assistência institucional) passou por grandes reformulações práticas e conceituais. No momento histórico e econômico do início da modernidade, incidem constantes quebras e falências das formas de organização do trabalho (organização dos ofícios e pequenas manufaturas), em substituição ao trabalho individual, industrial e salarial, que se tornou quase a única e totalitária forma de sobrevivência. As condições de trabalho lançadas pelos recentes industriários liberais previam o fim das tutelas

³¹ No campo da historiografia, o período em que o modo de produção feudal (V à XVI d.C.) se desintegra é polêmico quanto as causas e fatores de influência. Para grande parte dos historiadores, a inauguração de um novo regime, qual seja, o capitalista, se deu no plano das relações de produção. Exatamente quando a terra é arrancada dos novos trabalhadores livres, nesse momento eles foram obrigados a trabalhar nas cidades e em troca de salários. Já para historiadores como Paul Sweezy (1977), a gênese do colapso do modo de produção feudal está relacionada com a presença do comércio e da moeda, advindos de relações monetárias internacionais com o oriente, ou seja, fatores externos teriam abalado as estruturas feudais. Segundo SWEEZY (1977), o comércio externo fez com que a nobreza estabelecesse como objetivo da produção a maximização do lucro a fim de adquirir luxos e riquezas, adotando processos de trabalho mais racionais como o trabalho assalariado. Daí a racionalidade capitalista. A conversão do pagamento de prestações de serviço em dinheiro é a maior evidência da dissolução do feudalismo. No entanto, para outros autores, não é a dissolução do fluxo monetário a causa da desintegração da sociedade feudal, é sim outras condições, anteriores à monetização. Apenas quando a força de trabalho se encontrou completamente dissociada dos meios de produção, pois só assim é possível a extração da mais-valia, pôde-se dizer que o feudalismo foi as ruínas. Com o historiador Maurice Dobb, as causas que desencadearam o fim do feudalismo e início do capitalismo foram internas ao sistema. A crescente necessidade de rendimento das classes dominantes teria aumentado a pressão sobre os camponeses por mais produção, o que ocasionou fugas para as cidades tornando a vida urbana insuportável. Ou seja, para Dobb, a causa fundamental foi a superexploração da força de trabalho. Em suma, sabe-se que inúmeros fatores influenciaram a dissolução do sistema feudal e o surgimento do capitalismo, no entanto a intenção deste texto é determo-nos a ideia de que essa passagem em que a maioria dos indivíduos saem da vida campestre para a vida urbana e passam a vender sua força de trabalho às novas indústrias, é crucial para o aprofundamento da miséria e da pobreza na Europa Ocidental.

em organizações de ofício e o início da liberdade de trabalho. Assim, ao tempo em que os trabalhadores operários tornaram-se livres (*laissez-faire*), também se tornaram desprotegidos. Para Marx (1988) o problema já havia se estruturado desde a passagem do trabalho artesanal para a manufatura, e se aprofunda com a indústria:

Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais [...] É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina [...] O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1988, p. 270-271).

A liberdade de trabalhar promulgada pelos liberais deixou os trabalhadores sem vínculos e suportes, gerando o chamado “individualismo negativo”. Polanyi (2000) define que o homem inserido no mercado industrial aniquilou sua existência orgânica tornando-se atomista e individualista. O século XVIII é assim notado pela inovação da necessidade burguesa de liberdade de trabalho, implicando na destruição do trabalho artesanal, das guildas, das corporações de ofício, trabalhos regulados coletivamente. Habermas descreve que “a população foi arrancada dos liames sociais organizados em estamentos existentes no início da era moderna, e viu-se assim, ao mesmo tempo, posta em movimento e individualizada” (HABERMAS 2004, p. 134).

Para os autores, a discussão sobre a origem do que se convencionou chamar de “a questão social” remete às transformações do sistema feudal para o sistema capitalista de produção. A preocupação com as condições de miserabilidade vivida por milhares de indivíduos teve mais evidência a partir da revolução industrial na Europa, justamente porque o advento das indústrias e do novo mercado trouxe como consequência “uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns” (POLANYI 2000, p. 51), o que suscitou a produção e regulamentação das primeiras normas sociais ligadas às novas mazelas vividas pela população:

[...] a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; famílias estavam no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana (POLANYI 2000, p. 58).

Como o fenômeno de massa vulnerável dos desempregados ganha maior notabilidade no período da industrialização europeia, os próprios Estados voltam-se à noção de vulnerabilidade associada à ausência de empregos, e não mais à falta de assistência ou à desfiliação voluntária. Ganha peso, portanto, a questão da reorganização do trabalho, isolando

a um papel secundário as políticas auxiliares de distribuição de benefícios. Muitos hospitais assistenciais e casas de caridade se tornaram verdadeiros abrigos de indigentes, sujeitos, maltratados, e com fome, e em lugar dos procedimentos antigos de assistência, os pobres começam a ser ajudados através do trabalho, porém sem que o Estado garanta diretamente algum emprego.

Os governos liberais não aniquilaram totalmente o dever da beneficência social, mas passaram a estabelecer relações de reciprocidade entre os indivíduos, onde instituíam condutas e disciplinas a serem seguidas como condição para ser beneficiário. Por ora, também nesse momento, a política social é pensada como responsabilidade dos cidadãos esclarecidos que devem assumir voluntariamente a proteção das classes populares, daí é que passa a surgir na França a quase total proibição da caridade legal, aquela mantida pelo Estado, decorrendo assim o aumento da caridade entre setores privados da elite. Ou seja, o direito de assistência passa a ser pensado sob dois ângulos principais: I) a necessidade da assistência ser mútua entre beneficiário e beneficiador, com tendências à projetos de reabilitação de conduta e promoção de cursos de capacitação para o trabalho; II) a negação do Estado em gerir a assistência social pois, segundo os liames liberais, o direito à assistência é “mania de pensar que todos são iguais”, e a ideia que prevalece é a de que o governo não deve dar a quem não serve. Por conseguinte, o setor privado irá assumir grande parcela das obras de caridade.

Ante a esse contexto, questionava-se como uma avalanche de pobreza e desarticulação social que desabou sobre as cidades europeias durante os séculos XVIII e XIX, puderam simultaneamente conviver com um vasto progresso econômico? De outro modo, ao tempo em que a filosofia liberal da época se animou com a ideia de uma mudança “não- dirigida”, de um crescimento espontâneo e desacreditado de princípios humanitários, sob a égide do paradigma materialista, pipocaram reações da sociedade contra o sistema de mercado, baseadas em propostas de proteção social cuja finalidade era preservar o homem das ações deletérias do mercado. É assim que “a história da civilização do século XIX consistiu, na sua maior parte, em tentativas de proteger a sociedade contra a devastação provocada por esse mecanismo” (POLANYI 2000, p. 58).

Como exemplo do contramovimento que se empenhava em limitar e/ou enfrentar os interesses irrestritos do mercado e seus industriários liberais, Polanyi (2000) cita decretos jurídicos do século XIX que determinavam penalidades para patrões que empregassem meninos abaixo de doze anos que não frequentassem a escola. Outros decretos impediam a

tortura e morte de crianças que limpavam chaminés, responsabilizavam empregadores pelos danos aos empregados durante seu contrato, etc.³² Há que ressaltar que, inicialmente, o desempenho essencial desses contramovimentos não tiveram em seu bojo teórico interesses com discussões econômicas, ou, macroestruturais da organização do trabalho, a grande maioria das intervenções políticas não correspondeu exatamente à “interesses de classe”. As regulamentações contrárias à ofensiva capitalista nesse período exigiam questões paliativas, por exemplo, limpeza de padarias com água quente e sabão, responsabilidade sobre espaços ornamentais, leis sobre educação, saúde e seguro social, etc. Visto esses primeiros contramovimentos, a perspectiva liberalista chegara a afirmar que o protecionismo forjado pelos “subversivos defensores da sociedade” foi o responsável pela incapacidade dos indivíduos em manterem-se fiéis ao nacionalismo e aos valores liberais, e isso produziu certa cegueira ao povo em relação aos benefícios da liberdade econômica, culminando nas mazelas e pobreza até então reconhecidas.

Entre os trabalhadores e suas organizações pioneiras, o conhecimento sobre a miséria gerada nas relações capitalistas só será expresso em lutas sociais dos meados e finais do século XIX, onde se assume a ideia de que o direito de viver estaria trincado no direito ao trabalho, isto é, muitas bandeiras reivindicatórias não refletiram sobre a gênese histórica do problema, que seria justamente a forma de organização do trabalho capitalista, “profundamente defeituosa” (CASTEL, 1998, p. 239), e assim, partiram da vontade superficial de apenas demandar direitos trabalhistas e mais empregos. No clássico “O Capital” de Karl Marx, se vê a exposição clara dessas bandeiras a partir de confrontos pela tentativa de aprovação das leis para diminuição das jornadas de trabalho:

Em reunião com o Ministro do Interior (1844), os inspetores de fábrica demonstraram a impossibilidade de qualquer controle sob o sistema de turnos tramado recentemente. Entrementes, no entanto, as circunstâncias mudaram muito. Os trabalhadores fabris, notadamente a partir de 1838, haviam feito da lei das 10 horas sua palavra de ordem eleitoral econômica, como fizeram da Charter sua palavra de ordem eleitoral política” (MARX, 1988, p. 214).

6. A SOCIEDADE SALARIAL E AS NOVAS DESIGUALDADES

No seguido século XX a paisagem econômica continua sua mudança quando as oportunidades de emprego dão uma virada e o modelo fordista faz aparecer o trabalho movido à reprodução do consumo do trabalhador, e não somente à reprodução do produto, como dantes. Os industriários viram nos trabalhadores a possibilidade consumidora, por isso

³² Ver mais exemplos em POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Cap. Homem, natureza e organização produtiva. p.177. 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000.

garantiam salários mais pomposos e o pleno emprego – dá-se então o nascimento da sociedade salarial e da classe média. Dentro desse relativo ápice de valorização do trabalho assalariado engrenado também pelas teorias keynesianas, a solidariedade e os sistemas de proteção tornaram-se um ato voluntário da sociedade, e o Estado volta a se configurar como quase exclusivo fiador das assistências sociais.

No entanto, com os ciclos que variam entre crescimento e queda econômica do capitalismo, esse modelo fordista e keynesiano em parte vai se desintegrando pois, a crise econômica da década de 70 do século XX veio a desempregar mais de 12% da população europeia, o que desestabilizou todo o aparato de pleno emprego e de altos reajustes salariais das décadas anteriores. Nessas circunstâncias é que se apresenta a outra “questão social”, e se manifesta como a possível “não empregabilidade dos qualificados”, o fim do pleno emprego, a “desestabilização dos estáveis”, a “persistência das desigualdades” e o “déficit de lugares ocupáveis” na estrutura social (trabalhadores que estão envelhecendo e não tem mais lugar no processo produtivo, jovens a procura, desempregados). De acordo com Rosanvallon:

O novo mal-estar francês está ligado à existência de um desemprego de massa cuja persistência alimenta a dupla impressão de uma perda de identidade e de uma incerteza crescente quanto ao futuro [...] o futuro já não é percebido como o tempo da “carreira”, do avanço profissional, mas como o do aleatório (ROSANVALLON; FITOUSSI 1997, p. 15).

Em suma, as crises econômicas do século XX e XXI demonstram praticamente o fim do pleno emprego e o reaparecimento do perfil de um trabalhador sem trabalho, os crescentes supranumerários, ou exército de reserva, “inúteis para o mundo”. Nesses tempos, o Estado é obrigado a desenvolver ações de proteção para assegurar o mínimo de coesão social, e estabelecer regulações, mais fundadas em direitos do que num esforço mútuo, o que minimiza o pertencimento do indivíduo ao grupo como um todo. É o caso dos seguros previdenciários onde o cidadão precisa pagar mensalmente. A vulnerabilidade dos indivíduos é desta forma inscrita na completa dependência em relação ao Estado, e deste modo, quando o poder público revelar dificuldades financeiras, conseqüentemente, as tarefas de proteção serão retiradas e assim a coesão social corre o risco de se decompor ainda mais. Além desse quadro da dependência indivíduo-Estado, que prejudica as sociabilidades primárias, o quadro de individualismo e de individualização a que se chegou, demonstra que a crise não é somente econômica, mas também antropológica e do sujeito. (ROSANVALLON, 1997).

Teórica e politicamente se vive um conjunto de inteligibilidade esgotado, pois as estatísticas já não compreendem as novas relações sociais, os políticos não mais conseguem representar os anseios das novas formas de sofrimento (desigualdades persistentes como

incivildades geradas pelo novo modelo familiar, novas violências, defasagem do salário, desemprego), o que tem levado a um panorama de confusão entre política e bons sentimentos, gosto pela política e espetáculo, simplificação dos problemas sociais. Por exemplo, a visão que se tem hoje sobre política não é mais política, é sentimental, não está movida por ideologias e sim por sentimentos sobre a história biográfica do político, a honestidade e a corrupção, a intenção do político, não se fala em ideologia e sim em compaixão. O essencial para um político dessa época é a exibição de generosidades, boa vontade, etc. Dito isso, “no terreno de imensas vulnerabilidades sociais, se desenrolam os rituais encantatórios dos gestores e os apelos mais exigentes” (ROSANVALLON; FITOUSSI 1997. p. 15).

O autor Robert Castel (1998) simplifica o futuro da sociedade em matéria de política econômica e Estado social a partir de quatro eventualidades principais: 1) continua a se acentuar a degradação da condição salarial desde os anos 1970; 2) há uma tentativa de manter a situação atual e multiplicar os esforços para estabilizá-la, uma espécie de gestão mínima sobre a crise; 3) se reconhece a perda e degradação do emprego e se tenta encontrar escapatórias, compensações e alternativas; 4) deve-se preparar uma redistribuição dos raros recursos que provém do trabalho socialmente útil.

Teorias ligadas a desencantos quanto a estabilidade trabalhista e a pobreza inéditas, também levaram o autor Rosanvallon (1997) a decifrar um mapa das “novas desigualdades”, reveladas então como o efeito de novas diferenças no quadro da organização do trabalho. Segundo o autor, essas desigualdades podem ser descritas como “intercategoriais” e “intracategoriais”. As intercategoriais seriam aquelas que descrevem a hierarquia de rendimentos entre categorias profissionais. Essas hierarquias manifestadas pelas diferenças salariais entre distintas profissões foram interiorizadas pelas sociedades e aceitas desde há muitos, porém, hoje se reconhece que tais diferenças salariais, constituem um bom exemplo da diminuição do poder sindical, debilitado pelo efeito do desemprego em massa, que assim não consegue manter reivindicações históricas e estão cada vez mais cedendo a acordos puramente salariais. Já as desigualdades intracategoriais seriam as situações diferentes em relação ao mesmo profissional. Essas desigualdades que antes eram apenas transitórias hoje são persistentes e desestabilizam o quadro antes homogêneo de trabalho, além de quebrarem ainda mais o sentimento de pertença dessas.

Rosanvallon (1997) também cita as desigualdades entre geração, desigualdades geográficas, de acesso ao sistema financeiro, desigualdades da vida cotidiana. De forma sucinta essas desigualdades inscrevem-se na idéia de que “ainda quando o espaço em que a

igualdade se define é perfeitamente homogêneo, por exemplo, deter um rendimento mensal equivalente a de sua categoria, existem várias outras medidas diferentes das desigualdades e, portanto várias maneiras para uma sociedade apreciar a realização do seu projeto” (ROSANVALLON 1997, p.64). Como igualmente afirma Habermas, apesar das imposições de parâmetros teóricos na análise das desigualdades, é preciso que se considere, sobretudo o projeto de sociedade previsto:

Os cidadãos precisam poder experienciar o valor do uso de seus direitos também sob a forma da segurança social e do reconhecimento recíproco de formas de vida culturais diversas. A cidadania democrática e ligada ao Estado só exercerá força integrativa – ou seja, só promoverá a solidariedade entre estranhos – quando der mostras de sua eficiência como mecanismo pelo qual os pressupostos constitutivos das formas de vida desejadas possam de fato tornar-se realidade (HABERMAS, 2004, p. 142).

7. CONCLUSÕES

Atualmente se vive uma “crise da solidariedade”, pois, como ao longo dos anos os indivíduos foram se afastando da preocupação com os desfiliaados, visto a multiplicação populacional e o individualismo gerado pela desestruturação do trabalho capitalista, o Estado encarna-se como o único obrigado a dar assistência. Porém, em meio a esse quadro, aposta-se que com o surgimento de um novo contrato social entre grupos, Estado, classes e indivíduos, seria eficaz a diminuição das desigualdades. Vê-se que o Estado não pode continuar a ser o único agente da solidariedade social, nem tampouco o único a dar suporte aos progressos sociais.

A solidariedade não pode ser concebida como produto automático dos mecanismos do mercado (ilusão do liberalismo metodológico erigindo o *homo economicus* em homem real) ou como resultado mecânico do funcionamento do Estado-providência. Só pode exercer-se se a moral social que traduz assentar um mínimo de visibilidade das relações sociais (ROSANVALLON, 1997, p. 35).

Contemporaneamente, quem dá proteção ao indivíduo é a propriedade, é nela que o indivíduo pode encontrar condições de sua independência livrando-se da proteção-sujeição tradicional, e, no quadro legal, esta propriedade é protegida pelo Estado. De tal modo se impregnou no Estado a capacidade única de realizar a proteção social³³, que uma “sociedade de indivíduos”, construída num terreno de insegurança e vulnerabilidade, sem dar conta de seus próprios entornos. Se diz assim que a solidariedade e a proteção primária, encontrando-se esfaceladas, coloca todos em situação de risco, e que o sentimento de insegurança provém

³³ Robert Castel (2003) distingue dois tipos de proteção. A proteção civil que garante as liberdades fundamentais e defende a segurança dos bens e das pessoas no quadro de um Estado de direito. A proteção social que cobre contra os principais riscos suscetíveis de acarretar degradação da situação dos indivíduos, como doença, o acidente, a velhice sem recursos, enfim o que pode culminar na decadência social.

menos de uma insuficiência de proteção estatal do que de uma demanda de proteção cujas raízes foram descobertas por Thomas Hobbes no começo da modernidade, quando o indivíduo fora colocado fora das proteções próximas.

No decorrer da década de 80, com o aumento das “políticas sociais de inserção” em detrimento das “políticas sociais de integração”, veio se espalhando a consciência de uma sociedade heterogênea, impossível de ser “beneficiada” de forma a integrar-se globalmente em um coletivo único. Multiplicaram-se os tratamentos especiais para pessoas com problemas específicos. Essas políticas de inserção vieram se movendo na zona incerta onde o emprego não está garantido, é a zona das “novas tecnologias de intervenção social”. Diferente das políticas temporárias de inserção, nas políticas de integração é assegurado ao indivíduo um encadeamento de processos integralizadores, sem rupturas (da escola para o trabalho e do trabalho para aposentadoria, etc.).

A partir do mito de Sísifo, Castel (2005) elabora o fundamento alegando que os programas sociais entraram num processo de não serem apenas mais uma etapa, já se tornaram “um estado transitório-durável, posição de interino permanente ou de inserido vitalício”. Para ele, isso desvirtua o papel desses programas sociais, haja vista parecer que fracassaram, principalmente, por não diminuírem o desemprego.

As novas políticas sociais devem pautar-se, portanto, segundo Castel (2005) na continuidade de direitos, na garantia de trabalho, maior que garantia de assistência, na mobilização de toda sociedade e não apenas de agentes sociais, em políticas que não visem apenas atingir o psicológico dos beneficiários, mas também o lado material, de direitos e de independência financeira. Propõem também a criação de grupos de inserção baseados no modelo contratual de trocas recíprocas. A proposta do autor Rosanvallon segue um liame parecido com a de Castel, pois pretende a renovação do contrato social para que os indivíduos tenham mais certezas de um futuro comum.

A questão social foi se deslocando: passou de uma análise global de sistema (em termos de exploração, repartição, etc) a uma abordagem focada no segmento mais vulnerável da população. A luta contra a exclusão polarizou as atenções, mobilizou energias, ordenou compaixão (ROSANVALLON; FITOUSSI, 1997, p. 1).

Finalmente, para dar qualquer resposta ao Estado e à sociedade sobre gestão e emprego de políticas de solidariedade dependerá do diagnóstico que se faz sobre a amplitude da atual crise do emprego, bem como sobre a trajetória dos modelos de solidariedade social. Por outra, não se pode esquecer que por mais que os três autores (CASTEL, 2005, 1998; ROSANVALLON, 1997 1984; POLANY, 2000), mencionados ao longo de todo nosso

trabalho tenham formulado um escopo teórico baseado em análises sobre a trajetória histórica da inserção destruidora da organização econômica do capitalismo no sistema de proteção social, os mesmos não propõem claramente formas de ruptura com esse sistema capitalista, que, como se vê, foi o principal incentivador de mazelas e conseqüentemente de uma solidariedade mais difícil e individualizada. Assim, parece contraditório que as propostas e projetos de sociedade desses autores se realizem por meio de políticas públicas, empregos, aprofundamento de direitos, enfim. O exame histórico confirma o cerne da questão social, mas os mesmos teóricos que o fazem, não apostam explicitamente em transformar a sociedade desde a gênese do problema.

Vale dizer que as políticas de proteção social do século XXI no Brasil tem se baseado assiduamente na transferência complementar de renda às classes mais pobres. E que, no entanto, essas políticas, segundo estatísticas, contribuem significativamente para a diminuição da pobreza, ainda que não rompam com os alicerces do sistema econômico social. E se não há uma correlação direta entre esses programas sociais e uma reestruturação do sistema produtivo (ZIMMERMANN; SILVA, 2008) se conclui que tais programas funcionam mais para reparar exclusões, que propriamente prevenir ou impedi-las.

A prática de alocar recursos para políticas sociais no Brasil constitui-se na permanência de mecanismos compensatórios setoriais, e não universais. Com poucos investimentos, devido aos ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais, o governo brasileiro deveria, a princípio, reestruturar seu modelo econômico, no sentido de investir na geração de empregos mais estáveis, no combate à precarização do trabalho, a fim de implementar um projeto de seguridade social durável (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Porém, o que ocorre é justamente a consolidação dos objetivos do Estado mínimo, ou seja, uma clara tentativa de fazer com que o fundo público do Estado atue como pressuposto do capital, desregulando, institucionalmente políticas, e o colocando como Estado assistencialista e caritativo.

Portanto, a crítica marxiana é muito atual quando julga a ofensiva neoliberal em converter o Estado à subordinação das grandes elites. Dados do Tribunal de Contas da União (2001) apontam o crescimento de gastos com prisões e polícia, porém, um crescimento vegetativo de gastos na área de políticas públicas.

É importante concluir esta discussão apontando que a política social, no contexto do capitalismo em sua fase madura, não é capaz de reverter esse quadro, nem é a sua função estrutural. Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromissos com a

emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação de direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 190).

O padrão das democracias capitalistas baseadas no modelo fordista-keynesiano procurou aliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, tratando o Estado como regulador dessa aliança. Assim, através de políticas públicas, que limitam a imposição dos mercados, é constatada a expansão de direitos sociais, civis, culturais e econômicos, além do aumento das oportunidades de trabalho, voltadas à tentativa de efetivação do pleno emprego. Nos países em que esse modelo teve destaque, foi notória a redução da pobreza e das desigualdades econômicas, no entanto, jamais fora extinta.

As autoras Boschetti e Behring (2007) chamam atenção para a inegável contribuição das políticas sociais de caráter redistributivo e universais, no entanto salientam a impossibilidade de extinção das pobreza no contexto da estrutura de reprodução do capitalismo. Ainda que as políticas sociais contribuam para a institucionalização de princípios que “desmercadorizam” as relações de cidadania e disseminam a concepção e preservação de direitos e a inserção dos indivíduos nos espaços coletivos de controle democrático, é fundamental discutir o sistema econômico mundial a fim de transformá-lo num sistema mais igualitário.

Qualificar e precisar a concepção de direitos, cidadania e política social pressupõe discutir os limites e as possibilidades dos direitos no capitalismo, e a particularidade brasileira: um país historicamente heterônimo, subordinado econômica e politicamente aos ditames do capitalismo mundial e das políticas de ajuste determinadas pelas agências internacionais. É preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades, já que a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida (Marx, 1987) e não apenas pela distribuição equânime de seus produtos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 190).

Segundo Behring e Boschetti (2007) um projeto político profissional que se sustente por um modelo ético de políticas sociais, ainda que dentro do capitalismo, já seria uma grande conquista para o Brasil. O reconhecimento dos limites estruturais do capitalismo não invalida necessariamente a luta por políticas públicas, afirmação e conquista de direitos, apenas sinaliza que a construção de uma sociedade igualitária que prime pela justiça social para toda coletividade deve ser vista com um fim maior. Não se pode ater às conquistas que não integrem todo corpo social, assim, não se deve esquecer de vincular um projeto de ampliação

do pleno emprego, de criação de políticas afirmativas, de uma nova ordem étnica, sexual, racial, e etc, ao problema de exploração econômica de classes. As lutas por bandeiras mais específicas servem como transição, e via de ingresso, mas não se esgota nelas mesmas.

No entanto, lutar por direitos mais específicos, dentro das políticas sociais, não significa exatamente aceitar as condições impostas pelo sistema econômico capitalista, ao contrário, significa ampliar a reação social contra o status vigente.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2007.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Trad. Lúcia Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DOBB, M. **Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo**. Madri. Ed. Século XXI. 1976.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Trad. George Sperber, Paulo Soethe, Milton Camargo. 2ªed. São Paulo: Loyola, 2004.

KARL, P. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª Ed- São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ROSANVALLON, P.; FITOUSSI, J. P. **A nova era das desigualdades**. Trad. Miguel Serras Pereira. Celta, 1997.

ROSANVALLON, P. **A crise do estado providência**. Coleção Perspectivas. 1984.

SWEEZY, P. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Trad. Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZIMMERMANN, C.; SILVA, M. da C. **As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza**. Revista Espaço Acadêmico, n 82, ISSN: 1519.6186, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/082/82zimmermann.htm>. Acessado em: Abr. 2012.



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



@epublicar



facebook.com.br/epublicar

EDWALDO COSTA
WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZAÇÃO

CIÊNCIAS HUMANAS:

Diálogos e perspectivas contemporâneas



2023





www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



@epublicar



facebook.com.br/epublicar

EDWALDO COSTA
WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZAÇÃO

CIÊNCIAS HUMANAS:

Diálogos e perspectivas contemporâneas



2023

